

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARISA FRANCISCA GALDEANO MARRA

Histórias vivenciadas no Externato Santa Teresinha
1942–1972

Uberlândia, MG, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARISA FRANCISCA GALDEANO MARRA

HISTÓRIAS VICENCIADAS NO EXTERNATO SANTA TERESINHA, 1942–1972

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: educação

Linha de pesquisa: história e historiografia da educação

Orientadora: Prof^a Dr^a. Sônia Maria dos Santos

Uberlândia, MG, 2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M358 Marra, Marisa Francisca Galdeano, 1977-
2019 Histórias vivenciadas no Externato Santa Teresinha 1942?1972
[recurso eletrônico] / Marisa Francisca Galdeano Marra. - 2019.

Orientadora: Sônia Maria dos Santos.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2372>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Santos, Sônia Maria dos, 1960-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação.
III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

MARISA FRANCISCA GALDEANO MARRA

HISTÓRIAS VIVENCIADAS NO EXTERNATO SANTA TERESINHA, 1942– 1972

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação.

Área de concentração: educação

Linha de pesquisa: história e historiografia da educação

Orientadora: Professora doutora Sônia Maria dos Santos

Uberlândia, 16 agosto de 2019

BANCA EXAMINADORA

TITULARES



Profa. Dra *Sônia Maria dos Santos* — orientadora
Universidade Federal de Uberlândia — Faculdade de Educação



Profa. Dra *Francisca Izabel Pereira Maciel*
Universidade Federal de Minas Gerais — Faculdade de Educação



Prof. Dr. *Armino Quillici Neto*
Universidade Federal de Uberlândia — Instituto de Ciências Humanas do Pontal

SUPLENTE

Prof. Dr. *Márcio Danelon*

Universidade Federal de Uberlândia — Faculdade de Educação

Profa. Dra *Cecília Maria Aldigueri Goulart*

Universidade Federal Fluminense — Faculdade de Educação

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu a oportunidade de estar aqui e se faz presente constantemente em minha vida.

Ao meu marido, Carlos Andrade Marra, cujo apoio incondicional foi fundamental nos momentos que mais precisei. Às minhas três Marias: Maria Luísa, Maria Fernanda e Maria Carolina, sempre compreensivas nos momentos de ausência, companheiras e interessadas como ouvintes. À minha sogra, Meire, que muitas vezes foi mãe das minhas filhas quando precisei me ausentar.

À minha orientadora, professora doutora Sônia Maria dos Santos, cujas contribuições foram centrais para chegar a este trabalho.

Aos professores da pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, que muito contribuíram para minha formação. Destaco Sauloéber Társo de Souza, Romana Isabel Valente Pinho e Myrtes Dias da Cunha.

Às professoras doutoras Francisca Izabel Pereira Maciel e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, membros da banca de qualificação que muito contribuíram para a construção deste estudo. Como também aos membros da banca de defesa, novamente professora doutora Francisca Izabel Pereira Maciel e professor doutor Armindo Quillici Neto.

À minha querida amiga Monalisa Andrade Martins Ferreira Borrezzi, companheira nesse mestrado desde a especialização e que, nesse caminhar, tornou-se uma irmã.

Aos colegas da pós-graduação, especialmente às amigas Mileide e Maria Juliana, com quem dividi muitos momentos de aprendizagem.

A amigos e colegas de trabalho que torceram por mim; em especial, a querida diretora Leide Helena Pereira Rios, que entendeu o momento que eu vivia e colaborou para que eu pudesse estudar. À querida amiga Maria de Fátima Oliveira, que foi professora, terapeuta, ombro e ouvido amigos em momentos de dificuldades.

A Altina Maria Barcelos, Eunice de Fátima Silva Bagliano, Chede Abud, Maria Angélica Diniz Póvoa e Lêda Maria Borela Diniz Póvoa, que colaboraram para a efetivação deste estudo, contando suas histórias e experiências, expondo suas memórias e lembranças, abrindo suas casas para me receber com tamanha presteza.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a conclusão deste trabalho, que tanto contribuiu para a minha formação acadêmica.

Muito obrigada!

*À memória de Maria Abbud, que muito
contribuiu para a educação na cidade de
Araguari e cuja história se confunde com a
história do Externato Santa Teresinha.*

RESUMO

A Constituição de 1891 declarou a laicidade do ensino, o que tirou a Igreja Católica da posição que havia ocupado na monarquia, ou seja, tirou o controle ideológico da escola. Mas as ações dos governos republicanos não bastaram para suprir a demanda por escolarização; de modo que aonde o Estado não chegava com o grupo escolar (modelo de escola pública) o ensino privado se impôs. Como resultado, a escolarização no país passou a ter uma feição dual: escola pública em capitais e cidades interioranas mais desenvolvidas; escola particular em cidades menores (mas não só) para suprir a demanda da elite econômica. Como muitos municípios, Araguari, MG, experimentou essa dualidade. A pesquisa apresentada nesta dissertação de mestrado toca nessas questões ao abordar o Externato Santa Teresinha, escola confessional surgida nos anos 1930 e funcionaria até 2008. No período 1942–72, a escola foi mudada de donos, mas a diretora permaneceu o último instante, assim com outros funcionários. A pesquisa partiu destes questionamentos sobre como o externato se inseriu no contexto educacional de Araguari; sobre o público atendido; e sobre práticas escolares, dentre outros pontos. A pesquisa objetivou construir uma compreensão histórica das relações entre educação e religião tendo em vista o surgimento e funcionamento do externato; seu impacto na sociedade; diretrizes pedagógicas e didáticas; e práticas de escolarização. A pesquisa recorreu à História Oral como metodologia, com suporte de procedimentos da história cultural. Além das narrativas orais de cinco entrevistados, as fontes de pesquisa incluíram iconografia e imprensa, dentre outros. Os resultados produziram constatações em torno do status do externato como escola: alinhada na lógica do prestígio pela seleção, com diretrizes curriculares, pedagógicas e didáticas próprias e ensino bem-sucedido; marcada pelo controle de condutas com rigor e separação entre meninos e meninas; e onde o corpo docente tinha liberdade para agir. Portanto, na sociedade local, o externato supriu a demanda por escolarização de quem podia arcar com mensalidades e outras despesas escolares, assim como a demanda por trabalho docente com a formação de normalistas.

Palavras-chave: Araguari; escola confessional; externato; curso Normal

ABSTRACT

Brazilian Constitution of 1891 declared the secularity of teaching, which drew the Catholic Church from the position which it had occupied during the monarchy, that is, it took away its ideological control of the school. But the actions of republican governments were not sufficient to supply the demand for schooling; So that where the state did not create public school, private education became prevalent. As a result, schooling in the country began to have a dual feature: public school in capitals and more developed inland cities; private school in smaller cities (but not only) to supply the demand of an economic elite. Like many municipalities, Araguari, MG, experienced this duality. The research presented in this master's degree dissertation touches on these issues in addressing Externato Santa Teresinha, a Catholic-oriented boarding school created in 1932 and active work until 2008. In the period 1942–72, this school's ownership went to other hands, but the headmaster remained up to the last moments of the school as it did other employees. The research's starting point was questions on how the school became part of Araguari educational context; on the public that attended it; and on school practices, among other points. The research aimed to construct a historical understanding of the relations between education and religion in view of the emergence and functioning of the school; its impact on society; its pedagogical and didactic guidelines; and schooling practices. The research relied on Oral History as a methodology, with the support of cultural history procedures. In addition to the oral accounts of five interviewees, sources included photographs and newspaper texts, among others. Results have produced findings relating to the status of a school aligned with the logic of prestige by selection, with curriculum, pedagogical and didactic guidelines and successful teaching; marked by behavior control with rigor and separation between boys and girls; and where teachers were free to act. Therefore, in the local society, Externato Santa Teresinha met the demand for schooling among those ones who could afford tuition and other school expenses, as well as created demand for teaching work.

Keywords: Araguari city; Catholic schools; boarding school; teaching education

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Pacote de edições do jornal <i>Gazeta do Triângulo</i>	31
FIGURA 2	Julgados do Desemboque e Araxá, conforme o alvará de 4 de abril de 1816	45
FIGURA 3	Igreja Matriz do Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde, em Araguari, MG, 1910	47
FIGURA 4	Igreja Matriz do Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde (1925), Araguari MG	47
FIGURA 5	Estações de parada das ferrovias que passaram por Araguari, MG	50
FIGURA 6	Colégio Sagrado Coração de Jesus em Araguari, MG, 1930	53
FIGURA 7	Prédio construído para abrigar o Colégio Regina Pacis, de Araguari, MG	54
FIGURA 8	Anúncio de jornal torna pública mudança de proprietário da Escola Santa Teresinha	60
FIGURA 9	Frente e fachada do Externato Santa Teresinha, em Araguari, MG, sem data	62
FIGURA 10	Chede Abud e Maria Abbud	68
FIGURA 11	Maria Abbud em meio aos pais e irmãos	69
FIGURA 12	Diretora Maria Abbud em ocasião comemorativa na escola	71
FIGURA 13	Capa e folha de rosto da caderneta de notas do Externato Santa Teresinha	83
FIGURA 14	Quadro de notas da caderneta de Borela	85
FIGURA 15	Caderno de chamada da professora Doralice de Jesus, 1º ano A, nov. 1963	85
FIGURA 16	Capa de 58ª edição da <i>Cartilha da Infância: ensino da leitura</i> (1911)	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 HISTÓRIA DO EXTERNATO SANTA TERESINHA: HISTÓRIA ORAL COMO POSSIBILIDADE METODOLÓGICA	13
1.1 Usos da História Oral	14
1.2 A produção de fontes orais: meios e fins	16
1.2.1 <i>Produção de fontes orais na prática</i>	19
1.2.2 <i>Fontes orais: materialização e fins</i>	24
1.3 Da oralidade à documentação: história cultural e fontes documentais e iconográficas	27
2 PRESENÇA DA IGREJA NO ENSINO ESCOLAR	34
2.1 Influência da religião na educação escolar	35
2.2 Origens de Araguari: presença da religião; surgimento da escolarização	44
2.2.1 <i>Construção de igrejas e ascensão político-administrativa</i>	46
2.2.2 <i>Florescimento da educação escolar em Araguari</i>	51
2.2.3 <i>O Colégio Regina Pacis</i>	54
3 EXTERNATO SANTA TEREZINHA: SURGIMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO	59
3.1 Criação de escolas em Araguari	59
3.2 A direção do Externato Santa Teresinha	67
3.3 Perfil dos entrevistados	71
3.4 Formação docente: o curso Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus	75
3.5 Cotidiano escolar: planejamento, orientação, avaliação e relações com discentes	78
3.6 <i>A Cartilha da Infância</i>	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE 1 Roteiros de entrevista	106
APÊNDICE 2 Termos de consentimento dos informantes da pesquisa	108
APÊNDICE 3 Transcrições das entrevistas	114

INTRODUÇÃO

As relações entre educação escolar e religião no Brasil se estabeleceram no período colonial, ou seja, com os jesuítas. Com a vinda de dom João, os vínculos se firmaram ainda nesses dois campos. Por quase todo o século XIX, as iniciativas de escolarização passaram pelo crivo da Igreja Católica. A proclamação da República não só pôs fim ao regime de governo monárquico, como também cessou as relações entre Estado e Igreja. A partir de 1889, o Brasil seria uma República laica, o que pressupunha excluir a Igreja das instâncias de poder. Não por acaso, a primeira Constituição republicana vetou o ensino religioso nas escolas públicas; as quais haviam entrado com vigor nas pautas de discussões dos governos republicanos, pois a instrução pública foi projetada como mazela, o analfabetismo resultante da falta de investimentos, e como solução, a alfabetização derivada de investimentos em escolas públicas.

De fato, a criação e institucionalização, dos grupos escolares como modelo de escola pública deu mostras de que os republicanos estavam empenhados em sanar os problemas da educação. Mas o desenvolvimento de tal modelo escolar cabia aos estados, num cenário em que poucos tinham condições financeiras para investir em escolas. Assim, aonde a solução do Estado não chegou, as escolas particulares supriram a demanda por escolarização, mas de quem podia arcar com os custos, é claro, tal qual nos tempos da monarquia. Para resolver os problemas, os governos recorreram até a oferta de subsídios a escolas particulares para que recebessem, também, filhos e filhas da população carente de recursos materiais.

A criação de escolas particulares confessionais era uma forma de manter a Igreja no páreo na luta pelo controle ideológico da educação, que o Estado havia tirado dos católicos. Em certo sentido, a fundação de escolas confessionais tem vínculos com a própria laicidade do Estado, pois o país se abriu à vinda de congregações católicas e protestantes, as quais atuaram no campo da educação escolar; ou seja, abriram escolas em cidades do interior aonde o grupo escolar demorou a chegar. A abertura de escolas confessionais fortaleceu, aos poucos, a Igreja Católica para sustentar seu projeto de voltar a ditar os rumos da educação, em um processo que culminou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4.024), de 1961.

Esse cenário esboçado acima se exemplifica, não necessariamente nessa ordem de eventos, no passado do município de Araguari, MG. A história da educação nesse município permite recompor tais fatos da história da educação brasileira, sobretudo a escassez de escola

pública e a ação da iniciativa da Igreja para suprir a demanda por escolarização; é claro, de quem podia pagar. Este estudo enfoca o Externato Santa Teresinha, uma escola confessional de ensino misto que não só contribuiu para escolarizar a sociedade de Araguari entre 1932 e 2008, como também se abriu às normalistas que se formavam na cidade como campo de trabalho, na docência e noutras área.

A pesquisa subjacente a este estudo partiu de alguns questionamentos: como o externato se inseriu no contexto educacional de Araguari? Quais eram o contexto e as condições em que essa escola surgiu? Qual foi o público que atendeu? Como eram as práticas escolares no externato? Qual era a orientação curricular? Como era o funcionamento no dia a dia?

A fim de explorar tais indagações, a pesquisa aqui descrita se desenvolveu em função deste objetivo geral: construir uma compreensão das relações entre educação e religião em nível municipal e num contexto de mudanças políticas e educacionais importantes em âmbito (da história) nacional. Alcançar esse objetivo geral exigiu desdobrá-lo nestes objetivos específicos:

- compreender as circunstâncias de surgimento e funcionamento do externato;
- entender o impacto do externato na escolarização da sociedade local;
- apreender diretrizes pedagógicas e didáticas subjacentes às atividades escolares no externato;
- delinear práticas de escolarização, práticas profissionais e práticas administrativas nas atividades do externato.

Como a pesquisa situa seu objeto de estudo no campo da história da educação, nosso recorte temporal investigado foi parte de 1932, ano da criação do externato, e 1942, quando a escola foi vendida. Nesse meio-tempo, a escola ainda seguia orientação católica. Com a venda, o externato passou a integrar uma estrutura educacional mais ampla: a do Colégio Regina Pacis, mantido pela Congregação dos Padres dos Sagrados Corações. Em que pese esses limites cronológicos, a pesquisa não se limitou a eles; ou seja, seu desdobramento exigiu voltar o olhar a fatos de períodos anteriores e posteriores ao recorte para dar mais completude à compreensão aqui exposta, com antecedentes das ações e as reações a estas.

Um entrave inicial à pesquisa histórica é dispor de fontes para reconstruir o passado historicamente. De fato, a pesquisa aqui descrita enfrentou com esse desafio. Há pouca documentação, seja escrita, manuscrita, pictórica ou em áudio, disponível para especular

sobre o passado do externato do ponto de seu interior, ou seja, de sua existência cotidiana, funcional. Ante a falta de documentos, foi preciso recorrer à metodologia da História Oral, cujas possibilidades de produção de um registro memorial do passado ajudaram a compreender escolhas, práticas, métodos e legislação de uma época com base na memória de pessoas que vivenciaram cotidianamente o Externato Santa Teresinha no período aqui enfocado.

A metodologia da História Oral foi escolhida não só porque existirem poucos documentos para escrever a história do externato, mas porque as fontes orais poderiam jogar luz sobre outras fontes que foi possível reunir. Como afirmam Meihy e Holanda (2017, p. 24),

Não resta dúvida: os produtos de entrevistas em história oral devem sempre resultar em documentos de base material escrita, ainda que, em tantos casos, derivados de diálogos verbais. Mas isso não os iguala aos demais, pois a existência de “documento” não resolve tudo. Se há dúvida de qual é o documento em história oral — se a gravação ou o produto final, se o objeto da gravação ou o texto escrito e aprovado pelo colaborador —, não cabe desconfiança de que de um ou outro modo sempre, de um encontro gravado, se pode sair com pelo menos um suporte documental vertido do oral para o escrito.

Com efeito, as fontes históricas têm uma natureza social e política porque carregam marcas da ação humana singular e coletiva em dada época, segundo determinados motivos e para certos fins. Elas não se isolam; antes, complementam-se, numa rede que não só instiga, mas também se abrem a reflexões em nome de um entendimento de como era a vida no passado e como elementos desse passado chegaram (se chegaram) ao presente e como a vida contemporânea. Essa perspectiva ficou clara com o acesso a outros tipos de fontes históricas que não as orais, ou seja, as fontes documentais e iconográficas que ajudaram a reconstruir o contexto de existência da escola aqui enfocada na lógica da história da educação. As fontes foram submetidas a procedimentos de leitura analítico-reflexiva fundada em noções teórico-conceituais e metodológicas para que se pudesse evidenciar com propriedade aspectos importantes da história da educação em Minas Gerais, no Triângulo Mineiro e em Araguari.

A escola aqui enfocada e aquelas comentadas em função do enfoque são instituições de interesse porque podem ter tido impactos importantes na formação e no desenvolvimento da sociedade local e regional. Assim, este estudo vem contribuir para ampliar um *corpus* de estudo que tem se valido da memória oral para compor memória escrita da educação na região do Triângulo Mineiro no século passado. Um levantamento em base de dados *on-line* dá uma medida da produção acadêmica sobre história da educação em Minas Gerais com base no uso

da História Oral. Foram treze trabalhos, todos desenvolvidos na Universidade Federal de Uberlândia e a maioria orientada pela professora doutora Sônia Maria dos Santos.

Dito isso, o trabalho aqui apresentado visa contribuir para ampliar o *corpus* de estudos sobre a história da educação na região do Triângulo Mineiro, sobretudo as práticas escolares, com um olhar para o ensino em escola particular confessional. A dissertação resultante da pesquisa está distribuída em três capítulos, mais as considerações finais.

O capítulo 1 apresenta a metodologia escolhida para desenvolver a pesquisa e seus desdobramentos, na coleta e na sistematização dos dados, executados à luz de pressupostos da História Oral, assim como da história cultural. O capítulo 2 traz e analisa um histórico da educação no país, que tenta delinear relações entre educação e religião em âmbito nacional e municipal para ajudar a compreender a dinâmica de funcionamento do externato. Enfim, o capítulo 3 analisa de forma cuidadosa a gênese e do funcionamento do Externato Santa Teresinha, tendo em vistas as práticas escolares cotidianas e eventuais acontecimentos que interferiram nas atividades dessa escola. As últimas considerações buscam evidenciar o processo de pesquisa e da pesquisadora, situando o alcance da pesquisa retomando alguns elementos motivadores e estruturantes do estudo.

1 HISTÓRIA DO EXTERNATO SANTA TERESINHA: A HISTÓRIA ORAL COMO POSSIBILIDADE METODOLÓGICA

Escola que funcionou no município de Araguari (MG), o Externato Santa Teresinha contribuiu para a educação local e regional priorizando uma formação escolar de feição moral religiosa. Não por acaso, sua importância se projetou com a escolarização de gerações de filhos e filhas de numerosas famílias. O externato foi fundado em 1932, por Natalina Jardim Bronzo de Almeida, com a denominação de Colégio Santa Terezinha. De início, ofertou o ensino primário, cuja orientação curricular seguiu, com adaptações, o programa dos grupos escolares de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. No ano de 1942, o externato foi adquirido pelos padres do Colégio Regina Pacis, tendo passado por reformas no ano 1955, quando ficaram prontas as novas instalações do colégio, então modernas e de destaque na sociedade local. O externato foi desligado do Regina Pacis em 1972, quando passou a pertencer à Congregação dos Padres dos Sagrados Corações. A partir de 1996, foi desmembrado desta e teve seu nome mudado para Associação Educacional Santa Terezinha. Como tal, foi desativado em 2008, e o prédio onde funcionava foi demolido em 2011, para dar lugar a um estacionamento de automóveis.

Mesmo que tenha funcionado por de mais de sete décadas, os registros históricos da existência do Externato Santa Teresinha e seu funcionamento mostraram ser escassos, em especial aqueles que documentaram sua gênese e suas atividades regulares dos anos 1940–70 (convém lembrar que o recorte da pesquisa vai de 1942 a 1972). No processo de transições administrativas, perderam-se não só os arquivos da escola, como também documentos avulsos, ou seja, não necessariamente arquivados. Dada a escassez ou quase inexistência de documentos escritos (impressos e manuscritos), a possibilidade mais viável de recompor o passado do externato foi recorrer à memória de quem vivenciou diretamente seu dia a dia escolar naquele recorte temporal e pudesse contar sua história da escola. A entrevista com tais pessoas mostrou ser viável como forma de produzir fontes da pesquisa aqui descrita, que se inscreve no campo da história e historiografia da educação no Brasil. Além disso, a entrevista permitiu valorizar as experiências de docentes e discentes dessa instituição escolar como importantes para entender o passado da educação no Brasil. Como disse Alberti (2004, p. 79), por meio dela, a “[...] investigação e a prática científicas se aliam e produzem resultados. É na realização de entrevistas que se situa efetivamente o fazer a História Oral”; ou a entrevista é o centro do trabalho com tal metodologia.

Com efeito, a História Oral se impôs como metodologia central para fazer a pesquisa apresentada nesta dissertação de mestrado. A suposição foi de que procedimentos como a entrevista e demais diretrizes de tal metodologia criariam condições para abordar as pessoas a ser entrevistadas de modo a poder reconstruir, com elas, o contexto da docência e da discência no Externato Santa Teresinha; ou seja, reconstruir tempos e espaços, vivências e experiências, discursos e práticas, ações e processos, dentre outros atributos presumíveis no ensino escolar. Tal escolha, porém, impôs desafios. Um desafio foi encontrar e acessar documentos que dessem pistas úteis ao reconhecimento, à identificação e ao contato com possíveis informantes para a pesquisa; sobretudo, foi desafiante achar pessoas em condições e com disposição para participar da pesquisa.

Nesse sentido, este capítulo analisa o processo de construção e execução das entrevistas com professoras que trabalharam no externado no período 1940–70, além de outras pessoas não necessariamente atuantes na escola naquele momento, mas que foram importantes na indicação de possíveis documentos e fotografias, de nomes e lugares etc. Ou seja, apresenta-se o processo de produção das fontes orais segundo a lógica metodológica da História Oral; também o processo de localização de fontes documentais e pictóricas citadas, suscitadas, apontadas e levantadas durante o processo das entrevistas por informantes da pesquisa e demais pessoas que contribuíram muito para o desdobramento da investigação pela oralidade sem ser necessariamente participantes diretos (conversas com colegas docentes, conhecidos, colegas e amigos ajudaram delinear caminhos).

1.1 Usos da História Oral

Até pouco tempo atrás, fontes não documentais tinham pouca solidez na história acadêmica; ao menos, não tinham a solidez que têm os documentos manuscritos e impressos. Estes últimos tinham prevalência sobre as fontes orais, por exemplo. Mas tendem a ser escassas, pois o papel, suporte mais comum dos documentos, é muito perecível e frágil, muito suscetível ao efeito da passagem do tempo, à água, ao fogo e às mãos humanas. Nesse caso, a recorrência à memória seria uma forma de suprir eventuais carências por fontes de pesquisa, assim como de complementar um rol de fontes para dar mais abrangência ao tratamento sistemático do objeto de estudo histórico. Relatos escritos com base na memória ajudariam, então, a reconstruir e interpretar o passado.

Halbwachs (1990, p. 53) faz esclarecimentos sobre a noção de memória que cabem aqui. Segundo esse autor, a memória pode ser entendida como coletiva seria o registro mnemônico do acontecimento que ocorreu na vida de um grupo e como individual seria o

ponto de vista sobre a primeira, dependendo do lugar em que o indivíduo se encontra no grupo. Embora a memória coletiva seja formada pela reunião das memórias individuais, uma e outra não se confundem. As lembranças de um indivíduo ou de um grupo invocam fatos ocorridos em um passado comum, desde que os pensamentos de seus membros também concordem com os demais. Afinal, esquecimentos de determinada época podem significar a perda de contato com o que os cercavam. Assim, o testemunho de dados membros (os testemunhos confirmariam ou negariam o que já é sabido sobre dado acontecimento) pode ajudar na lembrança de passagens esquecidas, pois ao entrarem em contato entre si são capazes de se identificarem e, assim, fundirem acontecimentos passados.

O pensamento de Candau (2012) converge para tal distinção. Segundo ela, memória e identidade são interdependentes: não há uma sem a outra, assim como não há lembrança sem esquecimento. Mas só a memória possibilita as percepções de duração, continuidade ou ruptura, tanto quanto a ligação entre as etapas da vida de alguém só acontece quando se entende o significado sobre essa sequência temporal. Na interação social, o sujeito elabora, define e redefine sua identidade como construção social sucessiva; enquanto sua memória é a reconstrução infundável do passado. Por isso, a busca contínua pelos seus lugares está na junção entre as certezas do presente e as rupturas e ausências das marcas de identidade; por isso à História Oral importa mais o comum ao grupo, ainda que isso não signifique desvalorizar o individual.

Um trabalho fundado na História Oral pressupõe-se como ato intencional. Tal ato se inicia com a elaboração de um projeto de estudo, em que memória, modos de narrar e identidade grupal dos entrevistados se vinculam. O projeto se desdobra no tempo presente, mediante o diálogo entre um grupo de pessoas a ser entrevistadas e alguém que se apresenta com entrevistador, para resultar na produção, no tempo presente, de um documento que se refere ao passado; produção de um registro pelo qual se pode entender, inferir e interpretar o pretérito. Em última análise, produção de uma fonte histórica, como no caso deste estudo.

Segundo Ferreira e Amado (2006), num estudo que adote a História Oral como metodologia, a História Oral tem de ser o centro, e não um complemento. Convém frisar que a recorrência a essa metodologia se faz importante para estudar um passado sobre o qual há poucos registros materiais e os quais não dão margem suficiente para rerepresentar, compreender e interpretar o passado. Nessa lógica, a História Oral possibilita escrever a história daqueles e daquilo que supostamente não têm passado por falta de documentos e que, logo, seriam excluídos da escrita da história.

Meihy (1994, p. 52) se refere a “contribuições fundamentais” da História Oral para validar a entrevista como fonte de pesquisa, sobretudo como documento para a pesquisa histórica, cuja escrita deriva de um texto que é a transcrição do que foi relatado nas entrevistas. Conforme Alberti (2004), a História Oral pode ser empregada em disciplinas diversas que se valem da entrevista com participantes selecionados para desenvolver uma pesquisa sistemática ou com testemunhas de dado acontecimento ou dada situação (a testemunha ocular). Assim, na condição de metodologia de pesquisa, a História Oral permite abordar o objeto estudado pelo ponto de vista da produção, no presente, de um documento escrito que vale como fonte de pesquisa, aqui, como fonte para o estudo histórico de práticas escolares.

Meihy (1994, p. 52) faz um esclarecimento importante: a História Oral como prática metodológica apareceu após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, após o surgimento de tecnologia eletrônica que possibilitou criar e difundir gravadores de áudio portáteis. Dito de outro modo, o uso da História Oral como método de pesquisa se tornou possível em meados da década de 1960, com a possibilidade de gravar a fala e reproduzir a gravação na medida da necessidade. Poder ouvir e reouvir, com a possibilidade de pausar, retroceder ou avançar a gravação criou condições para que o relato gravado pudesse ser posto no papel em forma de escrita e ser lido como tal; ou seja, ser lido como documento de pesquisa.

Convém dizer, à luz de Alberti (2004, p. 19), que o produto da História Oral não se pretende como verdade absoluta; antes, pretende-se como *possibilidade* de verdade. A história produzida com base em tal metodologia seria “uma variante do passado”; uma história possível, plausível, verossímil. Como sintetiza Alberti, “[...] não mais o passado ‘tal como efetivamente ocorreu’, e sim as formas como foi e é apreendido e interpretado”. O que parece ser válido para a história escrita segundo outras fontes.

1.2 A produção de fontes orais: meios e fins

Se a entrevista é a essência do trabalho com História Oral, sua gravação é a etapa *sine qua non*. É a possibilidade de usar o gravador de áudio em uma entrevista que permite falar em “produção de documento”, “retorno à fonte”, “montagem de acervos de depoimentos”, “autenticidade de trechos transcritos” e “análise de entrevistas” (ALBERTI, 2004, p. 112). As entrevistas registradas por meio de gravadores eletrônicos permitem produzir o documento oral.

O uso do gravador de áudio pode produzir desconforto no entrevistado. Minimizá-lo, cabe ao entrevistador. Em parte, deve-se dar ao gravador só a atenção necessária; para isso, é preciso estar familiarizado com seu uso para que problemas técnicos não interfiram no andamento da entrevista. Além disso, garantir uma gravação que seja útil à produção de documentos requer tomar cuidados; por exemplo, testar o aparelho gravador antes e ter certeza de que não vai falhar por falta de energia; identificar a gravação: informar local, data e nomes no começo da gravação, tema a ser tratado e demais informações necessárias, como um tipo de cabeçalho antes das primeiras perguntas da entrevista (ALBERTI, 2004). O procedimento da identificação é central para o processo de organizar, classificar e transcrever as entrevistas tendo em vista a produção de um documento que vai ser lido como dados de pesquisa. Na sequência, inicia-se a entrevista com a primeira pergunta. Observa-se a necessidade de evitar falas superpostas, que possam dificultar o entendimento no momento da transcrição.

É importante que o entrevistador anote o nome completo de pessoas citadas, como também palavras ditas de forma pouco clara. Caso seja conveniente, pode-se interromper a gravação para pedir ou fazer esclarecimentos sobre expressões ou apontamentos expostos pelo entrevistado. Igualmente, deve-se deixar para o final a conferência de nomes, palavras e expressões desconhecidas utilizadas no decorrer da entrevista. Logo após ser encerrada a entrevista, convém usar o caderno de campo para anotar impressões aproveitando que o evento e o relato ouvido ainda estão frescos na memória. Também é conveniente que tais anotações sejam feitas com um mínimo de sistematização para que possa apontar contribuições do relato ao andamento da pesquisa, às etapas, aos temas etc. Dito de outro modo, convém que o pesquisador vá anotando impressões primeiras, inferências, associações e comparações, passagens literalmente convergentes para pontos da pesquisa, e assim por diante.

Segundo Alberti (2004, p. 121), existem maneiras de dirigir uma entrevista. Vão da condução pelo entrevistador até o relato livre, onde o gravador é ligado e se permite ao entrevistado falar livremente. Há o modo misto: o entrevistador ouve seu entrevistado, depois intervém, direcionando a discussão. É importante observar a formulação das perguntas a ser feitas. Têm de ser abertas, simples e diretas, de modo oportunizar guias ao entrevistado para que exponha seus pontos de vista (documentos da época e menções a fatos específicos podem ajudar ainda mais o lembrar). Outro fato a ser observado é que uma entrevista de História Oral é cheia de repetições, às vezes por causa do entrevistador, que pede mais esclarecimentos sobre o assunto, e do entrevistado, que pode ter uma visão cristalizada do tema.

Com efeito, em que pese a importância do gravador como forma de registro para a História Oral, a esta é imprescindível a entrevista; ou seja, a ação programada e direta que se

desdobra entre entrevistador e entrevistado. Da interação do entrevistador com o entrevistado, parte a construção do documento em História Oral. Tal elemento, que permeia o nível de envolvimento das pessoas em suas relações com outrem, seja duas pessoas ou mais, é o que abre espaço para formas de interpretar pontos de vista particulares considerando a subjetividade e o cotidiano. Na relação pessoal com interação, a sensibilidade se apresenta como fundamental para ajudar a perceber a atitude e o desempenho do informante e aquilo que não é dito, mas que acompanha o dizer: o gestual, a postura, os maneirismos, as expressões faciais e dos olhos, o olhar... Tudo pode dizer muito ao pesquisador sobre o estado emocional que a rememoração pela entrevista desencadeia na subjetividade do entrevistado e que pode se expressar, por exemplo, em lágrimas, piscadas e suspiros, tal qual nas entrevistas feitas para a pesquisa descrita nesta dissertação.

A ativação da memória de alguém numa perspectiva de recompor (rever, reviver, recriar) o passado é ação que busca valorizar a história individual de cada entrevistado, respeitar suas experiências e sua individualidade. Realizar uma entrevista fundada na História Oral requer atenção máxima ao entrevistado, o máximo possível de interesse no que vai ser e foi narrado. É preciso considerar o contexto social do informante, pois lembranças e recordações se abrem à percepção analítica se forem contextualizadas, como afirma Halbwachs (1990); a contextualização serve de base e ponto de partida para reconstruir a memória (relatar no presente lembranças do passado). Do contrário, tende a ser grande a probabilidade de que o entrevistado não se sinta à vontade o suficiente para discorrer sobre o assunto tratado com interesse, disposição, vontade e detalhamento, por exemplo.

Nesse sentido, entrevistador e entrevistado são protagonistas na História Oral como metodologia. São distintos. Dentre outros atributos, têm interesses, funções e fins diferentes no processo da entrevista. Mas são interdependentes: é preciso que haja o diálogo entre ambos. A relação entre entrevistador e entrevistado acontece entre pessoas diferentes, de opiniões diversas. Do diálogo entre ambos vai resultar a entrevista como produto da colaboração mútua (MEIHY; HOLANDA, 2017). Assim, o andamento devido do processo requer, além de respeito mútuo e adaptação a ritmos, o engajamento completo na reconstrução do passado, em que o entrevistador busca aprofundar e explorar a possibilidade da narrativa memorial, analisando-a e avaliando-a constantemente. Cada sessão de entrevista é uma oportunidade única. Ainda que o entrevistado seja o mesmo, cada vez que falar não vai ser da mesma forma.

À execução bem-sucedida de uma pesquisa que se vale da História Oral é necessário que o pesquisador/entrevistador tenha conhecimentos sólidos do objeto de estudo, que devem ser derivados de bases primárias e secundárias (ALBERTI, 2004). A fundamentação é

importante para garantir, ao máximo, que o trabalho tenha sucesso em suas etapas, sobretudo nas iniciais, quando a inexperiência tende a afetar o tempo de desempenho. Estudos prévios sobre o tema a ser pesquisado e definição clara de pontos que vão permear a entrevista ajudam a orientar os passos a ser dados na pesquisa, a exemplo da elaboração de roteiros de entrevistas individuais (ver APÊNDICE 1). É importante frisar: a pesquisa que utiliza a História Oral como metodologia se inicia na preparação do projeto que inclui etapas, tais como escolha do grupo de pessoas a ser entrevistadas e da forma como as gravações serão conduzidas; pré-definição do tempo de duração, do modo de transcrição do oral para o escrito e de quem fará a conferência da transcrição, dentre outros.

1.2.1 *Produção de fontes orais na prática*

O processo de construção e materialização das entrevistas à luz da metodologia da História Oral foi desdobrado com base no problema da pesquisa aqui apresentada, que orientou a escolha dos assuntos e das tematizações a ser explorados, bem como o diálogo com os objetivos de estudo e questionamentos da pesquisa. Em sentido geral, as entrevistas buscaram a rememoração de vivências, experiências e práticas de sujeitos que participaram diretamente do cotidiano pedagógico do Externato Santa Teresinha no período aqui estudado.

Para a primeira versão deste trabalho dissertativo (o chamado relatório de exame de qualificação da pesquisa), foi possível entrevistar três pessoas: Altina Maria Barcelos, Eunice de Fátima Silva Bagliano e Chede Abud. Quanto à escolha dos entrevistados, foi observada a “[...] qualificação de quem se entrevista”, de modo que sua fala pudesse ter o “caráter testemunhal” necessário à produção de fontes orais (MEIHY, 2017, p. 39). Noutras palavras, a escolha dos entrevistados seguiu o critério *ter trabalhado ou estudado no externato*. Afinal, seus relatos seriam as fontes principais para desenvolver a pesquisa aqui descrita.

Uma vez delineados os possíveis entrevistados, o passo seguinte foi contatar os futuros informantes para conseguir o aceite quanto a participar da investigação. Para tanto, houve esclarecimentos, em especial, sobre a metodologia, seus fins e a importância da entrevista para que a metodologia pudesse ser aplicada. Buscando-se o máximo possível de sinceridade e transparência, foram esclarecidos e enfatizados não só a finalidade da pesquisa, mas também o respeito aos informantes. Nesse sentido, foi importante frisar a existência de um documento a ser assinado por cada entrevistado não só consentindo o uso acadêmico das entrevistas, mas também cedendo os direitos para usá-las em forma de publicação.

Firmado os consentimentos, foi necessário fazer um levantamento biográfico dos informantes como forma de preparação para a entrevista planejada. A ideia foi obter uma compreensão prévia mínima da vida pessoal, profissional e escolar; de peculiaridades individuais como condições físicas para falar seguidamente por mais de meia hora, inclinação a falar com disposição (engajamento e detalhamento na conversa), tom de voz, dicção e outros se que se fizessem pertinentes ao andamento bem-sucedido de cada entrevista. Ainda no primeiro contato, foi acertada a ocorrência da entrevista planejada; também foram pedidos, a cada entrevistado, documentos (pessoais), fotografias e outros registros materiais para dar mais solidez ao processo de construir as narrativas dos entrevistados e é claro da pesquisa como um todo.

A entrevista seguiu um roteiro inicial, mais geral, para descobrir informações sobre a história do Externato Santa Teresinha e no qual os entrevistados podiam falar livremente. Esse momento de fala gerou repetição excessiva; mas esta não foi nem um pouco desimportante para o assunto. Foi útil como complementação e reiteração. Aberto e flexível, esse roteiro serviu de orientação para acompanhar a entrevista mais planejada, para que fosse conduzida sem esquecimento de tópicos importantes. De forma natural, outras perguntas surgiram no decorrer da conversa no primeiro momento, de modo que puderam ser feitas depois em um roteiro individual.

A elaboração do roteiro individual surgiu do cruzamento entre roteiro geral e dados biográficos de cada entrevistado. Nesse momento, foi possível elencar particularidades de cada um e do que era comum ao grupo, de modo a dar abrangência ao conhecimento sobre o tema. Foi feito um roteiro de entrevista direcionado para obter dados da formação (inicial e profissional) e atuação profissional (práticas escolares) dos docentes, bem como das atividades estudantis no externato. Enquanto o primeiro roteiro, mais geral foi o ponto de partida para ir a campo, o segundo, mais específico, contribuiu para o desdobramento e aprofundamento da investigação.

Como o ambiente onde ocorre a entrevista pode influenciar na concentração, na qualidade das gravações e no tempo, dentre outros fatores, a escolha do local foi importante. Por opção dos entrevistados, as entrevistas ocorrem em suas respectivas residências. A duração variou em função da interação criada com cada entrevistado; mas duraram a média de uma hora a uma hora e meia de gravação. Era fundamental que o encontro não se tornasse cansativo nem fosse enfadonho para os informantes.

Com efeito, encerrar as entrevistas foi decisão guiada em grande medida pelo fator tempo. Foram considerados o número-limite de dois encontros, o escopo dos assuntos e os temas

explorados: se todos os itens haviam sido abordados; se valia a pena voltar a pontos sobre os quais o entrevistado não quis falar em dado momento; se o assunto começou a se repetir em demasia; se todas as perguntas do roteiro haviam sido exploradas. Além disso, para um fechamento tranquilo, harmonioso e com transparência, uma retomada explicativa breve dos objetivos estruturantes da pesquisa ajudou a reiterar, para os entrevistados, o papel de cada um, ou seja, a medida de sua contribuição, e eventuais acréscimos ao que foi relatado. No último encontro, foi apresentada para ser assinada a carta de cessão de direitos, pré-elaborada. Antes, houve esclarecimento de que se tratava de documento de formalização burocrática, a ponto de exigir assinatura em duas vias para que nada se modificasse no conteúdo de ambas.

Foi preciso ter claro que a entrevista criaria um ambiente passível de fazer aflorar sentimentos e emoções que poderiam variar de pessoa para pessoa e interferir na rememoração como estímulo à fala ou ao silêncio. Em todo caso, tais sentimentos e emoções compõem o todo da expressão dos informantes e não poderiam ser relegados a segundo plano. A participação direta e engajada dos entrevistados nos diálogos se mostrou em seus estados emocionais durante a rememoração.

Houve momentos nas entrevistas em que o entrevistado se expressou de forma não apreensível pelo gravador, com lágrimas, gestos, feições, piscadas, dentre outras. As circunstâncias que mais mudaram o estado emocional delas aludiam à lembrança do Externato Santa Teresinha e da formação profissional. O tom e o ritmo da conversa tendiam à nostalgia. Foi imprescindível respeitar ao extremo não só esses momentos — que eram, também, de silêncio reflexivo, conclusivo e rememorativo (busca na memória); mas ainda os momentos de fala, para não interromper o fluxo do relato e da exposição memorial. Esses momentos foram observados quando as entrevistas criaram a expectativa de elucidar partes da fala que, de imediato, pareciam ser pertinentes.

Caso se possa dizer que certa lembrança motivada por dado sentimento, como o de nostalgia, tenha inibido a voz dos entrevistados em esclarecimentos e recordações, por exemplo; também se pode dizer que o gravador teve efeito parecido no decorrer de algumas entrevistas. Houve quem, na hora da conversa, gesticulasse com a intenção de pedir que a entrevista fosse interrompida ou para dizer que certas falas não podiam ser gravadas em áudio. Nessas horas, foi preciso relembrar e esclarecer que seria feita a transcrição do relato e que uma cópia seria entregue a cada entrevistado para que pudesse ler, reler, rever, corrigir, alterar, suprimir, acrescentar... antes de dar o aceite. Foi frisado que só após o aceite seriam publicadas as entrevistas. Essa reiteração trouxe tranquilidade e confiança.

Uma vez acertadas as condições documentais e de realização das entrevistas, foi preciso definir a ordem em que ocorreriam. O critério adotado foi o grau de envolvimento de cada entrevistado com o Externato Santa Teresinha. Nessa lógica, a primeira entrevista foi com Barcelos, que trabalhou no colégio durante muitos anos como secretária; a segunda entrevista foi com Chede Abud, sobrinho de Maria Abbud e que foi criado por ela. A finalidade dessa escolha foi construir um arcabouço para estruturar a pesquisa.

Altina Maria Barcelos, doravante Barcelos. Essa foi a primeira pessoa contatada na busca por informações sobre a escola e tendo em vista a possibilidade de fazer indicações de outras pessoas e de documentos. Esse contato ocorreu nos primórdios da decisão de estudar historicamente o Externato Santa Teresinha. Depois, houve um segundo contato para ver se ela poderia conceder uma entrevista à luz da História Oral para falar da escola, registrar informações que ela havia passado no primeiro contato e acrescentar outras. De início, ela hesitou, justamente, pelo desconforto da gravação em áudio. Após esclarecimentos, concordou em falar. Foi, então, agendada a data para o segundo encontro. Barcelos preferiu sua residência como local da entrevista, pois cuida de uma irmã doente, de modo que não pode se ausentar por muito tempo.

Numa tarde de sábado, Barcelos falou pela primeira vez ante o gravador. Relatou memórias do Externato Santa Teresinha, sobre como e quando começou a trabalhar e suas funções. Afirmou a data de fundação da escola e mencionou o nome dos responsáveis. Referiu-se à diretora Maria Abbud, que ocupou a direção por muitos anos. Disse como esta foi escolhida para dirigir a instituição e falou da morte dela. Aludiu ao funcionamento da escola, à metodologia utilizada, aos eventos comemorados e com muito pesar, ao fechamento. A entrevista de Barcelos não só esclareceu pontos obscuros sobre certos acontecimentos relativos à escola, como também deu mais direcionamento para os desdobramentos da pesquisa.

O segundo narrador foi Chede Abud, doravante Abud. Parente próximo da diretora, Maria Abudd, ele foi aluno do Externato Santa Teresinha. Ao entrar em contato com Abud, foi marcada entrevista em sua residência, em uma noite do meio da semana, conforme sua disponibilidade. Em sua entrevista, ele falou de Maria Abbud: origens e composição da família, formação acadêmica e religiosa, homenagens recebidas na cidade, doença e morte. Contou sobre o funcionamento do externato. Referiu-se à venda e ao seu encerramento. A entrevista foi importante porque tocou informou muito da biografia da diretora.

Em seguida, consegui a entrevista com dona Eunice de Fátima Silva Bagliano, doravante, Bagliano. Nos contatos para fazer o convite para participar da pesquisa, ela aceitou

de pronto! Mais que isso, após responder a questionamentos mais genéricos, indicou duas professoras que trabalharam no Externato Santa Teresinha no período estudado e que, talvez, pudessem falar também: Maria Angélica Diniz Póvoa e Lêda Maria Borela Diniz Póvoa. Bagliano contou que conviveu com os Abbud desde pequena, de modo que falou da chegada da família a Araguari e de suas peculiaridades. Também disse que, aos 12 anos de idade, trabalhou no externato, de início como servente, depois na secretaria, enfim, como auxiliar da professora regente. Relatou que, após se graduar no magistério, passou a trabalhar como professora na prefeitura de Araguari. Ela se lembrou dos anos e das séries atendidos e da metodologia utilizada. Ainda enumerou professoras e alunos. O exercício de recordar não escondeu as saudades dela daqueles tempos.

A entrevista com Bagliano foi construída com base em laços de confiança estabelecidos com solidez. Não por acaso, exemplificou a máxima, ao menos na História Oral, de que cada sessão de entrevista com o mesmo entrevistado é única; cada relato não será dado da mesma forma. Com efeito, na primeira entrevista, a entrevistada disse que ajudava as professoras do Externato Santa Teresinha, mas não falou com clareza que não havia trabalhado como docente; foi na segunda, após ficar mais confiante, que disse claramente que, mesmo sendo habilitada, nunca “pegou uma sala de aula no Externato Santa Teresinha” porque era servente. Supostamente, como professora, não seria vista com bons olhos por pais de alunos. A entrevista foi relevante como acesso à formação e atuação profissional de Bagliano, sobretudo às práticas de ensino do externato.

No mesmo dia em que Bagliano indicou mais uma possível narradora a Maria Angélica Diniz Póvoa para ser entrevistada, foi possível fazer o contato com ela, e a mesma se prontificou a contribuir para a pesquisa de tal modo, que o encontro foi marcando para a semana seguinte ao contato, em sua residência. Durante a entrevista, ela disse que sempre estudou no “Colégio das Irmãs”, desde os primeiros anos do primário até o curso normal. Lembrou com saudades desse tempo. Seu relato informou que, após concluir o magistério, ela começou a trabalhar no Externato Santa Teresinha como professora, além de ingressar no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari. Ao final da graduação, casou-se e mudou-se para Brasília, onde não exerceu a docência. Durante a entrevista, ao ser questionada sobre o conhecimento de outras professoras que trabalharam no externato no mesmo período, indicou sua cunhada, Lêda Maria Borela Diniz Póvoa, doravante Borela.

Dada a possibilidade de ter mais uma narradora, foi feito o contato com ela a fim de falar da pesquisa e convidá-la a participar. Borela ficou receosa de início. Disse que iria

pensar e que faria contato depois. E fez, por telefone, para marcar a data da entrevista em sua residência. O receio inicial deu lugar à abertura, pois ela buscou documentos de época em seu acervo pessoal e fez anotações para enriquecer a entrevista. Contou que estudou no Externato Santa Teresinha durante dois anos (primeiro ano atrasado, primeiro ano adiantado) e lecionou depois. Também estudou no Grupo Escolar Raul Soares, onde cursou o restante do primário até a conclusão do secundário, para, então, fazer o curso normal no “Colégio das Irmãs”. Ao mesmo tempo, começou a trabalhar no externato, como professora. Logo depois ingressou na faculdade de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari. Finda a graduação, começou a trabalhar como docente nessa faculdade, onde ficou por 26 anos como docente de Psicologia, Sociologia Geral e Sociologia da Educação. Embora houvesse um roteiro para a condução da entrevista, Borela quis contar sua história cronologicamente, o que se mostrou produtivo porque facilitou não só a organização de seu relato, mas também e sobretudo a compreensão de sua trajetória.

Como se lê, as entrevistas aconteceram de forma mista. Isso quer dizer que em dado momento os entrevistados puderam falar livremente, em outros falaram como mais direcionamento. Uma consequência foi o excesso de repetição de conteúdos, embora caiba ressaltar que mesmo a redundância foi importante, pois às vezes vinha com complementos ao que foi dito antes, às vezes apontava discrepâncias. Cada entrevista pôde ser lida e relida em função das particularidades de cada entrevistado, mas sem que se perdesse o sentido de memória coletiva; ou seja, de um grupo de sujeitos que, em seu campo de prática social, tiveram experiências de natureza similar, vivências e impressões parecidas em relação a espaços, pessoas, práticas, objetos e acontecimentos ocorridos numa mesma instituição escolar e em circunstâncias de ensino, aprendizagem e administração escolar. Além disso, para ajudar na recordação de detalhes, houve tomada de notas durante as entrevistas (sobre nomes próprios, gestos, expressões e outros) para ajudar na compreensão da gravação mediante a relembração de informações importantes no momento de passar os relatos orais para a forma escrita. As gravações foram registradas em arquivos digitais que pudessem facilitar ao máximo seu arquivamento, sua organização e seu manuseio (escuta) em programas de computador como o editor de texto Word.

1.2.2 *Fontes orais: materialização e fins*

Transformar o oral em escrita, passar o texto do estado oral ao gráfico, é um procedimento central na metodologia da História Oral, ou seja, na pesquisa escolhida para realizar esta dissertação. Esse processo foi feito logo após cada entrevista para aproveitar o

frescor das lembranças de como foi o encontro e enriquecer a etapa de transcrição. Seguiu-se a sugestão de, antes de começar a transcrição, ouvir trechos para familiarização com a fala gravada de cada entrevistado. O processo demorou. Antes da transcrição, cada entrevista foi ouvida em sua totalidade e com pausas após certas falas para aferir a qualidade da gravação e clareza da dicção; para ouvir a construção de raciocínios até o final, sem antecipar conclusões de pensamentos, dentre outros pontos. Então teve início a transcrição propriamente dita, com atenção à entonação e ao ritmo da fala para que a pontuação pudesse organizar a apresentação do relato sem descaracterizar elementos como ênfase no tom, cortes e suspensão de pensamentos mediante frases inconclusas, suspensas no fluxo do relato; enfim, para que não se suprimissem falas. O processo de ouvir a gravação e digitar o texto foi permeado por pausas para ler e reler as anotações feitas durante o diálogo das entrevistas.

Uma vez pronta a transcrição (ver APÊNDICE 3) de cada entrevista, veio a etapa de conferência da fidelidade entre áudio e arquivo de texto, ou seja, entre fala e escrita, para averiguar discrepâncias. A etapa se desdobrou mediante a escuta do áudio simultânea à leitura da transcrição. Essa conferência confirmou nomes, datas, fatos e referências, a fim de que a transcrição não ficasse com erros factuais nas informações dadas. A consulta a dicionários, enciclopédias e obras de referência ajudaram a garantir mais exatidão ao texto transcrito. Isso porque eventuais enganos, sobrenomes, codinomes e apelidos citados por cada entrevistado foram transcritos como tais e explicados em nota de rodapé corretiva, quando foi o caso. Igualmente, essa etapa demorou, porque foi permeada por pausas para ajustes, mudanças, correções e acréscimos a fim de deixar a transcrição em condições de ser lida com fluência. A primeira leitura da versão com modificada validou essa condição de clareza (também trouxe à mente a lembrança de mais detalhes dos encontros com os entrevistados).

As transcrições apresentaram a uniformidade e padronização necessárias à escrita, inclusive convenções como cabeçalho, menção ao nome dos falantes e a despedida. Foi preciso lançar mão de certas marcações para preencher as falhas, fazendo uso de símbolos que indicam interrupção de gravação, ênfases, silêncio, risos, emoção, trechos lidos e enunciados incompletos. Essa necessidade se impõe porque as entrevistas vão ser publicadas em meio a uma sociedade fundada na escrita formal e no papel (ou sua representação digital) como medida do que seja um documento. A fala espontânea, por mais que seja guiada, ainda tende a ser desvalorizada como documento. É como se a condição de fonte de dados pressupusesse características da fixidez e estabilidade, a exemplo de uniformização ortográfica, pontuação, interpolação de explicações, sinônimos, desdobramentos de siglas, indicação de datas e inclusão de complementos etc. Além disso, são desejáveis não só a exatidão cronológica, mas

também a seriação temporal como elementos de estruturação do conteúdo da rememoração dos entrevistados. Em geral, a elaboração dos roteiros responde pela forma de organização do relato; ainda que a espontaneidade de fala e o fluxo da memória e da conversa tendam a pôr em xeque eventuais expectativas de que tudo vá “sair conforme o *script*”.

Cabe aqui retomar o argumento de que até os anos 1990 o uso de fontes orais não era praxe em meio a historiadores de sociedades modernas. Supostamente, não eram confiáveis do ponto de vista de ser fiéis à realidade objetiva a que se referiam. Logo, não serviam à reconstrução do passado. Justificava-se que a história deveria ser escrita segundo documentos oficiais e de época, de forma objetiva. Com efeito, a metodologia da História Oral pressupõe lidar com o tempo presente, ou seja, com sujeitos que estão vivos e relembrando sua história no presente. Nessa lógica, as fontes orais podem ser entendidas como fruto das lembranças que alguém se dispôs a narrar; como elaborações verbais de experiências que entraram para o repertório da memória de quem, porventura, teve de contar sua história e cuja expressão oral as renova à medida que novas experiências se acrescem ao que foi acumulado e repertoriado como recordação. Como afirmam Ferreira e Amado (2006, p. 15), as fontes orais “são fontes narrativas” sobre o passado produzidas no presente, como são narrativos os textos que relatam dada história. Assim, elas teriam um caráter de ficção, de invenção de um universo.

Por outro, também a leitura de tais fontes tende a ser distinta conforme o repertório de experiências de quem as lê. É provável que, por exemplo, as entrevistadas docentes leriam as entrevistas das colegas com uma capacidade de apreensão distinta daquela subjacente à leitura dos relatos feita nesta dissertação; justamente porque o repertório de lembranças delas é o de quem experimentou, na prática cotidiana, o contexto reconstruído por cada narrador.

A transcrição pronta foi submetida aos respectivos entrevistados para que lessem e fizessem ajustes, correções, mudanças, cortes e o que mais considerassem como necessário para assinar o “Termo de consentimento livre e esclarecido” (vide APÊNDICE 3), que autoriza a publicação das entrevistas. Com o aceite de uso e as fontes orais em mão para desdobrar a pesquisa, era chegado o momento de relê-las analiticamente numa abordagem histórica e considerando a subjetividade em torno de sua produção e os meios empregados na passagem do oral ao escrito.

A leitura histórico-analítica das entrevistas como fontes históricas visou, então, apresentar uma compreensão de dado recorte do passado do Externato Santa Teresinha com base na história que foi contada pelos entrevistados, seja pessoal, seja coletiva, que se depreende do contexto relatado. Embora se possa pensar em um grau de subjetividade na origem de tais fontes, como se fosse uma visão muito pessoal, convém dizer que importa

extrair delas o elemento simbólico, cultural; o qual, dada sua natureza, não estaria restrito a *um* entrevistado, mas permearia a história de vida contada por *todos* os entrevistados. Nesse sentido, caso se possa dizer que as fontes orais se distinguem de outras formas documentais em razão de sua distância do fato histórico, diferentemente de documentos de época produzidos para ser escritos, também se pode dizer que se assemelham, porque, dos documentos escritos e de época, interessa extrair, também, o elemento simbólico, cultural, sobretudo o elemento contextual, não dito etc.

Contudo, os narradores de uma pesquisa fundada na metodologia da História Oral são importantes, também, para a localização e o acesso a outros documentos passíveis de ser usados como fonte histórica e complementar às fontes orais. Essa importância se projetou, por exemplo, na entrevistada Barcelos. O procedimento inicial de ida a campo em busca de fontes foi, justamente, procurar por alguém que pudesse dar informações sobre o externato. Sabia-se que ela havia trabalhado na instituição por muito tempo, por isso o primeiro passo da pesquisa foi procurá-la a fim de sondar as possibilidades de contribuição para a pesquisa. Esse contato primeiro foi uma conversa informal registrada apenas pela memória e por notas breves; o fio condutor foi a história do Externato Santa Teresinha: suas origens e fatos de sua história; também sobre lugares que poderiam conter documentos e informações úteis para escrever a história dessa escola. Com prontidão e disponibilidade, ela deu informações importantes para localizar, além de outros narradores, documentos e fotografias que se mostrariam úteis ao desenvolvimento e à sustentação da pesquisa. Além disso, houve entrevistado que concedeu acesso a seus arquivos pessoais, como fotografias do acervo da família da diretora Maria Abbud.

1.3 Da oralidade à documentação: história cultural e fontes documentais e iconográficas

Com efeito, a possibilidade de encontrar e lidar com documentos históricos não orais para concretizar a pesquisa exigiu buscar outros suportes históricos conceitual-metodológicos; ou seja, foi preciso ir além da História Oral. A questão que se impõe é encontrar, na história feita ao longo do século XX, uma vertente que possa oferecer a uma metodologia de pouca tradição histórico-acadêmica. Existe confusão e dificuldade em classificar a abordagem historiográfica em um único campo. Essa tentativa incorre no risco de que o trabalho seja empobrecido, porque para a “[...] realidade social não é separada por dimensões” (BARROS, 2004, p. 22-29). Tem havido uma quebra acentuada do conhecimento, ou seja, uma divisão do conhecimento em subáreas “hiper-especialização do conhecimento histórico” — que pode acarretar problemas complexos em relação à cultura, pois é preciso cuidar para não dar valor a

um único objeto em detrimento dos que o circunda, e integram o todo. Barros afirma ainda que “A tendência do historiador do século XXI, pode-se prever, será de trabalhar cada vez mais habitualmente em um campo de interconexões, mesmo que ele conserve a sua especialidade”.

Nesse sentido, uma possibilidade mais coerente com a metodologia central da pesquisa foi recorrer ao suporte da chamada história cultural: enfoque associado com a corrente de estudos ligada à revista francesa *Annales*, cujos historiadores se opuseram ao paradigma científico-positivista que então havia se projetado na escrita da história. Tal corrente de estudos históricos “[...] nasceu em grande parte de uma revolta contra a história positivista do século XIX”. Essa historiografia era a história dos acontecimentos e pessoas de vulto, de uma classe dominante e sempre baseada na análise de documentos oficiais e de forma supostamente objetiva. Diferentemente, os franceses postularam uma “história vista de baixo”, ou seja, uma história das opiniões do povo e suas experiências de mudanças sociais. A história da parcela populacional que durante muito tempo foi excluída: pobres, analfabetos, mulheres, crianças, negros, loucos e outros. Firmou-se a intenção de uma “história total”, ou seja, de que “tudo tem história”, todo o passado pode ser reconstruído e relacionado. Enquanto no paradigma tradicional fazer história era tratar de política, ainda que outras histórias continuassem a existir, estas eram relegadas a segundo plano sob os interesses historiográficos (LE GOFF, 1990, p. 28).

O que era inabalável agora passa a ser considerado uma “construção cultural”, com variações de tempo e espaço, em que a “[...] realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 1992, p. 11), desfazendo a referência do que é periférico ao que é central em história. Por outro lado, na segunda abordagem, a mudança de percepção manifestada em expressões cada vez mais comuns, o que era conhecido como “sociedade” hoje recebe o nome de “cultura”, ampliando-se, dessa maneira, esse conceito. Obviamente, o interesse histórico pela cultura é anterior à “revolta dos franceses”; e, como vertente explorada por essa história de origem francesa, sua aparição com mais vigor ocorreu a partir dos anos 1970, quando passou por uma renovação de perspectiva de abordagem, quando se buscou estudar um passado que outros historiadores deixaram de examinar por ser “[...] difícil e importante de se compreender ou não foi possível alcançar” (BURKE, 1992, p. 19).

A história cultural “[...] tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 16–7). O dar-se a ler de tal realidade ocorreria, em grande medida, por formas simbólico-materiais de representá-la, sejam escritas, manuscritas ou iconográficas,

por exemplo. Com efeito, essa história de viés francês promoveu uma “[...] ‘revolução documental’ que mantém com a história nova relações ambíguas” (LE GOFF, 1990, p. 17): as fontes foram ampliadas — podem ser orais e visuais, documentos impressos e manuscritos etc. — e passaram a comportar um olhar particular, em que o relativismo cultural está presente na escrita e nos objetos da história.

Como esclarece Chartier (2002, p. 20), a representação pode ser entendida como a possibilidade de ter acesso — por exemplo, ver — algo ou alguém que está ausente como realidade física, objetiva, palpável. A fotografia de uma pessoa, então, seria um tipo de representação que faz presente o ausente, ou seja, que o revive na memória e que motiva sua expressão verbal, dentre outras possibilidades. Convém frisar que a representação do objeto não é objeto representado; a estátua ou o busto de alguém em praça pública não é esse alguém. Além disso, ainda segundo Chartier (2002), a representação pode ser entendida como relação simbólica entre o objeto visível e o seu significado moral, a exemplo da imagem do leão simbolizando o imposto de renda, o que permite caracterizá-lo em relação a outros símbolos.

Além disso, conforme Prost (2008, p. 75), o historiador em seu fazer passou a ir a campo com questões, com questionamentos, também com hipóteses, pois nessa vertente de estudos históricos francesa a história não seria a enumeração pura e simples, cronológica e descritiva, para ficar nesses atributos. “As questões ocupam uma posição decisiva”. É função dessa atitude questionadora que o historiador vai procurar e tratar suas fontes, a fim de extrair esclarecimentos necessários para responder a seus questionamentos ou comprovar suas hipóteses. Isso, porém, não significa que suas fontes sejam esgotáveis, que não aceitariam outras análises e interpretações; que não se submeteriam a outros questionamentos. A utilidade de cada uma estaria, justamente, na medida do questionamento, ou seja, da pertinência, plausibilidade e viabilidade da resposta.

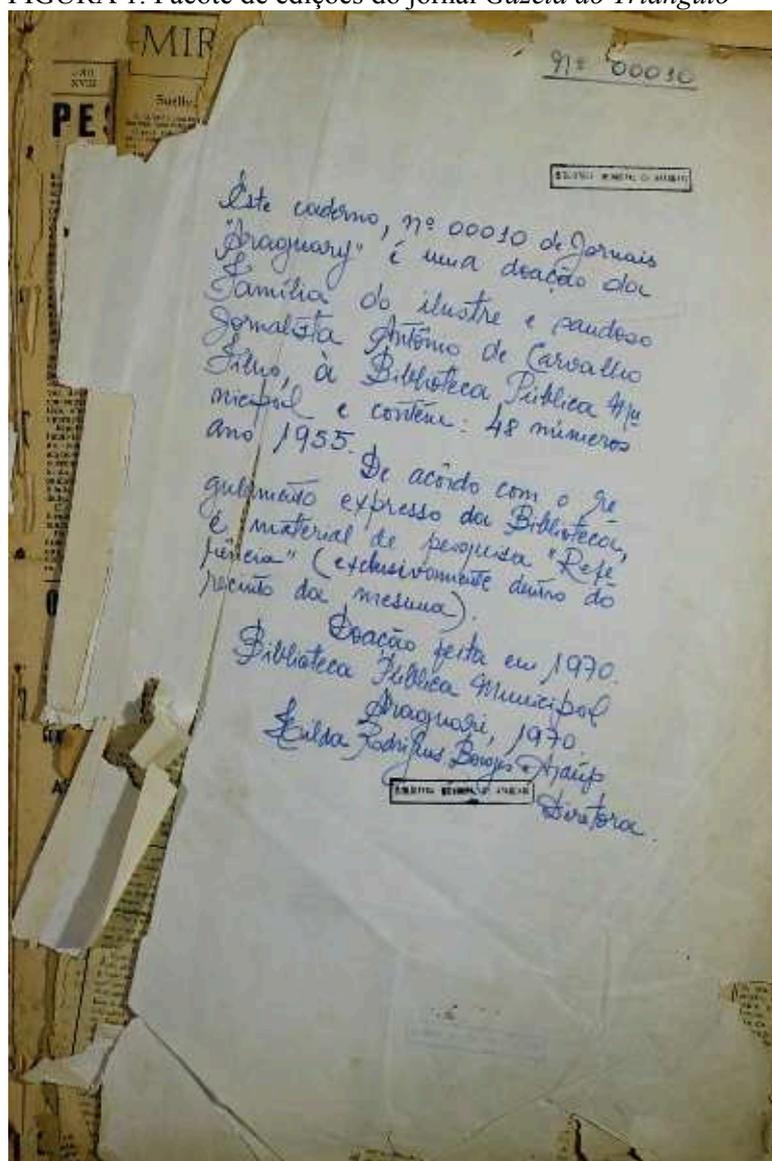
Essa descrição contextual de pressupostos da história cultural aponta, então, a base conceitual sobre a qual foram considerados os documentos encontrados, de início, conforme informações dadas pela entrevistada Barcelos. Graças a sua memória, veio à tona o nome Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, que poderia ter arquivados documentos do externato na Escola Estadual Rainha da Paz, de Araguari. A consulta a essa instituição levou a documentos do Externato Santa Teresinha e do Colégio Regina Pacis (ao qual pertenceu o externato em dada época, convém lembrar). O resultado dessa busca foi o acesso a informações sobre o Santa Teresinha que seriam importantes para reforçar a base da pesquisa.

O passo seguinte foi procurar a Escola Estadual Rainha da Paz, onde estão arquivados documentos do Externato Santa Teresinha. A direção da escola se prontificou a ajudar. Para tanto, foi acionada a bibliotecária da escola, que, ao fim de abril, informou a existência de arquivos. Estavam em uma sala de aula inativa, onde estavam depositados documentos do Colégio Regina Pacis, além de mesas e cadeiras quebradas, peças de computador obsoletas. Isso leva ao que diz Buffa (2002, p. 28)

Todos os que têm alguma experiência com a pesquisa em arquivos conhecem as precárias condições em que eles se encontram. Caixas com documentos importantes misturam-se a restos de cortinas, carteiras quebradas e muitos ácaros. Essa é mais uma razão para pesquisar a história das instituições escolares e tentar preservar o que ainda resta de nossa memória educacional.

Contudo, os documentos do Externato Santa Teresinha não estavam guardados no mesmo lugar onde estavam os do Colégio Regina Pacis; ou seja, os materiais foram encontrados sob uma rampa onde ficam guardados produtos de limpeza da escola, dentro de quatro armários escolares, em caixas de papelão próprias para escritório. Contêm diários de classe, livros de ponto, certificados em branco, boletins, carnês de pagamento de mensalidade, ficha de avaliação, correspondências diversas e outros documentos, registros de ex-alunos, recibos; mas sem nenhuma organização formal aparente, como sequência cronológica. Isso dificultou a consulta para eventual uso na pesquisa aqui descrita, ainda que não fossem documentos relativos ao período estudado.

A busca seguinte ocorreu no Arquivo Público Dr. Calil Porto, em Araguari, onde há fotografias, recortes de jornal e livros com edições do jornal *Gazeta do Triângulo* do período 1932–70 (FIG. 1).

FIGURA 1. Pacote de edições do jornal *Gazeta do Triângulo*

Transcrição da “folha de rosto” da coletânea do jornal *Gazeta do Triângulo*: “Este caderno, nº 00010 de Jornais ‘Araguary’, é uma doação da Família do ilustre e saudoso jornalista Antônio de Carvalho Filho, à Biblioteca Pública Municipal e contém: 48 números ano 1955. De acordo com o regulamento expresso da Biblioteca, é material de pesquisa” Referência” (exclusivamente dentro do recinto da mesma). Doação feita em 1970. Biblioteca Pública Municipal. Araguari, 1970. Zilda Rodrigues Borges Araújo – Diretora”.

Fonte: Arquivo Público Dr. Calil Porto, Araguari, MG

Também foram encontradas fotografias de: missa, primeira comunhão e festas, de professoras, alunos e colégio. Mas têm pouca identificação ou informação de período, autoria da fotografia e dos eventos registrados.

Foram dois meses de pesquisa intensa, nos quais se encontrou diversas informações que contribuíram significativamente para a pesquisa.

Tendo em vista a lógica de que a História Oral possibilita escrever a história daqueles e daquilo que supostamente não têm passado, dos excluídos da história dos dominantes, a pesquisa com tal metodologia fez virem à tona histórias que, de outro modo, ficariam latentes, à mercê de alguém que se dispusesse a contá-las. Com efeito, a pesquisa de campo sobre o Externato Santa Teresinha projetou sujeitos que participaram do processo histórico da escola e cujas lembranças se tornaram elemento central para sustentar e desenvolver a investigação aqui apresentada. Suas memórias permitiram derivar um olhar para suas representações e a construção de uma identidade como partícipe das práticas escolares ocorridas no externato no período aqui estudado. Sobretudo, suas memórias ajudaram a recriar acontecimentos importantes não só da atuação docente e da escola, mas também de um contexto mais amplo, a sociedade da Araguari, que corriam o risco de se perderem no espaço e no tempo; de ser esquecidos ou ignorados.

Não por acaso, a prontidão que cada entrevistado demonstrou como participante da pesquisa pode ser lida como indício do desejo de contar sua história porque se trata de um assunto muito particular e marcante para cada; símbolo de uma etapa de vida. Se a escola se trata de algo central para a pesquisa, associa-se ao objeto de estudo, não é menos importante para os entrevistados. E se este estudo se justifica, então se justifica a história deles. A narrativa de Bagliano apresentou um tom saudoso ao se referir às emoções e aos sentimentos que o relembrar daqueles tempos evocava nela; ou seja, lembrar dos tempos em que estudou e trabalhou no Externato Santa Teresinha era algo que a movia internamente, que a tirava de certo estado de espírito porque mexia com as emoções dela. Assim, as narrativas de cada sujeito foram importantes, também, para contarem suas histórias, buscar memórias, organizá-las em um fluxo e deixar fluir a fala, cada qual a seu modo.

Em que pesem as singularidades de cada entrevista, de cada entrevistado, o ponto de vista que se delineou sobre o Externato Santa Teresinha derivou de uma memória coletiva na medida em que as falas de cada informante convergiram para um fio condutor, a um processo histórico. Ao falarem do externato, estrutura física, práticas de ensino, aulas de ensino religioso, currículo, datas comemorativas etc., foi possível perceber entrelaçamento das falas; compreender que, quando o enfoque era história de cada um, isso era confirmando na coerência e convergência de percepção e assimilação das atividades e do cotidiano escolares que se associa com a ideia de uma memória coletiva, foi possível inferir dos relatos a natureza do externato como instituição escolar. Era uma escola particular e confessional. A oferta de

bolsas de estudo teve pouco efeito na visão de que era uma escola que funcionou seguindo a lógica de que a seleção era indício de prestígio: quanto menos acessível ao público geral, mais acessível à elite econômica de Araguari, que desejava se distinguir na sociedade pelos seus símbolos, a exemplo da educação numa escola de prestígio social.

Contudo, as entrevistas permitiram inferir que tal prestígio não foi maior que a inadequação pedagógica. O ensino no Externato Santa Teresinha era considerado tradicionalista, como sugere o uso do método silábico e da *Cartilha da infância*. Daí que dos anos 1990 em diante a abertura de escolas particulares não confessionais com a promessa de inovações educacionais levou à redução gradativa do corpo discente do externato até seu desaparecimento da paisagem urbana, aquela que seu prédio outrora caracterizou.

Não foi sem indícios de tristeza que os entrevistados falaram dessa etapa final, sobretudo as professoras, que participaram diretamente do processo histórico do Externato Santa Teresinha, sejam como discente, seja como funcionário. O vínculo que estabeleceram com a escola tinha um nível elevado de envolvimento. Trabalhar nessa escola era uma possibilidade associada a relações e contatos sociais, ou seja, a indicações. As professoras, por exemplo, eram convidadas. Não por acaso, permaneciam por longo tempo. Quando deixavam a instituição, era por motivos particulares. Também se exigia formação no magistério central. As docentes que atuaram no externato fizeram o curso normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus, então o único estabelecimento a oferecer tal curso na cidade e região, de modo que recebia moças de outras cidades.

Essa condição de se formar e atuar em escolas vinculadas a Igreja Católica é um elemento central para entender e escrever a história do Externato Santa Teresinha, pois aludem ao contexto educacional maior em que se enquadrava a educação em Araguari, sobretudo a particular. No período recortado para este estudo, o debate sobre a educação experimentou momentos de efervescência, justamente, pelo embate em torno da escola pública e da escola particular; ou seja, da ação educacional do governo de um Estado laico e da tentativa de restabelecer um poder sobre a educação destituído pela declaração de que o Brasil seria um Estado laico após a proclamação da República e que tal Estado teria a educação pública como pauta central. Para ampliar esse argumento do contexto geral de existência e funcionamento do externato, o próximo capítulo discorre sobre as relações entre Estado, educação e Igreja Católica.

2 PRESENÇA DA IGREJA NO ENSINO ESCOLAR

A intenção de escrever parte da história do Externato Santa Teresinha tem de considerar que tal escola, em seu passado, alinhou-se duplamente no contexto das relações entre educação e Igreja no Brasil. Em parte, pelos preceitos religiosos presentes diretamente no funcionamento de uma escola confessional; em parte, pela orientação católica presente indiretamente no externato por intermédio de professoras que se formaram, cabe reiterar que no Colégio Sagrado Coração de Jesus, a única instituição de Araguari e região a oferecer curso normal. Essa vinculação dupla, direta e indireta demanda construir um entendimento das relações entre educação e Igreja no Brasil: da participação desta naquela. Não só tais relações remontam aos tempos da Brasil colônia, quando se instaura um processo educacional escolar, como ainda foram cortadas nos tempos de Brasil República, quando o processo educacional passou a ser política pública central para concretizar ideais que moviam os republicanos; em especial, o ideal de progresso econômico e social condicionado, para o qual analfabetismo era um entrave-chave.

Na esteira de tais relações, o aparecimento das escolas confessionais católicas e privadas remonta ao início do século XIX, como já apontou a história da educação e das instituições escolares do Brasil. Por não ter finanças para promover a universalidade do ensino, o Estado monárquico decretou a divisão da responsabilidade pela formação escolar com a Igreja. Um movimento de ampliação do número de escolas confessionais católicas e de outras confissões religiosas marcaria o período da Primeira República (1889–1929), em um processo de “romanização da Igreja no Brasil” (TABRAJ, 2018, p. 572) e de concorrência com o aparecimento de escolas confessionais protestantes país afora.

Com efeito, este capítulo contextualiza uma trajetória da história da educação no Brasil com enfoque nas relações institucionais entre Igreja e escola, ou seja, entre Igreja Católica e escola confessional privada. O capítulo apresenta um panorama de como era a educação no período proposto para estudo, de modo a ir do geral ao particular; ou seja, a analisar e compreender as práticas escolares no Externato Santa Teresinha, escola de Araguari, MG, entre 1942 e 1972, quando pertenceu aos padres do Colégio Regina Pacis. A trajetória histórica aqui exposta articula e conjuga leituras de autores como Saviani (2007), Moura (2000), Gatti Júnior et al. (1997), Monteiro (1994), Naves e Rios (1988), Carvalho e Gonçalves Neto (2002), Mameri (1988) e outros. Todos contribuíram para construir um

esclarecimento de como funcionava a educação, sobretudo a confessional, no período recortado para este estudo.

2.1 Influência da religião na educação escolar

De fato, as escolas confessionais e as escolas privadas de orientação religiosa apareceram no começo do século XIX; mas instituições de ensino confessionais já eram reconhecidas desde a época dos jesuítas. Não por acaso, ao longo do período colonial, passando pela época do império, para chegar à República, muitas escolas ficaram sob o comando da Igreja, cuja influência pesava em decisões políticas para o ensino escolar. Todavia, remontam a antes desse período as relações entre Igreja e educação no Brasil; ou seja, a 1500, com a esquadra de Cabral. A tripulação contava com oito missionários franciscanos, que aqui permaneceram; ainda que não por muito tempo. Em 1516, outros dois fixaram residência em Porto Seguro; mas foram massacrados por indígenas que não aceitaram ser doutrinados. As missões eram itinerantes, o que não possibilitava que o ensino da doutrina, o cultivo da terra e trabalhos menores fossem aceitos pelos nativos (MOURA, 2000).

Além de franciscanos, os beneditinos, carmelitas, mercedários, oratorianos e capuchinhos se estabeleceram e contribuíram para a colonização. Mas não contavam com proteção e apoio oficial nem eram articulados entre si; antes, eram dispersos e inconstantes, ao contrário dos jesuítas, cuja Companhia de Jesus chegou ao Brasil em 1549, por determinação da coroa lusitana. Com tal chancela, instituiu escolas para ensinar a ler e a escrever para catequizar os nativos e instruir filhos de portugueses que foram arriscar a sorte no novo mundo. Durante o período em que permaneceram no Brasil — duradouro até —, os jesuítas estruturaram a escolarização na colônia. Para adaptação de crianças indígenas às escolas de catequização e civilização, meninos órfãos vieram de Portugal para conviver com elas. Daí a criação do Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia, em 1550. Até 1570, do ponto de vista da escola e do ensino, considera-se que foi o período de sucesso, consolidado pelo *Ratio studiorum*.¹ O ensino escolar a cargo, quase exclusivamente, dos jesuítas oferecia ensino gratuito, ou seja, financiado pela coroa; porém, não estatal. Além de escolas para ensinar a ler e a escrever, foram criados “[...] colégios em Salvador, Olinda, São Paulo e Rio de Janeiro, escolas dos jesuítas em Vitória e São Vicente, bem como nos numerosos

¹ O *Ratio studiorum* não era um tratado sistematizado de pedagogia. Era uma coletânea de regras e prescrições minuciosas de práticas a ser seguidas pelos padres jesuítas em suas aulas. Portanto, era um manual prático e sistematizado que apresentava, ao professor, a metodologia de ensino a ser empregada em suas aulas (NETO; MACIEL, 2008, p. 180).

aldeamentos de índios e fazendas” (MOURA, 2000, p. 66). Com a pedagogia da catequese e do estudo formal, a educação colonial tinha um valor missionário, ou seja, um programa de fins religiosos.

Em 1759, então representante da coroa no Brasil, o marquês de Pombal ordena a expulsão dos jesuítas, cuja saída faz parar de funcionar o que haviam estruturado como modalidades de ensino. Impõe-se ao novo governo a tarefa de reestruturar as condições de escolarização na colônia. Pombal fez reformas, que deram início ao ensino público laico. O objetivo era “[...] criar a escola útil aos fins do Estado em substituição àquela que servia aos interesses eclesiásticos” (SAVIANI, 2007, p. 107). Com isso, o controle da educação escolar foi para o Estado, que a secularizava e uniformizava o currículo. Diretores escolares tomaram os lugares dos missionários; e foram criadas duas escolas: uma para meninos, outra para meninas, de modo que estas aprendessem atividades que supostamente lhes fossem próprias, em vez de aprender a contar. As reformas legalizaram o ensino elementar, cujo currículo abarcava a alfabetização, o cálculo elementar e rudimentos de ensino da doutrina cristã. Pombal mandou nomear e subsidiar mestres para lecionar em escolas públicas.

Contudo, a condução do ensino primário nas capitâneas se tornou condenável. Havia muita inconstância, imprevisto, inexperiência e falta de conhecimento pedagógico. A educação escolar seria marcada por intermitência e imperícia, por serem os professores despreparados e as disciplinas, avulsas (isoladas, com aulas régias ministradas por professores imperitos). Não por acaso, em 1781, governo da rainha Maria I, Pombal seria afastado do cargo, acusado de abuso de poder, corrupção e fraudes, para morrer no ano seguinte. Membros da Igreja Católica retomaram, então, o controle da escolarização. Enquanto o número de professores aumentou, os custos com o ensino se reduziram.

O diagnóstico de loucura atribuído à rainha abriu espaço para que seu filho assumisse o reino. Em 1792, o futuro dom João VI se tornava príncipe regente. Quase duas décadas depois, viu-se acuado por Napoleão Bonaparte, a ponto de ter de fugir para o Brasil para evitar que fosse deposto. A presença da família real e da corte no Rio de Janeiro elevava a colônia à condição de metrópole. A partir de 1808, então, a escolarização no país passou por modificações relevantes. Em Salvador, o príncipe regente autorizou a abertura do colégio médico-cirúrgico da Bahia, dentre outras decisões reais. Uma vez no Rio de Janeiro, tomou medidas no campo do ensino. Exemplo disso foi o ensino médico, os cursos de agricultura, química e desenho técnico. Ainda assim pouco comparáveis com a época dos jesuítas, pois os atos do príncipe regente ficaram restritos a Salvador e Rio de Janeiro. As demais províncias ficariam sem investimentos em ensino escolar, o que contribuiria para gerar atraso na difusão

da escola primária e secundária país afora. Nesse vácuo, as escolas particulares prosperaram, provocando aumento na oferta de cursos secundários (SAVIANI, 2007, p. 108).

Após a declaração de independência de Portugal, houve preocupação com a organização educacional da população. A constituinte de 1824 prescreveu a gratuidade do ensino primário para todos os cidadãos e a criação de escolas de primeiras letras no Brasil todo; mas isso ficaria a cargo da iniciativa privada, pois “o governo [seria] incapaz de organizar a educação popular no país” (MOURA, 2000, p. 83). É preciso pontuar que, mesmo após a independência, a economia continuou como na colônia: exploração de latifúndios, exportação de matérias-primas e uso de mão de obra escrava. O período foi marcado pelo crescimento populacional urbano, em especial Salvador e no Rio de Janeiro, onde uma elite que ascendia clamava por uma educação equiparada à da classe dominante.

Após a abdicação de dom Pedro I, em 1831, os liberais assumiram o comando político e se empenharam em mudar a Constituição. Para tanto, surgia o ato adicional, e a responsabilidade de estatuir a instrução primária e secundária foi transferida ao governo das províncias, que fez o ensino se tornar fracionado e dual. Ainda que restritos ao município da corte, é possível notar que houve avanços na instrução; dentre elas, destaca-se a criação e instalação de escolas primárias e secundárias particulares, mantidas pela Igreja. Tais medidas derivaram da Lei da Liberdade de Ensino, de 1854, que se referia “[...] à adoção do princípio da obrigatoriedade do ensino” (SAVIANI, 2007, p. 131). Em meio a decisões confusas em torno do ensino, tais instituições tiveram seu auge.

Também cabe destacar o regulamento de reforma da instrução primária e secundária na corte, a chamada reforma Couto Ferraz, cujo papel era orientar e supervisionar o ensino particular e público, estabelecer normas para o exercício da liberdade de ensino, além de preparar professores primários. O ônus foi a condição de desamparo a que foi relegado o ensino primário, ou seja, a consolidação do ensino para poucos. Não por acaso, a reforma fazia referência à alfabetização, procurando substituir o método de ensino utilizado pelas escolas de primeiras letras — o método mútuo² — pelo simultâneo (SAVIANI, 2007, p. 138–139).³

² Conforme Saviani (2007), o método mútuo consiste na instrução de vários alunos a um custo baixo. A intenção era acelerar a difusão do ensino, procedimentos didáticos tradicionais, regras predeterminadas e disciplina rigorosa, com uma distribuição hierarquizada de alunos sentados em bancos dispostos em um salão único e amplo. Uma característica marcante é que os alunos mais adiantados auxiliavam o professor nas salas numerosas.

³ Segundo Saviani (2007), o método simultâneo permite organizar classes mais homogêneas com ação centralizada no professor sobre alunos simultaneamente, aproveitar mais racionalmente o tempo escolar e organizar os conteúdos em níveis.

Influenciada por correntes políticas amparadas no positivismo e ideais iluministas, a proclamação da República, em 1889, veio mudar a relação da Igreja com o Estado, sobretudo na atuação da Igreja Católica em relação à escolarização. O regime monárquico adotou o catolicismo como religião oficial, sob a forma do padroado que vigorou até o fim do período imperial. A República consumou a separação entre Igreja e Estado, pondo fim ao regime do padroado e ao ensino religioso nas escolas públicas. Desde então a Igreja mobilizou forças para inverter tal situação participando ativamente no processo político durante o período republicano. Além disso, a prática religiosa ganhou mais liberdade, de modo que outras congregações religiosas estabeleceram representações sólidas no Brasil, a ponto de interferir na educação escolar (SAVIANI, 2007, p. 177).

De fato, a Constituição de 1891 proibiu o ensino religioso nas escolas públicas primárias e secundárias (laicizou a instrução); mas prescreveu pouco para mudar o estado de coisas da chamada instrução pública. O ensino superior ficou por conta da União, enquanto os níveis secundários, primário e profissional couberam aos estados, dos quais alguns experimentaram crescimento populacional com a urbanização e a industrialização. Assim, nas primeiras décadas do século XX os governos estaduais se viram ante uma demanda ampliada por escolas urbanas e uma capacidade pequena de investir em educação.

A consequência da falta de investimentos de vulto na escolarização foi a manutenção de índices elevados de analfabetismo que vinham dos tempos de monarquia. Dados do censo para os anos 1920–40 informam que o número de brasileiros com idade entre 5 e 10 anos representava mais de 26 milhões, dos quais mais de 18 milhões (71,2%). Meninas e meninos com idade de 10 anos ou mais somavam mais de 29 milhões, dentre os quais o analfabetismo era comum a mais de 16 milhões (56,7%) (FERRARO, 2009, p. 86–7). Esses números sugerem que a escolarização contou com poucas instituições oficiais, o que deu margem para que escolas particulares, em especial as religiosas (como os internatos e externatos, para meninos e meninas, com orientação religiosa e de evangelização).

Com efeito, decretado o Estado e a educação laicos, crises internas à Igreja — que deixava de desempenhar lugar ligado ao poder público — motivaram a procura por outros meios de propagação da fé e da doutrina cristã. Assim, embora a escola fosse pública devesse ser laica, a escola particular era livre para orientar a educação ofertada, mesmo que se valesse de elementos da escola em seu funcionamento. O ensino religioso se impõe paralelamente, em condições tais que as escolas de orientação religiosa se projetam com distinção em meio à sociedade. Passam a educar filhos das elites econômicas, numa lógica financeira que fecha as portas das escolas a quem não tinha condições de para começar arcar com pagamento de

mensalidades escolares. Tais escolas atuaram, então, como difusor indireto de preceitos religiosos num contexto de Estado laico.

Esse debate em torno da natureza da escola no Brasil se intensifica na primeira metade do século XX. Em jogo estava o controle ideológico-formal das instituições de ensino. O movimento de secularização e o surgimento de um pensamento não fundamentado na religião puseram em xeque a posição de conforto da Igreja Católica. Em vez da estabilidade, veio a inconstância, que obrigou a Igreja a se reestruturar e reorganizar, num processo em que a escolarização seria uma forma de organizar a renovação da presença católica no âmago da população por intermédio de religiosos europeus. Os católicos se empenharam em expandir suas instituições escolares (MOURA, 2000, p. 93). Cresceu o “[...] número de novas congregações religiosas que vieram radicar-se no Brasil, muitas delas seriamente empenhadas no ideal da educação”. Além disso, os colégios religiosos de origem europeia ajudaram a reforçar a orientação religiosa do ensino escolar. Procuraram promover uma educação de valores sociais e culturais da Europa, onde prevaleciam a ordem e a disciplina.

Assim, a Igreja Católica se envolveu com a missão de combater a laicidade no país tendo por mote a educação. Como obra da Igreja, retomar o controle ideológico da educação era uma forma de brechar a expansão protestante que se instalava país afora. A Igreja tentou se refazer como instância de autoridade nacional. Alinhou-se na chegada ao Brasil de congregações religiosas de várias regiões do mundo e no processo de abertura de escolas confessionais para suprir a demanda da classe média e alta. Famílias mais abastadas predominantemente católicas acreditavam nas instituições de ensino católicas como ideais para educar sua prole. Colégios particulares privilegiavam essa camada social, única apta a arcar com os custos de mensalidade e demais exigências das instituições, que operavam no sistema de internato, semi-internato e externato.

Em Minas Gerais, por volta dos anos 1920, surgem quatro colégios religiosos masculinos e vinte e um femininos; dentre eles, dezessete foram instalados no interior e quatro, na capital (BICALHO; LOPES, 1993, p. 52). Tais escolas foram criadas num contexto de reformas do ensino que permearam alguns estados nessa década. As reformas geraram um quadro de renovação pedagógica na qual se desdobrou uma disputa entre modelos: o da escola tradicional e o da escola nova. Como se sabe, escolanovistas defendiam a expansão e laicização da escola pública. Exemplo notável desse contexto foi a reforma em Minas Gerais proposta em 1928, pelo secretário do governo de Antônio Carlos de Andrada Francisco Campos. Curiosamente, a reforma facultou o ensino religioso, o que seria útil à luta da Igreja.

Em 1930, estoura a revolução, com a tomada do poder por Getúlio Vargas, em primeiro lugar como governo provisório, depois como ditador. Igreja e Estado restabelecem laços, num projeto de manter o controle social. Enquanto a Igreja dava resguardo político pedindo que os fiéis apoiassem Vargas, este dava sinais de que não abandonaria aquela. A influência da Igreja esteve presente não somente na educação, como também na tomada de decisões referentes a reformas educacionais e no seio familiar. Assim, a fim de expandir a influência política e religiosa sobre a população, houve aumento significativo na abertura de colégios confessionais, pois a escolarização permitiu à Igreja se tornar mais atuante na sociedade e promover a recatolização no país. A luta da Igreja em relação à educação advogou o combate à laicização do ensino porque “[...] somente a escola católica seria capaz de reformar espiritualmente as pessoas como condição e base indispensável à reforma da sociedade” (SAVIANI, 2007, p. 257). Para a Igreja Católica, em primeiro lugar, a educação era dever da família; só depois caberia à Igreja e ao Estado. A função deste seria orientar, articular e coordenar ações da Igreja e da família em nome da educação.

Quando da assinatura do decreto referente ao ensino religioso nas escolas públicas, ainda não havia sido declarado o conflito entre escolanovistas e católicos. Isso ocorreu pouco antes da quinta Conferência Nacional de Educação, consumando-se com a publicação do *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, em março de 1932, que dá corpo ao movimento da escola nova. Os chamados pioneiros da educação redigiam o manifesto sob os ideais do liberalismo e afirmando a educação como problema social que devia receber mais participação do Estado. Contra uma educação como privilégio para a elite, era preciso assegurar uma escola para todos sem depreciar a contribuição do ensino particular, desde que fosse inspecionado pelo Estado, que era favorável à laicidade do ensino (SAVIANI, 2007, p. 196–7).

Nesse contexto, a publicação do manifesto gerou a ruptura entre renovadores e católicos, que se retiraram da Associação Brasileira de Educação e fundaram a Confederação Católica Brasileira de Educação e realizaram o I Congresso Católico de Educação, em 1934. Provocou um embate entre católicos e pioneiros sobre o controle do processo educacional: o direito e dever de educar, a laicidade do ensino e a educação única. Representantes da Igreja Católica afirmavam que o objetivo das instituições confessionais era formar cristãos. No período 1930–7, o ensino escolar se projetou singularmente em virtude da consolidação do capitalismo industrial no Brasil. À ideia imperativa de modernização via industrialização ascendente subjazia a de demanda por mão de obra instruída, com conhecimentos e habilidades mínimas para atuar no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, Vargas precisava

de uma elite intelectual que sustentasse seu governo no plano das ideias. Uma medida para tal foi criar o Ministério da Educação e Saúde, para regular o ensino escolar. O mineiro Francisco Campos, autor da reforma — convém lembrar — foi convidado a assumi-lo. Tiveram lugar, então, reformas variadas para alinhar as escolas ao projeto de governo varguista (SAVIANI, 2007, p. 254).

Na tentativa de militarizar a educação, Francisco Campos criou a Organização Nacional da Juventude com o fim de erigir um ideário que fortalecesse o Estado Nacional e corrigir eventuais “imperfeições” da Revolução de 1930. Ele acreditava que, ao firmar uma parceria com a Igreja, instituindo uma religião única, o Estado completaria o projeto de Vargas de unidade nacional de língua e cultura. Gustavo Capanema, então ministro da Educação, modificou tal projeto, de modo lhe dar características mais cívicas e educacionais. Muda o nome da organização para Juventude Brasileira, com o apoio da Igreja Católica, que fazia questão de estar presente em tudo que era relativo à educação (SILVA, 2012).

Após a eleição de Vargas, foi promulgada a Constituição de 1934, com prescrições para a educação: criação do Conselho Nacional de Educação; estatuto das universidades brasileiras; organização e consolidação do ensino secundário; restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas (que poderia, então, ser subvencionada pelo Estado para suprir a demanda constante da Igreja Católica); organização do ensino comercial (deixando clara a preocupação daquele governo com a educação como problema nacional); e outros. Nesse momento, o ensino escolar alcança graus de cuidados inéditos. Escolas técnicas se multiplicam. Cresce em cem por cento o ensino primário, enquanto o ensino secundário quase quadruplica. Além disso, foram fundadas universidades em São Paulo e no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. É preciso assinalar que, tanto para Vargas quanto para outros políticos da época, os princípios da educação cristã, assim como os dos renovadores, eram tidos como instrumentos de ações políticas; porém, incompatíveis como “[...] educação centrada na preservação da ordem social e a renovação pedagógica” (SAVIANI, 2007, p. 270).

Finda a Segunda Guerra Mundial, quando as forças aliadas se superpuseram aos exércitos de Hitler e de seus aliados, em 1945, o fim do Estado Novo não demorou. Ainda nesse ano, o então presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares assumiu a presidência. Num momento em que o ensino fica equilibrado entre a pedagogia tradicional e a pedagogia da escola nova, ele reconheceu, através de decreto, a Universidade Católica do Rio de Janeiro, primeira instituição particular reconhecida no Brasil, e instalou a Associação de Educação Católica do Brasil. Em dezembro, enquanto o general Eurico Gaspar Dutra saía vitorioso das eleições, os católicos instalaram a Associação de Educação Católica do Brasil,

congregando as escolas particulares católicas e passando a difundir orientações para atuação homogênea na escolarização. Com o novo governo, vem uma nova Constituição, a de 1946, que reafirma anterior nestes pontos: direito à educação, obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, ensino religioso facultativo. (SAVIANI, 2007, p. 281).

Na segunda metade do século XX, as ordens religiosas começam a passar por mudanças na direção das instituições educacionais. Seu discurso e sua organização legitimadores passaram a ser consideradas ultrapassadas ante as transformações sociais e culturais. A Igreja se vê, então, obrigada a modificar seu discurso e suas atividades, a se abrir ao “progresso”, a pregar seus valores de forma mais desprendida. Nesse momento, voltou-se para a escolarização de adultos com a criação o Movimento de Educação de Base (SAVIANI, 2007, p. 314).

No campo do debate político, o debate educacional chegaria ao seu ápice com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4.024/61), que trouxe o primeiro plano nacional de educação com foco em todos os graus da educação. Com a aprovação da lei, os escolanovistas conseguiram se impor, pois o ensino religioso, vide o artigo 97, seria disciplina normal no currículo comum; porém, de matrícula facultativa e sem ônus para o Estado. Para compor a comissão de elaboração do anteprojeto da LDB, foram convocados educadores de projeção, podendo-se observar supremacia dos renovadores ante os representantes católicos: a diferença era de catorze para dois, respectivamente.

A lei havia tramitado no Congresso por treze anos e, conforme Cunha e Fernandes (2012), teve influência de interesses tanto da Igreja Católica — em manter a oferta do ensino religioso na escola pública — quanto dos grupos defensores do ensino laico. Mas foi uma conquista e tanto para a educação brasileira. Ao “[...] dar maior autonomia às escolas em sua organização administrativa, disciplinar e didática, [a lei] desafiou a escola católica a se organizar” (MOURA, 2000, p. 141).

Para suprir a demanda de uma classe média desejosa de dar aos filhos uma educação conduzida por meio de novas ideias metodológicas, a Igreja precisou renovar seu ideário pedagógico-católico sem perder de vista os objetivos religiosos. Fazer isso era questão de sobrevivência naquele momento. Então, a Igreja recorre ao método de Lubienska,⁴ que tem

⁴ Helena Lubienska de Lenval nasceu em Roma, Itália, em 1895. Tornou-se educadora de formação cultural sólida e alinhada no pensamento de Maria Montessori, cuja pedagogia ela adaptou e ajudou a desenvolver. Com tal repertório, ela criou seu método, partindo de uma visão integral do homem segundo a terminologia de São Paulo: espírito, alma e corpo. Ela via a pedagogia como “metafísica encarnada”, acreditava na possibilidade de cada educador descobrir pela experiência e observação como ajudar um aluno a construir sua personalidade. No plano intelectual, procurava disciplinar com rigor, ou seja, com método de trabalho que privilegiasse o gosto pelo conhecimento. Lenval morreu em Bruxelas, Bélgica, em agosto de 1972 (WIKIPÉDIA, 2019).

relação estreita com o pensamento bíblico e da liturgia católica. Além disso, a partir de 1965 as atividades da Igreja Católica passaram a ser orientadas pelas regras do Concílio do Vaticano II, e não mais pelo Concílio de Trento, aprovando a “Declaração sobre a Educação Cristã da Juventude”, em 20 de outubro de 1965. O concílio adotou várias atitudes referentes à liberdade de consciência, expressão e religião que influenciaram as escolas católicas, as quais passaram por transformações como a opção pelo regime do ensino misto e integral. A Igreja teve de se esforçar para se adequar à realidade social e educacional. Esta se modificava num compasso cada vez mais rápido e numa relação direta com a sociedade, sem interferência do Estado ou das classes diretoras (SAVIANI, 2007).

Sob influência do Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965, foi aprovada a “Declaração sobre a educação cristã da juventude”, documento que permite entender a posição da Igreja ante a educação. Sob influência das conferências episcopais de Medellín (Colômbia) e Puebla (México), “[...] os educadores católicos buscam formas de engajamento nos processos de desenvolvimento e libertação da população oprimida” (SAVIANI, 2007, p. 335). A declaração reiterava “[...] a gravíssima importância da educação na vida do ser humano e seu reflexo cada vez maior no progresso social do nosso tempo”, como disse Moura (2000, p. 152–3). Por isso, a Igreja devia zelar pela educação e deliberar sobre esta porque lhe cabe cuidar “[...] de toda a vida do homem, mesmo da terrena enquanto está relacionada com a vocação celeste, assim tem a sua parte no progresso e ampliação da educação”. Nessa nova proposta de educação cristã, a Igreja procurou conciliar “[...] os progressos da psicologia, pedagogia e didática” (p. 153) com a finalidade de fazer com que os católicos “[...] se tornem cada vez mais conscientes da fé que receberam” (p. 154).

O Concílio Vaticano II reiterou a prioridade da escola como instituição responsável por educar a população em idade escolar. Também afirmou que cabia aos pais ter liberdade para escolher a escola onde matricular a prole. Ao ressaltar esta liberdade de escolha, o concílio renovou a necessidade basilar de manter ativas escolas católicas. Acreditava-se que na sociedade civil “[...] a presença da Igreja manifesta-se de modo particular por meio da escola católica” (MOURA, 2000, p. 154). Para dar efeito ao proposto pelo concílio através da declaração sobre a educação cristã da juventude, os colégios católicos passaram por modificações, tais como aceitar alunos de ambos os sexos na mesma sala, lidar com a formação sexual, social e profissional, além de ofertar acompanhamento psicológico.

Como ação prática, a Igreja Católica iniciou o movimento em prol da educação popular e da alfabetização de adultos, convém lembrar. O movimento de educação de base tinha como fim levar escolarização elementar a regiões subdesenvolvidas mediante programas

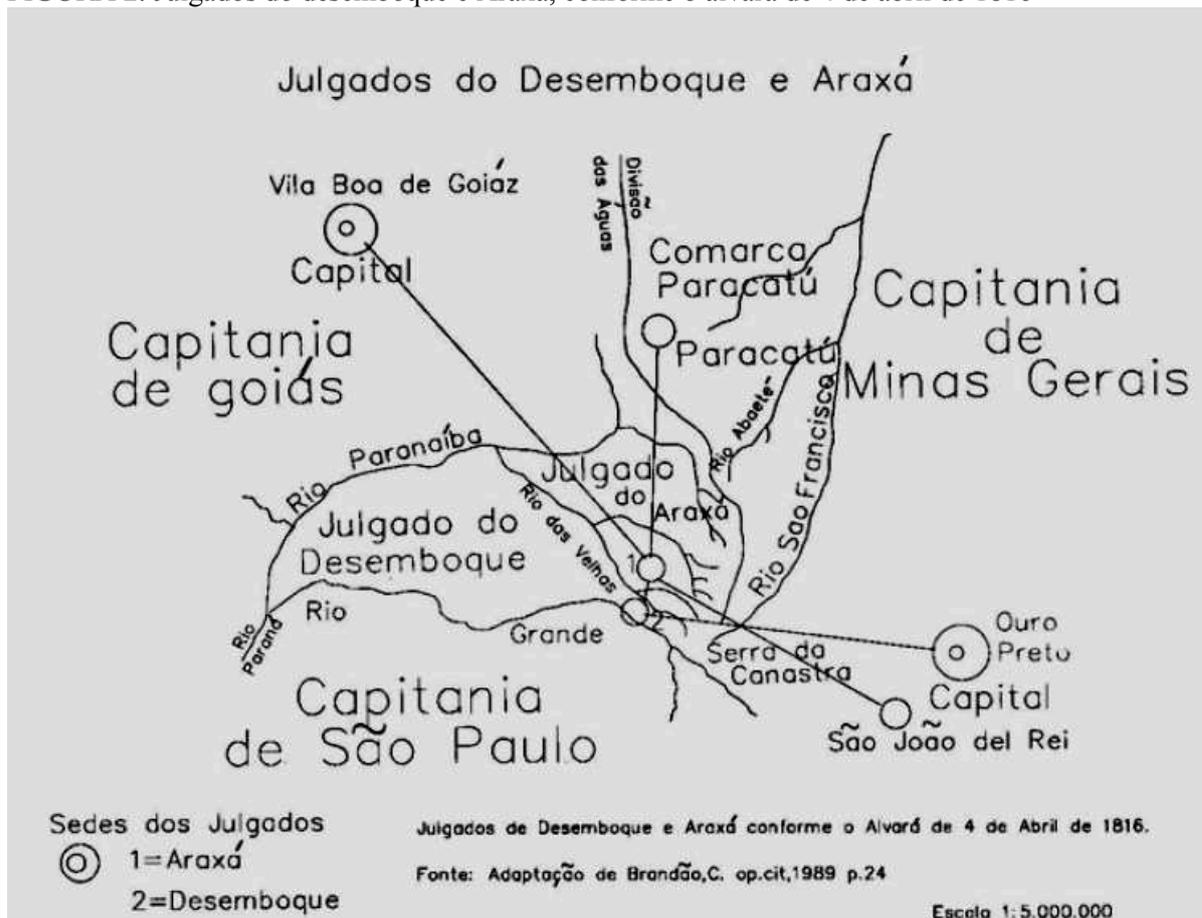
de rádio. O movimento se fortaleceu nos anos iniciais das ações; mas arrefeceu a partir de 1964, quando o novo regime de governo obrigou a uma mudança de objetivos. Com efeito, com a ascensão dos militares ao poder, veio reforma. Após eleição entre membros do Congresso Nacional, foi eleito presidente o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Em seu mandato, foi promulgada nova Constituição — a de 1967 —, que determinou a obrigatoriedade e gratuidade do ensino para toda a população na faixa etária 7–14 anos em escolas públicas. Foi dada liberdade ao ensino particular, com resguardo técnico e financeiro do Poder Público; o ensino religioso se reafirmou como facultativo, mas ministrável nos tempos das escolas oficiais primárias e secundárias. Ainda em 1967, tomou posse o novo presidente da República: marechal Artur da Costa e Silva, que cria o “Movimento brasileiro de educação”, pelo qual se instituiria, em 1971, o “Movimento brasileiro de alfabetização”. Os objetivos incluíam erradicar o analfabetismo e integrar os analfabetos à sociedade mediante a criação de oportunidade a todos por uma educação favorável à população pobre. Tal movimento contou com o apoio da Igreja, em especial na alfabetização de adultos.

Esse histórico contextual das relações entre educação e religião expõe uma compreensão geral da influência da Igreja Católica na educação brasileira. Influência secular, vale frisar! Era uma presença de tal proporção, que influenciou na cultura (costumes, moral), na vida familiar, no dia a dia, nas relações sociais e nos espaços de sociabilidade. A Igreja Católica permeou a formação das famílias no Brasil com um ideário cristão; e este atravessou fronteiras, indo do litoral para o interior, onde se instalou de forma absoluta em estados como Minas Gerais. Em terras mineiras, a tradição católica marcou mais as regiões protagonistas à época colonial, a exemplo de Ouro Preto, Diamantina, Mariana, ou seja, cidades da região de exploração aurífera e de diamantes. Ainda assim, outras regiões não ficaram incólumes ante a força da Igreja em Minas Gerais; mesmo cidades mais distantes daquela região como o município de Araguari, no Triângulo Mineiro.

2.2 Origens de Araguari: presença da religião; surgimento da escolarização

Com efeito, originalmente, a região de Araguari foi demarcada como sesmária do Serrote e Pedra Preta e ofertada à Igreja Católica, no início do século XIX, pelo comissário das sesmarias da região Antônio de Resende Costa, vulgarmente conhecido como Major do Córrego Fundo. O lugar pronunciado como cidade de Araguari no ano de 1888 pertencia ao julgado do desemboque, subjugado à capitania de Goiás, assim como às demais localidades do Triângulo Mineiro e do sul de Goiás, com exceção do julgado de Santa Luzia.

FIGURA 2. Julgados do desemboque e Araxá, conforme o alvará de 4 de abril de 1816



Fonte: Araújo (2010, p. 65)

Conforme Rodrigues (1988, p. 5), o nome “Desemboque foi a expressão dita aos índios pelos bandeirantes procurando dizer: desocupem o emboque do ouro e o desemboque dos Bandeirantes”. O desemboque foi importante como centro populacional, depois responsável pela efetivação de cidades da região. Daquela localidade, hoje um povoado no município de Sacramento, partiram grupos de pessoas em busca de terras para fixar morada. Surgiram as primeiras fazendas e outros povoados.

O responsável pelo julgado do Desemboque, Antônio Costa Pereira, exercia os cargos de juiz das sesmarias do Desemboque e de São Domingos do Araxá do Príncipe e empreendeu uma luta pessoal e burocrática para permanecer nos postos. Mais que isso, dispôs-se à luta em prol da independência territorial do Triângulo Mineiro em relação a Goiás. Colonos iniciaram a demanda. Solicitaram à coroa a separação, sob a alegação de que as autoridades goianas estavam distantes, enquanto a capitania das Gerais encontrava-se próxima e apta a resolver questões urgentes. Volumoso, o processo foi gerado até 1816, quando foi assinado o alvará incorporando a Minas Gerais a região do Triângulo Mineiro. Tal localidade, sob julgo das

Gerais, pertenceu ao julgado de Araxá e Paracatu. Em 1840, numa lei provincial de 23 de março, elevou a condição de vila o povoado de Patrocínio, passando as terras de Brejo Alegre ao domínio do julgado de Patrocínio.

Segundo Rodrigues (1988, p. 82), o termo distrito, no século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, era vago; ou seja, designava uma região povoada ou que começava a se povoar sem intuito de indicar subdivisão administrativo-política. Em 1843, o decreto 247, de 20 de julho, criou o Distrito de Paz com o nome Brejo Alegre. Esse ato foi não só o primeiro passo do governo da província acerca do arraial, mas também um dos documentos mais antigos que identificam a cidade de Araguari.

2.2.1 Construção de igrejas e ascensão político-administrativa

A exemplo de Santana do Rio das Velhas, atual Indianópolis, o distrito de Brejo Alegre aplicou a regulamentação codificada nas “Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia”, que governava todo o clero brasileiro e estabelecia a conduta da Igreja no Brasil. O documento prescrevia que capelas fossem erigidas em terrenos altos, desviados de lugares sujos, afastadas de outras construções e cercadas por um terreno espaçoso. Sobretudo, devia se destacar na paisagem. Assim, a ocupação territorial do patrimônio da Igreja no distrito de Brejo Alegre foi secular e gradativo. Não houve como precisar a edificação da primeira capelinha ou ermida desse povoado. Conforme o decreto 247, que estabelecia sobre a construção de imóvel próprio para a capela, fazendeiros, colonos e representantes da Igreja tentaram cumprir tal determinação providenciando a construção da capela. Conforme relata Mameri (1988, p. 24), “[...] o templo funcionava em prédio provisório, acomodado na atual praça Padre Nilo Tabuquini, esquina com a rua Marechal Deodoro. Naquele núcleo iniciou-se a ocupação do lugar”.

Aos poucos, a edificação da capela propiciaria um espaço de ocupação e de sociabilidade das famílias. Não por acaso, a povoação gradual das terras do distrito de Brejo Alegre se alinhou no povoamento do Sertão da Farinha Podre desde as primeiras décadas do século XIX, que foi enormemente familiar. Assim, migraram para Araguari pessoas que já tinham posses, tais como escravos e rebanhos: formas de riqueza mais comuns à época (LOURENÇO, 2002, p. 90).

FIGURA 3. Igreja Matriz do Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde, em Araguari, MG, 1910



Em 1910, foi inaugurada a “primeira construção de Araguari”. O volume de pessoas sugere que se tratava de um evento importante para a cidade e o grau de solenidade da ocasião, notável na indumentária.

Fonte: Arquivo Público e Museu Dr. Calil Porto — fotógrafo não identificado

FIGURA 4. Igreja Matriz do Nosso Senhor Bom Jesus da Cana Verde (1925) – Araguari (MG)



Fonte: Arquivo Público e Museu Dr. Calil Porto — fotógrafo não identificado

De fato, movimentos migratórios marcaram a ocupação de perímetros na região do Triângulo Mineiro.

A partir da segunda metade do século, enquanto São Paulo adota o sistema de parceria, buscando a substituição do braço escravo, Minas, refletindo a política do Governo do Império, volta-se para o povoamento de seu solo, através de criação de núcleos coloniais. A política de colonização do Governo Provincial mineiro iniciou-se com a Lei Imperial nº 514, de 28 de outubro de 1848, que determinou a concessão, a cada Província do Império, de seis léguas em quadra de terras devolutas para a colonização. A concessão tinha em mira atender á realidade de cada Província, obra para suprir a lavoura, ameaçada com a abolição do tráfico negreiro. Para atingir seu objetivo, contava o Império com o imigrante europeu. Os movimentos revolucionários, de caráter liberal, ocorrido na Europa em 1848, aumentaram as correntes migratórias, passando o Brasil a receber elementos (MONTEIRO, 1994, p. 17).

Desde a doação inicial da sesmária ao patrimônio da Igreja, esta passou a gerir a concessão de lotes aos habitantes do Brejo Alegre dentro de seu perímetro demarcado sob o regime de aforamentos. Estes eram celebrados pelo contrato de enfiteuse, pelo qual o ferreiro se comprometia a pagar à capela uma quantia anual fixa. O posseante erguia sua moradia e, conforme o caso, seu pequeno negócio, o domínio útil dos lotes e glebas era do comprador. Entretanto, a Igreja mantinha a posse do patrimônio.

Brejo Alegre continuou a pertencer à Vila do Patrocínio até 1856. A lei provincial 777, de 30 de maio de 1856, elevou à categoria de vila a povoação da Bagagem Diamantina, desmembrada de Patrocínio, e determinou que abrangeria as freguesias da Bagagem e Sant'Anna do Rio das Velhas, integrando a esta última o distrito do Brejo Alegre. Em 1864, a lei 1.195, de 6 de agosto, deu foro de paróquia a Brejo Alegre, por intermédio do bacharel Fidelis de Andrade Botelho, vice-governo da província de Minas Gerais, que sancionou a transferência da sede da paróquia de Sant'Anna do Rio das Velhas (Indianópolis) para a capela no Largo da Matriz (MONTEIRO, 1994).

A canonização da capela do Senhor Bom Jesus da Cana Verde deu-se no mês de outubro de 1864, pelo padre interino da paróquia, Antônio da Silva Vieira. A transferência ocorreu no dia 2 de abril de 1865. A devoção ao senhor Bom Jesus da Cana Verde é secular no Brasil. Vem dos tempos coloniais, quando, segundo consta, a imagem de Cristo foi encontrada na praia, vinda de um navio que naufragou. Assim, os ritos sacramentais e as festas religiosas oportunizaram o convívio e a expansão do povoado. Além dos deveres religiosos aos domingos, desenvolvia-se a prática do comércio, possibilitando a venda e troca,

geralmente por escambo, dos gêneros de subsistência cultivados em propriedades rurais (MONTEIRO, 1994).

Além disso, o distrito rural, com a edificação da capela, caminhou para a aglutinação. O desenvolvimento urbano seguia gradativamente, consistindo num formato específico da época: a igreja emoldurada por modestos casarios e ruas adjacentes. A consolidação da categoria religiosa e civil obtida com a instalação da paróquia deu novo ânimo ao lugar. A aspiração popular era alcançar a autonomia política e administrativa por meio da elevação à categoria de município, que tinha como exigência a construção, além da paróquia, de uma cadeia pública, da Câmara Municipal e de escola para ambos os sexos (MAMERI, 1988). Disso se infere que, mesmo antes da elevação a município, já havia preocupação com a instrução da população.

Ofício de 30 de maio de 1887, encaminhado à Assembleia Provincial de Minas Gerais pela Câmara Municipal, demandava a emancipação de Brejo Alegre à categoria de cidade. Como o pedido não foi atendido de imediato, foi formada uma comissão, dirigida por padre Lafayette de Godoy, que encaminhou, em 2 de junho de 1888, o projeto 154 a Silvestre Ferraz, presidente da assembleia. Apesar da oposição de alguns, Sabino Barroso e outros parlamentares, o projeto foi aprovado pela maioria. Assim, Brejo Alegre, da comarca da Bagagem, seria elevada à categoria de cidade. Em sessão posterior, o deputado Severino de Resende Navarro indicou emenda ao decreto, modificando o nome da cidade para Araguari, e transforma o projeto em lei a de 3.591, aprovada em 28 de agosto de 1888, pelo barão de Camargos. (MAMERI, 1988).

O posicionamento geográfico estratégico de Araguari, fronteira com Goiás e São Paulo, a colocava como entreposto comercial importante. Assim, em 1896, foi instalada uma estação de passageiro da companhia Mogiana de estrada de ferro, que se tornou ponto terminal, ou ponta de trilho, dessa malha ferroviária. Em 1910, instalou-se a estrada de ferro Goiás, de maneira que Araguari passou a ser ponto de entroncamento entre as duas ferrovias. Garantia-se, assim, o escoamento de produtos agrícolas e pecuários de Goiás e Mato Grosso a São Paulo, ao mesmo tempo o acesso à produção industrial de lá (ARAÚJO, 2010).

FIGURA 5. Estações de parada das ferrovias que passaram por Araguari, MG



No alto, estação de ferrovia Mogiana nos anos 1940. Em baixo, estação da estrada de ferro Goiás, s. d. Elemento comum nas estações, os carroceiros parecem ter se beneficiado da circulação de pessoas e bens em Araguari que as duas ferrovias proporcionaram.

Fonte: Arquivo Público e Museu Dr. Calil Porto — fotógrafo não identificado

A passagem de ferrovias por Araguari situou a cidade no campo de visão de pessoas da região, como se pode inferir da mudança dos pais de Maria Abudd. A migração de pessoas não só aumentava a população da cidade, mas também criava demandas, dentre as quais a

escolarização. Nesse sentido, convém entender como a sociedade reagiu para suprir a demanda; ou seja, o que se fez no campo da educação, em particular na construção de escolas. O ponto de partida para tal entendimento está na legislação educacional mineira.

2.2.2 *Florescimento da educação escolar em Araguari*

As primeiras leis sobre educação em Minas Gerais datam de 1835, conforme determinação do ato adicional de 1834. Nesse momento, as leis tinham características de intervenção legal sobre a população. As intenções do Estado, nesse ínterim, era buscar a elevação da província, e do Brasil, ao nível de padrões do que havia em países europeus. Essa questão permeou o império, quando a legislação buscou intervir para tal elevação em meio à população.

A elaboração de uma legislação para a instrução em Minas era uma forma de constituir o Estado. Até o final do Império e o início da República, foram editados quase quinhentos documentos legais. A criação de leis, regulamentos e portarias dependia de quem ocupava o governo da província, ora descentralizador, quando dirigida pelos liberais; ora centralizador, quando dirigida pelos conservadores, e tinha como finalidade “[...] estruturar todo um aparato técnico e burocrático para lidar com este setor do serviço público” (ANDRADE, 2007, p. 87). Criar legislação a fim de impor padrões culturais das elites dirigentes era acreditar que, por meio da instrução pública, seria possível elevar a nação ao status de moderna e civilizada.

Além de escolas públicas, havia um número expressivo de escolas particulares. A legalização do funcionamento delas exigiu regulamentos e leis, assim como foram arranjadas condições em que receberiam subvenção pública. O acordo era que, em troca dos subsídios, as escolas matriculassem alunos cujos pais não podiam pagar por mensalidades. A abertura e legalização dessas escolas eram uma forma de cobrir a falta de instituições públicas em locais onde não existiam, mas sempre sob o controle do Estado (ZOTTI, 2006).

Com a República, Minas Gerais instaura um processo de criação de sua legislação educacional, mediante decretos e leis para reformar o ensino primário e o curso Normal. Destacam-se: reforma Afonso Pena, de 1892; lei 77, de 19/12/1893 (criou as circunscrições escolares); lei 221, de 14/9/1897; decreto 1.348, de 8/1/1900 (regulou o ensino primário particular, permitindo às instituições católicas agirem sobre o ensino infantil); reforma João Pinheiro (instituiu os grupos escolares) e a reforma Wenceslau Brás (reestruturou as escolas normais). Esse momento, convém lembrar, era de separação entre Estado e Igreja, de uma Constituição que proibia o ensino religioso em escola pública. Daí a luta entre ideais católicos

e ideais liberais que marcaria o debate educacional e político no país, ou seja, a natureza da educação: se laica e gratuita, se confessional e paga (GATTI JÚNIOR et al., 1997).

No entanto, com esse arsenal legislativo competia a falta de um sistema educacional consistente e com diretrizes norteadoras de alcance nacional. O arrebatamento inicial em torno da instrução como fator de desenvolvimento deparou com a falta de uniformidade no ensino escolar. Não priorizaram modificações que pudessem constituir tal sistema e uma rede escolar. Eventuais ações nesse sentido ficaram a cargo dos estados. No caso de Minas, mesmo com falta de um sistema educacional, a legislação pretendeu legitimar a instrução pública em bases concretas, fundadas em dados objetivos da realidade, com igualdade pedagógica e foco na administração do processo escolar.

A região do Triângulo Mineiro passa a contar, então, com as primeiras escolas urbanas públicas e privadas (laicas e confessionais). Não mais amparada pelo Estado, a Igreja atua em meio à escassez de instituições escolares pública. Convém lembrar que ordenações religiosas da Europa que se instalaram no país fundaram escolas Brasil afora, inclusive em Minas Gerais. Com isso, fortalecia-se a atuação da Igreja no contexto da educação. Conforme estudo de Gatti Júnior et al. (1997) sobre a criação de instituições escolares no Triângulo Mineiro entre 1900 a 1950, surgiram cinquenta e cinco escolas públicas e vinte particulares, com predomínio de instituições confessionais até o fim dos anos 1930. Cidades com maior número de escolas foram Araguari, Araxá e Uberaba, então de mais destaque político para a região.

Segundo Rodrigues e Gonçalves Neto (2012, p. 121), as primeiras escolas foram criadas na República, conforme ofício encaminhado pela Câmara, em fevereiro de 1900, ao secretário do Interior, Wenceslau Braz, relatando a criação de doze escolas: duas urbanas, uma para alunos, outra para alunas; duas distritais para meninos e duas para meninas, enfim, seis escolas rurais para discentes do sexo masculino. Os prédios dessas escolas eram alugados, tendo o aluguel subsidiado pelo município em razão do número restrito de escolas para suprir a demanda. Quem tinha condições pagava professores particulares, que lecionavam em sua residência ou iam à casa dos alunos.

Em Araguari, as primeiras iniciativas em nome da educação remontam a março de 1885, quando ata ordinária da Câmara registrou discussões sobre a instrução primária na então vila. Mas só em 1898, com a lei 63, de 30 de agosto, foi regulamentada a instrução primária e secundária na cidade. No fim da primeira década do século XX, surge a primeira escola estadual do município. O decreto 2.297, de 17 de novembro de 1908, criou o Grupo Escolar Raul Soares. O segundo viria mais de vinte anos depois. O decreto 7.968, de outubro

de 1927, criou o Grupo Escolar Visconde de Ouro Preto, o segundo da cidade (SANTOS; PEREIRA, 2012).

No âmbito do ensino particular confessional, em 1919 o Colégio Sagrado Coração de Jesus foi transferido de Januária, MG, para Araguari. O colégio era dirigido por um grupo de freiras belgas da Congregação do Sagrado Coração de Maria, que foram recebidas pelo padre Antônio Curado Fleuri, pároco de Araguari. De início, acomodaram-se na casa paroquial, onde permaneceram por quase quatro meses. Depois, com dinheiro doado por membro da comunidade, compraram uma casa antiga à rua Boa Vista, onde inauguraram o colégio, a ser dirigido por irmã Maria Blandina. Ela seria nomeada superiora da nova comunidade, recebendo o título de madre (RESENDE, 2006).

FIGURA 6. Colégio Sagrado Coração de Jesus em Araguari, MG, 1930



Fonte: Arquivo Público e Museu Dr. Calil Porto — fotografia não identificado

Em 1927, surge o noviciado da congregação em Araguari, o qual, em 1930, foi equiparado ao ensino estadual, ou seja, reconhecido pelo Ministério da Educação. Conforme Naves e Rios (1988), a primeira turma que finalizou o curso Normal, em 1932, era formada por Abadia Abbud, Ruth de Souza, Porfíria Souza, Irmã Rosalina, Majala Salomão, Gilnor Neto e Ilda Souza (RESENDE, 2006). Com efeito, a formatura da primeira turma indicava que o colégio havia se firmado como formação primária e secundária para moças da sociedade de Araguari. Mas o mesmo não se aplicava aos meninos.

2.2.3 O Colégio Regina Pacis

Em 1925, o Poder Executivo subsidiou a aquisição de um terreno a ser doado a religiosos holandeses que pretendiam abrir um colégio em Araguari para o público masculino. Autorizado pela Câmara Municipal, o subsídio beneficiaria a “Congregação de Educadores que pretendesse fundar estabelecimento de ensino” (NAVES; RIOS, 1988, p. 106). Nessa atitude do governo, estaria a primeira referência oficial ao futuro Colégio Regina Pacis. Segundo Naves e Rios (1988, p. 106), os padres Gil van denBoogaart e Matias van Rooy, vindos da paróquia de Água Suja, chegaram a Araguari em 16 de abril de 1926, onde se estabelecem na casa do vigário Ramiro Meireles, provisoriamente. Depois se mudaram para uma casa da então avenida Boa Vista (atual rua Joaquim Anibal), onde fundaram a escola. Nesse imóvel, alugado — com pagamento de aluguel a cargo do município —, a escola iniciou suas atividades, até a construção de prédio próprio. No início de maio, o padre Everardo Molengraaff, arquiteto e engenheiro holandês, juntou-se ao grupo de padres da escola para somar esforços em prol da construção do prédio. Em 18 de maio, foi celebrada missa campal, de que participaram autoridades municipais e paroquiais para oficializar a abertura da escola. As aulas começaram em 30 de maio, com o curso de Admissão para uma turma de trinta alunos (NAVES; RIOS, 1988).

FIGURA 7. Prédio construído para abrigar o Colégio Regina Pacis, de Araguari, MG



Fonte: Arquivo Público e Museu Dr. Calil Porto — fotógrafo anotado no primeiro plano, à esquerda (“Foto [?]hant), mas não identificado

Com o número de matrícula crescente, a estrutura física do colégio passou a não comportar a demanda. Foi imperativa a construção de acomodações. Então presidente da Câmara Municipal, o coronel Marciano Santos concedeu, aos padres da congregação, a licença para construir o prédio da escola à avenida Minas Gerais. As obras começaram em junho daquele ano; porém, dado os custos e a escassez de recursos, a planta inicial do prédio deu lugar a um barracão de quarenta metros por dez metros (LIMA et al., 2008).

O ano seguinte começou com a inscrição de 130 alunos. O aumento da procura por vagas exigiu aumentar a estrutura física. Padre Mollengraaf elaborou, então, o projeto da obra, e Eduardo Ungarelli a executou, com aprovação do padre provincial da Holanda. Em ato solene, teve início a perfuração dos alicerces da capela e de um prédio de dois andares, durante a realização da Festa de Nossa Senhora Rainha da Paz. Em 18 de agosto de 1927, foi lançada a pedra fundamental da construção, com bênçãos de dom Lustosa, bispo diocesano. A mudança definitiva dos padres para a escola ocorre só em 1928, com o funcionamento do colégio (LIMA et al., 2008).

Mesmo com a procura por vagas no colégio e com os esforços de padre Gil, o curso ginásial ficou sem reconhecimento. Para não perderem o ano letivo, alguns alunos transferiram-se para ginásios oficiais. Os que escolheram ficar optaram por perder um ano, confiando no eventual reconhecimento do curso. Em 1929, a instituição foi reconhecida, pela lei 361, de 29 de julho, do Conselho Federal, mediante pagamento doado pela comunidade, que fez ações de arrecadação (LIMA et al., 2008).

Em razão dos acontecimentos políticos nacionais e internacionais que interferiram na educação brasileira, explosão da Segunda Guerra Mundial e ascensão de Getúlio Vargas ao poder, os padres holandeses resolveram fechar o colégio temporariamente. Governo ditatorial populista, Vargas e seu Estado Novo impuseram um novo perfil à sociedade, marcado pelo embate. A Revolução de 1930, que o alçou ao poder, provocou tumulto e agitação em todo o país, sobretudo em Minas Gerais. A turbulência afetou as comunicações, como o serviço de correios. Então o meio mais comum de comunicação entre pais e filhos, as correspondências não chegavam ao seu destino. Internos queriam voltar para casa, mas havia um clima tenso e sensação de perigo. Os padres regentes Suitberto e Nicácio levaram alguns alunos para uma fazenda. Na volta, encontraram pessoas que fugiam das cidades para o campo a fim de se protegerem. A escalada da tensão levou os padres a alugar um automóvel e um caminhão a fim de fugir para Água Suja, mas não houve necessidade da fuga. No fim de outubro, a agitação havia arrefecido, a ponto de os padres decidir pela retomada do funcionamento normal da escola (LIMA et al., 2008).

Em 1931, o Colégio Regina Pacis comemorava seu primeiro quinquênio. Houve encontro de seu grêmio e do grêmio de Água Suja, onde surgiu a fundação da união estudantil católica, cuja publicação oficial era a revista *O Grêmio*. Além disso, foi adquirida uma chácara perto do matadouro, cujos cuidados e cuja manutenção ficaram a cargo de uma pessoa contratada para tal. Onde funcionava o curtume, passou a funcionar uma piscina. A inauguração ocorreu em 23 de abril de 1932, com atividade solene e presença de todos os alunos. Além de fornecer frutas, verduras e legumes para o colégio, a chácara era uma opção de recreação e lazer para os alunos (LIMA et al., 2008).

Ainda que a normalidade tenha voltado ao Colégio Regina Pacis após os acontecimentos da Revolução de 1930, a escola não ficou sem contratemplos. O número de alunos diminuiu, a ponto de comprometer sua manutenção. Ainda assim, as atividades se ampliavam, pois, o curso Comercial teve reconhecimento oficial. A primeira turma recebeu os diplomas em 15 de novembro de 1932, numa sessão solene em clube social de Araguari, e teve o então prefeito Mário da Silva Pereira como paraninfo. Em dezembro de 1933, formava-se a primeira turma de bacharéis, em sessão solene presidida pelo padre Gil van denBoogaart. (LIMA et al., 2008).

No início de 1934, o diretor do colégio, padre Eloi, de férias, viajou para a Holanda. Padre Conrado o substituiu, assim como deu início à construção do novo prédio da escola, que contava com matrícula de setenta internos, além dos externos. De volta da Holanda, Eloi se transferiu para o Rio de Janeiro, com isso Conrado tomou posse como superior da comunidade e diretor da escola, em dezembro de 1934. Ainda que diminuísse o número de alunos internos, a quantidade de externos aumentava, exigindo a ampliação das instalações da escola suprir as demandas de espaço e acomodação que se impunham com o aumento do alunado. Os recursos vieram de fundos testamentários de padre Lafayette, falecido em 8 de junho de 1935. Não por acaso, a nova ala acrescida ao prédio levou seu nome: Prédio Padre Lafayette, inaugurado em 15 de março de 1936. Ainda na década de 1930, o colégio adquiriu um consultório dentário para cuidar dos internos, além de impor a obrigatoriedade do uso de uniforme de gala aos domingos e em dias festivos escolares. Enfim, houve alterações no corpo docente em razão da transferência de padres e da presença de normalistas do Colégio Sagrado Coração de Jesus ministrando aulas a turmas do primário (LIMA et al., 2008).

Em 1941, a instituição passou a se destacar nas comemorações cívicas em âmbitos nacional, local e interno. Mais que isso, ajudou a desenvolver a cultura em Araguari e na região com publicações que incentivavam a formação educacional e literária, além da capacidade de oratória dos cidadãos, entre os quais se revelaram vários talentos. Também

estimulou a música com a criação da banda marcial. Em 1943, o decreto 11.351 elevou então o Ginásio Regina Pacis à categoria de colégio. Na prática, a partir de então a escola podia oferecer os cursos científico e clássico. Essa possibilidade consolidou o funcionamento da instituição como internato, semi-internato e externato masculino, sempre com manutenção da congregação dos padres (LIMA et al., 2008).

Com a mudança de status, a administração resolveu construir um prédio para abrigar convento, cozinha, refeitório e aposentos com instalações sanitárias. A inauguração ocorre em 15 de maio de 1945. Ainda nesse ano, outra movimentação da escola foi a comemoração pelo término da guerra: sob o comando de padre Nicácio, os alunos saíram em passeata pelas ruas de Araguari; e a eles se juntaram tanto alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus quanto discentes e funcionários da Escola Profissional da Goiás (LIMA et al., 2008).

O fim da guerra abriu perspectivas importantes, sobretudo a retomada da democracia. A economia voltou a se projetar, como sugere o aumento no número de alunos. Por outro lado, alunado maior era indício de consumo maior, em especial de água. Nesse sentido, em 1946, o Colégio Regina Pacis, seguindo o exemplo do “Colégio das Irmãs”, mandou perfurar um poço artesiano em seu terreno. Além disso, o aumento no volume de alunos demandou reforma e ampliação da capela, sem comprometer seu estilo arquitetônico original. A rigor, aumentou o número de altares. Em 1949, houve a primeira missa na capela reformada, celebrada por padre Inácio, homenageado no dia. A partir de 1950, a capela foi ornada com pintura de motivos religiosos do padre Otto Munier e concluída em 1956 (LIMA et al., 2008).

O ano de 1951 marcou as bodas de prata do Colégio Regina Pacis, que as comemorou. Para reforçar a comemoração do aniversário, o colégio lançou a revista *Um Marco no Caminho*, onde os padres fizeram um retrospecto da história da instituição. O colégio estava em seu auge: contava com 650 alunos externos e 220 internos; e sustentaria sua posição através desse decênio. Porém, entre 1960 e 1963, esse cenário de prosperidade começou a mudar. A abertura de grupos escolares veio subtrair parte do alunado residente em Araguari. Por outro lado, o número de internos diminuía, a ponto de obrigar o fechamento da modalidade internato, que passou a ser inexequível (LIMA et al., 2008).

Ao mesmo tempo, o diretor padre Francisco Luiz de Rezende (o padre Chico) decidiu transferir, para as dependências do colégio, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari, que até então funcionava no prédio do Grupo Escolar João Pedreiro. Com respaldo de padre Lazafá Boaventura, representante da Congregação dos Padres dos Sagrados Corações, a transferência visou ampliar o sistema educacional local. A faculdade oferecia graduação em Pedagogia, Letras, Geografia e História. Foi reconhecida em 26 de janeiro de

1975, com o argumento central de que podia funcionar em prédio próprio — doado pela congregação (LIMA et al., 2008).

Todavia, em 1972, a insuficiência de padres, para lecionar e cuidar da seção pastoral da igreja, levou à doação do Colégio Regina Pacis (dependências e equipamentos) à fundação municipal que era mantenedora da faculdade de Araguari. Em 1980, o estado precário de conservação da capela levou ao seu fechamento. Quase dezessete anos depois, foi a vez de o colégio fechar. Em 31 de dezembro de 1996, sua existência cessou com a decretação do fim das atividades escolares (LIMA et al., 2008).

Como se lê, a escola saiu das mãos dos padres por falta de corpo docente, e não de recursos financeiros, uma vez que se viu em situação de crise financeira. A crise havia sido resolvida com uma solução até então inédita. O diretor, padre Chico, decidiu adotar o sistema misto de ensino, até então improvável de acontecer em colégios de padres. O volume de matrícula de alunas se elevou de tal modo, que havia mil matriculados no início dos anos 1970, dentre meninas e meninos. A crise havia sido superada com sucesso. Curiosamente, a essa época o colégio já tinha uma escola de ensino misto sob sua chancela. A curiosidade estaria no fato de a administração ter sido capaz de adotar uma solução radical, abrir matrícula ao público feminino para atrair mais alunos, e incapaz de criar uma solução para atrair alunos a uma escola que não precisava de mudança na natureza de seu funcionamento: o Externato Santa Teresinha: de ensino de orientação religiosa e ensino misto, criado em 1932 e vendida em 1942 aos padres do Regina Pacis, como se lê a seguir.

3 EXTERNATO SANTA TEREZINHA: SURGIMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Na década de 1930, o ensino escolar no Brasil passou por mudanças significativas, sobretudo por conta da desvinculação entre Igreja e Estado após a proclamação da República, que impôs novas diretrizes. Duas naturezas se delinearão para o ensino: pública e privada. Mesmo sob o controle do Estado, o ensino público ainda não tinha estrutura consistente nem política educacional sólida. De caráter quase exclusivamente confessional católico, o ensino particular se destacava em quantidade e qualidade. Essa perspectiva dual se projetou país afora, num cenário em que escolas particulares tendiam a ser em maior número em estados e cidades de projeção menor na economia e política. Exemplo desse cenário pode ser a situação da cidade de Araguari, MG.

3.1 Criação de escolas em Araguari

Com efeito, segundo Naves e Rios (1988, p. 101), em quase duas décadas de República, não houve criação de escolas em Araguari. As instituições escolares em funcionamento eram aquelas criadas no período imperial (o que obrigava os professores a anunciar, em jornais, oferta de ensino particular, como aulas ministradas na residência deles ou na dos alunos). A partir de 1908, com a fundação do Grupo Escolar Raul Soares, a população passou a contar com mais escolas. Além do grupo escolar, surgem outras duas escolas particulares: o Colégio Sagrado Coração de Jesus, transferido de Januária, norte de Minas, para Araguari, em 1919, e o Regina Pacis, fundado em 1926. Em 1932, surgiu o Externato Santa Teresinha, como iniciativa de Maria Natalina Jardim Bronzo de Almeida. Essa escola iniciou suas atividades em prédio da avenida Tiradentes, mas só obteve registro de funcionamento na Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais no ano de 1936 (n. 2.723).

Em 1º de dezembro de 1937, o Externato Santa Teresinha foi vendido, a Antônia Carvalho Barbosa e Alzira C. Amaro. Após o processo de mudança de proprietário, as donas providenciaram reformas prediais para suprir demandas dos alunos. No ano seguinte, Antônia Carvalho deixa a administração do colégio, que fica a cargo de Maria Yolanda Fonseca Barbalho, como diretora e Aurea Bittencourt assumiu a vice-diretoria, enquanto o corpo docente contava com Adelia Freua, Amine Canut, Celuta Leite, Cybele Machado, Dirce Leite, Eshter G. Siqueira, Haydeé Pacca, Ivone Miranda, Latifa Kehdi, Maria Abbud, Maria da Penha Constant, Rita Gomide e Octacilio Júnior (que lecionava Educação Física). Os cursos

oferecidos eram o Jardim da Infância, Pré-Primário, Admissão ao Ginásio e primeiro ano do curso de Propedêutica. Também oferecia uma escola de datilografia e um curso de Estenografia em espaço anexo à Escola de Comércio. O material didático nesse período vinha de São Paulo, o que lhe atribuía a aura de “ultramoderno”.

Em 1940, havia 379 matriculados no Externato Santa Teresinha, dentre alunos e alunas; e 29 discentes haviam se diplomado. Dois anos depois, a escola foi vendida de novo, dessa vez ao então Colégio Regina Pacis. Assim, a partir de 1942, o externato funcionou em anexo ao prédio do Regina Pacis, situação que duraria até julho de 1972, ou seja, trinta anos. A existência da escola nessas três décadas é o que interessa a este estudo; é o que justifica o recorte temporal de 1942–72 da pesquisa, convém lembrar. Isso porque foi o maior tempo em que o Santa Teresinha pertenceu a um único proprietário, os donos do Regina Pacis (FIG. 8).

FIGURA 8. Anúncio de jornal torna pública mudança de proprietário da Escola Santa Teresinha

Colegio "REGINA PACIS"
 Curso primário, preparatório e científico
 (Decreto n. 11.351 de 15-1-1943)
 ARAGUARI - MINAS

Internato - Semi-Internato - Externato

Instituição eficaz Formação religiosa

EDUCAÇÃO PRIMOROSA

DISCIPLINA Desenvolvimento Físico

Escola "Santa Teresinha"
 AVENIDA TIBACINTES, 343
 Registrada na Secretaria de Educação do Estado de Minas
 PROPRIEDADE DO COLEGIO "REGINA PACIS"

Direção própria Corpo docente especializado

Curso Primário completo Curso de Admissão ao Ginásio
 Curso de Datilografia

Fonte: *Gazeta do Triângulo* (1943, 7 mar.) — acervo do Arquivo Público Dr. Calil Porto.

O jornal *Gazeta do Triângulo* de 7 de março de 1943 publicou anúncio da junção das duas escolas. Por um lado, o anúncio, de página inteira, pode ser entendido como indício da sustentação financeira que a Escola Santa Teresinha passaria a ter a partir de então. Por outro, a diagramação e os elementos de composição do anúncio dão pistas de que o Colégio Regina Pacis tendia a ser privilegiado nos investimentos. Em parte, porque a menção ao colégio ocupa o topo da página, ou seja, vem em primeiro plano. As fotografias dão visibilidade ao potencial material do colégio, enquanto o texto que as acompanha tem um tom mais abstrato e de ideal, como nas referências a eficácia e primor. A parte do anúncio que toca ao Externato Santa Teresinha não contém imagens da escola (há imagem da santa), enquanto o texto tem um tom mais concreto-factual: indicação de propriedade, separação de administração e nomeação de cursos ofertados. O uso das aspas como destaque nos nomes das duas escolas parece igualá-las, mas no geral o anúncio pode ser lido como indicativo de que as escolas seriam bem separadas. “Instrução eficaz” e “Educação primorosa” não seriam atributos associáveis com as duas escolas, assim como a formação religiosa seria enfoque mais de uma escola, e menos de outra, a julgar pelo anúncio. Ao externato parece ter sido atribuída uma orientação mais pragmática, menos de formação em sentido amplo; ou seja, um vínculo maior com formação elementar (primário completo) e preparação, de mão de obra (curso de datilografia) e para exames (curso de admissão).

Ainda assim, convém dizer que o Externato Santa Teresinha surgiu como escola confessional de orientação católica e particular, o que o aproxima do Regina Pacis. Além disso, uma vez adquirida pelos padres, de fato o externato passou a ser mantido pela Congregação dos Padres dos Sagrados Corações. Mas sua localização era outra, avenida Tiradentes.

Conforme relatos de Abud e Bagliano, uma vez que a Externato Santa Teresinha passou a ser comandado pelos padres, Maria Abbud assumiu a direção do externato e, como tal, permaneceu até o encerramento das atividades, em 2008. Como disse Abud (2018, p. 127):⁵

Quando a Congregação assumiu o Santa Teresinha, foi logo que ela assumiu como a diretora. Ela estava como professora e, desde que os padres assumiram, ela assumiu e ficou todo esse tempo como diretora. E se orgulhava disso. Mas era coisa de orgulho mesmo! Pois os padres tinham toda uma confiança nela.

⁵ A remissão à data e página para os recortes das entrevistas se refere à data de validação das transcrições e à página do apêndice 3, onde estão as entrevistas.

Nas palavras de Bagliano (2018, p. 132):

[...] ela trabalhou no externato setenta e três anos, não me pergunte quantos anos ela tem, porque nunca contou para ninguém. Nós nunca vimos os documentos dela. Antigamente, o “Colégio das Irmãs” do Sagrado Coração era a escola mais procurada, e as meninas lecionavam lá [no externato]. Quando precisava de alguém, a pessoa que precisava ia no “Colégio das Irmãs”, e elas indicavam. Não importava se você tinha 15 anos, 17, 18, não importava a idade, era conforme o seu desempenho na escola. Os padres precisaram de uma professora para o externato, para começar a escola, então indicaram uma muito boa que se chamava Maria Abbud. Eu lembro que eles comentavam muito que na época ela tinha 16 anos. Ela veio para o colégio, para o externato, que já era lá naquele lugar [av. Tiradentes] e ficou esses anos todos.

As instalações do Externato Santa Teresinha eram consideradas modernas para a época. É provável que tal impressão viesse da arquitetura de feição retangular com “colunas” que orientava elementos do prédio como as janelas e a porta de entrada. Acrescentam-se os dois pavimentos e o jardim frontal como complemento para uma estrutura arquitetônica que distinguia o prédio do externato; não só da construção de outras escolas, mas também da feição arquitetônica da cidade.

FIGURA 9. Frente e fachada do Externato Santa Teresinha, em Araguari, MG, sem data



Entrada: escadaria de acesso ao interior. Acesso à esquerda e direita: corredores (entrada/saída de discentes). Primeiro pavimento à direita: salas (espera, diretora, de máquinas de escrever, copa/cozinha, banheiro, pátio, corredor central, salas de aulas). Segundo pavimento: salão com palco.
Fonte: acervo da família Abud — fotógrafo não identificado

O acesso à escola começava na escadaria, que levava ao interior frontal e lateral. Dois corredores, à direita e à esquerda de quem entrava, serviam ao fluxo de entrada e saída de alunos. No primeiro pavimento, ao se adentrar a porta principal, deparava-se com uma imagem de Santa Teresinha. À direita, havia sala de espera, sala da diretora, sala com máquinas de datilografar para as aulas, copa, cozinha e banheiro. Mais adiante, havia o pátio e um corredor central, cercado por seis salas de aulas, que atendiam desde o jardim I, crianças com idade de três anos acima, até a quarta série do primário e curso de Admissão. No segundo pavimento havia um salão com um palco. Ali eram ministradas as aulas de Ensino Religioso, por Maria Abbud. (Ela não abria mão disso.) Além dessas aulas, acontecia entrega de notas, eventos de formatura e de comemoração da primeira eucaristia. A escola alugava o salão a pessoas da comunidade que desejassem realizar eventos particulares, tais como festas de aniversário infantil.

Em 1972, ante a falta de número suficiente de padres destinados ao ensino, a congregação doou o Colégio Regina Pacis à Fundação Municipal de Ensino de Araguari. A doação ocorreu em 12 de julho de 1972, dia em que se encerrou o funcionamento do Externato Santa Teresinha como anexo do colégio. A congregação, então, assumiu o externato, que a ela ficou ligado até 1996. Depois disso, houve sua desvinculação da congregação e mudança de nome para Associação Educacional Santa Teresinha. Com esse novo status, a escola passou a funcionar sob o documento de reconhecimento 2723 da Secretaria de Estado da Educação (publicado no *Diário Oficial* de 7/11/96). À congregação coube manter as instalações físicas onde a escola funcionava.

Abud, Bagliano e Barcelos se referiram a essa fase do Santa Terezinha, que manteve suas atividades até 2008, quando encerrou definitivamente. Nas palavras de Abud (2018, p. 128):

O último ano do Santa Terezinha foi 2010, me parece. Não! [Foi] 2008 o último ano do Santa Terezinha, daí fechou. Mas ela [Maria Abbud] continuava a ir lá todos os dias, com aquele joelho que ela nunca quis operar com medo de morrer.

Como se infere, um vínculo construído em mais de setenta anos não se desfaz da noite para o dia. Mesmo após ser fechada, a diretora continuava a ir à escola. Fazer isso era parte da vida dela, da rotina diária, dos hábitos, das responsabilidades e, certamente, dos prazeres.

Com efeito, também Barcelos (2018, p. 119) frequentou a escola até seus últimos dias de existência. Como disse,

[...] eles venderam para outra pessoa, e nós encerramos em 2008. Não, eles vieram em outubro, quando foi em novembro, fizeram a avaliação nas

imobiliárias, foram lá, fizeram a avaliação, puseram à venda [...] Encerrou em 2008, eu fiquei organizando a papelada, tudo, até fevereiro, março de 2009.

Conforme os entrevistados, a escola Santa Teresinha declinou a partir dos anos 1990. Não só surgiram escolas particulares, como também estas introduziram metodologias de ensino inovadoras para a época; ou seja, que se destoavam da orientação pedagógica tradicionalista do antigo externato. Abud (2018, p. 128) se referiu a essa questão:

[...] em 95 começou a perder aluno para o[s colégios] Objetivo, Nacional. Já era... a classe que frequentava o Santa Teresinha era o do Nacional, do Objetivo, do Coc, desses outros. Então foi acabando o Santa Teresinha. Em 95 foi que começou a declinar, me parece que foi até 2002, não me lembro, não sei precisar a data, só sei que daí em diante ela começou a pôr dinheiro, pagar as professoras com dinheiro dela.

Também a entrevistada Bagliano (2018, p. 139) toca nessa questão:

Foram diminuindo muito os alunos, as pessoas foram procurando outras escolas mais sofisticadas, por isso que ela fechou. A escola terminou, não tinha nem setenta meninos. Uma escola que já teve setecentos, oitocentos! Foi diminuindo porque foram surgindo outras escolas, como o IPEA, Jardim Encantado, Chácara do Saber, foram surgindo essas escolas, e os pais foram colocando onde era mais perto, e o povo foi procurando inovação.

Igualmente, Barcelos (2018, p. 120) se referiu ao declínio do externato. Em suas palavras:

Quando deu novembro, dezembro, ela [Maria Abbud] disse: “Olha, nós vamos encerrar”. Procurou uma escola para transferir o externato, o ensino para outra escola, montar outra escola, procurou, mas só tinha na periferia, só na periferia, muito longe, tinha que construir, era terreno. Ela disse: “Não! Não vou mexer com isso, não! Porque se essa escola mudar daqui ela não vai ter aluno, então é melhor fechar e encerrar essa escola”. Chamou os pais, fez uma reunião e falou: “Estou fechando a escola por esse motivo, esse, esse e esse... Eles vão vender o prédio, não é nosso, não é meu. Então, eu vou encerrar”.

À época da venda do externato, a congregação dos padres ofereceu o imóvel a Maria Abbud, que muitos pensavam ser a dona do prédio da escola. Mas ela recusou a oferta. Disse que seria um sacrilégio. Abud (2018, p. 127) narra que:

Agora, até no final, aconteceu uma coisa. Quando os padres colocaram à venda o Santa Teresinha, primeiro falaram com ela [Maria Abudd]; mas ela não aceitava falar em vender, porque o prédio era dos padres, o Santa

Terezinha. Então, eles procuraram ela para poder vender, e ela falou: “Gente, não vende não! Isso aqui vale ouro”. Então começaram: “Dona Maria, nós vamos vender. A senhora tem preferência. Nós vamos vender por 350, é... 450 mil [reais], mas para a senhora nós vamos fazer por 350 mil”. Ela falou: “Eu não tenho o dinheiro, meu sobrinho não tem o dinheiro para comprar”. [Mas] Tínhamos. “E se ele comprar, eu vou excomungar ele!” Quer dizer, “coisa dos padres nós não vamos comprar”. Chegou uma hora que até o padre deve ter brincado com ela porque isso quem me contou foi a Eunice. Fez, chegou a falar em 250 mil [reais]. “Não tenho dinheiro, meu dinheiro não é para comprar esse colégio, vocês não podem vender porque isso aqui vale um milhão e duzentos”, e caiu naquela briga, então o padre falou: “Dona Maria, nós devemos muito para a senhora, então nós vamos dar para a senhora o Santa Terezinha”. Aí que ela ficou louquinha! [Muda o tom e ritmo da voz] “Vocês estão ficando doidos! Vocês estão malucos!”, berrando com os padres. “Então a senhora toca, vai tocando”.

Embora não tenha comprado o prédio, a família Abbud tinha interesse em articular um pedido, às autoridades que regulam o patrimônio público, para que o prédio fosse tombado como patrimônio da sociedade local. Com o insucesso da iniciativa, o prédio foi vendido a terceiros, em 2011. Logo após a aquisição, veio a demolição, que começou dos fundos e durou um fim de semana de feriado prolongado. Hoje há um estacionamento e uma farmácia no terreno onde ficava a escola, que formou várias gerações de alunos.

Os relatos de Bagliano, Barcelos e Borela tocam nesse processo de formação.

Eu escutava a dona Maria Abbud falar para os pais: “Aqui é a *Cartilha da infância*, o método silábico, mnemônico, podia engajar tudo”. Quando o menino estava no pré, ele já começava a ser alfabetizado pela *Cartilha da infância*, quando chegava na primeira série, nos primeiros meses recordava, no segundo bimestre o menino deslanchava. Nos outros lugares já começava no conteúdo da primeira série. No externato, não! Dona Helena chegava com os meninos do primeiro aninho na multiplicação com dois números, quando ele entrava na segunda série a professora recordava aquele conteúdo para, depois, pegar o gancho da segunda série e dava conta, tranquila, de dar o conteúdo. Ela terminava o conteúdo da próxima série (BAGLIANO, 2018, p. 146).

Era ensino silábico, tinha *Cartilha da infância*, só que nós reformamos a *Cartilha da infância*. Continuou a mesma *Cartilha da infância*, só com algumas reformas, e era moderno, fora a alfabetização, era moderno. Mas a base era *Cartilha da infância*. Eu não soube explicar por quê. A gente esquece, são muitos anos. Era assim, um pouco de silábico com um pouco de — como chama o outro? [Global]. Isso daí! Silábico com global. Porque, para você seguir somente aquele curso alfabetização só, antigo, não dava para poder seguir, porque o curso teria que ter um alicerce, mas com a modernização do dia a dia, atualização. Tinha que ser atualizado (BARCELOS, 2018, p. 116)

Nas aulas tinham os alunos, a professora, cartilha, cadernos, lápis, borracha, régua, quadro-negro e giz. Não tínhamos essa atividade, por exemplo, de pegar revistas para recortar. Era caderno, lápis, e vamos escrever! Não tinha

nenhum material audiovisual, nenhum material pedagógico! Não tinha nada disso, e os alunos aprendiam! E tinha a chamada “peneirinha”, se o aluno não tivesse aprendido no primeiro ano, agora se recuperava. Treinava uma boa leitura, uma boa composição e um bom ditado. Se mesmo assim não conseguia, não passava para o segundo ano. Vamos falar da avaliação naquela época, fui promovida com distinção! Só distinção, faltou louvor, porque teria que ser dez, eu tirei nove e meio de média [risos]. Está aqui [mostra o boletim], dez, dez, dez, mas nessa última eu tive nove. Já tinha primeiro lugar! Agora, olha aqui o conteúdo: Leitura, Religião, Língua Pátria, Caligrafia [também era uma matéria]. Eu tinha nota de Leitura no boletim [era chamada caderneta], tinha nota de Religião, de Língua Pátria, de Aritmética, de Caligrafia — olha como é bem diferente do sistema do estado. Quando eu passei para o primeiro ano adiantado [comparando os dois boletins], continuo com as mesmas notas de Leitura, Religião, Caligrafia, Língua Pátria, Aritmética, e disciplinas de Geografia e História do Brasil. Havia aula também de Desenho, Asseio, Comportamento e, depois, a média. No final do mês, a classificação de lugar. Para a média, somava-se nota de Asseio, somava-se nota de Comportamento! (BORELA, 2019, p. 157)

Pessoas que estudaram no externato conseguiram se formar e se estabelecerem na sociedade local como profissionais bem-sucedidos e de projeção social na cidade de Araguari e região. Exemplos desses desdobramentos podem ser derivados dos relatos das entrevistadas. Por exemplo, para Bagliano (2018, p. 155),

[Os alunos] Eram os que tinham um poder aquisitivo um pouco melhor porque era uma escola particular. A dona Maria dava bolsas para alunos que precisavam, mas isso eram poucos, ela ajudava, mas a maioria eram alunos de classe A e B. Havia muita procura por vagas, mas o interessante é que não era superlotado, não! Pelo menos as minhas turmas eram de quinze, vinte, daí para baixo. Não eram salas cheias.

Borela (2019, p. 165) salientou que “Havia muita procura pela escola, era um público selecionado, economicamente falando. As mensalidades lá eram caras para aquela época. Era uma escola para a classe alta”. Igualmente, Barcelos (2018, p. 118) se referiu ao perfil do alunado do Externato Santa Teresinha:

Você quer ver quais? Eu vou te dar uma lista de gente que estudou no Externato Santa Teresinha. Esse embaixador não era da minha época, o embaixador, o Milton Lima Filho, que foi deputado. Miguel de Oliveira, Raul Belém, aquele que morreu, não é o filho, não! É o pai. Os antigos, todos estudaram lá. Tem muita gente na cidade que estudou lá [...] deixa eu ver quem mais que estudou. Agora, da minha época, quando eu comecei a trabalhar lá, são os filhos do doutor Bosi, o Thiago e Daniel, doutor Thiago e doutor Daniel são filhos do doutor Bosi. Os filhos do doutor Nivaldo, um que é médico em Ribeirão Preto, que eu esqueci o nome dele, e a irmã dele, aquela que é psicóloga da prefeitura, Juliana Diniz Cardoso. Os filhos do doutor Dilson, que hoje é tudo médico na Santa Casa. Estudou comigo,

estudou comigo lá, na minha época. Os filhos do doutor Nelson, do doutor Reinaldo Caetano... Isso é o que eu estou lembrando, assim.

Cabe citar como complemento um caso alheio aos relatos das entrevistadas. A página eletrônica da escola no *website* Facebook contém fotografias que suscitaram comentários de internautas que as viram. São imagens de alunos, professores, diretora e dono. Algumas registram eventos de sala de aula, entrega de diplomas, comemorações, confraternizações e outros. Como as imagens foram publicadas em 12 de outubro de 2015, cabe pressupor que a publicação tenha sido comemorativa do Dia da Criança, pois aparecem muitas crianças nas fotografias. A publicação das imagens fotográficas suscitou comentários de internautas, dos quais alguns podem ser lidos como relatos de ex-alunos. Não por acaso, um dos comentários salienta os desdobramentos do ex-discente em sua vida escolar, ou seja, reitera o que disseram os narradores:

Estudei nesta escola por volta de 1950. Ganhei de D[on]a. Maria Abud um ovo de madeira oco que tinha agulha e linha dentro para consertar meias apoiando-as no ovo. Presente de Da. Maria Abud. [...] Depois mudamos para Goiânia onde me formei engenheiro. Fiz mestrado e doutorado na COPPE/UFRJ [Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia] onde fiquei como professor até 1997. Fui para a UnB [Universidade de Brasília] onde lecionei até 2014 quando fui aposentado compulsoriamente aos 70 anos (Y. N., 2018, *on-line*).

Como se lê, o internauta deixa claro o destino profissional de quem estudou no externato. Ainda que ele projete mais a si do que a diretora da escola, suas palavras parecem reiterar o argumento das entrevistadas sobre o sucesso dos egressos. O comentário do ex-aluno internauta, professor universitário aposentado, revela que sua experiência escolar no externato foi marcante, a ponto de motivar sua manifestação pública. Sobretudo, deixa entrever o grau de proximidade e interação da diretora com o alunado, como sugere o presente lhe dado por ela; não por acaso, um presente de intenções pedagógicas, pois o instruiria a fazer um serviço tido como típico de mulher, seja a mãe, seja a esposa.

3.2 A direção do Externato Santa Teresinha

Com efeito, ao permanecer no cargo de diretora por décadas, Maria Abbud deve ter ouvido cumprimentos parecidos em seu tempo de vida, ainda que faltem fontes relativas a alunos de Araguari, por exemplo, que ali permaneceram depois que saíram do externato. Também faltam fontes para compor um perfil biográfico-intelectual mais completo dela. Os dados obtidos se referem a informações mais factuais, como dados familiares; ou então à

personalidade dela: religiosidade (ia à missa todos os dias, pois a comunhão era o seu alimento), rigidez e firmeza (vide o medo da cirurgia no joelho), um tanto enérgica e até mandona. Também muito educada, polida e amorosa, como se pôde inferir dos relatos dos entrevistados, em especial o sobrinho Chede Abud (FIG. 10)

FIGURA 10. Chede Abud e Maria Abbud



Fonte: acervo de Chede Abud

Maria Abudd nasceu em Catalão, GO, em 24 de novembro de 1917. O pai, José Abbud, e a mãe, Maria Nazar Abbud — ambos de Harissa, cidade libanesa — tiveram mais dez filhos. Ao todo, eram seis mulheres e quatro homens, sendo Maria Abbud a antepenúltima filha (FIG. 11).

FIGURA 11. Maria Abbud em meio aos pais e irmãos



Sentados: Maria Nazar Abbud e Elias José Abbud. Em segundo plano, da esquerda para a direita: Regina Benedita Abbud (Dita), José Elias Abbud e Zayna Abbud. Em primeiro plano da esquerda para a direita: Amélia Abbud, Farid Elias Abbud, Maria Sebastiana Abbud (a menor), Zuza Abbud (com mão na boca; faleceu aos 11 anos de idade), Maria Abbud, Abadia Abbud e Jamil Abbud
 Fonte: acervo de Chede Abud — fotógrafo não identificado

A família Abudd deixou Catalão, GO, para se estabelecer em Araguari, em meados de 1924, quando essa cidade mineira ocupava posição geográfica estratégica e experimentava um período de desenvolvimento e projeção econômica na região. Os Abudd estabeleceram residência na rua Rui Barbosa, bairro Centro, em casa que Elias José mandou erguer. Ali, os pais de Maria Abudd viveram a vida toda, enquanto ela e os irmãos passaram a infância e adolescência. Faltaram informações mais peculiares e pitorescas da infância e adolescência de Maria Abudd, como sobre suas experiências com a educação de parentes — como foi dito. Foram encontrados poucos registros materiais desse passado, e as pessoas que foram entrevistadas para a pesquisa não souberam informar sobre essa etapa da vida dela.

Como parente próximo, Chede Abud (2018, p. 125) se referiu à família. Em suas palavras,

Eu sempre morei lá, desde os 6 meses de idade. Eu fui para a casa dos meus tios. Ela me criou... Ela e meu tio, os dois irmãos. Apesar das outras tias, ela que mais cuidou de mim. Uma cuidava da minha roupa, outra cuidava da minha comida, ela cuidava da minha escola, meu tio me punha de castigo,

um zangava, um batia, dava um tapa só! Tapa com a mão. Nunca apanhei de chinelo, [só] com a mão, para saber o quanto que está doendo. Se você bater numa criança com mão, você sente a dor que ela está sentindo, entendeu? Eu fui criado desse jeito, e assim eu criei meus filhos, do jeito que eu fui criado eu criei meus filhos. [...] Eu fui criado como filho deles, mas sempre chamando ela de Maria, a outra tia de Amélia, de Lola, de Abadia. Só meu tio que era titio... mas é porque elas ensinaram a chamar ele de titio... Então, a gente chama ele de titio, a minha prima chamava ele de titio Farid, minhas irmãs chamavam ele de titio também e só minha prima que chamava ele de titio Farid, paulista. Os primos foram criados todo mundo junto, um bloco, aqueles fechados assim [gesticulando com as mãos, formando um cubo], a família é essa aqui, a família era sagrada, unida e sagrada, entendeu? Ninguém podia tocar. Meu tio era o guardião de tudo, meu pai era o guarda de tudo, era o capanga, meu pai era bravo que doía, ninguém mexia. Se mexesse com alguém lá de casa, estava pedindo para morrer, meu pai era doido, bravo que doía, meu tio era o guardião, aquele que... água benta [gesticulando como o padre faz na missa]. Primeiro. ele ia, te encostava atrás dele e tomava a frente, se ele não desse conta, chamava o meu pai, que era aquele trator, louco. Não encosta na família, não! Eu fui criado dentro de uma família que cuidava da própria família sem ofender, sem xingar alguém, então a gente era... Eu fui educado para respeitar o branco, o preto, o vermelho, o amarelo, qualquer um.

Dessa passagem de seu relato se inferem lembranças de um ambiente familiar marcado pela união e pela atribuição de responsabilidades e funções sociais a cada membro na comunidade familiar dos Abudd. A Maria Abbud coube cuidar da formação escolar dos sobrinhos, dentre os quais o entrevistado, criado por ela como um filho.

Maria Abbud e suas irmãs sempre estudaram no Colégio Sagrado Coração de Jesus, onde ingressaram para realizar o estudo primário e o secundário. Permaneceram até a conclusão do curso Normal, quando se formaram como professoras. Abadia Abbud integrou a primeira turma a concluir tal curso. Mesmo antes de formada, Maria Abudd começou a lecionar no Externato Santa Terezinha, mas atuou como docente por pouco tempo. Logo após os donos do Colégio Regina Pacis comprarem o externato, ela foi convidada pelos padres para ocupar o cargo de diretora, convém lembrar.

Durante a trajetória como diretora do externato, Maria Abudd recebeu homenagens do 11º Batalhão de Engenharia de Construção/2º Batalhão Ferroviário de Araguari, assim como da Câmara Municipal de Araguari, além de possuir uma cadeira na Academia de Letras de Araguari. Ela fazia questão de, também, ministrar aulas de Ensino Religioso e preparar turmas para a primeira comunhão. Seu objetivo maior era educar segundo princípios morais cristãos.

FIGURA 12. Diretora Maria Abbud em ocasião comemorativa na escola



Maria Abudd assumia a posição de oradora em ocasiões mais solenes no salão da escola, como sugere o microfone na mão (indicativo de um público numeroso, a ponto de ser necessário amplificar a voz dela). O cumprimento acompanhado do olhar e do sorriso parece sugerir a satisfação de uma profissional convicta de função como formadora da infância na escola e a satisfação de uma aluna por poder estudar onde estudava.

Fonte: Externato Santa Teresinha (2019, *on-line*)

Quatro anos após o fechamento definitivo da escola, em 2008, Maria Abudd sucumbiu a problemas de saúde nos rins. Era 4 de janeiro de 2012. Esse perfil dela derivou, em parte, do que disseram as entrevistadas, que tiveram uma convivência diária com a diretora. Assim, convém conhecer a trajetória delas, como a do entrevistado.

3.3 Perfil dos entrevistados

Convém frisar que um dos passos nos primórdios da pesquisa aqui descrita foi procurar a entrevistada Barcelos, que poderia oferecer informações úteis sobre a viabilidade de executar o projeto de pesquisa sobre as práticas escolares no Externato Santa Teresinha. Sua disposição e seu interesse em participar da pesquisa foram fundamentais para os desdobramentos desta. Assim, convém começar esse perfil das entrevistadas com ela.

Altina Maria Barcelos é proveniente de família proprietária de fazenda na região. Após precisar vender a propriedade para saldar dívida, a família se mudou para Araguari. Aos 8 anos de idade, ela aprendeu a bordar, o que lhe permitiu ajudar a mãe até tarde da noite, ou seja, após as aulas no Grupo Escolar Raul Soares. Na adolescência, começou a trabalhar em um salão de beleza, onde aprendia o ofício durante a semana para, no fim de semana, ganhar trocados e ajudar a família. A renda do salão pagou um curso de datilografia no Externato

Santa Teresinha, por três meses. Uma vez apta para terminar o curso, solicitou à professora que a deixasse continuar estudando porque ali era o único lugar onde o pai lhe permitia frequentar. Ele era rigoroso e severo. A professora consentiu, e ela continuou na escola, treinando e ajudando-a na manutenção e limpeza das máquinas de escrever, como também assessorando os alunos. Após algum tempo trabalhando como voluntária, veio a oportunidade de trabalho remunerado. Sua professora precisou se afastar, por motivo de saúde, e indicou Barcelos para substituí-la, pois a via como muito responsável. Foi aceita por Maria Abbud para o cargo. Desde então, começou a trabalhar no externato; aposentou-se em 1998. De início, ela atuou como professora de datilografia, depois como secretária, cargo que ocupou até o fechamento da escola, ou seja, mesmo após sua aposentadoria. Além disso, foi responsável pelo curso supletivo durante o tempo em que funcionou na escola no período noturno.

Diferentemente de Barcelos, a entrevistada *Eunice de Fátima Silva Bagliano* tem uma trajetória de vínculos mais antigos com a família Abudd. O avô dela esteve entre as primeiríssimas pessoas que Elias José Abbud conheceu ao chegar a Araguari com a família. O avô teria se disposto ajudá-lo, e as famílias de ambos se tornaram amigas. Assim, desde pequena, a mãe da entrevistada Bagliano conviveu com a família Abbud. De tal modo, após se casar e constituir família, sua mãe passou a trabalhar para a família como doméstica.

A entrevistada nasceu em 26 de dezembro de 1956. Com 7 anos de idade, entrou no Grupo Escolar Padre Damião, onde permaneceu por alguns dias, pois, a convite de Maria Abbud, começou a estudar no Externato Santa Teresinha sem custo para a família. Ela não se lembra de sua primeira professora; mas se lembra que foi alfabetizada com a *Cartilha da Infância* e a ajuda da mãe, em casa. Estudou no externato durante quatro anos, da primeira até a quarta série e Admissão. Suas professoras foram Virgínia Olímpia Mendonça, na segunda série, e Maria Conceição dos Santos, nas terceira e quarta séries.

Aos 12 anos de idade, Bagliano e suas irmãs foram convidadas a substituir uma funcionária afastada do Externato Santa Teresinha por motivo de doença. Com o retorno da funcionária, as irmãs retornaram às atividades costumeiras; mas Bagliano continuou, como servente, onde permaneceu até o fechamento da escola, em 2008. Ao término do curso Primário, fez o de Admissão e prestou exame de seleção para ingressar no curso ginásial da Escola Estadual Professor Antônio Marques, onde estudou até o terceiro ano do colegial, ou seja, do Segundo Grau. Findos os estudos na escola Professor Antônio Marques, ela ingressou no curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus, por dois anos. Em seguida, começou a cursar pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari, especializando-

se em orientação educacional, em turma única oferecida por essa faculdade. Ainda cursando a faculdade de Pedagogia, foi convidada a trabalhar na Secretaria de Educação de Araguari. Assim que houve concurso, ela prestou e passou, trabalhando nos centros municipais de Educação Infantil Padre Alberto Art's e Santa Terezinha, bem como na creche Silvandira Goulart e no Lar da Criança. A época da pesquisa, atuava como educadora infantil no Centro Municipal Inês Vasconcelos de Paiva Neves, no bairro São Sebastião.

A trajetória de Bagliano contém elementos que permeiam a da entrevistada *Maria Angélica Diniz Póvoa*. Nascida em Araguari, dia 7 de maio de 1952, ela ingressou no Colégio Sagrado Coração de Jesus, onde teve freiras como maioria das professoras. Ela se lembrou da primeira docente, irmã Rosalva, que ministrava aulas no pré-escolar. Da primeira à quarta séries, ela se recordou das irmãs Merirce, Célia, Berenice e Nívea. Ao rememorar as aulas a que assistiu, relatou que eram leves e lúdicas. Sua alfabetização se deu, de fato, na primeira série. Ao término do curso Primário, ainda no “Colégio das Irmãs”, ingressou no Ginásio. Além das freiras, passou a ter professoras que não faziam parte da ordem e conteúdos ministrados por professores diversos. Mesmo assim, não havia muitas docentes, pois lecionavam suas disciplinas ao longo das séries. Além das matérias obrigatórias como Língua Pátria e Matemática, havia aulas de Francês, Canto e Teatro, o que muito interessava a Póvoa, que participou de peças teatrais produzidas pelo colégio e apresentadas fora dos portões da escola, ou seja, para a sociedade de Araguari e região. Findo o curso ginásial, ela ingressou no curso Normal, onde se diplomou como professora. Iniciou sua vida profissional docente no Externato Santa Teresinha, em 1971. Lecionou para a segunda série do Primário até meados de 1974. Mesmo trabalhando, ingressou no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari. Uma vez graduada, casou-se e mudou-se para Brasília, onde seguiu outros rumos profissionais que não o magistério. Hoje, ela trabalha na prefeitura de Araguari, cidade onde reside.

O colégio Sagrado Coração e a faculdade de Araguari marcaram, também, a formação de *Lêda Maria Borela Diniz Póvoa*. Nascida em Araguari, em 30 de junho de 1950, ela iniciou seus estudos com sua irmã, no Externato Santa Teresinha, onde permaneceu por dois anos, cursando o primeiro ano atrasado e, depois, o adiantado (nomenclatura da época). Lá, foi alfabetizada, com distinção e louvor. Em seguida, foi estudar no Grupo Escolar Raul Soares, onde concluiu o Primário para, então, ingressar no Colégio Sagrado Coração de Jesus, onde cursaria o Ginásio e o Normal. Nesse período, iniciou sua carreira profissional como professora do Grupo Escolar João Pedreiro, por um período breve.

Em 1967, aos 17 anos de idade, Borela estava formada como professora. No ano seguinte, foi convidada a lecionar no Externato Santa Teresinha, onde trabalhou de 1968 até 1974. Além disso, levou adiante a formação, ingressando no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Durante a graduação, foi convidada a monitora da disciplina de Psicologia da Educação, o que lhe deu uma experiência aproveitada após se formar, pois ela ingressou como docente da faculdade onde se graduou, lecionando Sociologia Geral e Sociologia da Educação. Ao mesmo tempo, ampliou a formação com pós-graduação em Supervisão e Direção Escolar e em Teoria e Prática em Ensino Superior. Em 1996, após vinte e seis anos de docência, aposentou-se. Ainda assim, continuou a lecionar até a venda da faculdade. De 1993 a 1996, conciliou a docência no ensino superior com trabalho na Secretaria de Educação e Cultura de Araguari.

Além do magistério, a entrevistada Borela se dedicou à arte — gosta de pintar, desenhar e de artesanato. Não por acaso, ministrou aulas de desenho, bordado, pintura, caixas decorativas e de culinária. Ela coleciona histórias de crianças e de sua família, fazendo levantamento da genealogia das famílias Borela e Campos. Já levantou cinco gerações, através de documentos, histórias e fatos contados por descendentes e amigos das famílias. Ela participa como voluntária de instituições filantrópicas e beneficentes de Araguari, tais como o grupo de apoio aos pacientes de câncer de Araguari, o Lar Espírita Maria Carlota, a Sociedade São Vicente de Paulo, Beneficência Evangélica Aragarina e outras.

Essa trajetória pedagógica que caracteriza a formação escolar e profissional das entrevistadas se distancia em certa medida da trajetória de Chede Abud. Ao mesmo tempo, a trajetória dele o aproxima, mais do que qualquer uma delas, da vida não só cotidiana, mas também mais íntima, de vínculos afetivos familiares de primeiro grau, de Maria Abbud. O entrevistado nasceu em Araguari, em 25 de abril de 1954, filho de Jamil Abbud e Isis Conceição G. Abbud. É o caçula; antes dele vieram duas irmãs. Aos 3 anos, ingressou no Jardim de Infância do Externato Santa Teresinha, onde concluiu a quarta série primária para, logo em seguida, ingressar no Colégio Regina Pacis, onde realizou os cursos Secundário e Ginásial. Mudou-se para Brasília, mas permaneceu lá por pouco tempo porque não se adaptou à vida na capital federal, recém-construída. De volta a Araguari, trabalhou na venda de materiais de construção, autopeças e combustíveis. Após falecimento do pai, em 1969, assumiu os negócios de loteamento que este conduzia. Casou-se e tornou-se pai de duas filhas e um filho, além de duas filhas que teve antes de se casar. A renda obtida com imóveis lhe permite viver como autônomo.

3.4 Formação docente: o curso Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus

Como se infere, a formação escolar de Chede Abud e os rumos profissionais que tomou apontam uma divisão do trabalho em relação às entrevistadas. Enquanto ele trabalhou com o comércio, elas trabalharam com o magistério, que passa a ser associado com o perfil da mulher. A docência escolar se abria cada vez mais às mulheres, inclusive às mães de família, que podiam conciliar a presença na escola em um turno e cuidar das obrigações domésticas. Não bastasse a jornada dupla, o salário era menor, um complemento à renda do marido. Subjacente a essa feminização do magistério, esteve a justificativa de que as mulheres eram educadoras inatas, assim como inata é a maternidade. Daí que o ser professora era entendido como uma extensão do ser mãe. Docência e maternidades seriam afins porque pressupõem educar, ainda que uma escola não se confunda com um lar; afinal, este é da esfera do privado e aquela, da esfera do público.

Nessa lógica, a educação das mulheres era idealizada segundo uma formação cristã católica ligada à função de esposa e mãe. Tida como frágil, a mulher demandava proteção, controle e restrição para não se afastar de sua feminilidade (fragilidade) e vocação nata (ser esposa e ser mãe). A fala de Borela (2019, 160) ilustra esse raciocínio reflexivo: “Os pais das mulheres não as colocavam para estudar, consideravam que só o primário estava ótimo. Aprendeu a ler, já estava ótimo!”. Além disso, “[...] se a mulher tivesse arrumado um namorado, pronto! Não precisava mais nada, não precisava continuar estudando, entendeu?”. Ela cita o “nome que o pessoal usava” para o curso Normal em Araguari: “espera-marido”. Assim, se a estada das mulheres na escola era provisória, então uma vez que o namoro evoluísse para o matrimônio e a formação de família, é provável que a eventual presença das mães no trabalho fora do lar, também, fosse provisória: abandonaria quando fosse preciso.

Ter trabalho remunerado, sair um pouco do jugo patriarcal, socializar, participar da vida pública com certa autonomia, tais possibilidades, dentre outras, parecem ter instigado muitas meninas e moças. A partir da década de 1930, as matrículas no curso Normal em todo o país aumentaram, sobretudo em função das ações em prol alfabetização que marcaram a Primeira República, a exemplo da abertura de grupos escolares. Estes criaram uma demanda que a profissionalização da mulher, via magistério, ajudava a suprir. Teria começado aí a “feminização do magistério” (LOURO, 2004, p. 376). Assim, com o aumento pela procura do curso Normal, a formação das docentes também se feminiza, tornando-se escolas de mulheres, onde o currículo, as normas, os uniformes e a própria arquitetura do prédio, suas instalações e

professores têm como objetivo transformar alunas em professoras. Desse modo, é certo afirmar que a finalidade do curso Normal era formar professores para atuar no primário.

Com efeito, no começo do século XX, Araguari contava com escola de formação para o magistério: o Colégio Sagrado Coração de Jesus — “Colégio das Irmãs” —, para meninas, e o Regina Pacis, para meninos; além do Grupo Escolar Raul Soares, convém lembrar. A escola Sagrado Coração de Jesus ofereceu o Normal à sociedade de Araguari e da região, de modo a se tornar referência na formação do professorado que atuou no Externato Santa Teresinha; referência essa sugerida no perfil das entrevistas descrito antes. Instituição particular confessional (religiosa) com objetivo de transmitir os bons costumes e a moral cristãos, o “Colégio das Irmãs” convergia para os interesses da sociedade, a ponto de a formação oferecida ser atributo de diferenciação social entre famílias tradicionais. A iniciativa de freiras belgas de criá-lo, no início do século XX, veio suprir necessidades da cidade e região, cuja elite ansiava por um ensino escolar primário sólido e baseado em princípios religiosos católicos. A abertura do curso Normal trouxe a profissionalização que as moças queriam, para se formarem como professoras aptas não só às salas de aula, como professoras, mas também ao lar, como mães e esposas exemplares. Não por acaso, o colégio se projetou como uma escola conceituada na sociedade local.

O curso Normal foi aberto no ano de 1930, com autorização do estado, para formar professores para o primário, formalizada pelo decreto-lei estadual 10.120, de outubro de 1931. Em 1947, o Colégio Sagrado Coração de Jesus recebeu outorga de mandato para ministrar o ensino Normal de segundo ciclo (vide decreto estadual 2.416), conforme exigência das leis orgânicas de ensino (RESENDE, 2006, p. 72). A primeira turma de normalistas se formou em 1932. Foram sete alunas, dentre as quais Abadia Abbud, mais três de Araguari, uma de Anápolis, um aluno de São Paulo e uma discente de Iraí de Minas (NAVES; RIOS, 1988). Com efeito, conforme Resende (2006), o público atendido pelo colégio era, a maioria, formado por meninas e moças. Um eram filhas de comerciantes da região, de profissionais liberais, de políticos e de funcionários públicos, dentre outros. Eram alunas do externato. Da região e de outros estados, sobretudo Goiás, vinham filhas de fazendeiros. Eram alunas do internato.

As primeiras professoras do curso Normal foram as freiras, que ministravam todas as disciplinas, exceto aulas de conteúdo religioso, realizadas por padre Marcos Erwik, e as de Educação Física, ministradas por ex-alunas. Como escola confessional, o Colégio Sagrado Coração de Jesus primava pelo controle de condutas e pela disciplina rígida de comportamentos, o que influenciava na formação discente. As freiras eram consideradas

enérgicas e severas, supostamente em função do domínio que tinham de ter das atitudes das alunas; por exemplo, controlar as conversas no ambiente escolar, ou seja, exigir silêncio, e exigir cumprimento de horários e regras de conduta. O contato entre alunas internas e externas era o menor possível; encontravam-se apenas nos horários de aula. Às internas era permitido passear nos fins de semana, mas sempre acompanhadas pelas irmãs. A autoridade era imposta de modo a suscitar o medo e o receio, estados emocionais avaliados como eficazes em uma sociedade que precisa de ajustamento e aceitação (FOUCAULT, 1984, p. 106).

O programa de ensino religioso integral do Colégio Sagrado Coração de Jesus era baseado em princípios religiosos e valores morais ligados à disciplina e à ordem. O currículo tinha como finalidade educar para atuação no ambiente escolar e no meio doméstico. Além das disciplinas básicas: Português, Aritmética, Ciências Físicas e Química, História do Brasil, Ciências Naturais, Geografia e Educação Física, havia também aulas de Francês, Música, Canto Coral, Educação Cívica, Desenho, Trabalhos Manuais, Modelagem, Comportamento, Psicologia Infantil, Higiene Escolar, Prática Profissional e Escritação. Assuntos ligados ao corpo e à sexualidade eram proibidos; eram contrários ao princípio de manutenção da pureza e da castidade das alunas.

As instalações do Colégio Sagrado Coração de Jesus incluíam pátio interno onde eram realizadas aulas de educação física e dormitórios com camas. As internas eram acordadas pela manhã com o soar do sino, quando iniciavam suas orações e afazeres matinais, tais como arrumar a cama, trocarem-se, realizar higiene pessoal. Sempre sob supervisão de uma freira.

Essas observações sobre elementos do cotidiano da escola onde se formavam as docentes dão uma medida do ambiente institucional escolar que o Externato Santa Teresinha passou a compor, ou seja, de uma cultura escolar. Como diz Julia (2001, p. 10), a cultura escolar abrange não só “[...] *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar [...]”; mas também “[...] *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. De fato, normas e práticas, poderiam ser “coordenadas” em função dos fins e dos tempos: “finalidades religiosas”, “sociopolíticas”, “socialização”; mas não poderiam ser “[...] analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores”. Dito de outro modo, a cultura escolar requer a ação de quem atua na escola, seja o corpo docente ou o corpo discente, o funcional e o administrativo. Isso porque muito dessa cultura pode se materializar em práticas cotidianas objetivas em meio a cada um desses corpos: em documentos regulatórios; em condutas não materializadas (mas

registradas pela memória); em materiais pedagógicos e didáticos; no mobiliário e em sua disposição; na vestimenta; em rituais como formação de filas; e assim por diante.

Nesse sentido, egressas do “Colégio das Irmãs” que entraram no Externato Santa Teresinha podem ter reproduzido em seu fazer escolar práticas de formação atravessadas, por exemplo, por atributos e práticas de controle e disciplina que marcaram a cultura escolar da formação normalista delas. A conduta profissional das formadoras pode ter incutido um modelo de atuação docente no repertório de conhecimentos transmitidos às normalistas no processo de formação; e tal modelo pode ter influenciado a conduta profissional das egressas como professoras. A ação delas teria marcas dessa formação. Prescrições e recomendações docentes, percepções e observações do alunado, troca de experiências e ideias, práticas coletivas e individuais, tudo teria potencial para permear as ações das egressas do “Colégio das Irmãs” ao atuarem no externato. Afinal, estavam na base da formação delas, era o suporte ao qual recorrer (e testar) quando problemas inusitados se impunham no dia a dia da sala de aula. Eram parte da cultura escolar delas, que se materializava nos tempos, nos espaços, nos sujeitos, nos objetos, nas práticas e nas relações entre esses elementos, dentre outros. O relato das entrevistadas e do entrevistado permitiu depreender elementos da cultura escolar no Externato Santa Teresinha.

3.5 Cotidiano escolar: planejamento, orientação, avaliação e relações com discentes

No período aqui estudado, o externato, ofertava aulas de manhã, à tarde e à noite. O turno vespertino era destinado ao público da primeira infância, ou seja, alunos do jardim de infância, pré, primeiro, segundo e terceiro períodos, além de primeira série do primário. No turno matutino havia o alunado da segunda, terceira e quarta série do primário e do curso para o exame de admissão; ou seja, discentes com idade maior, além do curso de Datilografia. Enfim, no turno noturno a escola ofereceu o curso Supletivo. Disso se infere que recebeu público adulto.

Assim como no Colégio Sagrado Coração de Jesus, no Externato Santa Teresinha havia a orientação confessional católica fundada em valores morais rígidos, do Jardim de Infância até o curso de Admissão. Igualmente, era uma escola particular. Do que disseram as entrevistadas, fica a impressão de escola acessível a poucos privilegiados em meio à população geral, de mensalidade cujo valor era muito elevado para uma maioria. Logo, crianças que estudaram no externato vinham de famílias abastadas. Esse traço da escola ficou claro em relatos acima, mas convém frisar com as palavras de Borela (2019, p. 157): “[...] o Externato Santa Teresinha era muito conceituado, mas era uma escola de elite! Quando eu

estudei e lecionei lá, os alunos do externato eram filhos de pessoas que tinham muito dinheiro. A mensalidade naquela época já era cara”.

A disciplina e o rigor se mostravam no uniforme do alunado. Meninos deviam usar camisa de percal alaranjada, calça de tergal azul-marinho, sapatos pretos e meias brancas. Meninas também usavam sapatos pretos e meias de cor branca, assim como a camisa na cor laranja; mas, em vez da calça, usavam saia pregueada. Como raciocina Beck (2014), o uso de uniforme cria um senso de igualdade entre os alunos no meio escolar. No espaço extramuros, o destaque das cores do uniforme singularizava os alunos, que eram reconhecidos como estudantes do Externato Santa Teresinha, uma escola de prestígio. Eram condições apropriadas para que se vissem como pessoas de status social elevado, de distinção intelectual, abastadas etc. Essa visão era importante para o sentimento de identificação e de pertencimento à instituição; o que contribuía para reforçar a imagem da escola como ensino de qualidade e para poucos. Essa reflexão se projeta na fala de Bagliano (2018, p. 135):

Uniforme tinha. Eu trabalhei lá, teve muitas modificações, mas sempre foi azul. Quando eu estudei, minha saia era, nossa eu lembro direitinho, era saia pregueadinha, que a mãe brigava até, era de tergal, e a blusa era de percal. Então, quem tinha calor quase morria. Ela mandava fazer na costureira, era compridinha, de manguinha, porque a gente não podia ir de decote. [...] Sempre foi a saia azul, blusa alaranjada, depois a saia azul e a blusa avermelhada, mais escura que alaranjada. Depois azul com bege, e depois azul com cinza claro. Depois de muitos e muitos anos foi azul-marinho com a camisa azul, e terminou com *short* ou saia azul-marinho e a blusa azul-claro com o emblema do externato e um detalhe azul-escuro na manga e na gola que mandava fazer em Ribeirão Preto. Esse durou uns quinze anos, mais ou menos. Os últimos quinze anos.

Como se lê, era proibida no externato a vestimenta que fosse contra padrões de recato e pudor que se esperavam. O controle dos corpos se traduzia em características habituais que estavam presentes nos uniformes. A escola diferenciava seus uniformes de modo que alunas exibissem, em suas roupas, seus gestos e suas maneiras, elementos da educação que recebiam na escola. Era uma estratégia que “publicizava” a escola no meio público.

No meio privado do externato, em seu interior, o alunado uniformizado circulava pelos corredores de acesso, dentro das salas e no pátio. Entre a entrada no turno escolar e a saída, alunos e alunas atravessavam uma rotina de aula e brincadeira no pátio no horário de recreio, sob a supervisão de funcionários. No trânsito entre sala de aula e pátio, havia um ritual de comunicação entre diretora e discentes. Um sino era tocado uma vez. Era o sinal para que os alunos formassem filas em frente a suas respectivas salas de aula. Uma vez formadas, a diretora Maria Abbud dava recados em voz alta. Dado o recado, o sino era tocado uma

segunda vez, indicando que era para os alunos entrarem em sala, com as professoras, para iniciar a aula com uma oração. Essas circunstâncias se projetam na narrativa de Bagliano (2019, p. 145):

Nunca teve aquele negócio de chamar muito pai. Dona Maria mesma dava conta. As professoras tinham um preparo que a presença delas impunha respeito. Era raro uma professora chamar a dona Maria em sala de aula para resolver algum problema. Elas mesmas resolviam. Dona Maria dava autonomia para as professoras resolverem: fez bagunça, deixa aqui! Dizem que era muito rígido, mas foi para o bem. Quando os alunos chegavam, não ficavam soltos no pátio sozinhos. Ou eu, ou a outra sempre ficava olhando enquanto eles ficavam brincando, porque as professoras ficavam esperando na sala dos professores. Quando batia o sino, eles faziam a fila, dona Maria dava os recados e eles entravam para sala, onde cada sala fazia a sua oração. Na hora do recreio, dava o primeiro sinal para fazer a fila, depois a dona Maria dava o recado e dava o segundo sinal. Nove e quinze era o recreio, a professora fazia a fila, dona Maria dava algum recado quando preciso, quando terminava o recreio, por exemplo, como a semana tem cinco dias, cada dia a dona Maria subia com uma sala para dar aula de Religião, no outro dia, outra. Ela que dava aula de Religião, nunca abriu mão para ninguém, mesmo com a idade. Ela dava aula na parte de baixo, mas nunca abriu mão, nunca.

Os desdobramentos da aula propriamente incluíam a descrição, na lousa, de alguma atividade para os alunos, assim como o atendimento individual, à mesa, para tomar a lição. Bagliano e Borela ilustram essa descrição:

Quando batia o sino, a gente entrava para a sala de aula, a professora passava um dever no quadro para a gente fazer. Enquanto a gente fazia os deveres, a professora chamava cada um na mesa dela para tomar a lição. Ela colocava a mão e a gente lia: ma—me-mi-mo-mu. Ela acompanhava na lição, enquanto os outros faziam a tarefa, que acontecia nos primeiros horários, antes do recreio. (BAGLIANO, 2019, p. 141).

Tinham nas salas de aula: os alunos, a professora, cartilha, cadernos, lápis, borracha, régua, quadro negro e giz. O ensino era muito ligado aos livros dos alunos e aulas expositivas do professor. Não tínhamos essa atividade, por exemplo, de pegar revistas para recortar. Era caderno, lápis e vamos escrever! Não tinha nenhum material áudio visual, enfim, nenhum material pedagógico! Não tinha nada disso, e os alunos aprendiam! E tinha a chamada “peneirinha”, se o aluno não tivesse aprendido no primeiro ano, agora ele se recuperava. Treinava uma boa leitura, uma boa composição e um bom ditado. Se mesmo assim não conseguisse, não passava para o segundo ano (BORELA, 2019, p. 157).

Como se lê, cada aluno passava à lição seguinte conforme seu adiantamento. Não era um processo homogêneo. Acontecia de dado aluno estar em lições diferentes segundo sua

aprendizagem. Foi possível perceber que havia competição entre alunos, sobretudo entre as mães dos discentes, que gostavam de contar vantagens sobre a aprendizagem de seus filhos, por isso se esforçavam para que passassem para a próxima lição o mais rápido possível. Com efeito, a mãe de Bagliano (2019, p. 141) pode ter desejado que a filha superasse os feitos das colegas, pois a entrevistada relatou que a mãe a ajudava em casa ensinando a lição que a professora tomava em sala de aula. Em suas palavras,

A mãe da gente ensinava um pouco da lição em casa e o resto a professora tomava nossa lição todos os dias e a sala de aula era assim: a cartilha tem um tanto de página, cada um passava para a próxima lição conforme seu adiantamento, não eram todos os alunos na mesma lição, não. Um estava no a-e-i-o-u, outro no va-ve-vi-vo-vu, a outra no ma-me-mi-mo-um, até quando fechou a escola ainda era desse jeito. Dependendo do desenvolvimento da criança é que passava para a próxima lição. A lição era dividida em três partes, uma num dia, a segunda no outro, se não passasse, fica na mesma, dependia do desenvolvimento do aluno.

Segundo Borela (2019, p. 156), no Externato Santa Teresinha existia o primeiro ano atrasado e o primeiro ano adiantado, quando os alunos eram alfabetizados:

Antigamente, em algumas escolas, classificavam o início dos estudos dos alunos de primeiro ano atrasado e primeiro ano adiantado. Alfabetizava-se no primeiro ano adiantado, portanto, no segundo ano que estudei no Externato, fui alfabetizada pelo método silábico.

No ano seguinte, discentes aprovados iam para o segundo ano, quando deviam ser capazes de, além de ler com fluência, fazer composições (ou seja, produzir textos) e apresentar ditados com ortografia padrão e caligrafia legível, requisitos para avançar à série seguinte. Desenvolver tais habilidades exigia copiar texto todo dia e leituras estipuladas pela professora, além de treinar a caligrafia. Cabe citar aqui o pensamento de Mortatti (2006) sobre a apropriação da escrita naquele momento, quando a metodologia de ensino mais usada era o método de marcha sintético, ou seja, de soletração, “conscientização” fônica e silabação; a escrita se resumia a desenvolver letra cursiva e senso de correção gráfica. Caligrafia e ortografia eram ensinadas e aprendidas em atividades de “cópia, ditados” e de “formação de frases”, com ênfase no desenho legível e padronizado da caligrafia. Não por acaso, escrita de ditados, composição textual e arguição de tabuada eram procedimentos de ensino e aprendizagem diários no externato, como se depreende da fala de Borela (2019, p. 157):

No primeiro ano adiantado os alunos tinham que fazer composições sozinhos, bonitas e bem feitas; ditados perfeitos; a letra tinha que ser muito bem feita, exercícios de caligrafia para moldar a letra, uma letra muito boa para poder passar para o segundo ano. Ela falava assim: “quando cai na minha mão é peneirinha”. Nesse primeiro ano “adiantado”, não chamavam de redação, chamavam de composição. Composição e ditado “era todo santo dia”. Essa era uma coisa interessante do Externato, dava-se muita atenção ao estudo de português.

As professoras se valiam da lousa e giz, cadernos, lápis preto e de cor, borracha, régua e livros de histórias, que eram adquiridos por elas mesmas:

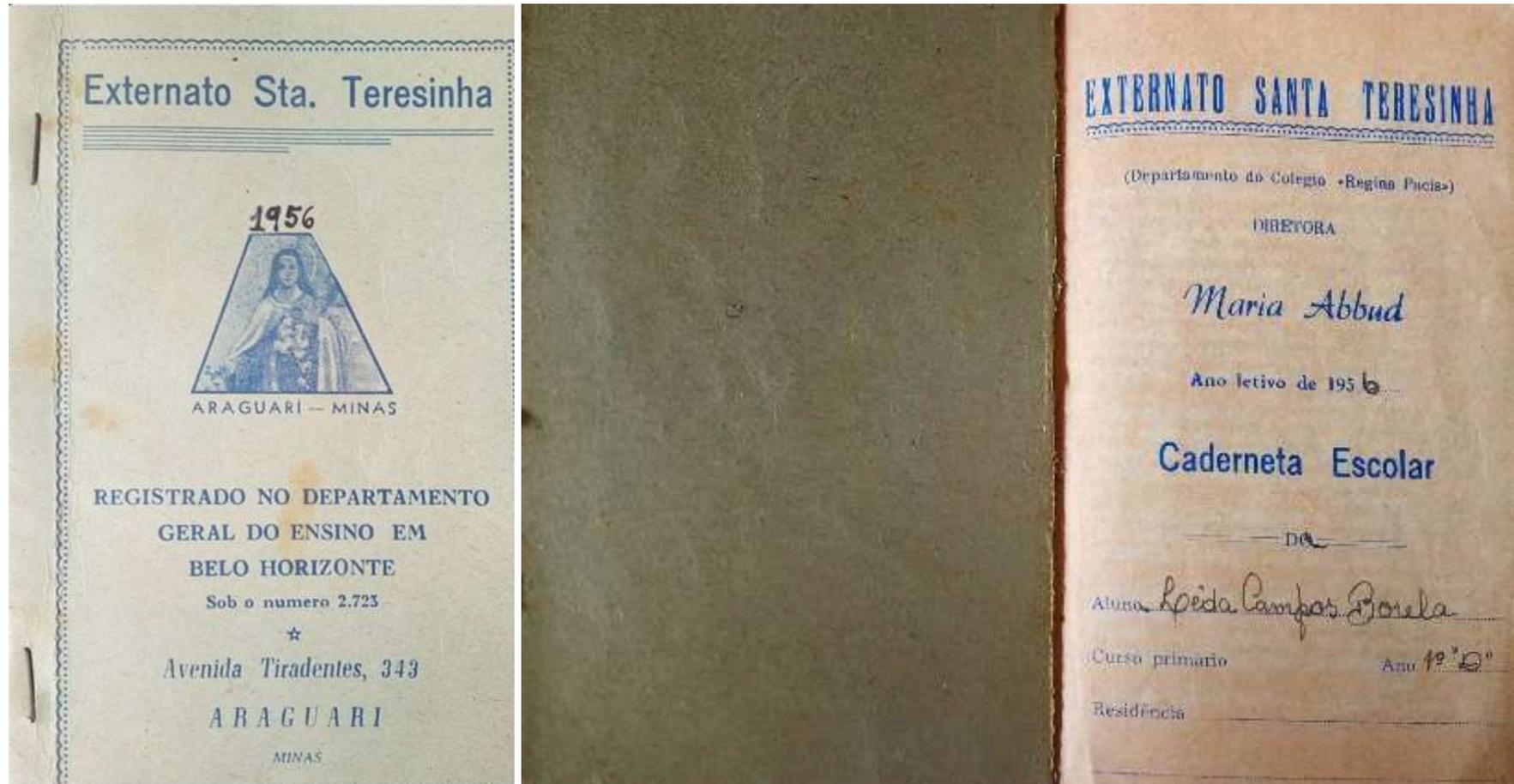
O material usado era lápis de cor, massa de modelar, tesoura e alguns cartazes, os demais materiais eram confeccionados por nós mesmos: quebra-cabeça, cartazes, figuras, histórias — eu contava histórias, teatrinhos que eu montava no palquinho. Fazia um palco de mentira, os alunos participavam com o *script* que eu passava para eles (BORELA, 2019, p. 164).

Alunos e alunas lidavam com materiais de estudo que incluíam livros e cartilha, além de caderno de exercícios e de caligrafia, que eram encapados. “Era papel pardo e plástico transparente”. Como explicou Bagliano (2018, p. 136), caso houvesse reclamação de mães, ela [Maria Abudd] falava: “É [assim mesmo que tinha de ser]”. Segundo ela, desde os tempos dela de aluna “[...] era papel pardo, não importava se era o claro ou escuro, e o plástico transparente e o nome da criança”.

Outro material impresso de uso dos alunos — e da escola — era a caderneta de notas, como a de Borela (2019), que ela mostrou durante as entrevistas. Foi possível derivar os conteúdos que lhe eram ministrados (Leitura, Língua Pátria, Caligrafia, Aritmética, Religião, Geografia, História do Brasil, Desenho, Asseio e Comportamento) e cuja apreensão era avaliada depois. Segundo a entrevistada, as avaliações eram elaboradas pelas professoras, passadas na lousa e copiadas pelos alunos em caderno próprio, impressos na tipografia local, especificamente para esse fim.

Era prova, prova! No começo, era copiada. A dona Maria mandava fazer um caderno na tipografia, de folha de papel almaço, com pauta, grampeado, como nome do externato e o nome do menino que copiava e respondia nele, antes de surgir o mimeógrafo. A quantidade de folhas não era limitada, a professora podia dar quantas folhas ela achasse necessário (BAGLIANO, 2019, p. 147).

FIGURA 13. Capa e folha de rosto da caderneta de notas do Externato Santa Teresinha



A anotação impressa e manuscrita do ano 1956 sugere que a caderneta era um impresso padronizado e válido para mais de um ano em uma década. Além disso, um volume maior de impressos poderia reduzir custos com a oficina tipográfica. A capa destaca o externato: sua orientação religiosa, com a imagem da santa, a chancela oficial de seu funcionamento e endereço do prédio onde funciona. A folha de rosto, diferentemente, situa o externato não como escola autônoma, mas como “Departamento do Colégio ‘Regina Pacis’”, ainda que dirigido por Maria Abudd.

Fonte: acervo de Borela

Ao fim de cada bimestre havia classificação e proclamação de notas, que aconteciam no salão do Externato Santa Teresinha. O alunado se fazia presente para receber suas cadernetas. A média bimestral de cada discente era proferida em voz alta. Os que tirassem nota 10 ganhavam parabéns com distinção e louvor; para alunos que recebiam 9,5, eram os parabéns com distinção; quem tirasse 9 recebia parabéns apenas. O grupo de parabenizados recebia medalhas. Os demais alunos ficam invisíveis no evento, ou seja, não eram mencionados; isso quando não ocupavam o grupo dos que recebiam notas em vermelho. Estes eram citados também. Discentes cujos pais estavam inadimplentes tinham retida sua caderneta de notas. Borela (2019, p. 162) detalhou essas circunstâncias:

Lá em cima, no salão de eventos, acontecia proclamação de notas. Iam todos para lá. Os alunos eram chamados para receber a caderneta de notas. Os que não pagavam a mensalidade eram citados claramente, que não tinham pago, por isso não receberiam a caderneta. Aqueles que ganhavam 10 com distinção e louvor ganhavam medalhas; os outros, não. Presentinhos, ela dava presentinhos, por exemplo: livrinhos, como prêmios aos alunos. Interessante que, na época, as notas eram faladas em voz alta, expondo a todos a situação dos alunos: notas altas, baixas, aprovações, reprovações. O aluno era chamado no palco. Havia também uma chamada de nota vermelha, ou seja, abaixo da média estabelecida. Por outro lado, também havia entrega de medalha aos melhores alunos, ou seja, aos que obtiveram média alta. Uma classificação interessante, para não falar sem sentido: parabéns com distinção e louvor, era 10; parabéns só com distinção, era 9,5; e só parabéns, 9. Os outros não tinham mais parabéns, nem nada! Havia também uma regra em pleno auditório de notas, era negada a entrega de notas aos alunos que não tinham pago a mensalidade.

Como se pode inferir, o evento de entrega de notas no salão, em meio a todos os alunos, ia do elogio a alguns alunos à punição a outros; ia do destaque para o sucesso de alguns, o brilho, ao fracasso de outros, o vexame. Curiosamente, a cor vermelha indicativa do fracasso discente em suas notas, e citados no evento no salão, era usada no preenchimento do quadro de notas para notas elevadas e no indicativo de promoção do aluno (FIG. 14).

FIGURA 14. Quadro de notas da caderneta de Borela

Nome	Mat	Port	Hist	Geog	Art	Mus	Ed. Moral	Ed. Física	Outros	Total	Nota
1	85	7	85	10	10					100	85
2	9	15	10	85	89					100	85
3	10	10	10	10	93					100	85
4	92	10	92	93	93					100	85
5	10	10	10	85	89					100	85
6	97	10	97	93	10					100	85
7	9	10	95	95	97					100	85
8	95	10	95	9	89					100	85
9	85	10	88	9	10					100	85
10	10	10	88	9	10					100	85

Promoção
 A aluna Lidia M. C. Costa, em promoção para o 2º ano com 15 faltas, em 2º lugar, com as seguintes notas:
 Final 96
 Exame 92
 Final 90

Fonte: acervo de Borela

Convém lembrar que, além do acervo dos entrevistados, os arquivos escolares verificados continham documentação referente ao externato, ainda que em processo de deterioração. Exemplo disso os cadernos de chamada. Ao se analisarem tais cadernos, foi possível observar que o nome dos alunos era anotado separadamente no formulário: nome dos alunos e nome das alunas; também foi possível inferir que as turmas eram numerosas, com mais de trinta alunos por salas de aula.

FIGURA 15. Caderno de chamada da professora Doralice de Jesus, 1º ano A, nov. 1963

Nome	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
1. Marizete	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
2. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
3. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
4. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
5. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
6. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
7. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
8. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
9. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
10. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
11. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
12. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
13. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
14. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
15. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
16. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
17. Maria	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P

RESUMO MENSAL
 Novembro 1963

Fonte: arquivo EE Rainha da Paz

Além disso, na sala de aula havia a divisão espacial para meninos e meninas. Conforme relato de Abud (2018, p. 130), alunos se sentavam em carteiras alinhadas em uma lateral da sala; alunas se sentavam em cadeiras na outra lateral. Em suas palavras,

Sempre foi misto. Mas sempre sentado, de um lado, homem, de outro, mulher. Nunca você podia sentar perto de uma mulher. E a fila, na divisa, não tinha aquela cadeira junta, perto da mulher. Ficava, me parece, um meio metro naquela fileira afastado. Não misturava. E tinha os brinquedos, as mulheres brincavam de cá. O Santa Terezinha era [uma planta com formato de] um T, o pátio. As meninas brincavam nessa parte assim, e os meninos de cá, não podia misturar também não, era pouco a mistura.

Como se pode inferir, a tentativa de igualdade que a escola almejava com uniforme de alunos e alunas distintos apenas pelo uso da calça e da saia parece que se anulava em demais instâncias da escola. A separação de nomes femininos e masculinos no caderno de chamadas se estendia à distribuição espacial dos discentes na sala de aula e no pátio.

Quanto ao planejamento das aulas, as entrevistadas relataram que não havia nenhum manual ou regra formal quanto a isso, mas que faziam por conta própria, para poder se orientarem.

Interessante! Nós não tínhamos uma supervisora na escola. Ninguém olhava nosso plano de aula. A dona Maria nunca me pediu o caderno de plano de aula para olhar. Na escola, toda vida, eu sou muito de planejar. [...] Como hoje, cada professora fazia seu planejamento. Para o terceiro ano e curso de Admissão, meu planejamento estava atrelado ao chamado “Livro de admissão”. O livro todo, completo, já teria que ser terminado ao final do ano. O planejamento das aulas no Externato Santa Teresinha era conforme o livro adotado (BORELA, 2019, p. 161).

Elas não faziam plano, e você precisa ver o desenvolvimento que os alunos tinham! Não tinha esse negócio de supervisão com plano, não tinha essas coisas, não! Elas iam olhando conforme o adiantamento dos meninos, ia passando de lição. Não tinha plano, não! Só se ela quisesse fazer num caderno. Mas esse negócio de levar para a dona Maria, para a supervisão, não! Era a própria professora quem dividia o conteúdo por bimestre. Por exemplo, a professora da primeira série, quando terminava o conteúdo daquele ano, já começava com a da segunda série para já ir adiantando. Se hoje ela explicasse um conteúdo, ela passava atividade para reforçar, um, dois dias, só mandava para casa quando o menino já sabia. Estudava aquela matéria nova até o menino aprender. O que a mãe estudava com o menino era ponto, tabuada... tudo bem! Agora, matéria, problema, era trabalhado bem, para depois mandar para casa (BAGLIANO, 2019, p. 145).

O método era o da professora mesmo, como eu já falei, ela exigia muito resultado mas nós não tínhamos uma reunião com a diretora onde ela traçava os caminhos para o professor seguir, o que ela queria mesmo era que o aluno se saísse bem. (PÓVOA, 2019, p. 153).

As professoras não contavam com reuniões para orientação de como proceder nem com uma supervisora pedagógica. Mas relataram que Maria Abbud costumava caminhar pelos corredores a fim de observar como eram ministradas as aulas, como disse Bagliano (2018, p. 133).

Dona Maria nunca olhou um caderno de plano e de menino, mas ela sabia tudo, como estava o adiantamento dos meninos na sala de aula. Sabia se ela tinha dado conta na data certa. Tudo! Ela observava, mas nunca ia na frente, nunca pegou um caderno de plano. Se as meninas quisessem fazer, faziam por conta delas, mas, no final do ano, menino de 6 anos sabia ler de tudo, porque a professora sabia a responsabilidade dela e punha responsabilidade na criança.

De fato, o Externato Santa Teresinha se ajustava aos parâmetros regulatórios do estado para seu funcionamento escolar. Mas isso não significava seguir suas diretrizes curriculares. Por exemplo, o livro distribuído pelo governo de Minas Gerais para orientar os docentes no planejamento das aulas era desconhecido das entrevistadas. Ao serem questionadas sobre o *Programa do Ensino Primário Elementar*, afirmaram que:

Não, a dona Maria batia de frente com a delegada de Ensino. Ela dizia que a escola não era do estado, se fosse ficar seguindo o programa deles, as crianças iriam sair da escola. Ela não aceitava. Muitas vezes vieram funcionários da Delegacia de Ensino, era preciso fazer ata para registrar, mas ela tinha um decreto (decreto de criação), eu lembro, era um papel que dava o direito dela seguir do jeito dela. A delegada de Ensino foi lá muitas vezes, elas discutiam por causa disso, porque a escola era particular, paga pelos pais. Se fosse para dar as coisas do estado, ela achava que os pais iam tirar as crianças da escola. Ela não seguia mesmo! Por que tinha professora que lecionava no estado e colocava os filhos no externato? Porque era diferenciado! O externato começou a ter uma decadência em pré quando o Raul Soares abriu pré [...] Mas antes disso era só o externato. Tinha dia que a dona Maria tinha que esconder porque não tinha jeito de fazer mais matrícula, por causa do tanto de menino que tinha. Só sei que ela não seguia esse programa, e quando entrava uma professora que trabalhava no estado e no externato a dona Maria não deixava. Ela não deixava nem dar folha mimeografada, ela não deixava trazer o mesmo dever do estado: “Não pode!” [dizia ela]. No externato tinha que ser mais puxado, também tinha uma competição entre elas (BAGLIANO, 2019, p. 146).

Na minha época, eu não tinha conhecimento sobre o programa de ensino do estado, não era aplicado no externato. Dona Maria Abbud era muito competitiva, ela estava certa quanto à disciplina e ao esforço dos alunos. Os alunos tinham que aprender mesmo era a escrever bem, a falar bem e a fazer uma boa redação e ditado perfeitos, entendeu? Ela não se submetia ao programa de ensino do estado, não! Ela adotava os livros, tinha muita ligação com o Colégio Regina Pacis, posso dizer que ela seguia uma orientação de lá (BORELA, 2019, p. 161).

Com efeito, o Externato Santa Teresinha não se orientava por tal livro; o qual, segundo Lepick (2013, p. 88), seguia prescrições de instruções e programas para o primário (vide decreto 8.094, de 22/12/1927). Em seu conteúdo, estavam princípios do método global de ensino. O externato, diferentemente, adotou o método sintético, que permeava *Cartilha da Infância*. Nesse sentido, caberia dizer que o planejamento das aulas seguia o livro adotado, que tendia a valer por um ano letivo; ou seja, ajustava-se à cartilha.

3.6 A *Cartilha da Infância*

No processo de alfabetização no externato, o primeiro ano era dedicado ao desenvolvimento da capacidade de ler e escrever em língua portuguesa. A metodologia aplicada pelas professoras para promover a aprendizagem era a silábica, com o uso da *Cartilha da Infância*, de Thomaz Galhardo. Não seria implausível afirmar que o uso da cartilha se mistura com a história da alfabetização no país. Durante muito tempo, foi o suporte textual para ensinar e aprender a ler e a escrever nos estágios iniciais da escolarização.

Para Mortatti (2000), a cartilha é um tipo de livro particular que era adotado na escola. Vista como o primeiro livro didático a ser usado para alfabetizar, contém o método a ser seguido e o conteúdo a ser ensinado. Como tal, projetou-se em meio a outras tendências metodológicas, a exemplo do método global. A tradição pedagógica ainda permeava muitas escolas no país, em especial as escolas particulares, com isso havia público consumidor para cartilha.

Etimologicamente, o nome cartilha se associa com o sentido de cartinha: seria diminutivo de carta, conforme estudo de Maciel (2002, p. 149); mas limitado a um livro para ensinar a ler:

[...] o significado de cartilha é restrito ao ensinar e/ou aprender a ler, os conhecimentos linguísticos e textuais são vistos como agregados e/ou pós aprendizagem da leitura. O pressuposto de que o aprendizado da leitura antecede ao da escrita é comprovado nas cartilhas analisadas, isto é, percebe-se que as definições ensinar/aprender a ler é que constituem as bases metodológicas de alfabetização.

A cartilha, como afirma Vieira (2017), remonta à época do renascimento, em especial após a invenção da prensa e sua difusão pela Europa (séculos XV e XVI). Antes, os professores ou confeccionavam as “cartas do ABC” e as “cartas de nomes” para promover a aprendizagem dos alunos, ou apelavam a comerciantes e cartórios para adquirir as “cartas de

fora”, manuscritos por escrivães e usadas para ensinar alunos. No Brasil, a primeira cartilha foi usada pelos jesuítas. De autoria de João de Barros, foi publicada em 1540.

Naquele momento, a leitura e a escrita eram consideradas como atividades independentes: aprendia-se a ler para, então, ser inserido na aprendizagem da escrita. É claro, era aprendizagem destinada só a crianças cujos pais podiam custear os estudos. Essa educação jesuítica se expandiu, de modo que surgem escolas para ensinar a ler e escrever. Com a expulsão dos jesuítas, ordenada pelo marquês de Pombal, convém lembrar, o ensino que praticavam deu lugar às aulas régias, ou seja, a aulas avulsas de Filosofia, Grego, Latim e Retórica. Quanto às primeiras letras, eram os professores quem organizavam as aulas e os locais onde seriam ministradas, solicitando ao império o pagamento pelo trabalho oferecido (VIEIRA, 2017).

Com a vinda e permanência da família real no Brasil (1808–21), teve início a Impressão Régia, que criava condições para produzir a cartilha; mas pouco foi feito quanto a livros escolares para ser usados nas escolas elementares do Brasil. Na segunda metade do século XIX, com a abertura de escolas nas províncias, foi preciso expandir o ensino da leitura e da escrita. Para facilitar a aprendizagem de quem buscava a escola, houve unificação do método de ensino. A cartilha passa a ser usada para promover essa uniformização. No período imperial, foram utilizadas outras cartilhas portuguesas, além da de João de Barros, que seguiam a mesma estrutura, baseada em letras e sílabas, como a *Cartilha Maternal*, de João de Deus (VIEIRA, 2017).

A maioria das cartilhas era importada da França ou de Portugal, o que acarretava custo elevado. Além disso, a produção de livros no Brasil enfrentava o custo do papel, também importado. Dada a carência de manuais escolares, de acordo com Maciel (2003, p. 239), “[...] o governo institui concursos e distribuição de prêmios para autores de livros escolares [...]” como forma de tentar resolver o problema da “[...] falta de autores de manuais escolares”. Assim, “[...] o art. 61 do regulamento do ensino público e particular de 1883 (p. 20) [...]” prescreveu a premiação a professores que escrevessem compêndios e livros para uso escolar. Os prêmios seriam concedidos após a adoção dos livros, tão logo assembleia provincial concedesse cota para tal fim. Assim, além da docência, o professor passa a atuar com autoria de obras didáticas, incentivado a compartilhar práticas pedagógicas bem-sucedidas. Adotada pelo governo, a tática de incentivar a produção didática em meio aos professores prevaleceu até meados do século XX. Dentre as obras produzidas se destacam a *Cartilha Nacional*, de Hilário Ribeiro, e a *Cartilha da Infância* (FIG. 16).

FIGURA 16. Capa de 58ª edição da *Cartilha da Infância: ensino da leitura* (1911)



Fonte: GALHARDO, Thomaz. *Cartilha da Infância – ensino da leitura*. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Paris, Lisboa, Francisco Alves & Cia, Aillaud, 58ª ed., 1911. Biblioteca Nacional de Maestros.

Com efeito, o externato adotou a *Cartilha da Infância: ensino da leitura*, utilizada durante muitos anos para promover a alfabetização. Seu autor, professor Thomaz Paulo do Bom Sucesso Galhardo, nasceu em Ubatuba (SP), em 1855, e morreu em 1904. Foi um dos defensores dos métodos sintéticos, em especial da silabação, como “[...] mais adequado para o ensino inicial da leitura a crianças” (SANTOS, 2015, p. 23). Além dessa cartilha, ele publicou dois livros de leitura complementares a ela, como também alguns livros didáticos.

A *Cartilha da Infância* foi publicada pela primeira vez em um momento histórico: ante o número elevado de analfabetos, havia uma preocupação enorme com resolver os problemas de analfabetismo para elevar os níveis do ensino da leitura e escrita. Segundo Alcanfor (2016), a primeira edição seria de 1888; a segunda, de 1891 (esta teria sido ampliada e modificada pelo professor Romão Puiggari, discípulo de Galhardo). Ambas foram publicadas por Teixeira & Irmão Editores. Em 1894, por causa de problemas financeiros, Galhardo vendeu seus direitos autorais sobre a cartilha à Livraria Francisco Alves, que a publicou até a 233ª edição, de 1992.

Essa longevidade se justifica, em parte, porque a cartilha foi adotada pelo governo de São Paulo e de outros estados, sobretudo Minas Gerais. Circulou ativamente por mais de um século em muitas atividades de alfabetização Brasil afora. Era proposta para o primeiro ano escolar, ou seja, alfabetização, com o mote de consolidar o método silábico, visto pelo autor como solução intermediária à alfabetização de crianças naquele momento. O método adotado na cartilha procurava rapidez na assimilação do código alfabético, por isso era ideal ao público geral. Segundo Alcanfor (2016, p. 180–9) entre 1908 e 1992 houve modificações na cartilha “A partir da segunda edição (1891)”. Houve ampliação, feita pelo “[...] professor recém-formado pela Escola Normal de São Paulo Romão Puiggari”. Esse autor não fez comparação de edições porque “[...] não localizamos a primeira edição para cotejarmos as alterações”; mas conforme edições

[...] de 1908 a 1992, verificamos que pouco se alterou em sua materialidade. Até 1930, a obra tinha sessenta e três páginas, nas quais eram distribuídas as trinta e três lições e oito histórias para o exercício de leitura. Também foi atualizada a história “Estrada de Ferro”, devido às alterações ocorridas nas ferrovias brasileiras.

Com efeito, a *Cartilha da Infância* era formada por 33 lições. A primeira lição apresenta as vogais, inicialmente ordenadas, depois por ordem aleatória, ditongos e vogais acentuadas. A segunda segue a apresentação da letra v, com sua classificação fonética entre

parênteses, seguida de sua família silábica, ordenada e aleatória, de vocábulos separados em sílabas e de exercícios de leitura, também separados por sílabas. Essa estrutura permanece até o fim das lições. A partir da 25ª edição foram introduzidos os sinais de pontuação como a vírgula, o ponto e vírgula, os dois pontos e a interrogação; porém, o ponto final somente foi apresentado nas lições finais. Após a 33ª lição — sobre *ph* e *y* — encontra-se o alfabeto, primeiramente em ordem (maiúsculo e minúsculo, em letra bastão e de imprensa), depois em ordem aleatória. Posteriormente, apresentam-se seis histórias, das quais duas contêm todas as palavras separadas em sílabas; nas outras quatro as palavras não estão separadas. Por último, dois poemas tratam de temas referentes à apropriada conduta das crianças na escola e no lar.

Em quase noventa anos sendo publicada, a *Cartilha da Infância* passou por apenas três alterações. Até 1930, tinha 63 páginas, 33 lições e 8 histórias para leitura. Após esse período, houve mudanças na ortografia. A última lição eliminou o uso de *ph* (com valor de f) e *y* (com valor de i), assim como foi atualizada a história “Estrada de ferro” em razão de modificações ocorridas pelas ferrovias no Brasil. Apenas a lição das vogais era ilustrada. Das histórias que vinham nas últimas páginas, úteis aos exercícios de leitura, cinco eram ilustradas. As ilustrações, em preto-e-branco, eram feitas no topo da página e com referência aos temas das histórias. Ao abrir a cartilha, o aluno se deparava com uma justificativa do professor Romão Puiggari sobre as alterações realizadas. Em seguida, via a apresentação “Ao leitor”, onde Galhardo fornece explicações sobre a publicação da cartilha, sua estrutura e justifica o método escolhido. Logo após, o texto “Duas palavras às mães de família” alertavam às mães quanto ao inconveniente de ensinar os filhos em casa, pois ao chegarem à escola estariam cheios de vícios, tornando duplo o trabalho do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não poderia terminar essa dissertação sem retomar o início desse processo onde eu desejava pesquisar a EJA em Uberlândia e Araguari, mas ao cumprir as disciplinas obrigatórias e no convívio com o grupo de pesquisa que cuida de construir a história da alfabetização, fui tomada por um desejo enorme de compreender o uso da História Oral como metodologia de pesquisa, só que para compreender essa metodologia fez-se necessário fazer um levantamento de teses e dissertações sobre história da alfabetização no estado de Minas Gerais. Para tanto utilizei como palavras-chave os termos: “alfabetização e História Oral”, tendo sido encontrados treze trabalhos, para minha surpresa todos da Universidade Federal de Uberlândia, a maioria orientados pela professora doutora Sônia Maria dos Santos, tendo a história e historiografia da educação como área de concentração.

Após levantamento dessas pesquisas, foi possível analisar e compreender as opções dos pesquisadores pela metodologia da História Oral, abordando seus objetos de estudo, período estudado e descobertas. Dessa forma, o primeiro trabalho encontrado foi a dissertação de Osmar Ribeiro de Araújo: **Modos de Leitura de Alfabetizadoras: História, Memória e Representação**, dissertação defendida em 2005. Esse estudo traz um debate sobre leitura, esclarecendo questões sobre os “modos de ler de alfabetizadoras da rede municipal de ensino de Uberlândia” (ARAÚJO, 2005), por meio de entrevista com cinco professoras alfabetizadoras de escolas urbanas e rurais, para assim descobrir e entender suas histórias enquanto leitoras e suas práticas com a leitura em sala de aula.

Em 2006, encontro uma segunda dissertação de Edite da Glória Amorim Guimarães intitulada **Histórias de Alfabetizadores: Vida, Memória e Profissão**, tendo como objeto de pesquisa a vida, a memória e a profissão de alfabetizadoras de Patos de Minas. Dessa maneira, buscou-se compreender histórias de quatro professoras de escolas públicas municipais e estaduais, urbanas e rurais, que narraram sobre sua alfabetização, formação inicial e continuada, e sobre suas práticas de alfabetização.

Em 2007, Leni Rodrigues Coelho defende a dissertação: **Educação de Jovens e Adultos: As Ações do MOBREAL no Município de Patos de Minas/MG (1970-1980)**, orientada pelo professor Doutor José Carlos Souza Araújo. O objetivo da pesquisa foi “analisar as ideias, a implantação e as práticas pedagógicas do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em Patos de Minas/MG, entre 1970 e 1980” (COELHO, 2007). Para isso, foram utilizados documentos oficiais; entrevistas com ex supervisora de área, ex

professoras e ex alunos; os anuários do IBGE de 1970 e 1980; os manuais pedagógicos e a imprensa local.

Em 2008, foi analisada a dissertação de Andréia Demétrio Jorge Moraes: **História e Ofício de Alfabetizadoras: Ituiutaba 1931-1961**, defendida em 2008. Seu objeto de pesquisa foram “os processos de alfabetização e de formação das alfabetizadoras, elucidando questões referentes aos saberes e às práticas de alfabetizadoras no município de Ituiutaba-MG, Brasil, durante o período de 1931 a 1961”, (MORAES, 2008). Para tanto, foram entrevistadas três professoras alfabetizadoras que atuaram nesse período em escolas públicas urbanas e rurais desse município, com o intuito de desvendar e compreender suas histórias enquanto alfabetizadoras e os caminhos percorridos em suas formações.

Em 2009, encontrei a dissertação de Tatiane Batista Macedo cujo tema foi: **História de Formação de Alfabetizadoras: A Disciplina Didática da Linguagem no Magistério – 1971 a 1985**, essa pesquisa está inserida no campo de discussões referentes à história da formação de alfabetizadoras. Seu objetivo “foi analisar a formação de alfabetizadoras no curso de Magistério por meio da disciplina Didática da Linguagem no período entre 1971 e 1985, pesquisando também os conteúdos e metodologias de ensino estudados na disciplina e as metodologias utilizadas pelas professoras formadoras em suas aulas” (MACEDO, 2009). Assim, analisou a legislação sobre o curso de Magistério e suas disciplinas, os diários de classe e o testemunho de professoras que aplicaram aulas sobre Didática da Linguagem no período estudado.

Já no ano de 2011 foram defendidos dois trabalhos: uma tese e uma dissertação, A dissertação é de Michelle Castro Lima, e tem como título **História de Alfabetizadoras Uberlandenses: Modos de Fazer no Grupo Escolar Bom Jesus – 1955 A 1971**. O objetivo desse trabalho foi investigar as práticas de alfabetização do Grupo Escolar Bom Jesus, entre o período de 1955 a 1971, bem como o método de ensino seguido pelas alfabetizadoras e quais suas representações e dos alunos sobre o processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita. Para a realização desse estudo foram entrevistados cinco alfabetizadoras que trabalharam naquela instituição nesse período.

No mesmo ano, Tania Rezende Silvestre Cunha defende a tese **História da Alfabetização de Ituiutaba: Vivências no Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado – 1957-1971**, teve como objeto de estudo a história da alfabetização no Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado, do município de Ituiutaba, Minas Gerais, no período de 1957-1971, buscou esclarecer, por meio de cinco entrevistados, quais foram suas experiências de alfabetização em um período em que somente a cartilha era utilizada para essa finalidade.

Doravante, em 2013, Kleyver Tavares Duarte, defendeu a dissertação **História da Alfabetização: Leitura e Escrita para Surdos (1962-1986)**, Esse trabalho caracteriza-se por apresentar a narrativa de quatro pessoas que estiveram envolvidas no processo alfabetização de surdos em uma instituição de ensino para esse público, dessa maneira seu objetivo foi investigar a história da alfabetização dos surdos, e, assim compreender quais eram as metodologias utilizadas para alfabetizar alunos surdos no período de 1962 a 1986. No mesmo ano, Vanessa Lepick defende a dissertação intitulada **Modos de Alfabetizar no Grupo Escolar Clarimundo Carneiro – 1963 a 1973**. O objeto de estudo foi a investigação sobre os modos de alfabetizar no Grupo Escolar Clarimundo Carneiro, no município de Uberlândia, no período de 1963 a 1973. Por meio de pesquisa documental e cinco entrevistas, buscou esclarecer quais foram as representações sobre alfabetização, como acontecia o processo de leitura e escrita naquela instituição, materiais utilizados, e ainda as avaliações.

Em 2015, Rita Tavares de Mello, defende sua tese **História, Memória e Vivências: A Eja no Norte de Minas Gerais 1940-1960**. Seu objetivo foi “investigar a historiografia local, reconstituindo a história e memória dos saberes e práticas de sete professoras alfabetizadoras, analisando o contexto, o lugar, o espaço, suas dificuldades, problemas, resistências e, principalmente qual o significado do ofício de ser alfabetizadora de adultos no período de 1940 a 1960” (MELLO, 2015). Também em 2015, Fernanda Afonso Bernardes, defende sua dissertação: **Modos de Formar Professores de EJA 1990-2006**. O objeto de estudo dessa pesquisa foi analisar os modos de aprender e ensinar na Educação de Jovens e Adultos, no município de Uberlândia, entre 1990 e 2006. Utilizou como metodologia a História Oral Temática, por meio de seis entrevistas, juntamente com fontes documentais e bibliográficas para, assim ser possível analisar as concepções referentes à formação de alfabetizadoras no período estudado, examinar a semelhança entre formação e prática das alfabetizadoras e desenhar, através de lembranças, seus processos de formação inicial para atuação na EJA.

Subsequente a esse trabalho, Cláudia Aparecida Ferreira Machado defende, em 2016, a tese intitulada: **O Processo de Escolarização na Área Rural de Montes Claros – MG (1960-1989): Memórias e Representações de Professores e Alunos**, orientada pelo professor Doutor Selmo Haroldo Rezende, na área de concentração História e Historiografia da Educação. O objeto de estudo foi a escolarização rural no município de Montes Claros, no período de 1960 a 1989. A metodologia de pesquisa utilizada foi a História Oral Temática, por meio de nove entrevistas, tendo como intenção “analisar as práticas educativas utilizadas pelos professores com os alunos; elementos materiais e simbólicos que contribuíram para o

processo de escolarização; complexidades do trabalho do professor e os modos de vida, lazer e estudos das crianças” (MACHADO, 2016).

Em 2018, temos o trabalho de Geracilda Maria de Oliveira, intitulado, “Modos de Fazer das Alfabetizadoras do Grupo Escolar Padre Mário Forestan – 1958 a 1974”, O objeto dessa pesquisa foi “compreender a consolidação do trabalho docente que aconteceu no GEPMF como palco para as práticas das professoras alfabetizadoras, no que se refere ao ensino de leitura e escrita.” (OLIVEIRA, 2018, p. 18,), por meio da identificação da trajetória histórica do Grupo Escolar em estudo, compreensão das personagens que atuaram naquela instituição, conhecimento e análise das práticas de ensino de leitura e escrita dessas professoras, bem como de suas representações.

Dessa maneira, foi possível constatar que os trabalhos sobre alfabetização que utilizaram a História Oral como metodologia de estudo concentram-se na Universidade Federal de Uberlândia, em sua maioria orientados pela professora Doutora Sônia Maria dos Santos, com exceção de dois, orientados pelos professores Doutor José Carlos Souza Araújo e Doutor Selmo Haroldo Rezende. É possível concluir, portanto que o uso da História Oral enquanto metodologia de pesquisa contribui de maneira efetiva para trazer à luz práticas alfabetizadoras de inquestionável importância para repensar as práticas atuais.

Terminando esses estudos, mudei novamente de tema, nem EJA nem história da alfabetização, mas a história oral me mostrou possibilidades que eu desconhecia no mundo das pesquisas. Eu decidi analisar a história de escola criada para a elite do município de Araguari, como cidadã araguarina, me restava passar na porta e sonhar em um dia poder estudar nesta escola.

E assim continuo o percurso...

Em uma cidade como Araguari, MG, um estacionamento para veículos na região central se assemelha, em parte, a uma escola. Ambos são lugares de passagem, de estada temporária (mais breve em um do que em outro lugar). Mas é improvável que um estacionamento deixe marcas na memória das pessoas que o frequentam tanto quanto uma escola tende a deixar naqueles que a frequentam. De fato, um estacionamento é parte da cultura urbana de um município, assim como uma instituição escolar. Mas esta não só faz parte da cultura, como também contribui para que ela exista pela sua transmissão escolar. Do contrário, a experiência educacional das pessoas não seria motivo de lembranças como aquelas expostas neste estudo; seja de aluno, seja de professora. A escola motiva lembranças que compõem a memória; e esta estaria na base da transmissão cultural, pela oralidade, leitura e escrita, pela socialização e consolidação de práticas, dentre outros atributos que estão na

base da existência de uma escola; sem pôr de lado sua condição de espaço de formação humana, de formação para a vida. Essas impressões e constatações derivaram do processo de pesquisa subjacente a este estudo; desde os primeiros passos até a sistematização final da pesquisa pela escrita desta dissertação de mestrado.

Com efeito, a tentativa de recompor o passado da escola aqui enfocada, o Externato Santa Teresinha, permitiu recompor, também, o passado das entrevistadas e do entrevistado; ou seja, a história que se intentou escrever neste estudo conta, também, a história das pessoas que contribuíram para sua concretização. Não teria como ser de outra forma, afinal a estratégia metodológica para desenvolver a pesquisa foi adotar a metodologia da História Oral, com suporte da história cultural. Esta pressupõe ouvir a história das pessoas e a versão delas dos fatos abordados na pesquisa.

Nesse sentido, este texto materializa histórias de sujeitos que participaram da história do Externato Santa Teresinha no período que a pesquisa abrangeu (1942–72). As lembranças narradas por eles foram a base de sustentação e desenvolvimento da investigação. Isso porque permitiram adentrar o universo da escola naquele momento mediante a verbalização de representações, impressões, valores, idiossincrasias... em seus relatos. A disposição de cada um a participar da pesquisa indicou uma vontade de contar suas versões dos fatos, quer dizer, das proposições de lembrança apresentadas no momento da entrevista. Assim como estudar o externato foi central à pesquisa, rememorar a vida no externato não foi menos importante aos entrevistados.

Cada narrativa expôs as singularidades de cada entrevistado. Mas as memórias sobre o Externato Santa Teresinha puderam ser entendidas em sentido coletivo, como memória coletiva. Aqui e ali, as falas dos entrevistados delinearão o fio condutor de um processo histórico. As recordações deram relevo a uma identidade de sujeitos históricos partícipes das práticas escolares ocorridas no externato no período aqui estudado. Deram uma medida da atuação docente e discente, da atividade escolar intramuros, assim como elementos da sociedade de Araguari. A coerência e convergência de percepções e assimilações da realidade escolar — uma memória coletiva — apontaram a natureza do externato como escola alinhada na lógica do prestígio pela seleção. Nesse sentido, atendeu a uma economia que cultivava valores como educar a prole numa escola de prestígio social.

Todavia, o prestígio se viu ante o choque entre modernidade e tradição. As entrevistas deixaram entrever que a inadequação pedagógica de uma escola confessional tradicionalista em contexto de escolas que apostaram no discurso da inovação pedagógica como atrativo. O Externato Santa Teresinha se viu ante a expansão de escolas particulares

com promessas de inovação metodológica. Mas convém dizer que as entrevistadas frisaram o ensino no externato como bem-sucedido. Seguiam diretrizes curriculares, pedagógicas e didáticas próprias que resultavam em aprendizagem. O sucesso dos egressos em carreiras como medicina, advocacia, engenharia e docência seriam, então, uma medida da qualidade da educação no externato. Disso se infere que a qualidade estaria menos na orientação pedagógico-metodológica da escola, e mais na convicção de seus professores e sua diretora. Não por acaso, permaneceram por longo tempo na escola. O vínculo que estabeleceram era de envolvimento em grau elevado.

Com efeito, o debate sobre as diretrizes pedagógicas do Externato Santa Teresinha, cuja diretora se viu interpelada por autoridade da Delegacia Regional de Ensino, era um dos elementos que permeavam o debate sobre a educação no país; ou seja, sobre o controle (ideológico) do ensino escolar. A escola surgiu no momento em que a Igreja Católica buscava se firmar de novo após perder sua posição com a declaração de que o Brasil era um estado laico. Nesse sentido, o surgimento do externato e sua sustentação por décadas foram pilares da escolarização de base católica; mais que isso, exemplificava a tese de que o plano de subsidiar escolas particulares com recurso público em troca de bolsas de estudo não era estratégia à altura do problema da falta de escolas. A imagem que ficou da escola, ao menos em meio aos entrevistados, era a de uma instituição elitista, desde o começo. Essa constatação converge para as indagações de pesquisa sobre como foi a inserção do Externato Santa Teresinha como instituição escolar na sociedade, ou seja, do contexto e das condições, assim como de seu público. Igualmente, converge para o objetivo de entender as circunstâncias de surgimento e funcionamento do externato e do impacto na formação escolar da sociedade local.

De fato, havia escola pública em Araguari, como o grupo escolar, cujo programa serviu de base para o do Externato Santa Teresinha. Mas a escola trilhou seu caminho pedagógico próprio como escola confessional, em especial com a composição do corpo docente. Havia uma lógica de buscar, na instituição que ofertava o curso Normal, normalistas para assumir turmas. Disso se infere uma coerência de orientação pedagógica e didática em que professoras formadas numa instituição católica iam lecionar num externato de orientação católica. Encontravam um ambiente em que, tal qual no curso Normal, o controle de condutas e comportamentos — controle dos corpos, diria Foucault —, o rigor, a vigília, a separação entre meninos e meninas, tudo era familiar para as normalistas que se iniciavam na profissão docente no externato.

A divisão social era patente no Externato Santa Teresinha. De fato, o uniforme tendia a igualar alunos e alunas; mas na prática a separação ocorria no espaço, sala de aula e pátio, e em registros escritos como o caderno de chamada. Igualmente, a divisão se explicitava nos momentos de apresentação de resultados de avaliação. Sessões de premiação de discentes separavam, é provável que na voz alta da diretora, o sucesso do fracasso, o rico do pobre. Notas elevadas eram parabenizadas e premiadas com medalha. Notas inferiores à média eram motivo de constrangimento. Discentes cujos pais estavam em débito com a escola eram punidos com retenção de documento. Tudo fazia parte de um evento bimestral que reunia corpo docente e discente.

Um corpo docente formado, desde sempre, sob os auspícios da diretora tinha a confiança e credibilidade de Maria Abudd. As professoras eram livres para lecionar. Não eram fiscalizadas quanto a planejamento de aulas, elaboração de provas e outros atributos do trabalho docente. Por outro lado, não havia orientação pedagógica formal. A professora devia seguir o livro didático adotado até o fim do ano letivo. O que preocupava a direção eram os resultados: alunos aptos a ler com fluência e a escrever com senso de correção gramatical e ortográfica. Chegar a resultados positivos era fruto do trabalho de cada professora com o que tinha à mão: *Cartilha da Infância*, lousa, giz e livros de história; equivalentes ao caderno, ao lápis preto e de cor e à borracha que os alunos utilizavam. Fora desse universo, tudo corria conforme a imaginação, a disposição, os interesses e as motivações de cada um.

Essas constatações derivaram da tentativa de delinear respostas para indagações sobre as práticas escolares no externato, ou seja, sobre a orientação curricular e funcionamento diário. Mais que isso, sintetizam os objetivos de pesquisa de tentar depreender diretrizes pedagógicas e didáticas das atividades de funcionamento do Externato Santa Teresinha, assim delinear práticas de escolarização, docentes e administrativas.

Enfim, esta dissertação de mestrado e a pesquisa aqui apresentada vêm cumprir um requisito acadêmico, em primeiro lugar; mas se projeta como algo mais porque vem ampliar o *corpus* de estudos sobre a história da educação na região do Triângulo Mineiro; neste caso, amplia-se a memória histórico-acadêmica cujo olhar foca no ensino confessional em Araguari. Além disso, da tentativa de compreender as relações entre educação e religião numa trama que articula formação docente e demanda por professores, emana a suposição de que em um país que buscava se modernizar o ensino religioso influi nas condições de trabalho para a mulher; ainda que tenha presumido muito da condição de mãe. Numa cidade interiorana, trabalhar no Externato Santa Teresinha foi uma forma de as moças experimentarem a vida pública, de saírem minimamente da esfera do privado e do controle

patriarcal. Ainda que em medida incipiente, a oportunidade de formação docente e de trabalho numa escola confessional subvertia, em parte, a condição de muitas moças que não tiveram meios materiais de abraçar a carreira de professora.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: editora da FGV, 2004.
- ALCANFOR, Lucilene R. **Professor Thomaz Galhardo**: produção, circulação e práticas de alfabetização e leitura — séculos XIX e XX. 2016. Tese (doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ANDRADE, R. F. M. **Organização da instrução na província de Minas Gerais**: da legislação aos relatórios dos presidentes (1850–1889). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.
- ARAÚJO, Flávia A. V. **(Re)configurações espaciais na cidade média**: a análise de Araguari no Triângulo Mineiro (MG). 2010. Dissertação (mestrado em Geografia e Gestão do Território) — Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia.
- BARROS, J. D'Assunção. Os Campos da História: uma introdução às especialidades da História. **HISTEDBR**, Campinas, n. 16, p. 17–35, dez. 2004. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis16/art3_16.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- BECK, Dinah Quesada. Uniformes escolares: delineando identidades de gênero. **HISTEDBR** [on-line], Campinas, n. 58, p. 136–50, set. 2014. <https://doi.org/10.20396/rho.v14i58.8640384>
- BICALHO, M. G.; LOPES, E. M. S. T. Colégios religiosos femininos e masculinos em Minas Gerais: um mapeamento ainda provisório. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 17, p. 47–55, jun. 1993.
- BUFFA, Ester. História e filosofia de instituições escolares. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação pela imprensa. Campinas: Autores Associados, Uberlândia: ed. da EDUFU, 2002.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CARVALHO, C. H.; GONÇALVES NETO, W. **Impasses e desafios da educação na Primeira República**: liberais e católicos no Triângulo Mineiro, MG, Brasil (1892–1926), 2006. Disponível em: http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/298CarlosHenriqueCarvalho_e_Wenceslau.pdf. Acesso em: 20 maio 2018.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Rio de Janeiro: Memória e Sociedade/Difel, 2002.

- CUNHA, Luiz Antônio; FERNANDES, Vânia. Um acordo insólito: ensino religioso sem ônus para os poderes públicos na primeira LDB. **Edu. Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 849–64, out./dez. 2012. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000019>
- FERRARO, Alceu R. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.
- FERREIRA, Marieta de M; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: editora de FGV, 2006.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. Ed. Graal. Rio de Janeiro, 1984
- GALHARDO, Thomaz. **Cartilha da infância** — ensino da leitura. 58. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1911.
- GATTI JÚNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G.; ARAÚJO, J. C. S.; GONÇALVES NETO, W. História e memória educacional: gênese e consolidação do ensino escolar no Triângulo. **História da Educação**, ASPHE/FaF/UFPel, Pelotas, v. 2, p. 5–28, set. 1997.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Autores Associados, n. 1º, 2001.
- LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LEPICK, Vanessa. **Modo de alfabetizar no Grupo Escolar Clarimundo Carneiro — 1963 a 1973**. 2013. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.
- LIMA, J. M. M; JACINTO, M. A. R; OLIVEIRA, R. B; SANTOS, T. G; ALARCÃO, J. P. S. **Colégio Regina Pacis: 82 anos de excelência em educação na cidade de Araguari**. In: SEMANA DO SERVIDOR, 4.; SEMANA ACADÊMICA, 5. Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: <<https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/cd2008/PDF/SA08-20789.PDF>>. Acesso em: 12 maio 2018.
- LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750–1861)**. 2002. Dissertação (mestrado em Geografia) — Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (ORg.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MACIEL, Francisca I. P. As cartilhas e a história da Alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. **História da Educação**: ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas v. 11, p. 147–68, abr. 2002.
- MAMERI, Abdala. **Pelos caminhos da história: pessoas, coisas e fatos de Araguari**. Araguari: Artgraf, 1988.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Definindo História Oral e Memória**. Cadernos CERU, N. 5, Série 2, 1994. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/cerusp/article/view/83299/86330>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabiola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2. ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e colonização em Minas: 1889 – 1930**. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Itatiaia, 1994.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. 2006. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização** (São Paulo/1876–1994). São Paulo: editora da UNESP, 2000. <https://doi.org/10.7476/9788539302697>

MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2000.

NAGATO, Yosiaki. [Comentário]. Externato Santa Terezinha – Araguari, MG. Conta no Facebook. Disponível em: < <https://www.facebook.com/externatosantaterezinhaaraguari/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

NAVES, M. Consuelo F. Montes; RIOS, Gilma M. **Araguari: cem anos de dados e fatos**. Araguari, prefeitura municipal, 1988.

NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, Curitiba: editora da UFPR, n. 31, p. 169–89, 2008.

<https://doi.org/10.1590/S0104-40602008000100011>

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RESENDE, Melina Brasil Silva. **O curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari – MG (1930–1947)**. 2006. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

RODRIGUES, Aline F.; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Os primórdios da educação em Araguari, MG: análise das iniciativas política acerca da instrução na República Velha (1897–1916). In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (Org.). **O município e a educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República**. Campinas: Alínea, 2012.

RODRIGUES, Maura Afonso. **Fagulhas de história do Triângulo Mineiro**. Uberlândia: ABC Sabe, 1988.

SANTOS, L. G. *Cartilha da Infância*, de Thomaz Galhardo (1855-1904). In: MORTATTI, Maria R. L. et al. **Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil**. São Paulo: editora da UNESP, 2015, p. 23–33.

SANTOS, Sônia M.; PEREIRA, W. L. Grupo Escolar Raul Soares: expressão de civilidade (Araguari–MG, 1908). In: RIBEIRO, B. O. L.; ARAÚJO, J. C. S.; SOUZA, S. T. (Org.).

Grupos escolares na modernidade mineira: Triângulo e Alto Paranaíba. Campinas: Alínea, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Paulo Julião da. **A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a era Vargas.** In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2012.

TABRAJ, Marcelo Barzola. **A romanização da Igreja Católica no Brasil.** SEMINÁRIO NACIONAL — Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 4. HISTEDBR. **Anais...** Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/trab051.rtf>. Acesso em: 20mar2018.

VIEIRA, Zeneide Paiva P. **Cartilhas de alfabetização no Brasil:** um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita. 2017. Tese (doutorado em Memória, Linguagem e Sociedade) — Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista.

WIKPEDIA. **Hélène Lubienska de Lenval.** Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/H%C3%A9l%C3%A8ne_Lubienska_de_Lenval>. Acesso em: 18 mar. 2018.

ZOTTI, Solange A. Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do Currículo Oficial. **HISTEDBR**, 2006. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Solange%20aparecida%20zotti.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

■ *Fontes orais*

CHEDE, Abud. Araguari, MG, 20 de fevereiro de 2018. Mp3 (70 minutos). Entrevista concedida a mim na residência do entrevistado.

BARCELOS, Altina Maria. Araguari, MG, 24 de fevereiro de 2018. Mp3 (66 minutos). Entrevista concedida a mim na residência da entrevistada.

BAGLIANO, Eunice de Fátima Silva. Araguari, MG, 7 de abril de 2018. Mp3 (62 minutos). 16 de fevereiro de 2019. Mp3 (86 minutos). Entrevistas concedidas a mim na residência da entrevistada.

BORELA, Lêda Maria Borela Diniz Póvoa. Araguari, MG, 21 de fevereiro de 2019. Mp3 (100 minutos). Entrevista concedida a mim na residência da entrevistada.

PÓVOA, Maria Angélica Diniz. Araguari, MG, 18 de fevereiro de 2019. Mp3 (30 minutos).
Entrevista concedida a mim na residência da entrevistada.

■ *Acervo documentais consultados*

Arquivo Escola Estadual Rainha da Paz

Arquivo Público e Museu Dr. Calil Porto.

Lêda Maria Borela Diniz Póvoa.

Externato Santa Teresinha (conta no website Facebook)

Família Abud (Chede Abud)

APÊNDICE 1 Roteiros de entrevista**ROTEIRO INICIAL DE ENTREVISTA DE EXPLORAÇÃO**

1. Nome:
2. Data de nascimento:
3. Ligação com o Externato Santa Teresinha:
4. História do Externato Santa Teresinha:
 - Como começou?
 - Qual era a instituição mantenedora?
 - Quais anos/séries atendidos pelo Externato?
 - Qual a metodologia utilizada?
 - Qual era o público atendido
 - Quem foi Maria Abbud?
 - Por quanto tempo funcionou?
 - Qual o motivo do fechamento?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I – FORMAÇÃO

1. Em qual instituição onde foi alfabetizada
2. Quem foram seus professores
3. Como eram as aulas?
4. Onde foi o local e período de formação profissional inicial?
5. Quem eram os (as) professores (as)?
6. O que influenciou na decisão de se tornar professora?
7. Curiosidades

II – PROFISSIONAL

1. Período e tempo de atuação profissional
2. Local (is) onde atuou como professora
3. Quando começou a trabalhar no Externato Santa Teresinha?
4. Em quais séries atuou?
5. Como era sua relação com os alunos?
6. Como era a ordem e disciplina em sala de aula?
7. Como era o planejamento das aulas?
8. Qual o material utilizado para alfabetização?
9. Era utilizado alguma cartilha? Qual?
10. Qual o método utilizado?
11. Como as aulas eram planejadas?
12. Era usado Programa do Ensino Primário Elementar?
13. Como os alunos eram avaliados?
14. Que tipo de remuneração recebia?
15. Como avalia seu trabalho?

III – HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO

1. Qual a origem do Externato Santa Teresinha?
2. Data de início e final de funcionamento?
3. Qual o motivo do seu fechamento?
4. Qual era a instituição mantenedora?
5. Como era a edificação do prédio? Quantas salas de aula haviam?
6. Quais anos/séries eram atendidas?
7. Quem foi Maria Abbud?
8. Como eram as normas da escola?
9. Quais alunos estudaram nessa instituição? Quais eram suas origens?
10. Havia muita procura por vagas para estudar no Externato?
11. Quais eram as principais datas comemorativas?
12. Na sua opinião, qual a contribuição do Externato Santa Teresinha para a educação em Araguari?

APÊNDICE 2 Termos de consentimento dos informantes da pesquisa

■ ALTINA AMARIA BRCELOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
MODELO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada "HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS ALFABETIZADORAS DO EXTERNATO SANTA TEREZINHA (1942 A 1972)", sob a responsabilidade dos pesquisadores Sônia Maria dos Santos e Marisa Francisca Galdeano Marra. Nesta pesquisa estamos buscando entender dentro do campo da História da Educação, quais foram as práticas utilizadas pelas professoras do Externato Santa Terezinha, situado na cidade de Araguari (MG), entre os anos de 1942 a 1972, para promover a alfabetização nesse período.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será colido pelo pesquisador Marisa Francisca Galdeano Marra, em Araguari-MG.

Na sua participação você será entrevistado pelos pesquisadores, com o auxílio de um gravador digital, depois a gravação será transcrita e devolvida a você, para que possa fazer as devidas correções e autorizar a sua utilização apenas para essa pesquisa. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e a sua identidade será preservada. Ainda assim, garantimos a você, participante, que, após a utilização da entrevista, todos os documentos que foram produzidos por ela (gravação e transcrição) serão desgravados e descartados, não ocasionando prejuízos futuros.

Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar na pesquisa.

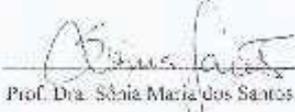
Os riscos consistem em você poder lembrar momentos que foram difíceis e/ou dolorosos que causem profunda dor e tristeza. Diante dessa situação, podemos pausar a entrevista e faremos o máximo para tentar acalmá-lo, dando o tempo necessário para que possa recompor emocionalmente, retornando as entrevistas apenas com seu consentimento e autorização. Além disso, corre-se o risco da identificação dos entrevistados, para tanto, utilizaremos nomes fictícios ou ainda, siglas que não fazem relação direta com os entrevistados, com o intuito de preservar a sua identidade.

Os benefícios dessa pesquisa contribuirão para a compreensão das práticas de alfabetização utilizadas dentro o período de 1942 a 1972, tendo como objeto dessa pesquisa o Externato Santa Terezinha, escola que era localizada na cidade de Araguari (MG), que representou uma importante instituição educativa e contribuiu para a formação dos cidadãos dessa cidade.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

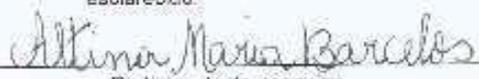
Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Marisa Francisca Galdeano Marra – (34) 98852-6002 – Universidade Federal de Uberlândia. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, 24 de fevereiro de 2018


Prof. Dra. Sônia Maria dos Santos


Marisa Francisca Galdeano Marra
Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.


Participante da pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

MODELO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada "HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS ALFABETIZADORAS DO EXTERNATO SANTA TEREZINHA (1942 A 1972)", sob a responsabilidade dos pesquisadores Sônia Maria dos Santos e Marisa Francisca Galdeano Marra. Nesta pesquisa estamos buscando entender dentro do campo da História da Educação, quais foram as práticas utilizadas pelas professoras do Externato Santa Terezinha, situado na cidade de Araguari (MG), entre os anos de 1942 a 1972, para promover a alfabetização nesse período.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador Marisa Francisca Galdeano Marra, em Araguari-MG.

Na sua participação você será entrevistado pelos pesquisadores, com o auxílio de um gravador digital, depois a gravação será transcrita e devolvida a você, para que possa fazer as devidas correções e autorizar a sua utilização apenas para essa pesquisa. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e a sua identidade será preservada. Ainda assim, garantimos a você, participante, que, após a utilização do gravador, todos os documentos que foram produzidos por ela (gravação e transcrição) serão desgravados e descartados, não ocasionando prejuízos futuros.

Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem em você poder lembrar momentos que foram difíceis e em momentos que causam profunda dor e tristeza. Diante dessa situação, podemos pausar a entrevista e faremos o máximo para tentar acalmá-lo, dando o tempo necessário para que possa recompor emocionalmente, retomando as entrevistas apenas com seu consentimento e autorização. Além disso, corre-se o risco de identificação dos entrevistados, para tanto, utilizaremos nomes fictícios, ou ainda, siglas que não fazem relação direta com os entrevistados, com o intuito de preservar a sua identidade.

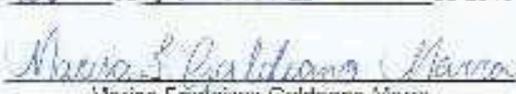
Os benefícios dessa pesquisa contribuirão para a compreensão das práticas de alfabetização utilizadas entre o período de 1942 a 1972, tendo como objeto dessa pesquisa o Externato Santa Terezinha, escola que era localizada na cidade de Araguari (MG), que representou uma importante instituição educativa e contribuiu para a formação dos cidadãos dessa cidade.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou reação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Marisa Francisca Galdeano Marra – (34) 98852-6002 – Universidade Federal de Uberlândia. Poderá também entrar em contato com o CEP – Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, Av. João Naves de Avila, nº 2121, bloco A sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100, fone: 34.3239.4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, 20 de Fevereiro de 2018


Prof. Dra. Sônia Maria dos Santos


Marisa Francisca Galdeano Marra
Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.


Participante da pesquisa

■ EUNICE DE FATIMA SILVA BAGLIANO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

MODELO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada "HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS ALFABETIZADORAS DO EXTERNATO SANTA TEREZINHA (1942 A 1972)" sob a responsabilidade dos pesquisadores Sônia Maria dos Santos e Marisa Francisca Galdeano Marra. Nesta pesquisa estamos buscando entender, dentro do campo da História da Educação, quais foram as práticas utilizadas pelas professoras do Externato Santa Terezinha, situado na cidade de Araguari (MG) entre os anos de 1942 a 1972 para promover a alfabetização nesse período.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador Marisa Francisca Galdeano Marra, em Araguari-MG.

Na sua participação você será entrevistado pelos pesquisadores, com o auxílio de um gravador digital. Depois a gravação será transcrita e devolvida a você para que possa fazer as devidas correções e autorizar a sua utilização apenas para essa pesquisa. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e a sua identidade será preservada. Ainda assim, garantimos a você, participante, que, após a utilização da entrevista, todos os documentos que foram produzidos por ela (gravação e transcrição) serão desgravados e descartados não ocasionando prejuízos futuros.

Você não terá nenhum gasto e/ou ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem em você poder relembrar momentos que foram difíceis, emoções que causaram profunda dor e tristeza. Diante dessa situação, podemos pausar a entrevista e faremos o máximo para tentar acalmá-lo, dando o tempo necessário para que possa recompor emocionalmente, reformulando as entrevistas apenas com seu consentimento e autorização. Além disso, corre-se o risco da identificação dos entrevistados, para tanto, utilizaremos nomes fictícios, ou ainda, siglas que não fazem relação direta com os entrevistados, com o intuito de preservar a sua identidade.

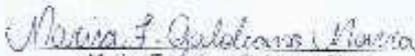
Os benefícios dessa pesquisa contribuirão para a compreensão das práticas de alfabetização utilizadas entre o período de 1942 a 1972, tendo como objeto dessa pesquisa o Externato Santa Terezinha, escola que era localizada na cidade de Araguari (MG), que representou uma importante instituição educacional e contribuiu para a formação dos cidadãos dessa cidade.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

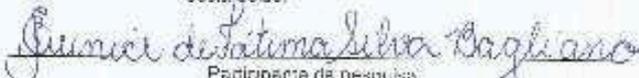
Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Marisa Francisca Galdeano Marra – (34) 98852-8002 – Universidade Federal de Uberlândia. Poderá também entrar em contato com o CEP – Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, n.º 2121, bloco A sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100, fone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, 07 de abril de 2016.


Prof. Dra. Sônia Maria dos Santos


Marisa Francisca Galdeano Marra
Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.


Participante da pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada "HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS ALFABETIZADORAS DO EXTERNATO SANTA TEREZINHA (1942 A 1972)", sob a responsabilidade dos pesquisadores **Sônia Maria dos Santos** e **Marisa Francisca Galdeano Marra**. Nesta pesquisa estamos buscando entender, dentro do campo da História da Educação, quais foram as práticas utilizadas pelas professoras do Externato Santa Terezinha, situado na cidade de Araguari (MG), entre os anos de 1942 a 1972, para promover a alfabetização nesse período.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador **Marisa Francisca Galdeano Marra, em Araguari-MG.**

Na sua participação você será entrevistado pelos pesquisadores, com o auxílio de um gravador digital, depois a gravação será transcrita e devolvida a você, para que possa fazer as devidas correções e autorizar a sua utilização apenas para essa pesquisa. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e a sua identidade será preservada. Ainda assim, garantimos a você, participante, que, após a utilização da entrevista, todos os documentos que foram produzidos por ela (gravação e transcrição) serão desgravados e descartados, não ocasionando prejuízos futuros.

Você não terá nenhum gasto e/ou ganho financeiro por participar na pesquisa.

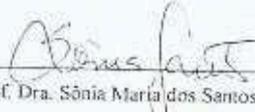
Os riscos consistem em, durante as entrevistas, causar desconforto emocional ao relembrar suas práticas e das mesmas serem identificadas. Para diminuir tais riscos, as perguntas terão uma relação direta com os problemas desse estudo e para que não sejam identificadas na elaboração do texto, as mesmas serão citadas por siglas e não terão relação direta com as entrevistas.

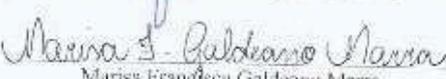
O benefício desse estudo será evidenciar aspectos importantes sobre a história da alfabetização na cidade de Araguari, e consequentemente do Triângulo Mineiro, por meio das ações das alfabetizadoras do Externato Santa Terezinha, entre o período de 1942 a 1972, tendo como finalidade o entendimento do que era escolhido e realizado na efetivação das práticas de alfabetização.

Desse modo, você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com as pesquisadoras, **Marisa Francisca Galdeano Marra** e/ou **Sônia Maria dos Santos**, - (34) 3210.6498 - Universidade Federal de Uberlândia. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica - Uberlândia - MG, CEP: 38408-100; fone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

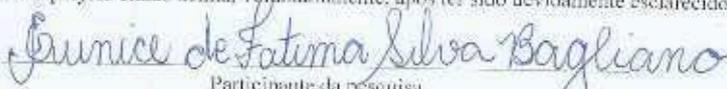
Uberlândia, 16 de fevereiro de 2019


Prof. Dra. Sônia Maria dos Santos


Marisa Francisca Galdeano Marra

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.


Participante da pesquisa

■ LÊDA MARIA BORELA DINIZ PÓVOA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada "HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS ALFABETIZADORAS DO EXTERNATO SANTA TEREZINHA (1942 A 1972)", sob a responsabilidade dos pesquisadores **Sônia Maria dos Santos** e **Marisa Francisca Galdeano Marra**. Nesta pesquisa estamos buscando entender, dentro do campo da História da Educação, quais foram as práticas utilizadas pelas professoras do Externato Santa Terezinha, situado na cidade de Araguari (MG), entre os anos de 1942 a 1972, para promover a alfabetização nesse período.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador **Marisa Francisca Galdeano Marra, em Araguari-MG**.

Na sua participação você será entrevistado pelos pesquisadores, com o auxílio de um gravador digital, depois a gravação será transcrita e devolvida a você, para que possa fazer as devidas correções e autorizar a sua utilização apenas para essa pesquisa. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e a sua identidade será preservada. Ainda assim, garantimos a você, participante, que, após a utilização da entrevista, todos os documentos que foram produzidos por ela (gravação e transcrição) serão desgravados e descartados, não ocasionando prejuízos futuros.

Você não terá nenhum gasto e/ou ganho financeiro por participar na pesquisa.

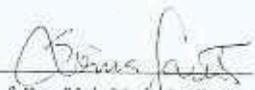
Os riscos consistem em, durante as entrevistas, causar desconforto emocional ao relembrar suas práticas e das mesmas serem identificadas. Para diminuir tais riscos, as perguntas terão uma relação direta com os problemas desse estudo e para que não sejam identificadas na elaboração do texto, as mesmas serão citadas por siglas e não terão relação direta com as entrevistas.

O benefício desse estudo será evidenciar aspectos importantes sobre a história da alfabetização na cidade de Araguari, e consequentemente do Triângulo Mineiro, por meio das ações das alfabetizadoras do Externato Santa Terezinha, entre o período de 1942 a 1972, tendo como finalidade o entendimento do que era escolhido e realizado na efetivação das práticas de alfabetização.

Desse modo, você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com as pesquisadoras, **Marisa Francisca Galdeano Marra** e/ou **Sônia Maria dos Santos**, - (34) 3210.6498 - Universidade Federal de Uberlândia. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A sala 224, Campus Santa Mônica - Uberlândia - MG, CEP: 38408-100; fone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

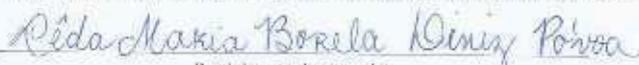
Uberlândia, 21 de fevereiro de 2019.


Prof. Dra. Sônia Maria dos Santos


Marisa Francisca Galdeano Marra

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.


Participante da pesquisa

■ MARIA ANGÉLICA DINIZ PÓVOA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada "HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS ALFABETIZADORAS DO EXTERNATO SANTA TEREZINHA (1942 A 1972)", sob a responsabilidade dos pesquisadores Sônia Maria dos Santos e Marisa Francisca Galdeano Marra. Nesta pesquisa estamos buscando entender, dentro do campo da História da Educação, quais foram as práticas utilizadas pelas professoras do Externato Santa Teresinha, situado na cidade de Araguari (MG), entre os anos de 1942 a 1972, para promover a alfabetização nesse período.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador Marisa Francisca Galdeano Marra, em Araguari-MG.

Na sua participação você será entrevistado pelos pesquisadores, com o auxílio de um gravador digital, depois a gravação será transcrita e devolvida a você, para que possa fazer as devidas correções e autorizar a sua utilização apenas para essa pesquisa. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e a sua identidade será preservada. Ainda assim, garantimos a você, participante, que, após a utilização da entrevista, todos os documentos que foram produzidos por ela (gravação e transcrição) serão desgravados e descartados, não ocasionando prejuízos futuros.

Você não terá nenhum custo e/ou ganho financeiro por participar na pesquisa.

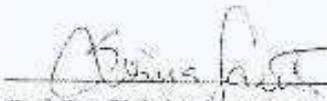
Os riscos consistentes em, durante as entrevistas, causar desconforto emocional ao relembrar suas práticas e das mesmas serem identificadas. Para diminuir tais riscos, as perguntas terão uma relação direta com os problemas desse estudo e para que não sejam identificadas na elaboração do texto, as mesmas serão citadas por siglas e não terão relação direta com as entrevistas.

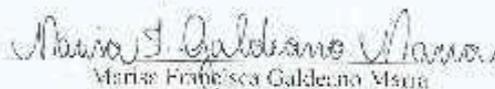
O benefício desse estudo será evidenciar aspectos importantes sobre a história da alfabetização na cidade de Araguari, e consequentemente do Triângulo Mineiro, por meio das ações das alfabetizadoras do Externato Santa Teresinha, entre o período de 1942 a 1972, tendo como finalidade o entendimento do que era escolhido e realizado na efetivação das práticas de alfabetização.

Desse modo, você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo em razão.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com as pesquisadoras, Marisa Francisca Galdeano Marra e/ou Sônia Maria dos Santos, – (34) 3210.6498 – Universidade Federal de Uberlândia. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2171, Bloco A sala 224, Campus Santa Mônica, Uberlândia - MG, CEP: 38408-100; fone: 34-3229-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

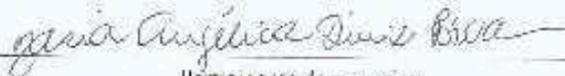
Uberlândia, 18 de fevereiro de 2019


Prof. Dra. Sônia Maria dos Santos


Marisa Francisca Galdeano Marra

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.


Participante da pesquisa

APÊNDICE 3 Transcrições das entrevistas

ENTREVISTA 1

Altina Maria Barcelos, entrevista feita em 24/2/2018

ENTREVISTADORA — *Meu nome é Marisa Francisca Galdeano Marra, hoje é dia 24 de fevereiro de 2018, estou na residência da entrevistada para falarmos sobre o Externato Santa Teresinha e sobre a Dona Maria Abbud. A senhora poderia falar o seu nome?*

ENTREVISTADA — Altina Maria Barcelos

Qual a sua data de nascimento?

[Eu nasci] em 10 de julho de 1943

A senhora trabalhou lá no Externato desde quando?

Eu trabalhei desde 1966.

A senhora trabalhou lá até quando?

Eu aposentei em 98 (1998) e depois trabalhei mais dez anos depois de aposentada, completou 45 anos.

Qual era a função da senhora no Externato?

Eu fazia de tudo, somente servente que não. Eu trabalhei como professora de datilografia, comecei em 65 (1965). Depois de professora de datilografia eu passei para trabalhar como secretária do Externato Santa Teresinha, de secretária eu passei, é... Abriu o curso supletivo durante o dia, eu trabalhava de manhã, à tarde e abriu o curso supletivo à noite, de 1º e 2º grau, eu era secretária do curso supletivo de 1º e 2º grau, responsável pelo curso, eu era responsável pelo curso. Era curso de preparação de 1º e 2º grau. As provas não eram feitas na escola, era no Colégio José Inácio de Sousa, em Uberlândia, as provas finais e em Catalão, não me lembro mais o nome da escola, esqueci. Em Uberlândia, José Inácio de Sousa, era na rua Olegário Maciel, ainda é. Tinha grandes aprovações, 1º e 2º grau, excelentes professores, e o primário, de primeira a quarta, eram excelentes professoras, capacitadas, ensino de primeira qualidade. Para te dizer a verdade, eu nunca vi uma escola melhor do que aquela em Araguari, não existe, não existe, porque eu me decepcionei demais quando meus meninos saíram de lá e passaram para as escolas estaduais, foi a maior decepção que eu já tive.

Quanto à fundação do Externato, a senhora sabe me falar alguma coisa? Quando abriu? Como foi?

Não é da minha época, não é da minha época. Mas eu sei porque eu participei muito, dos padres falarem, de ver, de ata. Foi fundada em 1933, porque os padres do Colégio Regina Pacis, lá só tinha internato, só era internato e masculino, eles abriram essa escola, como

externato, Externato Santa Teresinha, quer dizer externo, as crianças estudavam e iam para casa e era filial do Regina Pacis, mas só com o nome Congregação dos Padres dos Sagrados Corações, registrada como Congregação dos Padres dos Sagrados Corações, não era Regina Pacis. Regina Pacis era o nome fictício, não é..., fantasia. E o Externato Santa Teresinha era o nome fantasia, era Congregação dos Padres dos Sagrados Corações, tanto o Regina Pacis quanto o Externato Santa Teresinha.

Quem era o responsável pelo Externato, qual padre?

Todos eles, o primeiro responsável foi o padre Alberto, vou falar todos eles: padre Alberto, padre Arnúfo e o padre Eduardo. Nosso, lá do Externato Santa Teresinha, foi o nosso diretor-presidente, ele que era responsável e era dono de lá, o padre Eduardo, que terminou, morreu como diretor de lá e presidente.

E sobre a dona Maria Abbud, o que a senhora pode me falar? Como ela começou, a história dela no Externato.

Eu sei que foi fundada em 1933, desde que foi fundada, ela disse que era outra diretora, mas me parece que ela sempre foi a diretora de lá, não teve outras diretoras não, bem, acho que não. As pessoas sempre falavam muito bem dela, ela era assim, muito exigente. Só que o dela mesmo era ser diretora, é ser responsável pela escola e ela punha todo mundo para trabalhar, inclusive eu e as outras todas lá trabalhavam e só ela que fazia tudo, ela que dava conta de tudo (risos). Eu não sabia nada, as outras também não sabiam nada, era só ela. Ela sumia, tomava a frente, mas com palavras, o trabalho mesmo, quem fazia lá eram as secretárias.

Como ela foi escolhida para ser diretora?

É porque ela formou, e terminou o curso na Congregação dos Padres dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, lá do Colégio das Irmãs. Ela formou lá, e quando formou, e quando fundou lá, como eles tinham amizade com os padres, ela e as irmãs eram formadas em colégio de freiras, elas eram muito estudiosas, muito aplicadas, eles convidaram ela para lecionar, depois de lecionar foi ser diretora.

Desde que começou a escola, sempre foi na avenida Tiradentes?

Sempre foi. Eu comecei a trabalhar, eu era novinha, sempre foi lá. Eu comecei a trabalhar no Externato, eu era menor. Eu comecei estudando, depois que meu pai faleceu então tive que trabalhar para me manter, ajudar minha mãe. Primeiro eu comecei estudando datilografia. Meu pai era bravo demais, não deixava eu sair. Quando terminaram os três meses, eu pedi para ficar porque o único lugar que eu ia era lá. Então eu estudava durante o dia e fazia o curso de datilografia também, foi quando a professora ficou doente e precisou fazer uma cirurgia, eu já tinha mais de seis meses, quase um ano que eu estava na escola, estava muito prática, eu ajudava fazer limpeza nas máquinas, ajudava com os alunos, fiquei ajudando, eu estava com catorze anos. A professora pediu para a diretora, a Maria Abbud, para eu ficar ajudando, porque apesar de ser novinha era muito responsável, então eu fiquei para substituí-la enquanto se recuperava da cirurgia. A Dona Maria achou que eu era muito

novinha mas deixou. O que aconteceu? Eu enchi com um tanto de aluno essa escola, a escola encheu tanto de aluno comigo que ficava de fila na porta para esperar os outros saírem para entrar (risos) não sei se era minha beleza ou a responsabilidade. Era mesmo!

Quais eram as séries escolares que tinham lá no Externato?

Era jardim primeiro período, jardim 1, primeiro período 2, segundo período pré, depois era pré 3 já era alfabetização, primeira série já era alfabetizado, primeira, segunda, terceira e quarta série. Naquela época era primeira, segunda, terceira e quarta série, no ensino primário.

O Jardim começava com quantos anos? Com quantos anos a criança entrava no Externato?

Três e meio, quatro anos.

E saía com quantos anos?

Nove e meio, dez anos, dependendo do desenvolvimento da criança.

Como funcionava a alfabetização no Externato?

Era ensino silábico, tinha Cartilha da Infância, só que nós reformamos a Cartilha da Infância. Continuou a mesma Cartilha da Infância, só com algumas reformas, e era moderno, fora a alfabetização, era moderno, mas a base era Cartilha da Infância. Eu não soube explicar porque a gente esquece, são muitos anos. Era assim, um pouco de silábico com um pouco de, como chama o outro? Global. Isso daí! Silábico com global. Porque para você seguir somente aquele curso alfabetização só antigo não dava para poder seguir, porque o curso teria que ter um alicerce, mas com a modernização do dia a dia, atualização. Tinha que ser atualizado.

E como o Externato funcionava, em um turno ou em dois?

Alfabetização era somente à tarde, à tarde. Tinha uma aula de alfabetização de manhã, para as crianças que não podiam estudar à tarde, apenas uma aula, mas era assim, para os alunos que iam matriculando, se tivesse acima de 15 alunos, abria a sala de manhã, porque os pais pediam. A escola funcionava nos dois turnos, e quando teve supletivo de 1º e 2º grau, nos três turnos, e teve excelentes aprovações, tanto no primário quanto no supletivo.

A senhora disse que a escola funcionava nos dois turnos...

A alfabetização era à tarde, mas tinha uma aula de manhã. Essa aula era para as crianças que não podiam estudar à tarde por vários motivos, então tinha que ser de manhã, para os pais não voltarem com a criança para casa, ia anotando o nome, se desse uma sala de aula ela abria de manhã, apenas uma sala para poder estudar de manhã. Então de manhã funcionava uma de alfabetização, primeira, segunda, terceira e quarta série. Jardim só tinha à tarde, primeiro e segundo período. Alfabetização era o nível 3, pré.

O Externato era uma escola católica...

Católica, mas estudavam de todas as religiões. Eram acolhidas todas as religiões, nunca proibiu outras religiões de estudarem na escola. Lá tinham budistas, lá do Batalhão Ferroviário, filhos de tenente, coronéis, lá tinham budistas, evangélicos, espíritas, de todas as religiões estudavam no Externato e nunca eram forçados a irem para a aula de religião.

Convidavam os alunos para a aula de religião, católicos, e os outros ficavam na sala. Os alunos que queriam ficar na sala ficavam, se não queriam iam assistir aula de religião, só que a Maria Abbud dizia assim: “Olha, vocês não são obrigados, se os pais de vocês não gostam, então vocês não são obrigados”. Eles falavam assim: “Não, Maria Abbud, então você não conte para nossos pais, mas nós vamos assistir a sua aula. É muito boa, você fala de Deus”.

Por ser uma escola católica, lá era oferecido para os alunos fazerem a primeira comunhão?

Era a Primeira Eucaristia na escola. Ela foi até o bispo em Uberlândia e pediu autorização para ministrar as aulas e para fazer a Primeira Eucaristia lá na escola. O curso de preparação era todo no Externato Santa Teresinha, a missa da Primeira Eucaristia era somente nas igrejas, na Matriz, na Rainha da Paz, quando tinha vaga. Eu tenho o material todinho da Primeira Eucaristia porque era eu que batia tudo à máquina, as aulas, eu tenho o questionário, os textos, tudo eu batia tudo à máquina, manual, eu que escrevia, o texto da aula do dia, depois o questionário todinho e depois colava nos cadernos dos meninos.

Tinha uma data específica para realizar a Primeira Eucaristia?

Geralmente era antes do final do ano, outubro ou então novembro, nesse meio, final de outubro ou início de novembro, antes das provas. E as provas lá do Externato Santa Teresinha, todas as provas, todas as matérias, eram mimeografadas à mão, manual, e quem fazia tudo isso era eu, tudo eu. As professoras redigiam as provas, dava para a Maria Abbud olhar, e passava para mim e eu mimeografava tudinho. Então, no dia de começar as provas, tinha que estar as de português tudo prontinha, era mimeografada tudo à mão, eu, Altina aqui, mimeografava tudinho, dava tudo contadinho assim, sala por sala.

Era a Dona Maria Abbud quem ministrava as aulas de Ensino Religioso?

As aulas eram ministradas pela professora Maria Abbud, cada dia da semana era em uma sala: segunda, vamos supor, era na quarta série, terça na terceira série, quarta na segunda série, quinta na primeira série e sexta-feira era no presinho, nível 3. Reunia todos, porque era assim, dois, três prés. Reunia todos os prés na sala de religião.

MARRA – A sala de Ensino Religioso era separada?

Era separada. Subia para o salão ou na biblioteca. Dava aula na biblioteca.

Sobre a Dona Maria Abbud, ela foi homenageada alguma vez na cidade?

Ela foi homenageada pelo coronel Terra ⁶no Batalhão Ferroviário. Eles fizeram uma homenagem muito bonita para ela. Coronel Terra ficou deslumbrado com o ensino da escola. Quando ele foi transferido, que ele foi embora, ficou muito triste, saiu da escola com lágrimas nos olhos e jamais encontraria uma escola como o Externato Santa Teresinha. “Uma escola de primeiro mundo”, ele disse.

Além da homenagem do Batalhão, ela recebeu alguma outra?

⁶ Cel Flávio César Terra de Faria – foi coronel do 2º Batalhão Ferroviário – Batalhão Mauá, na cidade de Araguari, de 29 de janeiro de 1993 à 30 de janeiro de 1995.

Teve homenagem do Batalhão, teve homenagem do... Nós tivemos no Santa Terezinha um embaixador, não lembro o nome dele, não sei se é da França, do Brasil com a França, um país aí que não sei qual é. Ele estava de férias, ele é parente do Miguel de Oliveira ⁷ e estudou no Externato Santa Teresinha. Ele deu palestra dois dias no Externato Santa Teresinha para as crianças. Ele dizia assim: “aproveitem bem estas carteiras, este ensino do Externato Santa Teresinha porque o que eu sou hoje, o grande homem que eu sou hoje, o alicerce da minha vida foi adquirido aqui, nessa escola, foi aqui que se iniciou meu projeto de vida. Sem esse alicerce eu não seria nada hoje, se eu sou embaixador hoje é porque eu estudei no Externato Santa Teresinha”. Você quer ver quais, eu vou te dar uma lista de gente que estudou no Externato Santa Teresinha: esse embaixador não era da minha época, o embaixador; o Milton Lima Filho ⁸, que foi deputado; Miguel de Oliveira; Raul Belém ⁹, aquele que morreu, não é o filho não, é o pai; os antigos, todos estudaram lá. Tem muita gente na cidade que estudaram lá, tem também..., deixa eu ver quem mais que estudou. Agora, da minha época, quando eu comecei a trabalhar lá, são os filhos do doutor Bosi, o Thiago e Daniel, doutor Thiago e doutor Daniel são filhos do doutor Bosi; os filhos do doutor Nivaldo, um que é médico em Ribeirão Preto, que eu esqueci o nome dele e a irmã dele, aquela que é psicóloga da prefeitura, Juliana Diniz Cardoso; os filhos do doutor Dilson, que hoje é tudo médico na Santa Casa. Estudou comigo, estudou comigo lá, na minha época. Os filhos do doutor Nelson, do doutor Reinaldo Caetano... Isso é o que eu estou lembrando, assim. Quando eu vou lá na Santa Casa, eles vem e me abraça e fala: “Dona Altina, a senhora aqui?” Nossa, é muita gente que estudou lá, todos falam bem do ensino, “o que nós somos hoje agradecemos ao Externato Santa Teresinha, agradecemos à Maria Abbud, agradecemos todas vocês que trabalharam lá, que estudaram, que nos ajudaram.”. É muita gente que estudou ali, é muita gente que sentou naquelas cadeiras, que deixou saudade, é uma pena ter acabado daquele jeito. Eu fiquei muito triste, mas não é só eu não, é muita gente que brigou, que quando ficou sabendo e veio já estava demolido, já tinha desmanchado tudo. Usaram maquinário bem forte porque as paredes eram de cimento, então demorou muito para demolir aquilo lá. Só o que demoliu rápido foi a sala de aula lá dentro porque era de madeira, mas o prédio da frente que era de cimento estava perfeito.

O nome do Externato foi o mesmo até o término da escola?

Não, quando o padre Eduardo adoeceu, eles foram ao Externato Santo Terezinha e transferiram de Congregação dos Padres dos Sagrados Corações para Associação Educacional

⁷ Miguel Domingos de Oliveira – prefeito municipal da cidade de Araguari no período de 31 de janeiro de 1963 à 30 de janeiro de 1967 e de 01 de janeiro de 1993 à 31 de dezembro de 1996.

⁸ Milton de Lima Filho foi deputado estadual de Minas Gerais, da 8ª à 10ª legislatura (1975 - 1987), pelo MDB, deputado federal constituinte por Minas Gerais de 1987 a 1991. Também foi vice-prefeito de Araguari no período de 1962 a 1967 e prefeito municipal da mesma cidade no período de 1971 a 1973 e no mandato de 1997 a 2000.

⁹ Raul Décio de Belém Miguel (Araguari - 14 de dezembro de 1938 - 13 de outubro de 2001) foi eleito deputado estadual de Minas Gerais para a 6ª legislatura (1967 - 1971), pelo MDB, eleito deputado federal por Minas Gerais para o pleito de 1995 a 1999, reeleito Deputado Federal Constituinte pelo PMDB de Minas Gerais e participou da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, da Comissão da Ordem Econômica, Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Em 1990 foi reeleito Deputado Federal pelo PRN, partido que presidiu no Estado de Minas Gerais. Em 1994 foi mais uma vez reeleito Deputado Federal pelo PFL, partido do qual foi Vice-Presidente Nacional.

Santa Terezinha. Eles transferiram porque o padre Eduardo estava muito mal e depois ele veio a falecer, por esse motivo que eles transferiram. Eles nos tiraram da jogada, nós ficamos sem direito nenhum. A associação não tem direito, nós todas assinamos na ata, no estatuto, tudo que eles fizeram nós assinamos.

Isso foi quando, a senhora lembra?

Não sei, não lembro, faz tempo. Quando o padre Eduardo ficou doente, vieram os provinciais de Belo Horizonte e fizeram uma reunião e transferiram para Associação Educacional Santa Terezinha e o que aconteceu? Desvinculou de Congregação para Associação, neste momento ele deixou de ser da Congregação, apenas a escola, porque o prédio continuou a ser da Congregação. Apenas a escola. A diretora, a escola que o nome era Congregação dos Padres dos Sagrados Corações, depois passou para Associação Educacional Santa Terezinha. O prédio continuou a ser da Congregação, a escola não, a documentação não! Nós, a documentação. A escola passou a ser da Maria Abbud, o ensino apenas, não é a escola, o ensino. Depois que o padre Eduardo morreu, porque eu só trabalhei lá e quem assinava minha carteira era só o padre Eduardo, a Maria Abbud nunca assinou minha carteira.

Sobre o fechamento da escola, o que a senhora pode me falar?

Sobre o fechamento da escola, fomos informados que o padre Eduardo faleceu e já fazia dez anos que o padre Eduardo já havia falecido e a Maria Abbud continuou com a escola, então, eles não vieram, nem nada, mas sabiam que o prédio era da Congregação dos Padres dos Sagrados Corações, de Belo Horizonte, no bairro Padre Eustáquio. A Maria Abbud continuou com o colégio, mas eles pouco vinham, não vinham. Dez anos depois, que o padre Eduardo faleceu.

Ele faleceu quando, a senhora lembra?

Eu não lembro, mas eu tenho santinho ali, a gente podia pegar depois para olhar. Aí veio o provincial, novinho, vinha mais era antigo, e disse, veio em outubro de 2008: “Dona Maria Abbud, estou aqui para conversar com você, resolver umas questões pendentes, porque eu sou provincial lá da Congregação dos Padres dos Sagrados Corações, e nós não temos nem um padre da Congregação dos Padres dos Sagrados Corações em Araguari para ser diretor-presidente dessa escola, e eu vim aqui porque nós vamos vender o prédio e a senhora vai, se a senhora pretender comprar, a senhora é a..., nós vamos fazer uma diferença, quer dizer, a preferência é da diretora. Como a senhora é a diretora, a preferência é da senhora”. Entendeu? Ela achou meio estranho, porque achou que devido aos anos todos que ela trabalhou lá como diretora, preparando aula de religião, sendo diretora da escola, achou que tinha um certo direito, achou que eles iam dar aquele prédio para ela, passar para ela, e foi ao contrário, eles ofereceram um bom desconto, por ser diretora. Ela ficou magoada e não quis comprar, então eles venderam para outra pessoa e nós encerramos em 2008. Não, eles vieram em outubro, quando foi em novembro, fizeram a avaliação nas imobiliárias, foram lá, fizeram a avaliação, puseram à venda, coloram lá: “vendo” e colocaram o celular, que iam vender, lá na escola. E a gente ficou. Quando deu novembro, dezembro, ela disse: “olha, nós vamos encerrar”,

procurou uma escola para transferir o Externato, o ensino para outra escola, montar outra escola, procurou, mas só tinha na periferia, só na periferia, muito longe, tinha que construir, era terreno. Ela disse: “não, não vou mexer com isso não, porque se essa escola mudar daqui, ela não vai ter aluno, então é melhor fechar e encerrar essa escola”. Chamou os pais, fez uma reunião e falou: “estou fechando a escola por esse motivo, esse, esse e esse, eles vão vender o prédio, não é nosso, não é meu, então eu vou encerrar”. Encerrou em 2008, eu fiquei organizando a papelada tudo até fevereiro, março de 2009. Os ladrões iam lá, quebravam tudo, jogavam a papelada tudo no chão no final de semana, quando era durante a semana eu ia e arrumava tudo de novo, aí quando foi em abril, eu cheguei na minha diretora e disse: “sinto muito, mas eu não vou ser empregada de ladrão mais não, não vou vir arrumar mais nada aqui nessa escola, se ficar bagunçado, ficou”. Estava lá a plaquinha: vende-se, vende-se, eu passo na porta da escola, olho lá em cima aquele mundo de homem em cima do telhado, falei: o que? E a diretora doente, no hospital. Entrei, por um acaso eu entrei. Quando eu entrei foi caindo tijolo, pedra, telha na minha cabeça, em cima de tudo, dos materiais todinho da escola, foi a maior decepção que eu já tive na vida, foi caindo, tijolo, terra, pedra, telha lá de cima e todos os móveis, toda papelada dos alunos, todos documentos dos alunos lá, tudinho. Eu olhei, falei: “não acredito!”. Eu parei, cruzei os braços, eu fiz uma coisa errada, eu não devia ter feito isso, eu briguei com o dono da firma, que não arrumou aqui de Araguari porque tinha que ser demolido dentro de 24 horas porque senão a gente entrava com uma ação e lá era patrimônio histórico. Eu briguei com o gerente da firma: “ordem de quem vocês estão demolindo em cima desses papéis, desses documentos dessas crianças, vocês não têm direito, isso aqui é coisa muito valiosa, vocês não podiam ter feito isso”. E eu briguei, falei: “vocês estão apunhalando a diretora pelas costas, isso é coisa que não se faz”, eu briguei, sabe? O homem arregalou o olho, mandou os caras pararem e foi atrás de quem comprou, quem comprou foi atrás de quem vendeu, quem vendeu foi atrás da minha diretora e chegou lá ela estava chegando do hospital, estava internada, estava chegando. Pegou, conversou com ela, mas não comentou nada. Eu voltei para casa, ela ligou aqui em casa: “Altina, vem aqui em casa que eu estou com o coração ruim, apertado, está acontecendo alguma coisa que eu não sei. Vem aqui em casa me buscar que eu quero ir no Externato.” Eu falei: “olha, Maria Abbud, eu não vou aí buscar a senhora”. “Altina, você nunca fez isso comigo”. “Dona Maria, eu não tenho porque buscar a senhora, eu estou muito decepcionada, eu não queria que a senhora se decepcionasse”. “Altina, está acontecendo alguma coisa?”. Eu disse: “olha, a senhora me aguarda, que eu vou até aí”. Eu pensei, não vou contar para ela assim não. Eu cheguei lá, ela: “está acontecendo alguma coisa?” Falei para ela, eu contei assim: “calma, calma. Olha Maria Abbud...”, ela chorou muito, porque ela decepcionou, ela falou: “eles estão me apunhalando pelas costas, não deviam ter feito isso”. Eu falei para eles: “porque vocês não ligaram para ela?”. “Ah, nós ligamos na casa dela, mas ninguém atendeu o telefone e precisava ser demolido hoje”. Se eles deixassem, não demolissem naquele dia, no outro dia se eu fosse lá e falasse, entrasse como patrimônio histórico, eles iam perder até o dinheiro que

pagaram. Quando eu cheguei lá, o povo estava saindo com cadeiras, tinha mais de quinhentas cadeiras, tudo que ela tinha comprado, fazia nem dois anos, novinha, para a escola. Aquelas de braço, branquinha. Tinha as cadeiras do salão, um mundo de cadeira, quinhentas cadeiras. Tinha parquinho lá no fundo, o povo foi carregando tudo, carregou tudo nas costas, parecia formiga cabeçuda, carregando tudo. O que comprou, arrancou o parquinho e levou lá para a fazenda dele. O parquinho era lindo, levou e mandou arrumar lá na fazenda dele.

E os documentos, para onde foram levados?

Não, não. Eu não tirei documento nenhum porque não tinha para onde eu levar, não tinha para onde levar esses documentos. Quando eu briguei, quem comprou foi atrás de quem vendeu, quem vendeu arranjou um caminhão emprestado na prefeitura, foi lá pegou toda a papelada, de qualquer jeito, jogou num caminhão, os móveis, jogou tudo no caminhão e levou lá para o conservatório antigo, que era lá no COC¹⁰, levou para lá, jogou tudo lá e lá sumiu tudo, foram gente lá, pediram para o padre Adão, que não é mais padre, vendeu, foi ele que vendeu lá, para o provincial de Belo Horizonte, foi ele que pegou o caminhão e levou as coisas e jogou tudo no COC. O povo ia ao COC e carregava tudo, depois ele precisou lá no COC para poder fazer aula, pegou pôs no caminhão e jogou lá no Rainha da Paz, sem avisar nós, sem nada, como se a Maria Abbud fosse um lixo, jogou a profissão dela de diretora de muitos anos numa lata de lixo. Ela estava doente e falou: “Altina, vai ao COC e pede para o padre Adão que você quer a ata e o estatuto da escola”. Eu fui lá e eles falaram que não estava lá mais, e que era para ir lá no Rainha da Paz, então eu fui lá na casa dela e falei: “Dona Maria Abbud, está lá no Rainha da Paz”, ela disse: “Então vai lá no Rainha da Paz”. Eu fui no Rainha da Paz, eu fui tão maltratada por aquela diretora de lá, que eu fiquei assim, extasiada, eu fiquei assim, decepcionada. Eu falei assim para ela: “eu vim aqui porque a minha diretora, Maria Abbud pediu, que era para eu vir aqui procurar o caderno de ata e o estatuto porque ela vai precisar”, porque ela ia precisar ainda, eu não sei porque, tinha que terminar uns negócios com o contador, encerramento da escola. “A senhora deixa eu ir pegar, por favor?”. Ela falou assim: “não pode, não pode”. “Uai, não pode, os documentos são da escola, da minha escola que eu trabalhei há 45 anos, a minha diretora, foi diretora lá mais de 50 anos, 60 anos, por que não pode?”, “agora quem manda sou eu.” Então, mandou as funcionárias dela. As funcionárias disseram que procuraram, procuraram e não acharam nada, não tinha nada disso lá.

A senhora tem alguma foto ou documento do Externato?

Posso olhar se tenho alguma coisa aqui, depois te falo.

São essas as questão que preciso, muito obrigada.

¹⁰ Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Araguari (MG).

ENTREVISTA 2

Chede Abud, entrevista feita em 20/2/2018

ENTREVISTADORA — *Meu nome é Marisa Francisca Galdeano Marra, hoje é dia 20 de fevereiro de 2018, estou na residência do entrevistado para falarmos sobre o Externato Santa Teresinha e sobre a Dona Maria Abbud. O senhor poderia falar o seu nome?*

ENTREVISTADO — Chede Abud

Data de nascimento?

Eu nasci em 25/04/1954.

O senhor pode me contar a história da Dona Maria Abbud?

A Maria Abbud, quando veio de Catalão para cá, ela tinha seus quatro anos. Meu avô primeiro construiu aquela casa em frente ao Magazine Luiza e a Maria Abbud tinha uns quatro anos, ela não tinha mais do que isso. Depois ela veio estudando, estudou aqui desde o primário no Colégio das Irmãs¹¹, formou no Colégio das Irmãs como professora e foi lecionar no Santa Teresinha. Os padres gostaram dela e promoveram ela a diretora, com 18 anos, ela tinha 18 anos quando ela se tornou diretora, se não me engano com 17 anos, mas ela falava 18, e sempre com os padres, sempre com o padre Alberto, padre Eduardo, padre Oto, tinha mais: padre Mário, padre Chico, todos esses padres eram chegados a ela e davam também o maior apoio a ela com o Santa Teresinha e ela sempre como diretora do Santa Teresinha. Nunca deixou de ser diretora, depois que assumiu foi até quando fechou o Santa Teresinha, e ela morreu.

Quando a família dela veio para Araguari?

Mil novecentos..., a casa terminou em 1921, 1921 terminou a casa. Eles devem ter vindo para cá... não minto. Ela veio em 1924, 1924 quando eles vieram de Catalão para cá.

Tem algum motivo específico por que eles vieram para cá?

Não, Araguari era, até hoje é, um ponto chave para tudo, o centro aqui, a gente é o centro de tudo, Araguari é o centro de tudo, então quando eles vinham, tanto para você ir para Catalão quanto para qualquer outra cidade primeiro passava aqui, era uma cidade polo que até pouco tempo era maior que Uberlândia, pouco tempo assim, que na minha época de menino era do mesmo tamanho que Uberlândia. É gozado, a gente olhava, via que Uberlândia estava indo embora e a gente parado. Então eles vieram para cá porque aqui era mais promissor para os negócios do meu avô, negócios do meu pai, que um dos mais velhos e o irmão dela. E os irmãos ficaram estudando aqui, os menores, e ela se formou com 17 anos, como eu já te disse, e virou uma diretora, direto. Ficou alguns meses como professora, tornou-se diretora e nunca mais deixou o cargo.

¹¹ Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Araguari (MG).

Sobre a carreira dela, o que o senhor pode me falar?

A vida dela foi para a religião, a vida dela inteirinha foi para a religião católica, ela sempre foi religiosa, ela sempre ia todos os dias na igreja, frequentava tudo quando era encontro religioso, tudo! Ela era assim, talvez, mais beata que um padre, do que uma freira, tanto que ela gostava da religião católica. Era louca com a religião católica. Eu me lembro que a primeira vez que eu a vi chorando foi quando morreu o Papa João XXIII e o padre Nilo também. Quando morreu o padre Nilo ela quase morreu, aí depois... (risos) é gozado, eu vou falar, ela sofria mais pelos padres do que pela gente. Ela tinha um amor tão grande pelos padres que era uma coisa assim... não tem como falar. Padre Eduardo então, era um deus para ela, padre Alberto também. E, ela viveu para a igreja católica, a vida inteira dela. Ela sempre viveu para a igreja católica. Não lembro dela saindo fora dessa linha.

O que o senhor pode me falar sobre o Externato?

O Externato sempre foi bem tocado até começarem essas escolas particulares, cursinho, essas coisas e tal, e ela..., não sei se ela não acompanhou o deslanchar da história porque parece que ela parou um pouco no tempo, ela não quis. O negócio dela era lecionar e ensinar crianças a religião católica, formarem eles como católicos dentro do colégio e fazer a primeira comunhão dos meninos. Essa era uma coisa que ela sempre fazia, me lembro que era no dia de Santa Terezinha, se não me engano era no dia de Santa Terezinha a primeira comunhão, todo ano tinha primeira comunhão. Ela fazia questão! Ela dava aula de catecismo, ela fazia questão, era incondicional para ela: ser aquela diretora que só fazia a educação católica, a vida inteira. E o Santa Terezinha ficou conhecido como a escola católica de Araguari, o primário com a católica de Araguari, e as professora todas eram católicas, não tinha uma professora que era de outra religião, era só católica.

Essa era uma obrigatoriedade da escola, uma exigência?

Talvez sim, mas não era declarado. Falar não: “você tem que ser, que eu não admito”, não! Entrava, achava quem podia ajudar ela na educação católica, a pessoa, porque se entra uma professora que não era fanática, podia falar: “não, não é desse jeito não, a dona Maria é meio exagerada, e tal”, podia tirar um pouco do poder dela porque o que ela queria ela passava um medo na gente, assim, que Deus ia castigar a gente porque estava fazendo alguma coisa de errado e tal, então sempre teve esse..., eu, em particular, sempre tive esse medo, entendeu? Até hoje, vou ser franco para você, eu não brinco com o nome de Deus, eu não mexo com quem já morreu, eu não falo de quem já morreu, eu tenho um respeito, eu fui criado com tanta rigidez, não que era castigo, mas com tanto..., como é que eu vou falar? Assim..., com tanta rigidez católica que eu tenho medo hoje, de..., quer dizer, eu estou com 63 anos, hoje eu tenho medo de..., ainda tenho medo de fazer alguma coisa que Deus vai achar ruim e de eu ser castigado, entendeu? O fanatismo dela era tanto que a gente pegou aquilo, quer dizer, quem estudou lá na época, assim, acho que até 90 (1990), até 85 (1985), não, até 90, 91, tinha essa rigidez, essa coisa puxada. Noventa e cinco, até 95, tinha essa coisa muito...

muito firme dela, ela era muito firme, mandona, ela era positiva, com ela não tinha choro me dói.

A família era católica?

Todos. Todos católicos, meu tio, ela, meus tios, os outros tios, minhas tias, minha avó, apesar de ser libanesa e meu avô libanês, eles eram... eles tinham a religião deles, que seria o catolicismo aqui que lá se chama Alah que é o muçulmano, mas é um muçulmano bom, não vão pensar no ruim não (risos), mulçumano religioso.

Ela tinha quantos irmãos?

Eles eram doze, doze irmãos com ela. Ela e mais onze, eram quatro homens e oito mulheres, tinha mais mulheres. Meu pai, os tios, é, quatro homens e oito mulheres.

As irmãs eram tão devotas quanto ela?

Não, não, não... Iam à igreja aos domingos, mas não igual ela. Ela ia todos os dias, o pão da vida dela era... o alimento da vida dela era a comunhão da missa, era o alimento, ela ficava sem comer às vezes, eu falava: “meu Deus, de quê que essa mulher esta vivendo?”, porque ela tinha um problema de esôfago, que estreitou o esôfago, e nessa doença dela, ela ficou assim... o dia que ela ia na igreja, que ela conseguia ir na igreja, ela voltava nova, zera. Depois que ela teve o problema da hemodiálise, que é uma coisa assim, que destrói a pessoa. A pessoa pode ser branca como você, ela sai de lá preta, por causa da idade era ligado aqui, no pescoço, nessa artéria, a pessoa idosa dura mais ou menos, oito meses, nove meses, ela não aguenta mais, o coração para. Ela começou então, mesmo assim a gente levava ela na igreja, eu levava ela na igreja, deixava ela lá, ela ia, comungava, aí vinha aquela pessoa toda feliz, toda tranquila, uma coisa assim... do outro mundo.

Do que ela adoeceu?

Ela começou a estreitar o esôfago, depois operou, aí já estreitou o pilouro, que ia do estomago para o intestino, operou o pilouro, ficou normal, abriu um pouco o esôfago. Ela comia, a comida parava, não descia, então ela tinha que esperar, esperar, esperar... Ela preferia beber água e comer pão, a comida dela era água e pão, e não precisava passar manteiga, ela comia o pão devagarzinho, assim mastigava, mastigava, mastigava..., engolia, bebia água. Era a comida dela, água e pão e à noite, comunhão na igreja. Ela parou de ir na igreja três semanas... Antes dela internar para morrer, ela ficou 17 dias no hospital, na UTI, antes disso ela ia na igreja todos os dias, antes desses 17 dias, que eu levava, entrava com ela na igreja, punha ela sentada no primeiro banco, depois que ela adoeceu, antes ela sentava no terceiro, quarto banco, depois ela passou a sentar no primeiro banco porque o padre vinha a dava a comunhão, o padre não, o diácono, ele vinha e dava a comunhão para ela no banco porque ela já não estava aguentando, já estava fraca, mesmo assim ela ia na igreja, na Matriz, e de vez em quando a gente levava ela, quando tinha festa, no Rosário, na Medalha Milagrosa, São José Operário, em Fátima. Ela ensinou os freis de Fátima, tem esse detalhe, a falar português. Ela foi professora deles. Quando chegavam já sabiam que iriam para a casa da Maria Abbud e ela ensina eles na hora do almoço ou à noite, depois da missa, mas primeiro

ela ia na missa. Quando ela voltava, sentava com eles e ia falando, não que ela sabia a língua italiana mas ela mostrava, assim: “mamãe, papai”, entendeu? Ela começava desse jeito, “macarrão”, lá é espaguete, lá é outros nomes, “isso aqui é macarrão, isso aqui é arroz, feijão”, e eles jantando lá na mesa, “você está comendo bife, a gente fala bife”, ela ensina eles a falar, o frei falar português, e nessa entrava a família inteira, virava aquela bagunça (risos), e aí passou: Maria Abbud como professora dos freis e meu tio como médico, você não imagina que lambança. Padre o dia inteiro na minha casa.

Desde quando você foi morar com ela?

Eu sempre morei lá, desde os seis meses de idade eu fui para a casa dos meus tios. Ela me criou... ela e meu tio, os dois irmãos. Apesar das outras tias, ela que mais cuidou de mim. Uma cuidava da minha roupa, outra cuidava da minha comida, ela cuidava da minha escola, meu tio me punha de castigo, um zangava, um batia, dava um tapa só, que ele falava assim, um tapa com a mão, nunca apanhei de chinelo, com a mão para saber o quanto que está doendo, se você bater numa criança com mão você sente a dor que ela está sentindo, entendeu? Eu fui criado desse jeito, e assim eu criei meus filhos, do jeito que eu fui criado eu criei meus filhos.

Vocês sempre moraram no mesmo lugar?

Em frente ao Magazine Luiza, ela sempre morou ali, desde os quatro anos até dia 17 de dezembro de 2011, o dia que ela foi para o hospital e não voltou mais. Minto, até dia 28 de novembro de 2011, porque ela passou mal com uma injeção e eu trouxe ela aqui para casa, então ela ficou até o dia 17, porque foi aí que eu levei ela para a hemodiálise e ela morreu lá, eles ressuscitaram ela. Na hora que eu cheguei, eles me chamaram, ela estava morta, na hora que eu cheguei eu falei: “Maria! O que está acontecendo?”, “Ahã, ahã?”, o José Filipe olhou assim para mim, fez assim (sinal negativo com a cabeça e o polegar para baixo), então o médico pediu que eu levasse ela para o hospital, internasse e retornasse para conversar com ele a hora que eu tivesse acabado tudo, não precisava preocupar com hora, não. Eu cheguei lá já era meia noite e meia, mais ou menos, ele estava me esperando e falou claramente: “olha, não espera mais nada porque agora ela só vai esperar a hora dela, agora é a hora dela”, mas a gente sempre tem esperança. Colocamos ela no hospital, ela ficou lá na Santa Casa, ela ficou 17 dias, do dia 17 ao dia 4 de janeiro, 17 de dezembro de 2011 ao dia 4 de janeiro de 2012, ficou 17 dias, foi o dia que ela faleceu, 4 de janeiro de 2012. Na verdade, ela não faleceu, ela descansou. Nossa Senhora! Foram oito meses de sofrimento, eu falo para você, a tal hemodiálise! Eu tenho medo de duas doenças: câncer e fazer hemodiálise, e dos rins, isso eu falo para você, cuide dos rins. Quando falar para você que alguém está fazendo hemodiálise, você pode ficar com dó.

Por que ela precisou fazer hemodiálise?

Ela não bebia água. Ela bebia um copo de água no almoço e um copo de água no jantar com pão! Um copo. Eu falava: “Maria, não pode, Maria!”

O senhor não chamava ela de tia?

Não, ela nunca deixou! Não, não...(risos) Eu fui criado como filho deles, mas sempre chamando ela de Maria, a outra tia de Amélia, de Lola, de Abadia. Só meu tio que era Titio... mas é porque elas ensinaram a chamar ele de Titio... então a gente chama ele de Titio, a minha prima chamava ele de titio Farid, minhas irmãs chamavam ele de Titio também e só minha prima que chamava ele de titio Farid, paulista. Os primos foram criados todo mundo junto, um bloco, aqueles fechados assim (gesticulando com as mãos, formando um cubo), a família é essa aqui, a família era sagrada, unida e sagrada, entendeu? Ninguém podia tocar. Meu tio era o guardião de tudo, meu pai era o guarda de tudo, era o capanga, meu pai era bravo que doía, ninguém mexia. Se mexesse com alguém lá de casa estava pedindo para morrer, meu pai era doido, bravo que doía, meu tio era o guardião, aquele que... água benta (gesticulando como o padre faz na missa). Primeiro ele ia, te encostava atrás dele e tomava a frente, se ele não desse conta chamava o meu pai, que era aquele trator, louco. Não encosta na família não. Eu fui criado dentro de uma família que cuidava da própria família sem ofender, sem xingar alguém, então a gente era... Eu fui educado para respeitar o branco, o preto, o vermelho, o amarelo, qualquer um! O pobre, o rico, eu fui criado desse jeito, de não abusar. A Maria Abbud não admitia que a gente ofendesse ninguém, que a gente media as palavras, a verdade é essa, medir as palavras porque depois que você ofendeu não precisa pedir desculpa, depois que eu pisei no seu calo, está doendo seu calo, eu vou te pedir desculpa por quê? Eu pisei nele, eu te ofendi, então eu fui criado para não pedir desculpas, mas como? Não ofendendo, por exemplo, se eu tiver que brigar com alguém, medir as palavras antes de xingar porque depois que eu te xinguei... já falei, já te ofendi, aquilo te magoou e mágoa não esquece, porque mágoa ninguém esquece.

Ela foi uma mulher à frente de seu tempo, em uma época em que o lugar da mulher era o trabalho em casa. O que o senhor pode me falar sobre o trabalho dela no Externato?

A escola foi muito bem tocada, tudo girava em torno da religião, tudo dela, tudo que ela fazia da escola girava em torno da religião, as outras matérias eram secundárias, primeiro era a religião, depois vinham as professoras. Ela não deixava professora gritar com aluno. Às vezes tinha umas professoras mais bravas que ela não aceitava, qualquer coisa tinha que levar o aluno para ela saber o que estava acontecendo porque às vezes o aluno tinha problema em casa, com os pais. Então ela conversava, chamava os pais para conversar. Ela tocou sempre assim, a professora tinha que ser enérgica mas tinha que ter uma compreensão do aluno ser baguncento, se ele era baguncento é porque ele tinha problema na casa dele, se ele era muito revoltado era porque ele apanhava, então ela tinha essa ideia de vida. Ela queria saber do pai o que estava acontecendo, para poder educar um menino do jeito certo, ela preocupava com menino desde a hora que entrava na escola até a hora que saía, ela conversava com os pais, ela conversava com a família inteira para que aquele menino voltasse para a linha e ela punha ele na linha, com o jeitinho dela, com energia, com a braveza dela, ela punha ele na linha e ele saía da escola um homem.

Como era o temperamento dela?

Ela era dócil, amorosa, mas enérgica, daquele tipo assim, fez errado, fez errado, aí você tem que pagar pelo erro, mas se tinha como jogar uma água benta, ela jogava água benta. Você podia errar uma, duas vezes, a terceira vez era...(estralo de dedo). Arrependido, ela chamava os pais e passava a ser enérgica com os pais e com o menino porque não podia... e falava: “não bate nele! Tira alguma coisa dele. Não põem ele de castigo muito tempo. Põe de castigo dois dias só, tira o que ele gosta”, e eu fiz desse jeito com os meus filhos, eu punha de castigo dois, três dias, depois liberava, mas na condição de não fazer mais senão ia para o castigo de novo. Era muito difícil ela falar para dar..., ela nunca mandou bater, ela sempre mandou castigar. Era castigo de brincar, de sair de casa, esse era o castigo dela, mas nunca de cortar comida, ou de cortar uma guaraná que ele gostava, isso não! Era castigo de brincar e passear. Esse era o sistema dela.

O senhor sabe me falar sobre a Congregação dos Padres dos Sagrados Corações?

Quando a Congregação assumiu o Santa Terezinha foi logo que ela assumiu como a diretoria. Ela estava como professora e desde que os padres assumiram, ela assumiu e ficou todo esse tempo como diretora e se orgulhava disso, mas era coisa de orgulho mesmo pois os padres tinham toda uma confiança nela. Agora, até no final, aconteceu uma coisa, quando os padres colocaram à venda o Santa Terezinha, primeiro falaram com ela, mas ela não aceitava falar em vender, porque o prédio era dos padres, o Santa Terezinha. Então, eles procuraram ela para poder vender, e ela falou: “gente, não vende não! Isso aqui vale ouro.” Então começaram: “Dona Maria, nós vamos vender. A senhora tem preferência. Nós vamos vender por R\$ 350, é ..., R\$ 450 mil, mas para a senhora nós vamos fazer por R\$ 350”. Ela falou: “eu não tenho o dinheiro, meu sobrinho não tem o dinheiro para comprar, eu não tenho o dinheiro para comprar o Santa Terezinha, o meu sobrinho não tem o dinheiro para comprar o Santa Terezinha”. Tínhamos. “E se ele comprar eu vou excomungar ele”, quer dizer: “coisa dos padres nós não vamos comprar”. Chegou uma hora que até o padre deve ter brincado com ela porque isso quem me contou foi a Eunice. Fez, chegou a falar em R\$ 250 mil. “Não tenho dinheiro, meu dinheiro não é para comprar esse colégio, vocês não podem vender porque isso aqui vale um milhão e duzentos”, e caiu naquela briga, então o padre falou: “Dona Maria, nós devemos muito para a senhora, então nós vamos dar para a senhora o Santa Terezinha”. Aí que ela ficou louquinha: (mudando a voz) “vocês estão ficando doidos, vocês estão malucos”, berrando, com os padres. “Então a senhora toca, vai tocando”. Mas quando ela já não tinha mais condições, ficou fraca, estava idosa, o padre Adão veio e vendeu o Santa Terezinha, foi quando a pessoa fez a maior lambança da vida, ele vendeu o Santa Terezinha por um milhão e duzentos, não me lembro o valor. Eu pedi a ele quinze dias para tirar as coisas dela lá de dentro, ele não deu confiança, ele desligou o telefone na minha cara. Como eu já sabia, eu usei de tudo quanto foi armas, de vivência, falei para ele: “oh, padre, o senhor procura os direitos do senhor porque eu vou procurar os dela, vou procurar o nosso advogado”, e fui no Cristiano, foi quem comprou, fiz um auê danado. O Cristiano chegou aqui de madrugada, era seis horas da manhã, desesperado, no feriado, não me lembro se era dia de finados, ou dia 15

de novembro, foi em novembro. Ele chegou desesperado aqui, me propondo tudo que eu quisesse, ele já tinha comprado só que eu ia depositar o valor que eles tinham colocado na escritura, ele ficou doido. Peguei e falei para a Maria Abbud: “deixa eles para lá”, foi aí que abandonou e eles compraram, mas ela nunca sonhou na vida que eles iam desmanchar, na hora que ela viu que estava desmanchando e as coisas dela lá dentro, sendo destruído, toda uma vida dela, eu pensei: ela vai morrer, mas a única coisa que ela pedia quando a gente saía de casa não passasse pela avenida, “não passe por aqui”, na hora que pegava a avenida tinha que virar para a esquerda. Lá da Matriz, se eu virasse para o lado do Santa Terezinha, ela: “volta, volta!” gritando, não aceitava. Nunca mais quis ver aonde era o Santa Terezinha. Setenta e quatro anos lá dentro do colégio, dia e noite. Ela ficava lá cedo, à tarde, e à noite ela dava catecismo para alunos. Ela saía de lá dez horas da noite, todos os dias. A gente vê Maria Abbud pensando no Santa Terezinha, ou vê o Santa Terezinha lembra dela, e muitos achavam que o prédio era dela. Não. Era dos padres. E o gozado era que ela tirava dinheiro dela para por no colégio. Ela não pegava, porque o Santa Terezinha até 95 (1995) ele foi por ele mesmo, se manteve, pagava bem às professoras, mas de 95 até 2000, não sei precisar exato, é de 95, em 95 começou a perder aluno para o Objetivo, Nacional, já era... a classe que frequentava o Santa Terezinha era o do Nacional, do Objetivo, do COC, desses outros, então foi acabando o Santa Terezinha. Em 95 foi que começou a declinar, me parece que foi até 2002, não me lembro, não sei precisar a data, só sei que daí em diante ela começou a por dinheiro, pagar as professoras com dinheiro dela. O último ano do Santa Terezinha foi 2010, me parece, não, 2009 o último ano do Santa Terezinha, daí fechou, mas ela continuava a ir lá todos os dias, com aquele joelho que ela nunca quis operar com medo de morrer, morria de medo de morrer, falava que não tinha medo de morrer, que se a gente ia para junto do Pai, encontrar com os parentes, mas o medo que ela tinha de morrer gente, era pavoroso! Era gozado, para a gente ela queria que aceitasse a morte, mas ela nunca aceitou a morte. Eu levava ela nos lugares, e ela falava assim: “Chede, eu vou morrer”, eu: “não Maria, não vai não, calma. Maria vamos operar esse joelho? A anestesia é da cintura para baixo, não tem problema”, porque a perna dela, na hora que ela subia a escada, ela fazia assim (gesticula), ao invés de dobrar normal igual a gente dobra, fazia para o lado, fazia assim oh! E ela agarrava no corrimão, levava a perna e puxava, você via o joelho fazer isso aqui (gesticula) para o lado, “Maria vamos operar, uma hora você vai cair dessa escada e você dar problema, você vai morrer”, (mudando a voz) “bate na boca menino, bate na boca” (risos), aquele escada tinha 22 degraus e foi a vida inteira ela subindo aquela escada com aquele joelho ruim, indo para o Santa Terezinha à pé, não aceitava ir de carro, no colégio das freiras, na prefeitura à pé, não ligava para a gente levar ela não, ela andava essa cidade inteira à pé, nunca deu trabalho para mim nem para ninguém da família de carregar, só quando alguém estava doente, aí ela ficava louquinha, então a gente tinha que estar junto com ela socorrendo a pessoa doente, depois que meu tio faleceu, antes não, antes ficava lá doente com meu tio, estava tudo bem. Mas era desse jeito, sentindo dor, era uma loucura. Não tem uma pessoa para acompanhar, para dizer

assim: eu dava conta de andar com ela, ficar com ela o dia inteiro, era cem por hora. Era igual na época do Collor, não sei se você lembra, ela também quase faleceu, na época do Collor tomaram o dinheiro, prenderam o dinheiro na poupança, o pior é que ela tinha o dinheiro (risos), gente, ela quase morreu, falei: “Maria calma, eles vão devolver!”, não adiantava. Eu morria de medo dela morrer, ela ficava tão nervosa tinha dia, ela ficava dessa cor aqui (vermelho) berrando, falava: “Maria calma, Maria calma”, ligava para o Dr Marcelo, ele ia lá. De uma hora para outra, depois que ela berrava, berrava, berrava, ela parava, “mas você viu, que coisa!”, outra coisa que não tinha nada a ver com o nervo dela, acabou, acabou o nervo, assim, num estralar de dedos, acabou, ela desabafava, na hora que ela desabafava ela voltava ao normal, aí voltava a Maria Abbud de sempre, mas primeiro ela ficava dessa cor aqui: vermelhinha, mas vermelha com o pescoço dessa grossura de nervo.

Alguma vez ela foi homenageada na cidade?

Foi, foi homenageada pelo Batalhão, Batalhão Ferroviário, na época do Coronel Terra e foi homenageada também, na mesma época, pela Câmara Municipal, por um vereador. E o Coronel Terra tinha homenageado ela com a medalha... não me lembro o nome da homenagem, e logo depois ela foi homenageada pela Câmara e fora as homenagens que eram feitas pelos padres porque cada um queria homenageá-la de uma forma. Sei que dentro da igreja católica, ela era homenageada quase todos os dias.

Tinha um padre responsável pelo Externato Santa Teresinha?

A Congregação tem o provincial. O provincial é o chefe da igreja no Estado de Minas, vamos dizer assim, seria o governador. Cada cidade tem seu administrador da igreja. Na época áurea do Santa Terezinha tinha o padre Alberto, não era o padre Otto, era outro, não lembro o nome do padre, esqueci o nome. Depois que esse padre foi embora, foi para Patrocínio porque lá ainda existe a Congregação. Ficou o padre Alberto, depois que ele faleceu, ela quase faleceu junto, ficou o padre Eduardo, depois que ele faleceu voltou tudo para a Congregação, já não ficou os padres mais, ficou a Congregação. Ela tinha que responder à Congregação. Antes as decisões eram tomadas aqui, mas quando o padre Eduardo morreu, quando ele adoeceu, voltou para a Congregação, já não era mais com a gente aqui. Esteve no Rio de Janeiro também, essa administração da Congregação. Uma vez ela foi até o Rio fazer acertos e depois passou para Belo Horizonte. Depois de Belo Horizonte passou a ser estipulado assim: o padre fulano de tal vai tomar conta da Congregação em Araguari, e sempre foi desse jeito. Depois que o padre Eduardo adoeceu passou para Belo Horizonte direto, tudo que tinha que fazer tinha que falar com os padres em Belo Horizonte, com o provincial, acho gozado esse nome, provincial.

Qual a ligação do Externato com o Regina Pacis?

Como era a mesma Congregação, era a mesma administração, sempre foram ligados, antigamente tinha a admissão, não é do seu tempo, prova de admissão, a gente saía do Santa Terezinha era o único colégio que entrava, no Regina Pacis, sem fazer a prova de admissão, porque você ficava um ano no admissão, no Santa Terezinha, se você passasse quando

terminasse a 5ª série, já estava admitido no Regina Pacis automaticamente, e de outros lugares, da Dona Vanda, do Raul Soares, porque eram poucos, não tinha o Estadual ainda não, depois que fizeram o Estadual. Era Raul Soares, João Pedreiro, e algumas escolas. Mas, do Santa Terezinha você entrava direto e os outros precisavam fazer essa prova de admissão e os padres eram rigorosíssimos, era a lei do colégio que era, não adianta o papai pagar que você não vai passar e uma das coisas que eles mais exigiam era a religião, que eles pegavam mais. O Regina Pacis era um colégio católico também e exigente e houve um tempo em que haviam vários professores padres, eram poucos professores civis, vamos falar assim, acho que tinham duas professoras: dona Teresinha Rezende e a Dona Maria Auxiliadora, a Dôia, que morava ali na rua de cima, na rua Uberaba, quase em frente... do lado do Hotel Itália, ela mora lá até hoje, a Dôia, Maria Auxiliadora, eram as duas únicas professoras que tinha no Regina Pacis quando eu fui para lá, em 66 (1966), qualquer coisa assim. No Regina Pacis, depois de 67, 68, passou a ser misto, porque era só homem e o Colégio dasIrmãs era só mulher e era a mesma Congregação, era tudo ligado, você saía do Santa Terezinha ou ia para o Colégio dasIrmãs ou para o Regina Pacis, e no Colégio dasIrmãs demorou mais a liberar para homens. No Regina Pacis não, já em 68 misturou e o Colégio dasIrmãs foi até uns 72, por aí.

E no Externato, quando passou a ser misto?

Sempre foi misto, mas sempre sentado de um lado homem, do outro as mulheres, nunca você podia sentar perto de uma mulher e a fila, na divisa, não tinha aquela cadeira junta, perto da mulher, ficava, me parece, um meio metro naquela fileira afastado, não misturava. E tinha os brinquedos, as mulheres brincavam de cá. O Santa Terezinha era um T, o pátio. As meninas brincavam nessa parte assim, e os meninos de cá, não podia misturar também não, era pouco a mistura. A gente tinha que aprender a cantar o hino nacional, no Santa Terezinha tinha que cantar o hino nacional (ênfase) na fila, e antes de entrar para a aula, para a sala, tinha que rezar, cantar o hino nacional para depois sair. Ela tinha pavor do comunismo, pavor, mas pavor. O medo que a gente tem de alguma coisa, você multiplica um milhão de vezes mais, ela tinha pavor do comunismo. Ela não gostava da Rússia, não gostava de Cuba, de quem era comunista porque no comunismo não tinha católico, odiava. Odiava de morte, e era ódio mesmo, sempre dentro da religiosidade dela.

O senhor estudou no Externato Santa Teresinha?

Estudei lá, vamos pela idade. Acredito que entrei lá com uns cinco anos, e saí de lá com doze, saí de lá em 66 (1966), eu sou de 54 (1954), dez em 64, doze em 66, com doze anos eu saí para o ginásio.

Para não ficar cansativo, acho que por hoje podemos ficar por aqui. Caso se lembre de algum fato, poderemos marcar outro dia. No mais, agradeço pela sua atenção.

Precisando, estou às ordens.

ENTREVISTA 3

Eunice de Fátima Silva Bagliano, entrevista feita em 7/4/2018

ENTREVISTADORA — *Meu nome é Marisa Francisca Galdeano Marra, hoje é dia 7 de abril de 2018, estou na residência da entrevistada para falarmos sobre o Externato Santa Teresinha e sobre a Dona Maria Abbud. A senhora poderia falar o seu nome?*

ENTREVISTADA — Eunice de Fátima Silva Bagliano

Data de nascimento?

[Nasci em] 26 de dezembro de 1956.

Desde quando a senhora conhece a Dona Maria Abbud?

Os pais da Maria Abbud vieram da Síria para o Brasil, passando por Catalão, vieram para Araguari. Quando chegaram em Araguari, moraram naquele lugar onde sempre moraram, em frente ao Magazine Luiza. Quando chegaram, desceram a mudança, e ficaram na calçada. O meu avô estava passando na rua quando o pai da Dona Maria Abbud chamou ele e perguntou se não queria ajudar a carregar a mudança, ele chamava Pedro, então ele foi ajudar e foi então que começou a amizade. Minha avó morou lá, depois veio minha mãe que morou com eles dos cinco anos até os dezoito anos, participou de todas as festas que existiam, a mãe da Dona Maria Abbud era síria, conversava na língua de lá, foi explicando para a minha mãe como conversava, aprontava minha mãe em todas as festas, punha minha mãe no meio do povo, dos doutores, de todo mundo, das comemorações. Depois, os pais da Dona Maria Abbud ofereceram para a minha mãe: ou ela casava ou morava com eles. Então minha mãe preferiu casar, ela casou e teve os filhos, mas não distanciou deles, continuando a amizade. Um dia, uma colega de trabalho no Externato Santa Teresinha, 1969, teve um problema na mão e eu e minhas duas irmãs fomos trabalhar na escola para substituir a amiga nos dias de aula, para varrer sala e arrumar tudo, nesse intervalo a colega voltou e a Maria Abbud falou que se a gente quisesse continuar (...) continuamos, minhas duas irmãs não deram certo e eu continuei. Eu trabalhei no Externato Santa Teresinha de 1969 a dezembro de 2009, foram anos maravilhosos, passaram muitas pessoas da cidade pela nossa escola e, modéstia à parte, por todos os lugares que passam são bem vistos, todo mundo comenta sobre o Externato, sobre o aprendizado, todo mundo gosta muito das escolas que tem em Araguari mas chora o aprendizado dele, aquilo que aprendeu, como foi bom a vivência. Tinha algumas regras além dos outros, mas hoje eles falam que as regras foram muito boas. Aconteceu que fechou porque não teve mudanças, as exigências do povo e com isso uns foram tirando, outros foram tirando.

A senhora disse que trabalhou no Externato, qual era a sua função?

Eu comecei como serviçal e no decorrer eu fui estudando, estudando até formar para professora, lecionei alguns anos no Externato e depois prestei o concurso da prefeitura, passei mas continuei com as duas atividades: o Externato à tarde, a Dona Maria Abbud me cedeu no

período da manhã para não me prejudicar e à tarde trabalhava no Externato como secretária dela e no que precisasse.

A senhora disse que deu aula, em qual série?

Eu sempre lecionei. Lecionei uma vez para segunda série e os outros anos para criança de seis anos, que era o pré. Antes de formar, tinha salas numerosas, ajudava a tomar lição, mas não regia a classe não, ficava ao lado da professora, tomar uma leitura, porque o ensino era muito adiantado, a procura era muita e eram só seis turmas, então nós ajudávamos.

Como começou a escola?

A escola começou assim... vou contar como a Dona Maria contava, ela trabalhou no Externato setenta e três anos, não me pergunte quantos anos ela tem porque nunca contou para ninguém, nós nunca vimos os documentos dela. Antigamente, o Colégio das Irmãs do Sagrado Coração era a escola mais procurada e as meninas lecionavam lá, quando precisava de alguém a pessoa que precisava ia no Colégio das Irmãs e elas indicavam, não importava se você tinha quinze anos, dezessete, dezoito, não importava a idade, era conforme o seu desempenho na escola. Os padres precisaram de uma professora para o Externato, para começar a escola, então indicaram uma muito boa que se chamava Maria Abbud. Eu lembro que eles comentavam muito que na época ela tinha dezesseis anos. Ela veio para o colégio, para o Externato, que já era lá naquele lugar e ficou esses anos todos. Eles comentavam que uma época o Externato foi onde era a casa do doutor Silvio França, quando foram reformar o Externato para ela pegar e contam também que, às vezes o povo pensa que ela era rica, era, mas ela passou dificuldade. Teve uma época que o pai dela era mascate e montou uma sociedade e eles ficaram sem nada. Ela morou naquele corredorzinho onde os meninos entravam para o Externato e o pai falava: “não, eu vou continuar e vocês vão estudar e vão formar.” A Dona Maria Abbud não tinha faculdade, mas na escola ela batia de muito em nós que tínhamos faculdade porque era muito culta, muito boa. Eu não sei se você sabe, mesmo sem ter faculdade, ela ocupava uma cadeira na Academia de Letras em Araguari. Anos atrás tinha a Academia de Letras que era ela, o Abdalla Mameri e outros. Dona Maria era dona de uma cadeira. Às vezes alguém pode perguntar por que ela não era homenageada, ela não era homenageada porque ela não aceitava, ela falava: “eu tenho que ser o que eu sou, não vou lá”. Ela foi poucas vezes no CDL, assim mesmo a gente que incentivava e falava que se a senhora for nós vamos, a gente que falava. Ela escrevia artigo, tinha uma coluna no Gazeta que ela escrevia, na Academia de Letras ocupava uma cadeira por muito anos, que eu lembro por mais de dez anos. Ela tinha uma cabeça, para contas, para escrita, para artigo de jornal ela era muito boa. Ela gostava muito de participar de tudo, mas não de ser o centro da organização, quando era convidada para desfile ela dizia: “vou ver”, palanque de desfile foram raros os que ela foi mas não é porque não era convidada, não, é porque ela não gostava mesmo, gostava de ficar mais reservada.

E sobre o início do Externato?

Não, sobre o Externato eu não sei o início. Eu só sei que os padres da Congregação do Sagrado Coração que montou, que são: Padre Alberto, Padre Eduardo, Padre Arnulfo.

Desde quando?

[Desde] 1933, nos artigos que eu fazia as escritas, 1933.

Por que o Externato foi criado?

Criaram o Externato por que? Em Araguari existia só o Regina Pacis, masculino, e o Colégio das Irmãs, feminino, quer dizer de um extremo a outro, então os padres quiseram construir o Externato e quando começou tinha sala masculina, sala feminina, pátio feminino, pátio masculino. As meninas não podiam passar para o pátio dos meninos e nem os meninos, era tudo separado, depois é que foi misturando menino com menina.

O que a senhora lembra que mais se destacou sobre o colégio?

Toda vida, o que eu mais achei de bonito no Externato foi que desde que eu trabalhei, achava muito bonito as comemorações do Dia de Santa Teresinha, final de maio, a novena de Santa Teresinha. E tem outra coisa também, ela ensinava religião sem impor, explicando que existia católico, evangélico e espírita, só que tinha hora que ela queria frisar, mas o que mais me marcava era que ela não tinha separação, nós estudamos na escola, nós éramos pobres, e os outros meninos ricos, nunca ninguém ficou sabendo que nós não pagávamos. Nunca fez aquela separação de menino, nunca teve nada.

Então a senhora estudou lá?

Estudei, eu mais meus quatro irmãos.

Quando a senhora entrou lá para estudar?

Para estudar, eu entrei com sete anos, mas a idade que entrava lá era de cinco anos. Para estudar eu entrei lá com sete anos e para trabalhar, com doze anos. Eu entrei novinha, mistura no meio dos meninos porque a mãe foi criada com eles, e surgiu a oportunidade de ir e eu fui e quando dei por mim que já estava com vinte anos de serviço, agora eu fico até aposentar (risos), mas ela era muito boa, muito caridosa, fazia festa do dia das mães e o menino que não tinha dinheiro levava lembrancinha igual todos e olha que lá estudava menino rico, mas rico mesmo. Outra coisa que me marcou também, todo lugar que eu chego quando eu vou escrever todo mundo para, porque lá era uma escola que você fazia caligrafia todo dia, a letra da gente! Agora a professora, que falar para você lecionou no Externato Santa Teresinha e a Dona Maria pegou caderno de plano dela e levou na secretaria ou olhou o caderno, vou falar que ela está mentindo. Dona Maria nunca olhou um caderno de plano e de menino, mas ela sabia tudo como que estava o adiantamento dos meninos na sala de aula. Sabia se ela tinha dado conta na data certa, tudo. Ela observava, mas nunca ia na frente, nunca pegou um caderno de plano, se as meninas quisessem fazer, faziam por conta delas mas no final do ano menino de seis anos sabia ler de tudo porque a professora sabia a responsabilidade dela e punha responsabilidade na criança.

No período em que a senhora estudou no Externato, quem eram as professoras?

Tinha a Maria Conceição Santos; a Virginia Santos Mendonça; tinha aquela irmã do Dr. Tomé que lecionou lá, me fugiu o nome dela; Helena Maria Bataglioni, acho que é só. De quando eu trabalhei tem muitas. Tem a Maria Angélica Diniz Curi; Leda Borela; Angelina Borela; Leila Campos Borela, também trabalhei com ela; tem a Kelma Elaine Damaceno que leciona na faculdade; Haydeê Dalia Dias; Vera Dias que é irmã da Haydeê, trabalhei com elas; Regina de Fátima Tosto, mulher do doutor Valter Cuoco, aquele que era dentista, trabalhei com ela também, vinte anos; também trabalhei com a Eunice Mendes, aquela vereadora, trabalhei com ela durante uns dez anos, ou mais; essas que eu guardei na mente.

Sobre o prédio do Externato, que o a senhora pode me falar?

O prédio foi construído para um tanto de aluno, depois a procura foi tanta que ficou pequeno, o que aconteceu? A Dona Maria pôs uma sala que era lá dentro, ela pôs como sala de aula, o salão que era de cerimônia ela colocou duas salas lá. O prédio, a Dona Maria Abbud não era assim muito de reformar, foi faltando espaço, teve uma época que o Batalhão ofereceu para comprar material e tudo para construir um primeiro andar, só que a Dona Maria ficou com medo de ir expandindo muito porque logo surgiu o IPEA¹² surgiu aquele Coelhinho Tuca, que foram as primeiras escolas particulares em Araguari, como não tiveram muitas modificações, as mães foram procurando outras e então foi diminuindo o número de alunos, porque terminou com muito pouco aluno. O povo queria muito inovação física e não aprendizagem, porque trocou, antigamente o povo queria aprendizado e não importava com o físico, depois foi o contrário.

Qual era o material utilizado para alfabetização dos alunos?

O tempo todinho que eu fiquei lá, quarenta anos, a cartilha que ensinou lá foi a Cartilha da Infância, e o menino entrava lá sem nenhuma coordenação motora, não existia coordenação motora, a gente entrava na escola já para escrever e para ler, mas no Externato, a Dona Maria Abbud aplicava o método, ela falava: “aqui eu uso método silábico, mnemônico e a Cartilha da Infância, e eu não vou modificar.” Menino entrava lá, às vezes sem saber nada, quando chegava setembro ele já estava lendo, ele já estava até olhando no relógio algarismo romano, com cinco anos e meio para seis anos. Teve menino, falo até o nome porque não estou mentindo, teve menino que estudou no Externato o pré de seis anos, o pai vendia diamante, essas coisas, foi para Catalão, de lá o menino não fez o primeiro ano, já passou para o terceiro ano. Quando ele chegou, fizeram uma tal de capacitação na delegacia de Catalão, o menino pulou de ano. E outra, agora eu vou falar esse outro: a menina daquele professor de português, Vilmar. A menina dele fez o pré no Externato, do pré ela já passou para a segunda série com o pré do Externato. A Dona Maria não podia dar, ele foi na delegacia em Uberlândia, levou a menina, na hora que eles viram, “gente, não pode colocar essa menina na primeira série.” Do pré ela já passou para a segunda série, de tanto que ela estava adiantada. Falar que a Dona Maria era rígida, era, mas não tinha esse negócio de castigo, não tinha aquele negócio de ficar pondo o menino para cá, olhava, fazia alguma coisa, se ia na sala dela,

¹² IPEA – Instituto Presbiteriano de Ensino de Araguari

ela conversava, sabe como é? Não tinha esse negócio de falar: “ah, menino está dando trabalho, vou levar para secretaria”. Era muito raro isso, e outra, ela levava para lá, ela conversava e depois os meninos que ficavam na secretaria dela, hoje falam: “Eunice, que saudade daquele tempo que eu ia para a sala da Dona Maria Abbud para conversar com ela!” (risos). Ai, que saudade! A gente tem saudade. Eu lembro que na aula de religião, ela nunca deu para outra pessoa, era ela que dava a aula. Outra coisa que eu vou te contar, eu trabalhei para a Dona Maria quarenta anos, nunca a Dona Maria Abbud chegou na escola e falou que essa noite eu não dormi, ou essa noite eu tomei remédio, ou eu estou doente, nunca reclamou um nada, doença na escola. E outra coisa também que ela era muito boa, se você estivesse com um parente doente, nunca nenhuma de nós, pergunta para as minhas colegas, nunca nós levamos um atestado para comprovar o porquê nós faltamos, nunca descontou um centavo do nosso salário, se você faltasse três, quatro dias ela mandava alguém te perguntar o que você tem, nunca ninguém... Tinha umas que faltava até para fazer outras obrigações, nunca ninguém levou um atestado ou que descontasse um centavo no nosso salário, na hora que acontecia doença na nossa casa ela era a primeira a chegar, morte, doença, tudo, ela era a primeira a chegar.

A senhora disse que usava a Cartilha da Infância, o método era o silábico.

Isso, ela usava o silábico e o mnemônico e os meninos terminavam o ano lendo de tudo. Ah! Outra coisa, se o menino fizesse o pré no Externato, não importa quantos anos, se ele fizesse o pré, fevereiro, março e abril, recordava toda aquela matéria, porque hoje eu vejo a professora já chega correndo com o plano. Não, elas recordavam e no comecinho de abril começava a dar o planejamento delas, por exemplo, menino estudou no pré e elas iam começar de onde ele parou, então elas começavam, vamos supor, com uma frase, depois no começo de abril iniciavam o plano. Menino terminava uma beleza. Tinha vez que no primeiro ano, menino já sabia ler, ele começava na coordenação no primeiro ano.

Como eram as normas da escola? Tinha uniforme?

Uniforme tinha. Eu trabalhei lá, teve muitas modificações, mas sempre foi azul. Quando eu estudei minha saia era, nossa eu lembro direitinho, era saia preguiadinha, que a mãe brigava até, era de tergal e a blusa era de percal, então quem tinha calor quase morria, ela mandava fazer na costureira, era compridinha, de manguinha, porque a gente não podia ir de decote. Eu trabalhei lá quarente anos, você nunca vai me ver de decote, nunca fui na escola de decote, porque ela fazia voltar, lá era proibido trabalhar de decote, porque às vezes a gente ia acudir o menino, como você vai de decote, então a gente tinha por obrigação ir de roupa de manguinha e não muito curta. Ela falava que era os padres que mandava em nós, os padres da Congregação dos Padres dos Sagrados Corações, de Belo Horizonte, e ela falava que era ordem de lá. Trabalhei no Externato durante quarenta anos, o padre da Congregação, sem ser o padre Alberto, o chefão mesmo, que era o padre lá de Belo Horizonte, ele tinha tanta confiança na Dona Maria Abbud, em quarenta anos ele foi na escola duas vezes, também só olhou e disse que confiava na Maria Abbud, chegava, dava uma olhadinha e ia embora. Não

ligava para saber como é que estava, não ligava para saber de nada. A escola rendia um financeiro, rendia muito, aí era da consciência dela mandar as contribuições e ela mandava. Ela que fazia o controle financeiro, o que entrava e saía, pagava nós. Trabalhei esse tempo todo, nunca o salário atrasou um dia, nunca.

E o uniforme?

Sempre foi a saia azul, blusa alaranjada, depois a saia azul e a blusa avermelhada, mais escura que alaranjada. Depois azul com bege, e depois azul com cinza claro. Depois de muitos e muitos anos foi azul marinho com a camisa azul, e terminou com short ou saia azul marinho e a blusa azul claro com o emblema do Externato e um detalhe azul escuro na manga e na gola que mandava fazer em Ribeirão Preto, esse durou uns quinze anos, mais ou menos, os últimos quinze anos. E a escola fechar, falar fechou hoje, não! Ela veio uns dez anos falando: “oh, ano que vem o Externato não funciona”. Ai funcionava, vamos supor, com trezentos meninos. No ano que vem o Externato fechava, ia para uns duzentos e cinquenta. Ai quando viu que não dava mesmo, que fechou. Mas enquanto ela deu conta, foi. E nós que vestíamos a camisa da escola, os últimos anos nós ficamos por gostar do trabalho porque a gente ganhava um salário irrisório, porque a escola não tinha condições de continuar, mas nós ganhamos muito bem no passado.

Como era o material escolar dos alunos?

Eu que levava a lista nas livrarias, quando eu chegava com as listas os donos das livrarias já ficavam: ”não, pelo amor de Deus!”. Era papel pardo, e plástico transparente. Se as mães reclamassem, ela falava: “é”. Desde quando eu estudei até os últimos tempos era papel pardo, não importava se era o claro ou escuro, e o plástico transparente e o nome da criança.

Onde a Cartilha da Infância era adquirida?

Na livraria normal. Durante uns trinta anos comprava na livraria e era num tipo de papel jornal. Então, foi parando de fabricar e a Dona Maria ficou sem saber como fazia para continuar com ela, uns eram contra outros à favor. Tinha uma professora que chama Maria Cristina Santos Mendonça e a Dona Maria Abbud, montaram uma apostila, derivada da Cartilha da Infância, com outro nome e imprimiram na Tipografia Brandão, mas eram as mesmas leituras da Cartilha da Infância e colocaram outras gravuras para diferenciar.

Quais eram as principais comemorações da escola?

Dia das Mães. Às vezes as pessoas brigavam na escola porque não existia comemoração do Dia das Mães e nem do Dia dos Pais porque, primeiro, a Dona Maria não tinha mãe não, e sofria com aquilo, mas desde que eu estudei lá não fazia comemoração do Dia das Mães. Encomendava uma lembrancinha com alguém, que fazia a lembrancinha e o menino levava para a mãe. As mães cobravam que não tinha festa do Dia das Mães, porque uma vez aconteceu que uma menina não tinha mãe, e no dia da festa ela entrou em desespero, o que já tinha acontecido há uns oito anos atrás que tinha feito uma festa do Dia das Mães, subiu para o salão cada professora com seus alunos, quando a professora olhou, cadê uma menina? Ela não estava na fila, como não tinha mãe, ela fugiu porque não quis ver a festa.

Desde essa vez a Dona Maria nunca mais fez festa do Dia das Mães nem festa dos pais. Pedia uma lembrancinha e o menino levava para casa por causa dos que não tinham. Ela dizia: “a dor que eu sinto a criança também sente”. Ela passou a fazer: a festa da quadrilha, que era muito boa; em outubro a comemoração de Santa Teresinha, que era nossa santa padroeira, fazia a novena e fazia a primeira comunhão ao mesmo tempo. Na primeira comunhão cada mãe fazia seu bolo e levava, fazia a comemoração no salão, e os outros alunos na sala de aula.

Tinha um dia específico para acontecer a Primeira Comunhão?

Ou era 03 de outubro ou qualquer dia de outubro, porque Santa Teresinha é primeiro de outubro. Ela fazia a Primeira Comunhão no Regina Pacis, mas foi ficando tanto menino que passou para a Matriz. E no final do ano ela fazia a proclamação de notas, sendo que os melhores alunos ganhavam medalhas, tinha de comportamento, religião, distinção, e aquele que foi em tudo ganhava medalha, presente, um agrado, uma lembrancinha.

A senhora disse que a mãe dela faleceu, quando?

Quando ela era criança, mas foi aqui no Brasil, aqui mesmo em Araguari. Ela foi criada pela mãe, devia ter mais de vinte anos, porque ela já era diretora da escola e os pais moraram no Externato. Da Dona Maria Abbud é difícil saber idade porque ela não contava a idade dela para nós, ninguém sabia, nem a minha mãe que morou com eles. Ela era de uma família de onze irmãos, ela foi a última a falecer e era a apaziguadora da família. Qualquer coisa que tinha, porque os pais eram rígidos demais, tinham aquele costuma, então qualquer coisa que acontecia era ela quem punha pano quente.

Onde os pais dela moravam?

Os pais vieram da Síria para Catalão, depois vieram para Araguari. Às vezes o povo pensa que ela era síria, mas não é, Dona Maria Abbud nasceu em Catalão. Ela chegou a morar no porão quando estavam fazendo onde era a casa dela, na esquina em frente ao Magazine Luiza, aquela casa em cima era dela, quando vieram de Catalão foi lá que eles moraram durante muito tempo em casa de papelão até o pai construir, aos poucos. Depois foram prosperando. Eu lembro, o pai dela era sírio, meu avô chamava Pedro, minha mãe contava que o pai dela falava assim quando tinha qualquer coisa para fazer: “chama a família de Pedro para fazer”, que era a nossa. Ele foi aprendendo a falar, a mãe dela, que falava sírio e o povo custava entender.

Como era o nome da sua mãe?

Minha mãe chamava Abadia Almerinda da Silva, morou com a Dona Maria até os dezoito anos, foi com cinco. E a gente tem um amor tão grande neles, você precisa ver, até hoje, tem o Chede vivo então quando tem qualquer coisa, eu chamo ele de compadre, nós temos uma amizade muito grande. Tem também a irmã dele que mora aqui e uma prima que mora em São Paulo. Vou contar porque ela criou o Chede. Antigamente, em Araguari não existia faculdade, então quando alguém queria estudar tinha que ir para São Paulo ou Rio de Janeiro. O irmão da Dona Maria Abbud, Dr. Farid, foi estudar no Rio de Janeiro, depois foi para São Paulo. Por que a Dona Maria Abbud criou o Chede? Eles eram onze irmãos, e iam

comemorar o aniversário do Dr. Farid aqui em Araguari, e o irmão dela, chamado José, vinha de São Paulo para Araguari, vinha de trem de ferro que era a única coisa, não existia carro naquela época. Ela estava vindo de São Paulo, quando olharam para ele, estava no banco sentado morto, morto! Morreu, o tio do Chede estava vindo de São Paulo, dentro do trem de ferro ele deu um trem e morreu, sem mais nem menos, estava sadio, saudável, morreu! Chegando aqui em Araguari, como faz para contar para a Dona Muria? Foi atrás do Dr. Luiz Confôncio, Dr. David Izeckisohn, foi atrás dos médicos, o irmão da Dona Maria morreu, como que conta? Nós temos amor nos nossos parentes, mas eles são mais. Como faz para contar? Ajuntaram os médicos, como faz para contar? Isso, o homem morreu às 08:00 horas da manhã, e para a casa da Maria Abbud contar que o José morreu e o aniversário do Dr. Farid, 31 de dezembro, véspera de ano novo, fazendo tudo. A mãe trabalhava lá, peru, aquelas comidas deles, pão sírio, tudo, para comemorar e os médicos chegam, a mãe dele fala: “mas ainda não é hora da festa”, então eles contam para ela: “o José vinha mas morreu”, então foi aquele desespero! Aconteceu o velório, a mãe do Dr. Farid, da Dona Maria Abbud, chorava dia e noite. A mãe do Chede tinha tido ele há dois anos, a Dona Maria Abbud foi na casa da mãe dele e pediu para leva-lo para a Dona Muria ver e quando chegou lá, começou a pular, fazer gracinha, então ela ria. Dona Maria Abbud pensou assim: “a alegria da minha mãe é o Chede”. A mãe do Chede morava na rua Rodolfo Paixão e a Dona Maria Abbud busca ele, que fazia gracinha. Ele ficou um dia, dois, três, quatro, cinco, nunca mais voltou. Ele foi crescendo, quatro anos, cinco anos, nove, dez anos, elas criaram o Chede por causa dessa situação. Porque a presença dele quando criança foi que ascendeu a chama da alegria na casa da família. Eles eram muito conservadores, quando um deles morresse, se gostava de uma comida, naquela casa não fazia mais. Depois que o Dr. Farid morreu, não desfez o quarto dele, faz uns vinte anos. Porque ela criou o Chede, às vezes as pessoas pensam que ela era a mãe dele, não era, era sobrinho. Elas eram todas solteiras, são uma família de onze irmãos, só dois que casaram, escondido dos pais. O pai do Chede que casou com a mãe dele, na casa deles era assim: eles eram muito cultos, ficavam lendo jornal até tarde. A Dona Muria ficava na sala lendo jornal, junto com o pai deles, na hora que a mãe dele ia dormir é que ele ia para a casa da mulher dele. Quando era de manhã ele chegava na casa da mãe dele. Depois de muitos anos é que a Dona Maria contou para a mãe dela que o seu Jamil tinha casado, de tanto que tinha respeito com os pais.

E a Dona Maria, chegou a casar?

Não, nenhum chegou a casar. Não, a mãe contava assim: namorou, mas ninguém servia, pelos costumes dos pais. Por eles serem estrangeiros, o povo poderia achar que eles iam fazer alguma coisa. Todos estudaram na casa deles, as irmãs da Dona Maria eram todas professoras, só que elas gostavam de lecionar só para mulheres, quando a sala miscigenou elas não aceitaram mais, só lecionavam para meninas, lá no Externato. Quando começou sala de homem e de mulher, elas não quiseram mais.

Como era a rotina da Dona Maria Abbud, no Externato?

Se você quisesse esconder da Dona Maria Abbud, ela ia todo santo dia na escola, mas ela não abria mão, ela ia no Externato às sete horas da manhã, às 07:00/07:30 h em ponto. Quando era 07:45h, mais ou menos, ela voltava para a casa dela, tomava café com os irmãos. Quando era 08:30h em pontinho, ela já estava de volta na escola. As aulas terminavam às 11:15h, 11:30h ela ia embora. Voltava 12:45h, mais ou menos, batia o sino e voltava para a casa dela. Quando era 14:45h ela estava de volta para tomar o café com as professoras, todos os dias ela estava na escola na hora do recreio para conversar com as professoras, bater um papo. Outra coisa, como eu trabalhei na casa dela e na escola, porque ia para a casa dela também, fazer as obrigações. Era o oposto. O que ela era na escola, escola era escola e casa é casa, na casa dela era de um jeito e na escola de outro. Na escola a gente tinha que cumprir as obrigações, claro, horário, as obrigações trabalhistas, tudo. Chegava na casa dela, era como se ela nem conhecesse a gente, entrava, pega um jornal, ia ler, (ai que saudade), ela pegava uma xicrinha, ela não era muito de comer não, pegava uma comida que eles comiam, diferente da nossa, comia, às vezes perguntava por parente, mas coisa de escola nunca conversava na casa dela.

E com a parte religiosa, como ela era?

Logo quando eu comecei a estudar, ela cobrava muito da gente a ida à missa, com o decorrer do tempo, o povo foi ficando mais..., mas quando a gente estudava, toda segunda-feira ela perguntava quem foi à missa. Eu lembro que estudei lá, meus pais não eram de ir à missa, então toda segunda ela falava assim: “quem os pais foram à missa?”, meus colegas todos levantavam a mão, ela falava: “não pode mentir porque Deus não gosta”, aquelas coisas, “quem mentir aparece uma serpente na boca de quem não foi na missa”, eu nunca levantei o dedo porque eu tinha medo de mentir, depois que eu cresci o pai ia na missa todos os domingos (risos). Enquanto eu estudei lá, nunca levantei o dedo, falava: “mãe, vamos na missa?”, ela falava: “vou não, a Maria Abbud quer que eu vá por causa de vocês, vou não”. Depois que parei de estudar, podia levantar o dedo todos os dias. Mas ela só perguntava, dava as aulas de religião dela. Ela nunca faltou da missa nem um dia, ia todo santo dia, todo santo dia ela ia na missa, principalmente na primeira sexta-feira do mês, mas até quando ela ficou doente ela ia, o Chede levava ela.

Como foi quando ela ficou doente?

Ela nunca ia no banheiro no Externato, não era por orgulho não, então nós começamos a notar que ela começou a ir ao banheiro, fomos observando, achamos estranho, foi indo até internar e depois falecer. Ela deu uma infecção no pelouro, porque a Dona Maria não era igual nós não, que senta para almoçar, comer aquele prato de comida, não. Naquilo o estômago foi diminuindo, fechando, foi a consequência, e o que eu escutava lá é que ela nasceu com uma anemia e morreu com ela.

Sobre o colégio, o que a senhora pode me dizer?

Foram diminuindo muito os alunos, as pessoas foram procurando outras escolas mais sofisticadas, por isso que ela fechou. A escola terminou não tinha nem setenta meninos. Uma

escola que já teve setecentos, oitocentos, foi diminuindo porque foram surgindo outras escolas, como o IPEA, Jardim Encantado, Chácara do Saber, foram surgindo essas escolas e os pais foram colocando onde era mais perto, e o povo foi procurando inovação. Sobre a demolição eu sei muito pouco, porque ela dizia que ia fechar a escola, mas achava que não iriam desmanchar por respeito a ela, então deixou de ir à escola e quando chegou um dia, já estava desmanchada. Os documentos, retratos a gente não sabe para onde foram levados. Como chama aquele padre que casou, que era do Colégio das Irmãs? Esqueci o nome dele, quando eu lembrar te falo. Ele disse que não precisava de ir mais não porque eles iriam arrumar. O Chede disse que eu podia ficar em casa. Quando foi um dia, estava tudo derrubado, dizem que começou do fundo para a frente, quando viu já estava desmanchado. Foi em um dia em que sábado, domingo, segunda e terça foram feriado, que na terça-feira foi feriado de 12 de outubro, o que aconteceu? As pessoas viajaram, começou a desmanchar do fundo para a frente, ninguém percebeu, quando viu não adiantava mais, agora a documentação a gente não sabe para onde foi, o Chede nem eu. No final eu ia para lá e ficava atoa, um falava que ia fechar, outro falava que ia fechar, então ele mandou eu ficar em casa porque não tinha necessidade de ir lá, também eu não ia dar palavra final de nada, pensei: “nem vou levar ao conhecimento da Dona Maria Abbud nada, vou ficar lá em casa mesmo”. Ela disse que eu poderia pegar o que eu quisesse no Externato, mas eu não quis nada porque não gosto de antiguidade, um pegou uma coisa, outro pegou outra, tinha muita coisa e era o padre quem olhava. Tinha era crucifixo, muito livro, as escritas desde quando abriu, tinha o regimento, mas a gente não sabe onde está. Ele (o padre) era da congregação e que ficou olhando até o final.

Por enquanto são essas as informações que preciso, muito obrigada pela atenção.

ENTREVISTA 4

Eunice de Fátima Silva Bagliano, entrevista feita em 16/2/2019

ENTREVISTADORA — *Meu nome é Marisa Francisca Galdeano Marra, hoje é dia 16 de fevereiro de 2019, estou na residência da entrevistada para falarmos sobre sua formação e atuação profissional, bem como do Externato Santa Teresinha e sobre a Dona Maria Abbud. A senhora poderia falar o seu nome?*

ENTREVISTADA — Eunice de Fátima Silva Bagliano

Data de nascimento?

[Nasci em] 26 de dezembro de 1956.

Local de nascimento?

Araguari, Minas Gerais

Onde a senhora foi alfabetizada?

Eu comecei estudando naquela escola que hoje é Padre Eloi, mas na minha época chamava Padre Damião. Estudei lá uns dias, depois, como minha irmã mais velha estudava no Externato (Santa Terezinha), minha mãe pôs minha irmã no Externato porque ela foi criada com a Dona Maria Abbud. A mãe não dava conta de comprar os objetos tudo, foi uma para o Externato e eu fui para o Padre Damião, passou uns dias a Dona Maria me chamou, então eu fui alfabetizada no Externato Santa Teresinha. Eu estudei da primeira à quarta série.

Quem foram suas primeiras professoras?

Minha professora chama Maria Conceição dos Santos, Virgínia Olímpia Mendonça. A Dona Conceição lecionou para mim no terceiro e quarto ano, e a Dona Virgínia no segundo. E o primeiro eu não me lembro não, eu era muito pequena, não lembro direito não!

A senhora lembra como eram as aulas?

Eu lembro, a gente foi alfabetizada na Cartilha da Infância. A mãe da gente ensinava um pouco da lição em casa e o resto a professora tomava nossa lição todos os dias e a sala de aula era assim: a cartilha tem um tanto de página, cada um passava para a próxima lição conforme seu adiantamento, não eram todos os alunos na mesma lição, não. Um estava no a-e-i-o-u, outro no va-ve-vi-vo-vu, a outra no ma-me-mi-mo-um, até quando fechou a escola ainda era desse jeito. Dependendo do desenvolvimento da criança é que passava para a próxima lição. A lição era dividida em três parte, um dia num dia, a segunda no outro, se não passasse fica na mesma, dependia do desenvolvimento do aluno.

Por ser individualizado, como era o atendimento ao aluno?

Quando batia o sino, a gente entrava para a sala de aula, a professora passava um dever no quadro para a gente fazer. Enquanto a gente fazia os deveres, a professora chamava cada um na mesa dela para tomar a lição. Ela colocava a mão e a gente lia: ma—me-mi-mo-um. Ela acompanhava na lição, enquanto os outros faziam a tarefa, que acontecia nos

primeiros horários, antes do recreio. Alguns terminavam a tarefa antes do recreio, em cima da mesa já tinha outra atividade para fazer, um deverzinho, um desenho qualquer, e a disciplina sempre foi muito boa. Antigamente existia muita competição, quando as mães encontravam diziam: “meu filho está no VA”, “o meu ainda está no A”, era aquela coisa! Não existia, igual hoje, se o menino tem problema coloca em outra escola, naquela não existia. A mãe da gente punha a gente doida. E fazia uma cópia todo dia, por exemplo, todo dia a professora passava no quadro: “fazer a cópia da lição tal”, mesmo se eu estivesse em outra lição, eu abria a cartilha e passava (para o caderno), ou então a caligrafia para manter a disciplina. Na primeira, segunda e terceira série trazia uma atividade para casa, estudava o ponto e no outro dia a professora tomava aquele ponto, por exemplo: corpo humano. Tomava de todos os alunos da sala, tomava tabuada, modéstia a parte a letra é até bonita porque todos os dias fazia caligrafia. Se a gente não soube o ponto que tomava antes do recreio, ficava os trinta minutos do recreio dentro da sala estudando, não dava ele de novo não, mas a gente ficava dentro da sala estudando.

A senhora começou a estudar no Externato em que ano?

Em 1963. Quando eu terminei a quarta série não existia escola como existe hoje, tinha só o Colégio da Irmãs para mulher, e o Regina Pacis para homem. A mãe não tinha dinheiro para pagar, então fizemos um curso que chamava admissão. Quando foi no outro ano, teve uma seletiva para o Estadual (Escola Estadual Professor Antônio Marques), eu fui para lá. Já a minha outra irmã não, a Dona Maria Abbud pagou os estudos para ela no Regina Pacis porque ela sempre estudou na sala junto com o Chede, então a Dona Maria Abbud arrumou um jeito de pagar.

Quando a senhora fez a admissão, depois foi para o Estadual?

Isso, para a quinta série. Mas a admissão não conta como sala, era como se fosse um cursinho, tinha um livro que chamava Admissão que o Governo mandava para as escolas. A prefeitura custeava duas professoras para o Externato, quer dizer que a Dona Maria não precisava de pagar aquelas professoras. Tinha gente que fazia admissão e prestava prova, passava nesses negócios tudo, aqueles que já tinham mais idade. O que acontecia: o prefeito custeava o lanche, e as professoras para a Dona Maria Abbud, que cedia as salas. Um falava para o outro, que falava para o outro, teve época de ter três, quatro salas, porque dava uma base muito grande.

No Colegio Estadual, a senhora estudou até quando? Fez o magistério?

Até o terceiro colegial no Estadual, depois fui para o Colégio das Irmãs, mas tinha que voltar para o segundo normal e terceiro normal. Quando eu terminei, fiquei um ano sem estudar, mas depois fiz pedagogia na FAFI (Faculdade de Ciências e Letras de Araguari), e depois, a única turma que teve em Araguari de Orientação Educacional foi a que eu fiz, foi só uma turma e depois não teve mais.

Assim que a senhora terminou o Curso Normal, já começou a dar aula?

Não. Eu fiz o Normal, formei. Eu trabalhava no Externato, passei quarenta anos lá, fiz o Normal, a Faculdade, tudo lá. Foi meu primeiro emprego e eu saí quando fechou. Só que (...), graças à Deus eu não tenho mágoa (olhos cheios de lágrimas). Eu formei, fiz faculdade, mas a Maria Abbud não me dava sala de aula, ela falava que não ia me dar sala de aula porque como eu fui servente os pais não iam me respeitar como professora, mas eu fiquei, continuei na faxina, mas a única coisa que eu não faço é varrer a calçada por causa do povo falar, mas eu não importei, porque eu preciso de trabalhar (voz engasgada). Então eu fiquei. Deus é tão bom que quando eu fiz a faculdade, cheguei na sala de aula, uma mulher muito elegante, ainda pensei: “como que eu vou estudar com essa mulher, com essa simplicidade?”. Ela chegou, sentou perto de mim, tinha uma colega que lecionava no Externato, Helena, me apresentou, disse que era de Uberaba, que o pai era dono sei lá de quantos milhões de cebola, ela me cumprimentou, perguntou de onde a Helena me conhecia, eu contei. Perguntou se eu dava aula, então eu expliquei. Ela disse não, vou arrumar um emprego para você na Secretaria (de Educação), mas que não atrapalhe com a Dona Maria Abbud. Quando teve concurso da prefeitura, o primeiro em Araguari, eu prestei e passei, estou lá até hoje. Ela falava que “a Eunice é dedica, boa professora porque aprendeu lá no Externato”, aprendeu o que? Se ela não deixou eu dar aula, não me deu oportunidade. Eu comecei a lecionar na Prefeitura desde 1984 até hoje. O Externato era a escola de menino mais rico de Araguari, quando eu fui trabalhar na Prefeitura, o tratamento era o mesmo. Antigamente, podia trabalhar com qualquer idade. Eu entrei no Externato tinha feito onze anos em dezembro, e entrei em fevereiro, eu misturava no meio dos meninos (risos). Quando vinha fiscal a gente escondia e assim foi até aposentar.

O que te influenciou a ser professora?

Sempre que a gente sentava na porta da nossa casa, meu pai falava, meu pai era analfabeto: “vocês estudem porque quando tiverem a minha idade lixeiro vai precisar de diploma”, e a gente escutava. Eu fiz pedagogia porque quando foi para estudar, na FAFI só tinha letras, história, geografia e pedagogia, só quatro cursos, então só tinha duas opções, eu lembro que eu pus pedagogia e geografia, então eu passei, e já trabalhava com menino, eu sempre gostei muito, então eu continuei.

Tem alguma curiosidade que a senhora gostaria de contar?

Engraçado, eu fico doente de ver professora ou qualquer ser humano quando entra num lugar qualquer e que vai falar de cor. Trabalhei no Externato quarenta anos, estudei no Externato, nunca fui discriminada por causa de cor, de pobreza, em nada. As mães me tratavam bem, os meninos, sou amiga deles até hoje.

Quando a senhora começou a trabalhar no Externato?

Agora fala é serviços gerais, na minha Carteira Profissional, quando assinou, chamava era servente. Eu trabalhei na limpeza da escola, e ficava pensando: “eu tenho fé em Deus que eu vou estudar ainda”, e fui, dei conta. Na nossa casa, somos todas diplomada. A mãe nunca mandou nós irmos para a escola, a única coisa que ela não deixava era ir quando estava

chovendo, se chovesse um mês a gente não ia para a escola não, porque se adoecesse não tinha dinheiro para comprar remédio, e as professoras entendiam. Agora, uma coisa na escola que eu achava muito engraçado, a mãe nunca mandava dinheiro para lembrancinha, dias das mães, dia dos pais. As professoras compravam e davam para nós. As mães eram muito boas também, elas conheciam quem podia, quem não podia, porque tinha uns, muito ricos, outros médios, as mães dos ricos ajudavam os pobres. A Dona Maria podia ser o que for, muita gente estudou na escola sem pagar e ninguém nunca ficou nem sabendo.

O Externato tinha bolsa de estudo?

Tinha, mas era dela. Era ela quem dava, não tinha Governo, não! Teve do Governo, mas já era em 1987, em 90, por aí. Teve um negócio do Governo que chamava Salário Educação¹³. O Governo mandava uma verba para a escola, pelas firmas grandes, mas quando não tinha isso a Dona Maria tirava do bolso dela, deixava estudar lá e pronto, ninguém nunca ficou sabendo quem pagava, quem não pagava.

Oficialmente, de Carteira assinada, a senhora começou a trabalhar quando?

Eu entrei em 1969 e ela foi me registrar só em 1977 porque antigamente não exigia, mas a gente tem que ser justa, eu entrei em 69, em 77 ela me registrou, do tempo para trás que eu trabalhei sem registro ela me deu um acerto, porque ela não queria me lesar. Eu sempre fui tranquila, cabeça com o que ganho porque tenho medo da velhice. Na época ela me deu quarenta milhões, e eu comprei um terreno. O tempo que não registrou, ela fez o acerto comigo. Também eu era menor e ela estava até fazendo um favor, porque para a mãe era bom pois ganhava. Mas ela acertou tudo, direitinho.

Além do Externato, onde mais a senhora trabalhou?

Além do Externato, a prefeitura me mandou para a Creche Padre Alberto Arts, assim que inaugurou. Trabalhei numa creche que chama Silvandira Goulart, na Creche Santa Terezinha e no Lar da Criança. Eu troquei de lugar porque quando eu tive minha menina, ela teve uns problemas de saúde, eu tirei licença e quando voltei outra já tinha entrado no meu lugar, então troquei de lugar, mas fiquei só em três lugares. Agora que o Lar fechou que eu vou para o quarto lugar. Eu sempre trabalhei em creche, porque quando eu comecei na Prefeitura era só apadrinhagem, quando eu entrei tinha vaga em vários lugares, mas só em creche e por conta do horário, se eu fosse para a escola regular não dava para conciliar com o Externato, porque ela (Maria Abbud) precisava de mim lá às onze horas e os outros lugares terminava às onze e meia, e a Dona Maria não abria mão, ela achava que eu tinha muito jeito com menino pequeno. Eu olhava os meninos na entrada, na hora do recreio e na saída, e teve uma época que no teve muita procura por vagas no Externato, eu ainda ajudava a tomar lição

¹³ Salário educação — importância paga pelas empresas para que os seus empregados e/ou dependentes possam, com ela, ter seus estudos custeados no todo ou em parte. Em 1964 é criado o Salário-Educação, por meio da Lei nº 4.440/1964, tendo como objetivo a suplementação das despesas públicas com a educação elementar (ensino fundamental), adotando como base de cálculo 2% do Salário Mínimo local, por empregado, mensalmente. Em seguida, em 1965, a alíquota dessa contribuição social passou a ser calculada à base de 1,4 % do salário de contribuição definido na legislação previdenciária e mais tarde, em 1975, por meio do Decreto-Lei nº 1.422/1975 e do Dec. 76.923/1975, novas alterações foram implantadas no contexto do Salário-Educação, passando sua alíquota a ser calculada à base de 2,5% do salário de contribuição das empresas, situação que perdura até os dias atuais. Fonte: <https://www.fnede.gov.br/financiamento/salario-educacao/sobre-o-plano-ou-programa/entendendo-o-salario-educacao>

dos meninos, a professora tinha uma grande quantidade de alunos, então eu ajudava a tomar lição dos meninos. Eu tinha contato com eles na hora que chegavam com os pais, no recreio e na hora de ir embora e o restante era com a professora na sala de aula. Tinha um ótimo relacionamento com todos que passaram pelo Externato, são raros os que eu não tenho amizade até hoje. Outra coisa, tinha uma divergência de horário do Estadual com o Externato, porque o Estadual tinha primeira série, segunda série, e terminava as cinco e o Externato terminava às quatro e dez. As professoras do Estadual colocavam os filhos para estudar no Externato porque com cinco anos já aprendia a ler e no Estadual era com mais anos. A aula do Estadual terminava às cinco e do Externato às quatro e dez, o que acontecia? A Dona Maria não abria mão, não mudava o horário, a vida inteira foi do meio dia e dez às quatro e dez. Ela mandou as mães irem conversar comigo se eu poderia ficar com os alunos até elas poderem buscar. Eu olhava todos das quatro e dez e os outros eu olhava até elas poderem buscar, tinha vez que ficava até uns vinte meninos para eu olhar, mas eu explicava para eles que estava ali para olhá-los e tirá-los do perigo, nenhum teimava, brincava, não dava trabalho. Nunca questionei menino por que a mãe não veio, nunca! Se a mãe chegasse, quatro e meio, cinco horas, seis horas, eu estava ali com eles. Hoje, quando encontro com eles na rua, tem muita gratidão por eu ter ficado com eles. Eles ainda lembram que eu ficava com eles para a mãe poder trabalhar até mais tarde. Nunca cobreí não, nem um centavo para olhar menino depois da hora. Quando as meninas queriam ir embora, eu só pedia a chave do cadeado. Podia fechar e ir embora que na hora que todos iam embora eu fecho. Ai, que saudade!

Como era a ordem e disciplina do Externato?

Nunca teve aquele negócio de chamar muito pai, Dona Maria mesmo dava conta. As professoras tinham um preparo que a presença delas impunha respeito. Era raro uma professora chamar a Dona Maria em sala de aula para resolver algum problema, elas mesmas resolviam. Dona Maria dava autonomia para as professoras resolverem, fez bagunça deixa aqui. Dizem que era muito rígido, mas foi para o bem. Quando os alunos chegavam, não ficavam soltos no pátio sozinhos, ou eu ou a outra sempre ficava olhando enquanto eles ficavam brincando, porque as professoras ficavam esperando na sala dos professores. Quando batia o sino eles faziam a fila, Dona Maria dava os recados e eles entravam para sala, onde cada sala fazia a sua oração. Na hora do recreio, dava o primeiro sinal para fazer a fila, depois a Dona Maria dava o recado e dava o segundo sinal. Nove e quinze era o recreio, a professora fazia a fila, Dona Maria dava algum recado quando preciso, quando terminava o recreio, por exemplo, como a semana tem cinco dias, cada dia a Dona Maria subia com uma sala para dar aula de religião, no outro dia outra. Ela que dava aula de religião, nunca abriu mão para ninguém, mesmo com a idade, ela dava aula na parte de baixo, mas nunca abriu mão, nunca.

Mesmo estando fora de sala de aula, a senhora sabe alguma coisa sobre o planejamento das aulas?

Eu trabalhei no Externato quarenta anos, até hoje que eu vi, lá teve três reuniões. Elas não faziam plano, e você precisa ver o desenvolvimento que os alunos tinham, não tinha esse

negócio de supervisão com plano, não tinha essas coisas não. Elas iam olhando conforme o adiantamento dos meninos, ia passando de lição. Não tinha plano não, só se ela quisesse fazer num caderno, mas esse negócio de levar para a Dona Maria, para a supervisão, não. Era a própria professora quem dividia o conteúdo por bimestre, por exemplo a professora da primeira série quando terminava o conteúdo daquele ano já começava com a da segunda série para já ir adiantando. Se hoje ela explicasse um conteúdo, ela passava atividade para reforçar, um, dois dias, só mandava para casa quando o menino já sabia. Estudava aquela matéria nova até o menino aprender. O que a mãe estudava com o menino era ponto, tabuada, tudo bem. Agora matéria, problema, era trabalhado bem para depois mandar para casa.

O que é ponto?

Ponto é assim, a professora passa as perguntas e o menino responde em baixo, chamava questionário. Vinha especificando em cima e em baixo as perguntas. Ele lia as perguntas e consultava em cima. Ela dava uma matéria hoje, no outro dia o menino estudava para a professora tomar a lição e depois caia na prova. Quando eu entrei, no primeiro horário a gente copiava a prova, a prova era copiada, no primeiro copiava e no segundo respondia, a professora marcava mais ou menos quantas linhas gastava para responder e poder passar o traço. Quando chegava no fim do ano, nem sempre, trocava de professora para fazer a avaliação. Entregava a prova e você que ficava fazendo, mas a cobrança maior era dos pais que chegavam junto. Primeiro, era muito caro, mas muito caro mesmo, caríssimo! Porque os professores eram muito eficientes, não corrigia caderno em classe, era em casa.

Qual era o material utilizado para alfabetizar?

Eu escutava a Dona Maria Abbud falar para os pais: “aqui é a Cartilha da Infância, o método silábico, mnemônico, podia engajar tudo”. Quando o menino estava no pré ele já começava a ser alfabetizado pela Cartilha da Infância, quando chegava na primeira série, nos primeiros meses recordava, no segundo bimestre o menino deslanchava. Nos outros lugares já começava no conteúdo da primeira série. No Externato não, Dona Helena chegava com os meninos do primeiro aninho na multiplicação com dois números, quando ele entrava na segunda série a professora recordava aquele conteúdo para depois pegar o gancho da segunda série, e dava conta tranquila de dar o conteúdo. Ela terminava o conteúdo da próxima série.

As professoras seguiam o Programa do Ensino Primário Elementar?

Não, a Dona Maria batia de frente com a Delegada de Ensino. Ela dizia que a escola não era do Estado, se fosse ficar seguindo o programa deles as crianças iriam sair da escola. Ela não aceitava. Muitas vezes vieram funcionários da Delegacia de Ensino, era preciso fazer ata para registrar, mas ela tinha um Decreto (Decreto de Criação), eu lembro, era um papel que dava o direito dela seguir do jeito dela. A delegada de ensino foi lá muitas vezes, elas discutiam por causa disso, porque a escola era particular, paga pelos pais, se fosse para dar as coisas do Estado, ela achava que os pais iam tirar as crianças da escola. Ela não seguia mesmo. Por que tinha professora que lecionava no Estado e colocava os filhos no Externato?

Porque era diferenciado! O Externato começou a ter uma decadência em pré quando o Raul Soares abriu pré, o Katy Belém. Mas antes disso era só o Externato. Tinha dia que a Dona Maria tinha que esconder porque não tinha jeito de fazer mais matrícula, por causa do tanto de menino que tinha. Só sei que ela não seguia esse Programa, e quando entrava uma professora que trabalhava no Estado e no Externato a Dona Maria não deixava. Ela não deixava nem dar folha mimeografada, ela não deixava trazer o mesmo dever do Estado, não pode! No Externato tinha que ser mais puxado, também tinha uma competição entre elas.

Como eram feitas as avaliações?

Era prova, prova. No começo era copiada, a Dona Maria mandava fazer um caderno na tipografia, de folha de papel almaço, com pauta, grampeado, como nome do Externato e o nome do menino que copiava e respondia nele, antes de surgir o mimeógrafo. A quantidade de folhas não era limitada, a professora podia dar quantas folhas ela achasse necessário. No Externato o menino copiava muito, tinha cópia todo dia: cópia, caligrafia. Não tinha folha mimeografada, não! Nunca ia sem tarefa para casa.

Quanto à remuneração, como era feita?

No começo as professoras eram muito bem remuneradas, mas no final terminamos ganhando pouquinho porque a escola terminou com pouco menino, mas antes de fechar, uns oito, dez anos atrás, nós ganhávamos muito bem. No final do ano, a Dona Maria ainda dava uma gratificação para todas. Em quarenta anos que eu trabalhei no Externato, ela nunca atrasou pagamento, mesmo no período de decadência, quando tinha pouco menino, nunca pagou fora do dia.

Como a senhora avalia seu trabalho no Externato?

Algumas pessoas dizem que o Externato era rígido, mas foi para o bem. Analisando a sociedade araguarina, a maioria estudou no Colégio, todos brilhando. A Dona Maria formou muita gente. Se for para dar uma nota, eu dou 9,8, porque foram muitas pessoas que passaram pelo Externato e que tiveram sucesso.

A senhora sabe sobre o início do Externato?

Antigamente os padres vinham da Holanda. Onde era o Regina Pacis, o (E. E.) Padre Eloí, era tudo roça. Eles tinham autonomia. Eu tenho a impressão que houve a doação do terreno, então eles construíram o colégio. Só sei que fundou em 1933, mas o resto eu não sei.

Quem era a mantenedora do Externato?

O Externato era dos padres, quando era do Regina Pacis, nossas carteiras (de trabalho) já era dos Sagrados Corações, desde sempre. Depois foi fechado em 2009, janeiro de 2009, porque eu aposentei em 2007 e ainda trabalhei mais dois anos. Em 2009 já não funcionou e foi demolido em 2011, porque fechou mas demorou vender.

Como era as instalações do prédio?

Tinha seis salas do lado do pátio, seis de manhã, seis de tarde. Quando a procura por vagas aumentou, a Dona Maria estendeu para uma sala lá dentro e outra no salão, mas sala de aula eram seis.

Quais eram as séries atendidas?

Quarta série nunca teve a tarde. A tarde era Jardim, pré, pré II, pré II e primeiro, só. Era dois pré, um Jardim, um pré II, dois pré III, uma primeira série, o restante era de manhã. Depois teve uma segunda série e uma terceira, mais no finalzinho quando tinha pouco menino, porque eles eram maiores, o pátio era perto das salas e não podia fazer recreio separado. Os maiores eram de manhã e os menores a tarde. Hoje eu fico pensando: como que cabia tanto menino no pátio, as salas eram cheias!

Como era a Dona Maria Abbud?

Ela era uma pessoa muito dinâmica, muito atenciosa em todos os sentidos, tanto com os funcionários quanto com as crianças. Era brava, mas era um bravo que (...) com setecentos meninos, se ela fosse maleável, como dava conta da disciplina? Quando alguma professora ficava brava, raramente mandava para a sala dela, ela colocava sentado e conversava, brava. A secretaria, a sala dela nunca ficou fechada, ninguém nunca viu ela colocar de castigo mas ela zangava, também com aquele tanto de gente para colocar disciplina. Fila ela exigia, o que era certo. Quando ela chegava, todos formavam fila e ficavam quietinhos, mas se ela era uma para aquele tanto de menino, se não ficasse quieto como iam ouvi-la? Nunca usou microfone e todo mundo ouvia o ela falava. Quando precisava ela dava castigo de ficar dez minutos sem recreio, isso ela dava. Como ela dava conta? Só a presença dela já impunha respeito. Ela falava, fica aqui quem quer ficar. Ela devia ser boa porque professor ficava era vinte anos, trinta, quarenta anos (risos), foram raros os funcionários que ficaram três anos, quatro anos. Sabendo trabalhar com ela... Ela era muito boa! Financeiramente, ela acudia todo mundo. Teve uma vez que um aluno morreu, de leucemia, ela dispensou a escola toda. Um pai foi reclamar que não tinha aula e ela mandou ele se colocar no lugar da família. Depois o pai até pediu desculpas.

Qual era a formação dela?

Ela fez só o Normal no Colégio dasIrmãs, que era junto com o colegial. Como tinha poucas professoras, quando precisa procurava no Colégio dasIrmãs e buscava para trabalhar nas escolas. Quando precisou para trabalhar no Externato, procuraram no Colégio dasIrmãs e indicaram-na. Ela ia fazer dezesseis anos quando a indicaram e logo já passou a ser diretora, mas eu nunca perguntei se ela deu aula. Só sei que ela nem tinha terminado porque não tinha ninguém, quando precisavam iam ao Colégio e perguntavam quem era boa aluna, estudiosa. Então a indicaram e ficou até o final do Externato. Eu acho que o Externato não continuou porque as pessoas queriam remodelação, melhoria. Uma vez o Batalhão propôs de expandir o prédio - quando era o Cel. Terra, a menina dele estudou no Externato - para aumentar quinta, sexta, sétima oitava série, mas ela não quis, então as pessoas foram procurando outras escolas e ele foi decaindo muito. Mas ela tinha uma credibilidade muito grande na cidade, era uma autoridade. Ela não fez faculdade, mas tinha uma cadeira na Academia de Letras de Araguari, mas ela era muito humilde e não gostava de publicações no jornal sobre a pessoa dela, apesar

de ser muito culta ela não tinha formação acadêmica, mas sempre publicava artigos no jornal. Ela escrevia muito bem.

Quais eram as principais datas comemorativas festejadas no Externato?

Desfile participou somente quando Araguari fez cem anos e quando eu estudava também desfilou uma vez, porque ela não gostava de participar. Ela não comemorava dia dos pais, dia das mães, só fazia a lembrancinha e a criança levava para casa. Não tinha auditório, não. No final do ano tinha formatura do pré e da quarta série. Também tinha a primeira comunhão, que sempre acontecia em outubro por causa do dia de Santa Terezinha que era comemorado no dia três de outubro, mas nem sempre coincidia a data porque dava em dia de semana. Também tinha comemoração interna do dia trinta de maio, dia de Nossa Senhora, reunia todos os alunos, os que estudavam de manhã iam a tarde e levavam flor para Nossa Senhora, fazia a coroação dela, o padre ia e rezava com os alunos. Não tinha missa porque era proibido. Na minha época tinha, subia para o salão e montava igual na igreja e as pessoas assistiam.

Então, a Dona Maria preparava as crianças a partir de agosto para a primeira comunhão todos os dias no contra turno, se o menino estudasse de manhã ele ia a tarde, uma hora de aula nos meses de agosto e setembro, todos os dias. Em outubro acontecia a primeira comunhão na igreja do Regina Pacis, sempre no sábado, e depois quando fechou, passou para a Matriz. Depois da missa, reunia os alunos com os pais no salão do Externato para uma confraternização, onde cada aluno levava um bolo.

Também tinha a festa junina, a quadrilha, que também acontecia na escola. Fechava o trânsito na rua do Externato para fazer a festa. Cada criança levava um prato de comida típica para vender na festa. Dava muito dinheiro! Com a renda arrecadada ela comprava cobertores e brinquedos para doar em dezembro para os pobres.

Para a festa de formatura, cada criança dava uma contribuição. Era escolhido pela professora uma madrinha ou um paraninfo que era um pai ou mãe da turma e que fazia a festa para eles. Naquela época não era difícil, quase todo mundo queria ser. Além da festa, levava eles para um clube, dava presente. A professora é quem negociava com a mãe, porque a Dona Maria Abbud não gosta de interferir porque as vezes podia escolher uma mãe que não queria, não podia, quem nem sabe o que é formatura.

Na sua opinião, qual foi a contribuição do Externato para a educação de Araguari?

A contribuição do Externato foi que a preparação que a criança tinha para determinada série era além em comparação com a de outras escolas. Se o menino tinha capacidade para ir além e você o colocar num lugar que vai retardar sua aprendizagem, ele não vai querer! Se ele tinha capacidade de fazer mais e colocava num lugar que ia aprender menos, que entusiasmo ele tinha? Tinha muitas mães que colocava no Externato porque o menino já sabia ler, se fosse para o Estado ficava na primeira série. Já no Externato, ele ia para a segunda, onde teria desenvolvimento e motivação. A Dona Maria olhava muito o lado do menino.

Eu acho que contribui muito porque onde você vai, encontra alguém que estudou no Externato e hoje está bem. Quando passava no rádio o resultado do vestibular da UFU, eu gostava de ficar ouvindo para ver se escutava algum nome conhecido. Nossa, ouvia o nome de muitos que estudaram no Santa Terezinha! A base é muito importante.

Por enquanto era isso que eu gostaria de saber. No mais, só tenho a agradecer pela sua colaboração. Muito obrigada!

ENTREVISTA 5

Maria Angélica Diniz Póvoa, entrevista feita em 18/2/2019

ENTREVISTADORA — *Meu nome é Marisa Francisca Galdeano Marra, hoje é dia 18 de fevereiro de 2019, estou na residência da entrevistada para falarmos sobre sua formação e atuação profissional, bem como do Externato Santa Teresinha e sobre a Dona Maria Abbud. A senhora poderia falar o seu nome?*

ENTREVISTADA — *Maria Angélica Diniz Póvoa*

Data de nascimento?

[Nasci em] 7 de maio de 1952.

Local de nascimento?

Araguari, Minas Gerais.

Como foi a sua alfabetização?

Eu estudei uma vida toda no Colégio das Irmãs. Entrei no pré, Irmã Rosalva, hoje falecida, e só saí quando formada no terceiro normal. Minhas professoras foram na maioria, basicamente, freiras. Com exceção de algumas como Jane Godoy; Dona Aparecida, professora de português; a Célia Regina Gomide, foram poucas as professoras que não eram freiras. No pré foi a Irmã Rosalva; na primeira série a Irmã Merirce; segunda série primária, Irmã Célia, não tenho certeza; terceira, Irmã Berenice; quarta, Irmã Nívea; agora passamos para o ginásio, foram várias professoras porque cada matéria tinha um professor. Tinha a Irmã Gáldea; a Nilda que também fazia parte, era encarregada do teatro - eu participei minha vida inteira do teatro no Colégio das Irmãs – tinha a Irmã Berenice; de francês eu esqueci agora o nome. Essas eu me lembrei assim, com o tempo eu tento lembrar de outras. Acontecia assim também, a Irmã Anilda, que era Irmã Inês depois, ela lecionava na primeira série português, depois na segunda série. A Irmã Gáldea também repetia, ela era professora de canto. Acontecia muito de a professora que dava aula em uma série, dava também nas demais séries, por isso que não eram tantas as professoras.

Como aconteceu a alfabetização?

Foi uma coisa muito leve no pré, era lúdico, naquela época sem saber, tinha até bandinha, tinha brincadeira no pátio. Quanto à alfabetização, ela foi acontecer de fato mesmo na primeira série do primário.

Como foi a sua formação profissional?

Fiz o Normal, me formei em 1970. Em 1971, já ingressei na faculdade. Optei por fazer (...), optei não! Foi a minha alternativa porque meu pai não deixava estudar fora de Araguari. Como Araguari só tinha essa faculdade na época, tinha letras, geografia, história e pedagogia. Eu acabei optando por história. Me formei em 1974. No ano em que me formei, eu me casei

também, e já no fim de 1974, eu me casei no início de 1974, no final foi a formatura da faculdade e depois eu mudei para Brasília. Não teve tempo nem de lecionar para o Ensino Médio. Em Brasília eu fui trabalhar em outra área.

O que a influenciou na decisão de se tornar professora?

Na minha época tinha muito aquela coisa assim: menina estuda isso, menino aquilo. Tanto que não era muito comum mulher estudar em uma escola mista, a não ser assim, Raul Soares, mas eu vou falar da minha casa, na minha casa nós estudamos no Colégio das Irmãs que era um colégio que tinha mais mulheres e ali já aquela coisa da educação, do casamento, mulher era educada para o lar, e o que combina com lar, professora, não é isso?! Então era uma coisa já vinha inculcado de geração em geração para a gente. Você nem sentia que estava indo por esse caminho, era uma coisa tão natural que você não sentia que estava indo por esse caminho. Foi uma influência familiar mesmo, de educação, de ter optado por ser professora, por fazer o Normal. Aquele sonho: vou fazer o Normal porque eu sei que logo vou ficar noiva, logo vou casar.

Tem alguma coisa que a senhora gostaria de contar sobre o período em que estudou?

Era muito gostoso. Até hoje nós temos uma turminha do colégio, desde o pré, que nós nos reunimos pelo menos uma vez por mês. Eu tive o privilégio de estudar no Colégio das Irmãs porque além de ter sido uma escola que primou pela educação, pela ética, foi um ensino forte, teve uma base, principalmente português e foi onde vivemos a juventude, aquela coisa gostosa dos anos 60, foi muito gostoso. As lembranças que tenho são muito bonitas. Além do ensino, nós tínhamos também o lazer porque à tarde a gente voltava para o esporte: era vôlei, basquete, além do teatro como eu te falei. O teatro também foi uma coisa muito forte que lotava aquele palco, eram peças ricas mesmo. Nós chegamos a ir até para Uberlândia, apresentar na escola Nossa Senhora das Dores, em Uberlândia. Apresentamos também aqui no Clube Recreativo. Naquela época já tinha jogo de luzes no palco, encenação do primeiro ato, segundo ato. Foi uma época muito rica, muito bonita, muito gostosa.

Quando a senhora começou a dar aula? Até quando?

Foi por um curto período, como eu te falei, me formei em 1970, em 1971 comecei a lecionar no Externato Santa Teresinha. Lecionei em 1971, 1972 e 1973, em 1974 eu me casei no final do ano e fui embora de Araguari. Esses três anos que lecionei no Santa Terezinha, lecionei para a segunda série do primário. Adorei! Adorava lecionar para a segunda série. Foram esses três anos.

Além do Externato Santa Teresinha, a senhora lecionou em outros lugares?

Eu lecionei em uma escola estadual, mas foi por um período muito curto. E também na época do estágio. Eu fiz estágio no (E. E.) Raul Soares e também dava aulas particulares em casa, reforço.

Como era sua relação com os alunos?

Excelente! Muito boa. Eu tenho facilidade para transmitir, através de uma história eu passava o conhecimento para os alunos, e era uma troca também porque eu aprendia muito com eles também.

Como era a rotina, a disciplina e a ordem da escola?

Era uma coisa interessante porque a Dona Maria Abbud, pelo menos para mim, ela nunca pediu plano de aula, vou falar da minha experiência, mas acho que isso acontecia também com outras professoras. Ela não pedia plano de aula, mas era uma coisa que eu fazia diariamente. Ele exigia resultados, bons resultados. Para ela, o aluno do Santa Terezinha já tinha que saber, por exemplo na segunda série onde eu lecionava, tinha que sair sabendo a matemática, multiplicação por dois números, divisão por dois números, sempre um pouco a frente das outras escolas. O português, a tabuada, a professora dava o que queria, mas ela não cobrava plano de aula. O que acontecia era dela passar no corredor, parava na porta para ver como estávamos dando, o que estávamos ensinando, e só reunia para dar as aulas de religião, preparação para a primeira comunhão, era ela quem dava. Mas ela me deixou bem à vontade. Quanto ao ensino, realmente, era um ensino muito bom.

Como era feito o seu planejamento? Existia algum material para seguir?

Na época eu busquei orientação numa escola estadual e segui o que a escola estadual dava. Eu peguei o modelo, e daquele modelo desenvolvi o meu plano de aula, que era um plano com motivação, aula propriamente dita, um plano normal mesmo, de uma escola estadual, com atividades que eu iria aplicar, com exercícios que eu iria dar, com o objetivo, eu fazia para mim, mas me dava prazer fazer para mim. Usava pouco material mimeografado porque no Externato até tinha mimeógrafo, mas naquela época usa muito era caderno, a escrita dos alunos, então o mimeógrafo era pouco usado.

A senhora trabalhava com a Cartilha da Infância?

Não usei não, porque a cartilha usava mais era na primeira série, mas tinha as cartilhas com as histórias, as leituras e exercícios, mas até nisso eu buscava na escola estadual, o livro adotado por eles, tanto do aluno quanto do professor. Ela não dava a lista para seguir, nós elaborávamos e ela aprovava.

Qual era o método utilizado para a aprendizagem?

O método era o da professora mesmo, como eu já falei, ela exigia muito resultado, mas nós não tínhamos uma reunião com a diretora onde ela traçava os caminhos para o professor seguir, o que ela queria mesmo era que o aluno se saísse bem.

A senhora disse que seguia o método do Estado, era o Programa do Ensino Primário Elementar?

Não, eu não conheço. Qual foi a minha pesquisa? A filha da minha vizinha, dos meus pais, estudava no Raul Soares, então eu pegava os cadernos dela, via o livro que estava seguindo, porque era da mesma turma da segunda série, ia à livraria procurar o livro do professor e comprava o meu para poder desenvolver. Eu não me lembro de qual livro era, deveria ter guardado. Eu guardei por um bom tempo, mas como eu atuei pouco tempo nessa

área, depois fui para Brasília e morei lá por muitos anos, essas coisas ficaram só na memória mesmo, não guardei nada.

Como era feita a avaliação dos alunos?

Era prova, tinha a média, tinha que alcançar a média. Era prova mesmo, prova de língua portuguesa, aritmética, geografia, história, tinha uma média, média sete. E tinha também prova oral, cálculos mentais, mas a avaliação mesmo eram as provas escritas. Eu elaborava as provas, corrigia as provas, eu fazia a média, a frequência dos alunos, era eu. Os alunos copiavam a prova do quadro, não lembro se era em folha ou no caderno, devia ser em folha, não lembro, não consigo, interessante isso.

Quanto à remuneração, como era?

A Dona Maria Abbud assinava carteira, pelo INSS, inclusive a razão social era dos padres. Me parece que a remuneração era um pouco abaixo do Estado, estipulado pela própria diretora, mas ela pagava o décimo terceiro de acordo com as regras do INSS.

Durante o tempo em que a senhora trabalhou no Externato, como avalia seu trabalho?

Eu acho que fui uma boa professora porque até hoje, às vezes quando estou na rua alguém me para, porque o professor marca, e eu gostava do que eu fazia: eu contava histórias, representava, ... O professor dava tudo ali, o professor que dava todas as matérias, ia além disso porque a gente dava educação física, ia para o pátio, criava joguinhos, também histórias - eu mesma comprava livros de histórias, eu adorava contar histórias para eles, representar. Então houve esse envolvimento e eu via a resposta desse envolvimento, foi uma coisa muito gostosa, uma coisa que deu leveza, não foi uma obrigação, não ia achando ruim como obrigação, eu sentia isso. E como no Externato as turmas não eram tão grandes, a resposta disso a gente via com mais rapidez. Foi uma época muito gostosa!

A senhora conhece a origem do Externato Santa Teresinha?

Só sei que teve origem com os padres, mas para ser sincera não sei como a Dona Maria Abbud entrou no Santa Terezinha, mas quem mantinha eram os padres.

A senhora poderia descrever o prédio do Externato?

Ele era bem cuidado, eram dois pavimentos: o pavimento superior era reservado para festividades e para as aulas de religião dela, quando ela dava para muitas séries juntas, muitas turmas juntas, ela dava em cima, dava as aulas de religião no andar superior. A entrada, logo que a gente entrava, deparava com a imagem de Santa Teresinha, naquela primeira parte ficava a parte administrativa onde também tinha aula de datilografia, depois tinha as salas de aula, um tanto da esquerda outro tanto da direita, o pátio no meio e mais um outro no fundo, tinha os banheiros, era bem conservado. Eu imagino que tinha de quatro a cinco salas de cada lado, mais ou menos num total de dez salas de aula. Era só o primário, na parte da tarde eram os menores, jardim, pré, primeira e segunda série, os demais na parte da manhã.

Fale um pouco sobre a Dona Maria Abbud.

Ela era severa com os alunos, sempre séria, não era de muita amizade, mas era uma pessoa que ocupava aquele cargo de direção com afinco, muito religiosa, gostava de estar à frente das aulas de religião, de comemorar a primeira comunhão com os pais, mantinha uma boa relação com as professoras, e exigia, como falei desde o começo, bons resultados. Ela era rígida, era educada, mas não era assim, ficava na postura dela. A sessão que eu vejo, que a gente reunia mais abertamente, era no aniversário dela que ela costumava receber na casa dela, fora isso ela não mantinha relação, não misturava amizade com profissão, não.

Quais eram as principais datas comemoradas pelo Externato?

Era a primeira comunhão, festa junina, páscoa, as tradicionais mesmo. As que mais marcaram foram a primeira comunhão e a quadrilha, bem tradicionais. A primeira comunhão, para mim, era em primeiro lugar. A primeira comunhão era a recepção que ela dava no salão, tinha aquela mesa bonita de primeira comunhão com pão, trigo, do bolo simbólico da primeira comunhão, aquilo parece que coroava aquele dia. Os meninos eram muito bem preparados, ela gostava que eles esmerassem nas roupas, tudo limpinho, tudo arrumadinho, culminando na festa, com a recepção. A primeira comunhão acontecia na igreja, depois iria para o salão porque tinha que ficar em jejum para receber a primeira comunhão, por isso que depois da primeira comunhão é que era servido o bolo.

Qual era o público atendido no Externato?

Eram os que tinham um poder aquisitivo um pouco melhor porque era uma escola particular. A Dona Maria dava bolsas para alunos que precisavam, mas isso eram para poucos, ela ajudava, mas a maioria eram alunos de classe A e B. Havia muita procura por vagas, mas o interessante é que não era super lotado, não. Pelo menos as minhas turmas eram de quinze, vinte, daí para baixo, não eram salas cheias.

Na sua opinião, quais foram as contribuições do Externato Santa Teresinha para a educação de Araguari?

Acho que foi importante, tanto que ficou o nome. O Externato vai ser sempre bem lembrado e dali saíram figuras importantes que tiveram como base a educação do Externato Santa Teresinha. Eu acho que foi uma contribuição muito grande, que faz parte da tradição da cidade, por isso eu avalio como muito boa.

A princípio são essas as perguntas que eu gostaria que a senhora me esclarecesse, o que trouxe muitos esclarecimentos e contribuições. Agradeço a senhora pela colaboração, muito obrigada! Também me coloco a disposição caso surja alguma dúvida ou lembrança que queira acrescentar.

Eu quem agradeço, foi uma honra participar.

ENTREVISTA 6

Lêda Maria Borela Diniz Póvoa, entrevista feita em 21/2/2019

ENTREVISTADORA — *Meu nome é Marisa Francisca Galdeano Marra, hoje é dia 21 de fevereiro de 2019, estou na residência da entrevistada para falarmos sobre sua formação e atuação profissional, bem como do Externato Santa Teresinha e sobre a Dona Maria Abbud. A senhora poderia falar o seu nome?*

ENTREVISTADA — Lêda Maria Borela Diniz Póvoa

Data de nascimento?

[Nasci em] 30 de junho de 1950

Local de nascimento?

Araguari, Minas Gerais.

Como foi a sua alfabetização?

A primeira escola que eu estudei foi o Externato Santa Teresinha, nos anos de 1956 e 1957. Antigamente, em algumas escolas, classificavam o início dos estudos dos alunos de primeiro ano atrasado e primeiro ano adiantado. Alfabetizava-se no primeiro ano adiantado, portanto, no segundo ano que estudei no Externato, fui alfabetizada pelo método silábico. Saí de lá e fui para o Grupo Escolar “Raul Soares”, onde fiz o segundo, o terceiro e o quarto ano primário. Depois fui estudar no Colégio Sagrado Coração de Jesus, onde fiz o Curso Ginásial e o Curso Normal. Foram quatro anos do antigo Curso Ginásial: primeira, segunda, terceira e quarta série. Em seguida (1965), fiz os três anos de Curso Normal. Já fiz cinquenta anos de formatura do Curso Normal. Em 2017, nós, alunas do Curso Normal, fizemos até uma festa. Em 1967, eu fiz dezessete anos e terminei o Curso Normal.

A senhora lembra quem foram suas professoras alfabetizadoras, como se deu a sua alfabetização?

A minha primeira professora chamava Maria Amélia, mas não me lembro do sobrenome, foi no primeiro ano de escola. No segundo ano, consta 1º ano adiantado, foi Dona Teresinha de Jesus, eu me lembro, está aqui na caderneta de promoção do aluno: “A aluna Lêda Borela foi promovida ao primeiro ano adiantado com louvor e distinção”. Hoje acho interessante esses termos, “adiantado”, quer dizer que tinha um ano atrasado, que era o primeiro aninho, quando você entrava na escola. Eu queria comentar com você, naquela época, as escolas estaduais só aceitavam crianças a partir de sete anos, e ainda não existia o pré-escolar, então a criança só poderia estudar em uma escola estadual, se já tivesse sete anos. Eu estudei muito Sociologia e também Legislação de Ensino. A lei do Estado era a seguinte: “o ensino é obrigatório e gratuito a partir dos sete anos”. Então, como o governo garantia o ensino gratuito e era obrigatório, os pais colocavam os filhos com sete anos em escolas estaduais. Tinha a garantia do ensino gratuito e obrigatório. Era obrigação dos pais colocar os filhos na escola, a partir dos sete anos. Com a idade dos filhos inferior aos sete anos, os pais procuravam as escolas particulares, para matricularem os seus filhos no chamado “Jardim de Infância”. Eu lecionei oito anos no Externato Santa Teresinha, cinco dos quais foram no Jardim de Infância. A minha mãe matriculou a minha irmã no primeiro ano “atrasado” no Colégio Santa Teresinha, ela tinha sete anos (no Santa

Teresinha podia qualquer idade), e eu no Jardim de Infância. Eu chorei demais e quis ficar junto com a minha irmã. Não teve problema para a Dona Maria Abbud, me colocar com seis anos no primeiro ano “atrasado”, por isso que com dezessete anos eu já tinha me formado. Esse primeiro ano, no Santa Teresinha, adotavam a Cartilha da Infância porque o método era silábico, não era o método global. As escolas estaduais adotavam o método global. Quando eu lecionei pela primeira vez era o método global, no Grupo Escolar “João Pedreiro”. No Externato Santa Teresinha era o método silábico para alfabetizar. Era aquela cartilha antiga - “Cartilha da Infância”. Outra coisa interessante é que no chamado primeiro ano “adiantado”, tinha uma excelente professora. Ela dizia: “eu sou a peneirinha”. Por que? Lá você era alfabetizada na Cartilha da Infância, então quando você ia para o primeiro ano “adiantado”, ela falava: “agora passo esses alunos todos na peneirinha”. No primeiro ano adiantado os alunos tinham que fazer composições sozinhos, bonitas e bem feitas; ditados perfeitos; a letra tinha que ser muito bem feita, exercícios de caligrafia para moldar a letra, uma letra muito boa para poder passar para o segundo ano. Ela falava assim: “quando cai na minha mão é peneirinha”. Nesse primeiro ano “adiantado”, não chamavam de redação, chamavam de composição. Composição e ditado “era todo santo dia”. Essa era uma coisa interessante do Externato, dava-se muita atenção ao estudo de português. Hoje praticamente não acontece. Vemos profissionais formados que escrevem e falam muito mal. Já no segundo ano ensinavam outras matérias. Quando fui promovida para o segundo ano, fui para outra escola, por questão financeira. Lá era particular, o Externato Santa Teresinha era muito conceituado, mas era uma escola de elite! Quando eu estudei e lecionei lá, os alunos do Externato eram filhos de pessoas que tinham muito dinheiro. A mensalidade naquela época já era cara. Então, no caso da minha família, nós somos sete irmãos, se fez necessário estudar em uma escola pública, que foi o Grupo Escolar “Raul Soares”. Estudar em uma escola pública foi muito bom para mim. Na época, as escolas públicas primárias e ginasiais eram chamadas de Grupo Escolar. O Grupo Escolar “Raul Soares” foi a primeira escola pública de Araguari. Depois de alguns anos o nome Grupo Escolar foi substituído em todas as escolas públicas por Escola Estadual.

A senhora lembra como eram as aulas no Externato?

Sim, me lembro. Tinham nas de aula os alunos, a professora, cartilha, cadernos, lápis, borracha, régua, quadro negro e giz. O ensino era muito ligado aos livros dos alunos e aulas expositivas do professor. Não tínhamos essa atividade, por exemplo, de pegar revistas para recortar. Era caderno, lápis e vamos escrever! Não tinha nenhum material áudio visual, enfim, nenhum material pedagógico! Não tinha nada disso, e os alunos aprendiam! E tinha a chamada “peneirinha”, se o aluno não tivesse aprendido no primeiro ano, agora ele se recuperava. Treinava uma boa leitura, uma boa composição e um bom ditado. Se mesmo assim não conseguisse, não passava para o segundo ano. Vamos falar da avaliação naquela época, fui promovida com distinção! Só distinção, faltou louvor, porque teria que ser nota dez, eu tirei nove e meio de média (risos). Está aqui, (mostrando o boletim) dez, dez, dez, mas na última matéria eu tive nove. Já tinha aqui o primeiro lugar! Agora, olha aqui o conteúdo, leitura, religião, língua pátria, caligrafia que também era uma matéria). Eu tinha nota de leitura no boletim (era chamada caderneta), tinha nota de religião, de língua pátria, de aritmética, de caligrafia — olha como é bem diferente do sistema do Estado. Quando eu passei para o primeiro ano adiantado (comparando os dois boletins), continuo com as mesmas notas de leitura, religião, caligrafia, língua pátria, aritmética, e disciplinas de Geografia e História do Brasil. Havia aula também de

desenho, asseio, comportamento e depois a média, no final do mês, a classificação de lugar. Para a média, somava-se nota de asseio, somava-se nota de comportamento!

Como foi sua formação para atuar no magistério?

Foi muito interessante e muito proveitosa. O Colégio das Irmãs — Colégio Sagrado Coração de Jesus, era ligado a uma congregação belga que era muito adiantada, e tinha muitos recursos financeiros. Tínhamos um salão grande para eventos e uma biblioteca grande e completa. A maioria das professoras era irmãs. Tinha uma irmã que era belga e dava aula de francês. O corpo docente era muito bom! Professores, aqui de Araguari, eram poucos. O conteúdo ministrado era muito bom e eu gostei muito do Colégio das Irmãs! Eu ingressei na quinta série, do Curso Ginásial, com dez anos, em 1960; com catorze anos eu terminei o ginásio; com quinze anos estava no Curso Normal; com dezesseis, o segundo ano; e dezessete anos terminei terceiro ano. Formei-me com dezessete anos, em 1967. Lembro-me de muitos professores: de português era a Irmã Annilda, matemática era a Irmã Nívea, elas eram muito exigentes. Eu acho que isso, também, foi muito bom! Com exceção de algumas, a maioria era super exigente. Irmã Nívea, além de super exigente, era até engraçada: ela escrevia no quadro com a mão direita e com a mão esquerda. Tinha tanta pressa que, quando cansava de usar uma mão, ela escrevia com a outra. No Curso Normal havia uma excelente professora: Marlene Mameri, que fazia muitos cursos em Belo Horizonte. Era professora de escola estadual e fazia cursos específicos, para a área de Estrutura de Ensino, Legislação de Ensino e outros. Na época, nós estudávamos essas matérias. Era super exigente, se você fizesse uma pergunta, ela te dava três livros para você ler e depois fazer parte de um debate.

O que influenciou a senhora a se tornar professora?

Eu nasci professora. Eu sempre gostei muito de ler, eu adoro ler! Sempre gostei muito de escrever! O Curso Normal foi muito bom! E claro, como eu já te falei, eu fazia o Curso Normal, para poder trabalhar fora, me profissionalizar. Eu acho que o Curso Normal me ajudou muito a ficar motivada. Quando fui para uma sala de aula, senti que o magistério muito me interessava. Quando Dona Maria Abbud me chamou para ir para o Externato Santa Teresinha, aceitei com muita disposição. Lá, a Dona Maria tinha suas qualidades: ela dava autonomia para as professoras. Ela não interferia, depois de te passar todo o conteúdo, e os livros adotados. A partir daí, nós não tínhamos reunião de professoras, para a diretora falar isso sim, e isso não! Eu fui dar aula no Externato, para o Curso de Admissão. O curso tinha um livro que chamava Livro de Admissão. Era exigência da diretora da escola terminar aquele livro todinho! O livro era bem grosso! Quem fazia admissão, iria prestar concurso no Colégio Estadual, para entrar para o Curso Ginásial. Era o exame de seleção. O Externato Santa Teresinha era uma extensão do Colégio Regina Pacis, dirigido pela mesma congregação. Para entrar no Curso Ginásial do Colégio Regina Pacis fazia-se também um teste, mas era mais fácil, porque também era pago. Na Escola Estadual, o aluno só matriculava se passasse nesse exame, porque tinha muita procura e poucas salas de aula, portanto poucas vagas. Essas aulas do Curso de Admissão preocupavam muito a Dona Maria. Era até interessante, ela ficava perguntando: se já havia ensinado determinado conteúdo; ela procurava saber qual conteúdo as outras escolas estavam trabalhando, ela ficava comparando outras escolas com o Externato. Ela era muito competitiva! Como são hoje os cursinhos! Só que agora, é para o ensino superior, e na época era para entrar no ginásio. No Curso de Admissão, nós tínhamos o livro, com o compromisso que terminando o ano, tínhamos que terminar o livro! Toda matéria do livro teria que ser dada! Ela não queria perder aluno! Quanto ao

material audiovisual, lá não tinha! No salão de festa tinha uma eletrola, tínhamos discos, mas não tínhamos outros recursos, não! Mas as professoras eram muito dedicadas!

Como a senhora começou a sua carreira profissional?

Em primeiro lugar, eu lecionei em 1967, no Grupo Escolar “João Pedreiro”. A Dona Arminda Canut, que era diretora, me chamou para trabalhar lá. Ela procurou no Curso Normal se tinha alguma aluna que queria lecionar, e eu fui trabalhar no primeiro ano primário. Eles chamavam esse primeiro ano de repetentes. Repetentes porque aqueles alunos eram bem mais simples, bem mais pobres, e eles tinham dificuldades de aprendizagem. Já estavam na escola há dois ou três anos para serem alfabetizados, e não se alfabetizavam. Qual era o motivo maior? Insistiam com o método global, e eles não se adaptavam à esse método! Eles decoravam tudo, mas não sabiam ler! Repetiam dois ou mais anos, não conseguiam se alfabetizar, não passavam para o segundo ano. A regra para passar para o segundo ano era saber ler. Logo em seguida, no início de 1968, eu já havia terminado o Curso Normal, fui convidada para lecionar no Externato Santa Teresinha. Eu fui, e dei aula de terceiro ano, para uma turma espetacular! Crianças maravilhosas, pais maravilhosos! Foram muito educados com os professores. Tem uma história também, essa turma, quando terminou o terceiro ano, todos eles passaram para o quarto ano, que na época, chamavam de quarto ano e Curso de Admissão. Se tivesse um aluno de escola estadual, que terminou o quarto ano e precisasse fazer admissão era aceito lá no Externato. O quarto ano e o Curso de Admissão era um conteúdo só. Então, os pais pediram que eu seguisse a turma. Já ouviu falar nisso, seguir turma? É o seguinte: eles pediram para a Dona Maria Abbud que eu fosse a professora deles no quarto ano. Portanto, no ano seguinte, eles teriam a mesma professora. Conclusão: eu entrei no terceiro ano, dei aula para esses alunos e no ano seguinte continuei com a mesma turma, no quarto ano. Essa escola tinha uma ação muito firme e valorizada que era a orientação religiosa. Dona Maria dava aulas de religião para todos os alunos do Externato Santa Teresinha. Eram ministradas no salão de cima, segundo pavimento, duas vezes na semana, alternavam turmas para aulas de religião. Era um colégio de orientação religiosa católica. Depois, onde eu mais trabalhei foi no “Jardim de Infância”, durante cinco anos. E o “Jardim de Infância” o que era? No “Jardim de Infância” não se alfabetizava ninguém. Era para atividades lúdicas: recortar revistas, brincar com massinha de modelar, contar historinhas, cantar, era mais como uma creche. E eu fiquei cinco anos feliz, porque eu sempre fui ligada às artes. Eu desenhava, fazia trabalhos manuais, criávamos peças teatrais. Não tinha televisão na escola, tinha em pouquíssimas casas um aparelho. Então, eu pegava uma caixa grande de papelão, fazia uma tela e os meninos ficavam assistindo os colegas, aqueles que iam lá atrás e faziam tudo que eu ensinava fazer, ou recitavam, cantavam, mostravam figuras, etc., como se fosse uma televisão. Quando o Segundo Batalhão Ferroviário Mauá chegou, em meados de 1965, à Araguari, devido ao alto conceito do Externato, os militares matricularam as crianças no Externato Santa Teresinha e continuaram nos anos seguintes. Foi uma fase muito boa, os pais educadíssimos, os meninos um encanto de crianças, muito dóceis, e eles gostavam muito do “Jardim de Infância” Nós nos divertíamos muito, mas não alfabetizávamos as crianças. Na mesma sala haviam crianças de cinco anos, de quatro anos. Isso, eu estou falando da minha época, depois como foi administrado o pré-escolar e o curso primário, eu não sei.

Um detalhe interessante: com dezessete anos eu já lecionava em uma escola estadual, e não tinha ainda concluído o Curso Normal. Lecionei no Grupo Escolar “João Pedreiro”, porque na época, tinha pouquíssimas professoras normalistas. Eram poucas pessoas que faziam o Curso Normal,

algumas mulheres e nenhum homem. Os pais das mulheres não as colocavam para estudar, consideravam que só o primário estava ótimo! Aprendeu a ler já estava ótimo! Então, esse curso ficou com um nome pejorativo que o pessoal usava, “espera marido”. Era frequentado, na maioria, por mulheres. Assim, se a mulher tivesse “arrumado” um namorado, pronto, não precisava mais nada. Não precisava continuar estudando, entendeu? Antigamente, muitos chefes de família defendiam que os homens tinham que estudar, mas as mulheres não, elas tinham que costurar, bordar e arrumar marido. Com o tempo, os pais começaram a concordar que os homens iriam estudar, mas as mulheres também. Quando veio o curso Normal, as mulheres começaram a procurar depois do Curso Ginásial, seguir mais um pouquinho, estudar mais um pouquinho! Os homens continuavam os estudos, em um curso de nome Científico, era o Ensino Médio. A maioria dos alunos do Científico era de homens e do Curso Normal de mulheres. Foi uma procura grande! Nós temos muitas mulheres normalistas daqui de Araguari. Esse Curso Normal era ministrado no Colégio das Irmãs, Colégio Sagrado Coração de Jesus. Depois veio o Colégio Savério Petanha que também oferecia o curso Normal, mas estabeleceu aqui depois do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Então, eu depois de terminar o Curso Normal, fui em busca de um curso superior. Passei no vestibular e me inscrevi na FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari. Fiz os quatro anos do Curso de Pedagogia, com habilitação em Direção Escolar e em Magistério de Disciplinas Pedagógicas de 2º Grau. Depois fiz uma complementação de Supervisão e Habilitação Escolar, aqueles cursos rápidos na cidade de Batatais – SP. Em seguida, fiz uma Pós-Graduação “latu sensu”, em Teoria e Prática em Ensino Superior¹⁴. Fiz também, vários Cursos de Extensão Universitária. Em 1975, eu estava estudando no quarto ano de Pedagogia, e a minha professora de Psicologia Geral convidou-me para ser monitora. Foi quando eu comecei a lecionar para adultos, no Curso Superior. Estava terminando o quarto ano de Pedagogia e era monitora na sala de aula, nas aulas de Psicologia Geral, minha professora me convidou para ser monitora dela. Ainda não tinha terminado o curso de pedagogia. Eu aplicava provas, porque ela era casada com um engenheiro da estrada de ferro, e eles viajavam muito. Quando ela viajava, eu aplicava as provas. No ano seguinte, eu me formei, e a convite do diretor da faculdade me contrataram. Na faculdade, ministrei as disciplinas Sociologia Geral, Sociologia da Educação e Psicologia Geral. No ano seguinte, fui contratada professora pela faculdade, onde fiquei vinte e seis anos. Em 2000, quando a Unipac assumiu a faculdade e demitiu quarenta e dois professores, inclusive eu, quase todos donos de cadeiras aprovadas pelo MEC – Ministério de Educação e Cultura. Eram professores antigos da escola, que eram os que fizeram aquela escola, com todo sacrifício, porque era uma escola muito difícil de se manter. Os professores não tinham aumento, recebiam em atraso. Alegavam que os alunos não pagavam, portanto não tinham dinheiro. Os professores aceitavam a situação. E quando chegou a época, entregaram aquele patrimônio maravilhoso nas mãos de políticos, e fomos demitidos. Foi então que, eu parei de lecionar. Eu já era aposentada, como eu comecei muito cedo a trabalhar, eu aposentei em 1996. Continuei dando aula, porque não há lei do INSS que proíbe continuar lecionando, após a aposentadoria. E assim foi a minha carreira.

Como era sua relação com as crianças?

Era muito boa, toda vida eu gostei demais de criança. Falo sempre que criança alegra a gente, renova a gente. Falou que é criança, é comigo mesmo! Sempre fui de inventar histórias e sempre tive

¹⁴ Processos da professora aprovados pela DEMEC/MG – Lêda Maria Borela Diniz Póvoa – docente da cadeira (s) de Sociologia Geral e Sociologia da Educação e Certificado de Registro de Professor – DEMEC-MG.

muita paciência com crianças. Gosto de contar e ouvir histórias que elas inventam ou dialogam comigo. Eu adoro frases de criança. Eu coleciono em uma pastinha, “Criança diz cada uma”. Não é da sua época, mas Pedro Bloch na Revista Cruzeiro, tinha uma coluna: “Criança Diz Cada Uma”, e eu lia todas e morria de rir. Eu tenho um arquivo: Criança Diz Cada Uma, plagiando Pedro Bloch. Pensando agora, eu sabia lidar com criança, e com adulto, também, lecionei vinte e seis anos no Curso Superior!

Como eram planejadas as suas aulas?

Interessante, nós não tínhamos uma supervisora na escola. Ninguém olhava nosso plano de aula. A Dona Maria nunca me pediu o caderno de plano de aula para olhar. Na escola, toda vida, eu sou muito de planejar. Eu buscava historinhas diferentes. Mesmo no terceiro ano eu apresentava textos novos, gostava muito de motivar as crianças. Eu acho, que por isso eles queriam que eu continuasse no quarto ano. Até hoje quando me encontram sentem saudades daquelas histórias que eu contava. Novidades eram coisas que motivavam muito. Também, no ensino superior, eu gostava que os alunos lessem, gostava que lessem dois livros no primeiro semestre e mais dois no segundo. Nós fazíamos um painel grande para debater o tema, fazia apresentação de trabalho e tudo mais. No Externato também eles liam muito, tinham até nota específica de leitura, ditado e composição. Chamava-se composição de redação. Como hoje, cada professora fazia seu planejamento. Para o terceiro ano e Curso de Admissão, meu planejamento estava atrelado ao chamado Livro de Admissão. O livro todo, completo, já teria que ser terminado ao final do ano. O planejamento das aulas no Externato Santa Teresinha era conforme o livro adotado. No 4º ano de admissão era o “Livro de Admissão”; na alfabetização, a “Cartilha da Infância”. Como eu era muito criativa, eu incrementava com textos, livros infantis e outros. Seguindo os livros adotados, era livre para fazer a complementação que quisesse.

O Externato se orientava pelo Programa de Ensino do Estado?

Não, eu só tinha conhecimento do Programa de Admissão para os alunos fazerem o teste de seleção, chamava Exame de Seleção, e ingressarem no Curso Ginásial. Eu trabalhei seis meses no Grupo Escolar “João Pedreiro”, escola do Estado, no primeiro ano repetente, com o método global. No Externato Santa Teresinha lecionei no terceiro e quarto ano, onde as crianças já eram alfabetizadas pelo método silábico e escreviam super bem. Ao passarem para o terceiro ano, já escreviam bem, já faziam boas redações! Eram crianças de classe alta, e tudo que você pedia ou exigia, era cumprido. Os pais davam toda atenção aos estudos dos filhos e aos pedidos das professoras. Em 1974, eu parei de trabalhar no Externato quando eu estava grávida da minha filha, e na faculdade, cursando o 3º ano do Curso de Pedagogia.

Na minha época, eu não tinha conhecimento sobre o Programa de Ensino do Estado, não era aplicado no Externato. Dona Maria Abbud era muito competitiva, ela estava certa quanto à disciplina e o esforço dos alunos. Os alunos tinham que aprender mesmo era escrever bem, falar bem e fazer uma boa redação e ditado perfeitos, entendeu? Ela não se submetia ao Programa de Ensino do Estado, não. Ela adotava os livros, tinha muita ligação com o Colégio Regina Pacis, posso dizer que ela seguia uma orientação de lá. O diretor e professores do Colégio eram europeus e tinham um programa diferente do Estado. Eram competentes e muito exigentes.

Como era feita a avaliação da aprendizagem dos alunos?

Eram só provas escritas mesmo! Fazia-se também provas orais de leitura. Eu elaborava minhas provas, eu era muito exigente, porque queria cobrar tudo que tinha sido estudado. Então, as provas eram mais extensas. Os alunos faziam e se saíam muito bem. Ainda tinha essa classificação do

atrasado, adiantado com louvor, com distinção! Também agraciavam com medalha aqueles que tirassem notas boas. Os professores é que elaboravam as provas, Dona Maria nunca me pediu para ver uma prova, antes de aplicar. Ninguém nos pedia para ver as provas, porque lá não tinha supervisora. Tinha autonomia total. Isso me fez também ficar muito tempo no Externato Santa Teresinha, além de eu gostar muito de estudar, gostar muito de ler, e gostar muito de criança. Eu queria ensinar! Por isso eu falo que nasci professora! Então, eu me realizava pois tinha total liberdade. A prova não era mimeografada, tinha o caderno de provas, cada aluno tinha o seu. Não tinha mimeógrafo. Lá em cima, no salão de eventos, acontecia proclamação de notas. Iam todos para lá. Os alunos eram chamados para receber a caderneta de notas. Os que não pagavam a mensalidade eram citados claramente, que não haviam pago, por isso não receberiam a caderneta. Aqueles que ganhavam dez com distinção e louvor ganhavam medalhas, os outros não. Presentinhos, ela dava presentinhos, por exemplo livrinhos, como prêmios aos alunos. Interessante que, na época, as notas eram faladas em voz alta, expondo a todos a situação dos alunos: notas altas, baixas, aprovações, reprovações. O aluno era chamado no palco, havia também uma chamada de nota vermelha, ou seja, abaixo da média estabelecida. Por outro lado, também havia entrega de medalha aos melhores alunos, ou seja, aos que obtiveram média alta. Uma classificação interessante, para não falar sem sentido: parabéns com distinção e louvor - era dez; parabéns só com distinção — era nove e meio; e só parabéns — nove. Os outros não tinham mais parabéns, nem nada! Havia também uma regra em pleno auditório de notas, era negada a entrega de notas aos alunos que não tinham pago a mensalidade.

Como era a remuneração no Externato Santa Teresinha?

O Externato Santa Teresinha pagava menos que o Estado, mas pagava pontualmente todo dia trinta, não era nem o quinto dia útil, Dona Maria passava nas salas no final das aulas, com um envelope branco, com dinheiro do seu salário, mas também não assinava a carteira profissional. Quanto ao corpo docente, eram professoras muito dedicadas! Muitas trabalhavam um período no Estado e o outro período no Externato Santa Teresinha. Outras professoras trabalhavam dois períodos no Externato Santa Teresinha. O Externato oferecia essa vantagem: o pagamento era feito em dia, na época em que as escolas estaduais não pagavam em dia, havia muito atraso. Lá não, você podia contar com o dinheiro sem falta, no último dia do mês. E outra coisa, as aulas começavam dia quinze de fevereiro, você recebia o mês inteiro. Encerravam quinze de novembro e você recebia o mês inteiro. Ao entrar as férias de final de ano, a diretora entregava no envelope o pagamento correspondente ao mês de novembro (que você só trabalhou quinze dias); mês de dezembro inteiro; o mês de janeiro inteiro; e fevereiro também; então compensava trabalhar lá, financeiramente. O professorado do Estado falava: “que isso! Lá paga pouco demais, no Estado é muito melhor!”. Mas se eles fizessem as contas veriam que compensava. Os alunos eram muito educados, porque eles tinham condições financeiras boas e eles eram bem cuidados. Claro que exceções existem em todo lugar. Os professores, nos anos 70 (1970), não eram registrados, não atendia às leis trabalhistas. Os pagamentos eram feitos pontualmente no último dia de cada mês, entregues em envelopes brancos, sem recibo ou qualquer outro documento, sem holerite, sem nada. Eram poucos colégios particulares que existiam na época. Havia dois internatos: o Colégio Regina Pacis e o Colégio Sagrado Coração de Jesus - o Colégio das Irmãs. O do Colégio Regina Pacis era masculino e do Sagrado Coração, feminino. Já o Externato Santa Teresinha era misto. Acho que resumi o que eu tinha para falar.

Qual foi o motivo que a levou a sair do Externato Santa Teresinha?

Eu estava grávida e não podia trabalhar com as atividades ministradas no “Jardim de Infância”, pois eu pegava as crianças no colo, corria no pátio, etc. Eram crianças pequenas, por isso eu não pude continuar. Foi simplesmente por uma questão pessoal. Não tive problema nenhum na escola. Eu já estava fazendo o curso superior e fui chamada para ser monitora. No Santa Teresinha eu entrei em 1968, 69, 70, 71, 72, 73, 74, em fevereiro de 75 foi que nasceu minha filha, então foram sete anos e tanto.

Como a senhora avalia seu trabalho no Externato Santa Teresinha?

Acho que posso até juntar as peças. Primeiro, eu gostava muito de trabalhar lá, porque tinha muita autonomia. As crianças eram muito educadas, os pais muito atenciosos. Qualquer reclamação era só comunicar com os pais, eles atendiam e eram muito cordiais com as professoras. Achei que fui muito bem, porque cheguei a seguir turma no terceiro para o quarto ano de Admissão. E depois meus alunos tiveram muito sucesso, sendo todos aprovados no exame da Escola Estadual. Passaram muitos alunos do Externato para o Estadual! Dona Maria Abbud competia com o Externato Bom Jesus. Observava quem passou de lá, quantos alunos do Externato passaram? Ela queria saber tudo! O trabalho era bom, tínhamos alguns problemas, porque faltavam recursos áudio visuais e demais materiais didáticos.

Vamos falar um pouco sobre a história do Externato Santa Teresinha. A senhora sabe alguma coisa sobre a origem da escola?

Não, muito superficialmente. Primeiro vieram os padres da Congregação e montaram a escola com um sistema severo e regime de internato, para meninos. Era muito importante o internato! Naquela época, tinham poucas escolas nessa região. Então, os padres e as irmãs vieram para Araguari e a opção pelo internato era muito valorizada. Os fazendeiros da região, que não tinha como trazer as crianças diariamente, colocavam os filhos no Colégio e eles ficavam no internato. Parentes nossos, daqui da cidade, também estudaram no Colégio em regime de internato, porque moravam longe e tinham condições financeiras para se manter. O Externato Santa Teresinha era um Departamento do Colégio Regina Pacis. A Congregação dos Padres dos Sagrados Corações fizeram aquela construção magnífica, que você esteve lá, viu aquele espaço todo. Aquelas paredes que não caem por nada, aqueles muros que não caem por nada! Eles são seculares, porque foi toda a construção baseada na engenharia europeia. Eles construíram o Colégio Regina Pacis, que ficou famoso! Muitos alunos de fora ficaram em regime de internato ali, para estudar. O que os padres perceberam? Que precisava de uma escola primária, que antecipasse essa sequência depois com o Ginásio e o Científico. Quantos meninos que saíam do Externato Santa Teresinha e iam para o Regina Pacis, pois não precisavam de exame, nem nada! A competição era com a escola do Estado! É o que eu sei. A Dona Maria Abbud era diretora pedagógica, não sei como ela foi trabalhar lá, mas ela tinha uma verdadeira dedicação à essa escola. Era muito ligada à escola. Agora, como ela veio trabalhar ali. Não sei te informar.

E sobre o fechamento da escola, a senhora sabe dizer alguma coisa?

Nada, porque eu já estava afastada. Foi muitos anos depois e eu não tinha muito contato com a Dona Maria. Eu assustei, quando eu vi que estavam derrubando o prédio todo. Essa história, eu não sei. Só sei que “doeu na minha alma...”

A senhora poderia descrever a estrutura física do Externato Santa Teresinha?

A estrutura física da escola era simples, mas confortável. No primeiro pavimento haviam oito salas de aula em um corredor central, um pátio, dois banheiros com várias divisões – masculino e

feminino, sala da diretoria e uma sala de espera. Também contava com uma sala equipada com máquinas de escrever para o ensino do curso de datilografia. Tinha uma cozinha e uma pequena copa, uma despensa e uma sala de reuniões. No fundo do terreno o pátio era maior, lá ficavam os bebedouros de água. Na entrada da escola tinha dois corredores laterais por onde entravam os alunos para o pátio e para as salas de aula. Em destaque, no fundo do hall da grande porta central do Externato Santa Teresinha, sobre uma coluna de madeira (pedestal de madeira envernizada) estava uma imagem de Santa Teresinha do Menino Jesus, sempre contornada com vasos de flores e muito reverenciada por todos que adentravam na escola. No hall de entrada subindo a escada, tinha um salão no segundo pavimento. Um extenso salão com palco, com uma eletrola, onde no dia a dia era ministradas as aulas de religião pela diretora, que ensinava o catolicismo. Mensalmente, havia uma reunião dos alunos e professores de todas as séries da escola. Era a chamada “proclamação de notas. Na realidade, era a entrega de boletins, ou cadernetas, constando lista de presenças, notas de provas, médias de aprovação ou reprovação mensal. Também, nesse salão eram realizadas confraternizações e eventos em datas comemorativas que reuniam pais, alunos e professores. Com o passar do tempo, esse mesmo salão era alugado para pessoas da comunidade, para festas infantis e outras, com a finalidade de aumentar a renda do orçamento, na manutenção da escola. A coordenação da escola era dos padres da Congregação dos Sagrados Corações. O Externato Santa Teresinha era também patrimônio da Congregação. Só que, tinha a direção pedagógica da Dona Maria Abbud. O Externato atendia do Jardim de Infância até a quarta série primária e admissão. O Curso de Admissão era muito requisitado porque muitos alunos que estudavam nas escolas públicas iam fazer só o Admissão lá, para se prepararem para o exame de seleção da Escola Estadual, era como se fosse hoje um cursinho, para o vestibular. No Jardim de Infância não se alfabetizava, eram atividades lúdicas, muitas brincadeiras, atividades voltadas para coordenação motora e sensorial. O ensino era muito ligado às atividades dos livros. Não existiam equipamentos áudio visuais, não tínhamos televisão, pouquíssimo material pedagógico, não tinha brinquedos no pátio, não tinha nenhum brinquedo, só uma gangorra no final do pátio que tinha uma árvore. Nós fazíamos uma fila e cada um balançava um pouco na gangorra. O material usado era lápis de cor, massa de modelar, tesoura e alguns cartazes, os demais materiais eram confeccionados por nós mesmos: quebra cabeça, cartazes, figuras, histórias – eu contava histórias, teatrinhos que eu montava no palquinho. Fazia um palco de mentira, os alunos participavam com o script que eu passava para eles.

O que a senhora pode me falar sobre a Dona Maria Abbud?

A Dona Maria Abbud dedicava o tempo dela todinho à escola. Ela tratava bem as professoras, tratava muito bem os pais, mas tinha aquela coisa de querer arrebanhar alunos a qualquer custo, não se preocupando com a idade das crianças. Na parte de conteúdo, ela nunca me pediu plano de aula, nunca me orientou pedagogicamente. Ela queria saber se eu estava seguindo os livros, cumprindo o conteúdo total dos livros. Era muito religiosa, muito apegada ao catolicismo. Assisti muitas aulas de religião dela, pois levava-se os meninos para o salão e a professora tinha que ficar assistindo também. Ela dava muita atenção também aos padres, e cuidava da preparação dos alunos para a primeira comunhão. Era uma das principais festa da escola. Ela ensinava para todos o catecismo o ano inteiro e com destaque para os alunos que iriam fazer a primeira comunhão. As mães competiam com bolos. Os bolos de primeira comunhão que eram levados para essa festa, eles não eram bonitos, eles eram maravilhosos! Tudo que você pensar, cachos de uva e detalhes mais lindos! Os alunos que estavam fazendo a

primeira comunhão ficavam no salão junto com os pais e a diretora, a escola toda tinha que participar. Ela pegava os bolos mais bonitos e levava para uma mesa no salão, onde ficavam os padres, que faziam parte da Congregação.

Como eram os alunos que estudavam naquela escola?

Havia muita procura pela escola, era um público selecionado, economicamente falando. As mensalidades lá era cara para aquela época. Era uma escola para a classe alta. Como já disse, eram crianças muito educadas e muito bem cuidadas pelos pais. Com o passar do tempo, não sei como era a clientela.

Quais eram as principais datas comemorativas celebradas pela escola?

A data da primeira comunhão era a mais importante. Comemorava-se também o Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Professor, e datas históricas, cívicas, comerciais mesmo, como as do calendário formal.

Na sua opinião, qual foi a colaboração do Externato Santa Teresinha para a educação em Araguari?

Foi muito grande a contribuição do Externato Santa Teresinha. Como por exemplo, meus ex alunos formaram muito bem. Fizeram curso superior, são muito bem educados, tanto no sentido intelectual, como social, na maneira de conviver gentilmente. São pessoas muito atenciosas. Foi um ensino que trouxe uma contribuição imensa para a educação. A Dona Maria deu licença, deu autonomia para muita gente que sabia trabalhar e trabalhou bem, coisa que em muitos lugares não tem isso. Dava-se muita importância à língua portuguesa e às matérias básicas. Posso estar sendo tradicionalista, mas eu acho que o estudo da língua faz com que a pessoa saiba se posicionar, se expressar, enfim, exercer uma profissão com competência. Hoje em dia, as pessoas não sabem se expressar, a redação é péssima, você escuta “pérolas e pérolas” na televisão, e vê ortografia horrível. O Externato se responsabilizou nas disciplinas de matemática, língua portuguesa, enfim, no estudo básico, que é o alicerce. Eu acho que foi muito bom!

A senhora sabe me indicar alguma professora, principalmente alfabetizadora, que trabalhou no Externato Santa Teresinha no período anterior a 1970?

As alfabetizadoras eram muito dedicadas, conseguiram transmitir, além do conhecimento, amor e gentileza. Aplicavam o método de alfabetização com tanta competência e técnica que o resultado era sempre positivo. Os alunos aprendiam a ler e escrever corretamente. Foi uma época muito produtiva e o corpo docente muito unido e muito amigável que deixou saudades. Infelizmente, já se passaram quase cinquenta anos e não tenho notícias delas.

Por enquanto é isso, eu agradeço pela colaboração e me coloco a disposição para qualquer esclarecimento.

Foi um prazer conversar com você sobre o Externato Santa Teresinha. Agradeço a oportunidade que você me proporcionou de relembrar aqueles bons tempos!

O prazer foi todo meu, e agradeço de coração pela sua ajuda.